

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, CAMPUS DE TOLEDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO**

TIAGO FERNANDO HANSEL

**DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS, DOS DISCURSOS E
DA ATUAÇÃO DAS VEREADORAS DA LEGISLATURA 2013/2016 DO
MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PARANÁ**

**TOLEDO – PR
2016**

TIAGO FERNANDO HANSEL

**DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS, DOS DISCURSOS E
DA ATUAÇÃO DAS VEREADORAS DA LEGISLATURA 2013/2016 DO
MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PARANÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada para o Programa de Pós-Graduação de “Ciências Sociais” – Mestrado, Linha de pesquisa “Cultura, Fronteiras e Identidades”, como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias

TOLEDO – PR

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

H249d

Hansel, Tiago Fernando

Descrição e análise das trajetórias políticas, dos discursos e da atuação das vereadoras da legislatura 2013/2016 do Município de Guaíra - Paraná./Tiago Fernando Hansel. Toledo, 2016.
240 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo. Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2016
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais

1. Vereadoras. 2. Câmara - Guaíra. 3. Trajetória. 4. Discurso. 5. Atuação.
I. Dias, Paulo Henrique Barbosa. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 320.98162
323.34

CIP-NBR 12899

TIAGO FERNANDO HANSEL

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS, DOS DISCURSOS E DA ATUAÇÃO DAS VEREADORAS DA LEGISLATURA 2013/2016 DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias
(Orientador) UNIOESTE – Toledo

Prof. Dr^a. Carla Cecília Rodrigues Almeida
UEM – Maringá

Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese
Unioeste - Toledo

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
(Suplente) - Universidade UFSCAR

Prof. Dr^a. Vania Sandeleia Vaz da Silva
(Suplente) – Unioeste – Toledo

Toledo, 05 de setembro de 2016.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

(Arthur Schopenhauer)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares, principalmente aos meus pais que me ensinaram a não desistir e que sempre me apoiaram em todas as etapas; e às inúmeras pessoas que colaboraram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Henrique Barbosa Dias, pelo empenho, pelo apoio, pela consideração, pela confiança, pela aposta, pela presteza, pela paciência, pelos ensinamentos e pela dedicação, que foram fundamentais para a construção desta dissertação, fruto de um trabalho conjunto e constante entre docente e discente.

De todo o coração, às protagonistas desta dissertação: as vereadoras do município de Guaíra: Franciele de Lima Danelon, Miriam Celeste dos Santos, Rosana de Lima Brizzi e Tereza Camilo dos Santos. Mulheres que conheci nesta pesquisa e que tornaram-se pessoas especiais em minha vida, amigas que sempre vou lembrar, pois sem elas este estudo não seria possível. Além de grandes guerreiras são mulheres dotadas de um coração maravilhoso, que abriram mão de seus afazeres para me auxiliar em tudo o que foi necessário.

Ao vereador Valberto Paixão da Silva, presidente da Câmara de Vereadores de Guaíra, que, logo no início desta pesquisa, autorizou e disponibilizou todo o efetivo e os documentos necessários para a realização deste estudo.

A todos os funcionários e vereadores da Câmara de Vereadores de Guaíra, que nunca mediram esforços para me auxiliar e para passar informações necessárias para esta pesquisa.

À assistente do mestrado em Ciências Sociais da Unioeste, Marilucy Gregório, uma das pessoas mais competentes e eficaz que conheço, que, além de executar com destreza sua função, tornou-se psicóloga, amiga, mãe, professora e orientadora de todos os alunos do curso.

Aos professores Allan de Paula Oliveira, Eric Gustavo Cardin, Erneldo Schallenberger, Marco Antonio Arantes, Miguel Ângelo Lazzaretti, Osmir Dombrowski, Paulo Henrique Barbosa Dias e Silvio Antônio Colognese que repassaram seus conhecimentos e ideologias nas disciplinas que fiz no decorrer do curso.

Aos professores Silvio Antônio Colognese e Vania Sandeleia Vaz da Silva pela participação na banca de qualificação e pelas sugestões que foram importantes para o aprimoramento da pesquisa.

Aos professores que aceitaram compor a banca: Dr^a. Carla Cecília Rodrigues Almeida da UEM e Silvio Antônio Colognese da Unioeste. Agradeço aos professores Dr. Gabriel de Santis Feltran da Universidade UFSCAR e Dr^a. Vania Sandeleia Vaz da Silva, por aceitarem compor a suplência da banca.

A todos os meus colegas de mestrado: Ana, Bianca, Danielle, Dércio, Maísa, Marcos, Milena e Silvana, os quais compartilharam comigo momentos de dúvidas, de receios, de amizade, de aprendizado e de desespero, este último geralmente vivido por mim e pela Maísa (risos).

Aos meus colegas vereadores e funcionários da Câmara de Quatro Pontes e aos meus colegas professores e funcionários da Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon que sempre me auxiliaram e me apoiaram nesta jornada.

As minhas amigas: doutoranda Sandra Cristiana Kleinschmitt e a mestre Tupiara Guareschi Ykegaya que me auxiliaram na estruturação do projeto e em todas as dúvidas que surgiram durante a seleção e no decorrer do curso. Também a mestre Sônia Oracilio Duarte que conheci nos corredores da Unioeste e tornou-se uma grande amiga e me auxiliou incondicionalmente na pesquisa e no desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus amigos que entenderam quando eu não podia estar com eles em datas comemorativas, em festas, ou apenas para uma conversa ou um ombro amigo, pois eu precisava pesquisar e escrever.

Enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste projeto. A todos, os meus sinceros agradecimentos.

HANSEL, Tiago Fernando. **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS, DOS DISCURSOS E DA ATUAÇÃO DAS VEREADORAS DA LEGISLATURA 2013/2016 DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PARANÁ**. 2016. 240 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo identificar e analisar a trajetória política, os discursos e a atuação das vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guaíra-PR. A base bibliográfica desta pesquisa é composta por Céli Regina Jardim Pinto, Clara Maria Araújo e Luís Felipe Miguel, pesquisadores contemporâneos do assunto, que serviram de alicerce para esta dissertação. As protagonistas deste estudo são as vereadoras Franciele de Lima Danelon, Miriam Caleste dos Santos, Rosana de Lima Brizzi e Tereza Camilo dos Santos. O estudo está dividido em quatro partes, sendo a primeira uma discussão sobre mulheres no campo político entre os autores descritos anteriormente, a segunda parte uma rápida abordagem histórica das mulheres na câmara de Guaíra, em seguida, a apresentação e a análise dos discursos das vereadoras na tribuna e as suas atuações enquanto vereadoras, e, por fim, a análise dos discursos das vereadoras sobre a entrevista feita com elas, observando as afirmações e as contradições com o material coletado anteriormente. A análise dos dados coletados mostra diferenças significativas entre essas mulheres, que vão de informações pessoais, passando pela trajetória política construída até o modo de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Vereadoras. Câmara Guaíra. Trajetória. Discurso. Atuação.

HANSEL, Tiago Fernando. **DESCRIPTION AND ANALYSIS OF POLITICAL PATHS, SPEECHES AND PERFORMANCE OF THE COUNCILWOMEN DURING 2013/2016 LEGISLATURE IN GUAIRA MUNICIPALITY (PARANA STATE)**. 2016. 240 p. Master Thesis (Social Sciences) – Center of Human and Social Sciences, Western Parana State University – Toledo Campus.

ABSTRACT

This Master's thesis has the objective of identifying and analyzing the political path, speeches and performance of councilwomen during 2013/2016 legislature in Guaira municipality in Parana State (Brazil). The bibliographical source of this research is composed by authors Céli Regina Jardim Pinto, Clara Maria Araújo and Luís Felipe Miguel, contemporary researchers, who provided the foundation for this thesis. The protagonists of this study are councilwomen Franciele de Lima Danelon, Miriam Caleste dos Santos, Rosana de Lima Brizzi and Tereza Camilo dos Santos. The study is divided in four parts, the first being a discussion on women in politics among the authors described above, the second part is a brief historical approach of women in Guaira chamber, then the presentation and analysis of the speeches of the women councilors at the tribune and their acts as council members, and, finally, the analysis of the speeches of women councilors about the interview conducted with them, observing the statements and contradictions with the material previously collected. The data analysis shows significant differences among these women, ranging from personal information, through political career down to the mode of operation.

KEY WORDS: Councilwomen. Guaira City Chamber. Path. Speech. Performance.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMOP	ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DO OESTE DO PARANÁ
AGB	ASSOCIAÇÃO GUAIRENSE DE BASQUETEBOL
ART	ARTIGO
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CHG	CLUBE HÍPICO DE GUAÍRA
CONSAMU	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU OESTE DO PARANÁ
DEM	DEMOCRATAS
FERMUG	FESTIVAL DE MÚSICA DE GUAÍRA
HGPE	HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDG	ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO
IDH	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
MG	MINAS GERAIS
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PC DO B	PARTIDO SOCIALISTA DO BRASIL
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PEN	PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PMN	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PR	PARANÁ
PR	PARTIDO DA REPÚBLICA
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSDC	PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL

PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
RJ	RIO DE JANEIRO
SAMU	SERVIÇO MÓVEL DE URGÊNCIA
SP	SÃO PAULO
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Quantidade e porcentagem de homens e mulheres candidatos 20
nas eleições de 2014.....
- Tabela 2** Número e percentual de mulheres eleitas para as Câmaras 41
Municipais no Brasil.....
- Tabela 3** Composição das Câmaras Municipais de acordo com o art. 25 da 45
CF.....

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	MULHERES NO CAMPO POLÍTICO ELEITORAL	17
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR	44
3	AS MULHERES VEREADORAS DA LEGISLATURA 2013/2016 DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PR: DISCURSOS E PRÁTICAS	51
3.1	FRANCIELE DE LIMA DANELON.....	51
3.2	MIRIAN CELESTE DOS SANTOS.....	61
3.3	ROSANA DE LIMA BRIZZI.....	69
3.4	TEREZA CAMILO DOS SANTOS.....	76
4	ANÁLISE DOS DISCURSOS: AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES ...	86
4.1	DADOS BIBLIOGRAFICOS E PROFISSIONAIS	86
4.2	TRAJETORIA POLÍTICA.....	90
4.3	ATUAÇÃO POLÍTICA.....	123
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERENCÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	177
	ANEXOS	180

INTRODUÇÃO

O alvo deste trabalho é enriquecer o debate no campo das ciências sociais e política, tendo em vista as pesquisas decorrentes dessa área no que tange à participação das mulheres no campo político partidário. A busca pelo entendimento do processo participativo é constante, pois sempre se encontram novas indagações que fazem deste tema um campo inesgotável de investigação.

É evidente o aumento de discussões e de trabalhos sobre a temática de gênero – em especial, sua participação e inserção no campo político, discriminação, mercado de trabalho, opressões, violência, sexualidade e luta pelos seus direitos – nos centros acadêmicos e no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, produz-se a cada ano uma extensa bibliografia a respeito do assunto, sobre diferentes aspectos e fontes teóricas, além de muitos movimentos de militantes em prol das mulheres pela conquista de seu espaço e pela igualdade de direitos.

O interesse pelos estudos das mulheres na política vem conquistando cada vez mais relevância nas últimas décadas, devido ao destaque que as mulheres têm conseguido atingir no cenário político global e nacional, tanto nos Legislativos quanto à frente dos Executivos. A atuação do movimento feminista e os princípios defendidos por ele é um dos fatores de mudanças de ideias que estão ocorrendo na sociedade, inclusive a implementação de leis que estão contribuindo para reverter a situação subjugada das mulheres ao longo da história.

A relação entre a mulher e a política, especialmente neste século, está se destacando, crescendo e ganhando a atenção dos estudiosos da área das Ciências Sociais e afins. Afinal, a presença de mulheres no cenário político representa uma possibilidade de atendimento às necessidades e aos interesses da população feminina. A partir disso, vários são os argumentos para justificar a importância da participação feminina nesses espaços. Entre esses argumentos destacam-se a igualdade de sexos; outro ponto está no fato de que a presença feminina na política formal levaria à inclusão, na agenda política, de temas que concernem a interesses femininos.

A prioridade de atuação nas funções políticas por muito tempo pertenceu aos homens que tinham o direito de exercer sua vida pública, deixando para as mulheres o espaço privado de cuidar da casa e dos filhos, excluindo-as da cena pública e subtraindo-lhes direitos.

Inúmeros movimentos femininos surgiram no decorrer dos anos, com lutas que objetivaram os direitos igualitários entre mulheres e homens, alguns com êxito e outros não. Entretanto, todos serviram de alicerce para as mulheres demonstrar seu interesse e poder pelas diversas causas, entre elas a inclusão e a participação de contexto político partidário.

Nesse sentido, identificou-se o município de Guaíra que foi fundado em 14 de novembro de 1952 (64 anos), as margens do Rio Paraná e fronteira com o Paraguai, com um total de 32.190 habitantes no censo de 2010, que na composição da Câmara de Vereadores possui onze cadeiras, destas, quatro ocupadas por mulheres. Fator que chama a atenção não apenas desta legislatura, mas sim de todo o contexto histórico daquela cidade, pois em quinze legislaturas, sete possuíram mulheres em sua composição, totalizando em onze vereadoras.

Essa rica informação e o interesse em investigar a forma feminina de fazer política e o modo como as representantes políticas percebem a política, motivou a realização deste trabalho que tem como objetivo identificar e analisar a trajetória política, os discursos e atuação das quatro vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guaíra e, por fim, analisar as respostas da entrevista feita com elas, observando as afirmações e as contradições com as informações levantadas anteriormente.

É necessário apontar que muitas pesquisas poderão ser feitas com esta câmara e com as vereadoras que compõem este legislativo, porém, em virtude de tempo e de outros fatores, o foco será descrição e análise das trajetórias políticas, dos discursos e da atuação das vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guaíra – Paraná.

As protagonistas deste estudo são as vereadoras Franciele de Lima Danelon, Miriam Caleste dos Santos, Rosana de Lima Brizzi e Tereza Camilo dos Santos.

Para realizar essa tarefa, o trabalho distribuiu-se em quatro capítulos que serão apresentados adiante.

O primeiro capítulo intitulado: “Mulheres no campo político eleitoral”, têm como objetivo conceituar fatores relacionados às mulheres no campo político e dialogar o tema com Céli Regina Jardim Pinto, Clara Maria Araújo e Luís Felipe Miguel, pesquisadores contemporâneos do assunto, que serviram de alicerce para esta dissertação.

O segundo capítulo: “Contextualização histórica e política das mulheres na Câmara Municipal de Guaíra – PR” apresenta a presença e a composição histórica das mulheres na câmara do município de Guaíra – PR.

Terceiro capítulo intitulado: “As mulheres vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guaíra – PR: discursos e atos oficiais” têm como objetivo apresentar a trajetória e descrever os discursos das vereadoras nos usos da tribuna e a análise da atuação delas na câmara de vereadores.

O quarto capítulo: “Análises dos discursos: afirmações e contradições” tem como intuito apresentar e analisar os discursos das vereadoras por meio de entrevista realizada com elas. Ainda, busca apontar as afirmações e as contradições com o capítulo anterior e relacionar com os pensamentos dos autores apresentados anteriormente.

Tais discursos foram gerados por meio de entrevista com um roteiro semiestruturado que focalizou três áreas específicas: dados biográficos, profissional e trajetória/atuação política. Com esse questionário buscou-se identificar as afirmações e as contradições das vereadoras referentes aos seus trabalhos e discursos, tema esse já abordado no capítulo anterior. Ao rever esses discursos neste momento da pesquisa, objetivou-se cotejá-los a partir do arcabouço teórico utilizado e explanado com maior atenção nos capítulos iniciais (ARAÚJO, 2001, 2005, 2010 e 2013; MIGUEL, 2000, 2001, 2003, 2006 e 2010; PINTO, 2000, 2001 e 2009), buscando compreender o contexto pesquisado, o município de Guaíra.

Como já mencionado, o questionário foi separado por dados biográficos e profissionais, bem como da trajetória política e a atuação das investigadas como vereadoras. No primeiro grupo de questões, foram realizadas nove perguntas, no segundo foram onze, e no terceiro, devido à abordagem relacionada à atuação das entrevistas, vinte e duas questões.

Quanto as questões relacionadas à vida pessoal das vereadoras investigadas, o objetivo foi o de observar se as informações por elas prestadas eram as mesmas encontradas em sites oficiais e subsídios repassados pela câmara de vereadores do município de Guaíra, possibilitando uma comparação dos dados.

A análise dos dados coletados mostra diferenças significativas entre essas mulheres, que vão das informações pessoais, passando pela trajetória política construída até o modo de atuação.

As informações dos dados das vereadoras apresentadas são baseadas nas publicações do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, do Sítio e material fornecido pela Câmara de Vereadores de Guáira, do Sítio Placar Eleições da Uol, do Sítio Quadro Político e do Sítio Eleições Info.

Dessa maneira, o estudo contribuirá para as pesquisas sobre a temática, bem abrirá alternativas para futuros estudos da área.

1 MULHERES NO CAMPO POLÍTICO ELEITORAL

É visível o aumento da quantidade de trabalhos que discutem a temática da desigualdade de gênero nas ciências sociais. Parte substantiva destes trabalhos se ocupa de questões relacionadas ao preconceito, à opressão, à violência, à sexualidade, à luta pelos seus direitos e à participação e inserção das mulheres no campo da política. Produz-se, a cada ano, uma extensa bibliografia sobre esse assunto, ou seja, sobre diferentes aspectos e fontes teóricas, além dos movimentos de militantes em prol das mulheres pela conquista de seu espaço e pela igualdade de direitos.

A respeito disso Dantas afirma,

A posição ocupada pelas mulheres na sociedade não se deve a natureza frágil, nem só ao fato de que gozam de menos oportunidades ou menos educação formal – embora esses sejam fatores que contribuem para tanto – mas ao fato de que a sociedade é baseada em uma estrutura de gênero que mantém as mulheres de qualquer camada social subordinadas aos homens de sua mesma camada e mesmo aos homens em geral. Para se eliminar a subordinação de gênero são necessárias mudanças profundas que envolvem a retribuição de poder político, econômica e social. (DANTAS, 2001, p. 38-39).

A Organização das Nações Unidas (ONU) divulga anualmente um Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem entre seus apontadores o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), no qual são avaliadas as diferenças entre homens e mulheres, na saúde, na educação, na economia e na política. Em 2014, o documento apresentou um dado negativo para o Brasil. Demonstrou que, no ano de 2013, o país ficou com a pontuação 0,4, o que coloca o país na posição de número 85 em um ranking de 149 países. Com essa informação, o país caiu nove posições do relatório apresentado anteriormente.

Sobre isso, Miguel e Queiroz criticam:

O senso comum e muitos estudos sobre o problema estabelecem uma relação linear positiva entre o grau de desenvolvimento – entendido seja como desenvolvimento econômico, seja como “desenvolvimento humano” – e a presença feminina nas esferas de representação: “os dados mundiais sobre a mulher na política mostram uma correlação entre o nível de desenvolvimento humano e a proporção de mulheres nos parlamentos e como funcionárias ministeriais”. O motor do processo é a modernização, entendida

como superação de padrões societários tradicionais, que abre às mulheres novos espaços, antes interditos, e a política seria um deles. (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 366).

Mesmo que baixa, já houve uma participação das mulheres na política e no mercado de trabalho, o que ajudou a reduzir a desigualdade de gênero entre mulheres e homens no mundo todo. Longe de ser o suficiente, o relatório ainda demonstra que, se não houver mudanças radicais, a igualdade nunca será alcançada. Para o Brasil, embora alguns índices tenham sido positivos no IDH como: renda, a escolaridade e a saúde da população, outros não tiveram aspectos positivos, como, por exemplo, a diminuição da desigualdade de gênero não conseguiu acompanhar essa evolução, ficando na colocação de 79 entre os 187 países avaliados.

Elas buscam historicamente conquistar seu espaço na coletividade, haja vista que por muito tempo permaneceu, e para muitos ainda se mantêm, a imagem de que a mulher foi criada para ser mãe, esposa e dona de casa. Aumentar a participação das mulheres na política é fundamental para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

Até meados do século XX, as mulheres brasileiras eram consideradas cidadãs de segunda categoria, visão que se estende para algumas pessoas até a atualidade.

Mesmo com o direito ao voto, o país ainda continua com baixa participação feminina na política.

Como já apresentado anteriormente, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 destacou que a falta de mulheres na política agrava a desigualdade de gênero no Brasil.

No início do século XX, os movimentos feministas na batalha pelo sufrágio para as mulheres ganhou força internacionalmente, onda que não deixou de fora o Brasil. Todos os continentes, com imensas diferenças, basearam-se nos movimentos das militantes britânicas do início deste mesmo século, como destaca Pinto:

Os movimentos sociais em geral trazem para a arena pública um contingente considerável de pessoas que até então não haviam se expressado publicamente e que constituem interesse e sujeitos

completamente novos: mulheres começam a se expressar como mulher, indígenas como indígenas, negros como negros, entre outros. E, ao se expressarem dessas formas, batem de frente com as clivagens tradicionais contidas no interior dos partidos políticos. A tensão entre os novos movimentos e os partidos é fundamental na dialética entre representação e participação: em primeiro lugar porque se conformam espaços públicos de participação e construção de demandas e identidades, que extrapolam partidos políticos e processos eleitorais. Esses espaços tornam-se muitas vezes importantes canais de pressão frente ao Estado e, muitas vezes, tornam-se locais de tomada de decisões importantes de políticas públicas. Em segundo lugar, a existência desses espaços públicos *outsider* provoca a reconfiguração, de alguma forma, da própria representação. Esta reconfiguração não é um movimento automático nem assegurado, entretanto a tensão provocada pela presença dos novos sujeitos é fundamental para o alargamento da democracia nos espaços de representação. Trata-se aqui de pensara incorporação de novas demandas, novos interesses e novos sujeitos no discurso daqueles que pretendem ser representantes. (PINTO, 2001, p. 104).

A conquista das mulheres pelo direito ao voto se deu no ano de 1932, por meio do Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934. Inicialmente, o direito de votar só poderia ser exercido para mulheres solteiras e viúvas acima de 21 anos, e as casadas apenas com autorização dos maridos. Depois de grandes campanhas e manifestações, o Código foi promulgado com a garantia de voto para todas as mulheres (TABAK; TOSCANO, 1982). Para Tabak e Toscano,

Entre os direitos políticos pleiteados pelas mulheres desde suas primeiras batalhas em prol da igualdade com os homens, destaca-se o direito de voto, isto é, que lhes seja facultado participar direta e ativamente da eleição dos órgãos de representação popular, base de qualquer regime que se pretenda democrático. (TABAK; TOSCANO, 1982, p. 87).

Desde a concessão do direito de votar e serem votadas, muitas mulheres obtiveram êxito eleitoral; porém, com percentual baixo comparado às conquistas das cadeiras políticas dos homens. Certamente, as mulheres estão insatisfeitas com a atual realidade política.

Sobre esses temas, destacam-se três cientistas sociais brasileiros contemporâneos: Clara Maria de Oliveira Araújo; Luís Felipe Miguel e Celi Regina Jardim Pinto, todos com suas pesquisas, estudos, conceitos, conhecimentos e visões peculiares e particulares sobre o assunto. Portanto, este capítulo servirá para correlacionar as ideias sobretudo desses autores.

É conhecido o fato das mulheres representarem a maioria da população brasileira – 51% de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, e ocupar uma porcentagem muito baixa, quase insignificante, das cadeiras nos parlamentos Miguel (2001). Conforme o autor,

A busca da ampliação da representação política das mulheres — ou de outros setores politicamente excluídos, como as “minorias” étnicas — está baseada, em primeiro lugar, numa questão de justiça intuitiva. Como é possível que um grupo que inclui cerca de 50% da população adulta (na verdade, um pouco mais) ocupe apenas uns 5% das cadeiras no parlamento? (MIGUEL, 2001, p. 254).

Da mesma forma, Pinto afirma que a tímida participação das mulheres na política eleitoral é evidente no Brasil, comparando-se a outras conquistas em outros setores. A autora destaca:

A presença da mulher na política institucional no Brasil tem sido bastante tímida, principalmente se for comparada com os avanços conquistados na área de direitos e na sua participação na força de trabalho ativa em praticamente todos os setores. (PINTO, 2009, p. 61).

Essa informação se confirma quando analisamos os dados apresentados pelo IBGE e o Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Em 2014 – ano que ocorreram as eleições para presidente, governador, senador, deputado federal, deputado estadual/distrital –, a população brasileira era composta por 51% de mulheres sobre 49% do sexo masculino, diferença que aumenta ainda mais sobre os eleitores; de um total de mais de 142 milhões de eleitores, 52,13% – mais de 74 milhões – eram do sexo feminino, e 47,79% – 68 milhões – do sexo masculino. A inferioridade nas candidaturas pode ser observada na tabela a seguir:

Tabela 1: Quantidade e porcentagem de homens e mulheres candidatos nas eleições de 2014

Cargo	Masculino	Feminino	Total
Presidente	8	3	11
	72,73%	27,27%	100,00%
Governador	146	20	166
	87,95%	12,05%	100,00%
Senador	138	34	172

	80,23%	19,77%	100,00%
Deputado Federal	4.382	1.796	6.178
	70,89%	29,07%	100,00%
Deputado Estadual/Distrital	11.244	4.617	15.861
	70,89%	29,11%	100,00%
Total	15.918	6.470	22.388
	71,10%	28,90%	100,00%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

A tabela demonstra o cenário atual da política brasileira, em que as mulheres ainda são a minoria nas candidaturas, sendo que para os cargos de deputados estaduais e federais há uma porcentagem um pouco maior, lembrando que para os cargos legislativos se enquadram no artigo 10, §3º, da Lei 9.504/97, que assegura a reserva de 30% e 70%, para cada sexo, que talvez justifique essa porcentagem maior, como nos cargos de governador e senador que essa lei não se aplica, o número de candidatas é extremamente baixa, comparada aos homens. Mesmo assim, a lei não se cumpre na integridade, em virtude dos cargos legislativos não totalizaram 30%. Nesse sentido, o maior número de candidaturas indica uma maior emancipação feminina, com o aumento da participação no sistema eleitoral, o que talvez agregue mudanças morais na política, possibilitando uma construção nas relações honestas e éticas entre os envolvidos. Discorrendo sobre isso, Araújo assevera:

[...] para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos -; as características sócio-econômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário. (ARAÚJO, 2005, p. 194).

A baixa participação das mulheres na política é um fenômeno histórico. Além deste campo, sua participação na vida pública da sociedade sempre foi limitada. Ainda, na atualidade prevalece em algumas sociedades a ideia de que a mulher

deve cuidar da casa, do marido e dos filhos, ficando limitada ao espaço privado. Já o homem pertenceria ao espaço público, no qual ele pode cuidar e dirigir não apenas o seu lar, mas sim a coletividade da sociedade (SENNETT, 2014; ABOIM, 2012).

Sobre essa reflexão entre público e privado, destacam-se as palavras de Pinto:

Um complexo conjunto de causas explica essa ausência, entre elas é mister enfatizar a rígida divisão entre o público e o privado estabelecida pelo pacto democrático liberal, onde o público é o lugar da cidadania e da política e o privado da família e das relações entre os gêneros. O público se constituiu como um espaço masculino por excelência enquanto o privado – o espaço da casa – seria o espaço da mulher. (PINTO, 2001, p. 101).

O preconceito contra as mulheres está impregnado na sociedade, inclusive autores clássicos e renomados do passado criavam teorias equivocadas sobre a exclusão das mulheres na política. Carole Pateman, em sua obra “O Contrato Sexual”, de 1993, critica os teóricos contratualistas clássicos, em especial Jean Jacques Rousseau (1762), autor do livro “Contrato Social”, bem como outros contratualistas como Thomas Hobbes (1651) e John Locke (1689).

A crítica que a autora faz é que o contrato social foi feito pelos homens em uma época em que apenas as pessoas do sexo masculino eram consideradas capazes de participar da formação deste contrato, sendo que o seu objetivo seria tratar da liberdade civil apenas na esfera pública, desconsiderando a esfera privada e dando origem a direitos políticos sob forma de relações de dominação e subordinação. Dessa forma, cabe à mulher o papel de dona de casa e reprodutora, deixando aos homens as funções públicas. Tal visão, aos poucos, vem modificando as sociedades, em razão dos direitos adquiridos principalmente pela própria luta e imposição social.

Nesse mesmo sentido, Miguel concorda com as críticas de Pateman, afirmando que tentaram estrategicamente justificar, equivocadamente e machistamente, a exclusão da mulher do meio político e demais direitos da sociedade:

[...] Thomas Hobbes parte de um pressuposto pouco usual para a época, e à primeira vista contraditório com o resultado a que chega: a perfeita igualdade, quanto à capacidade física e mental, entre mulheres e homens. (Hobbes admite que existam disparidades naturais de talentos entre os indivíduos, mas nunca tão significativas que sustentem uma diferença de poder; por isso, fala na “perfeita

igualdade” que vigoraria no estado de natureza.) Ele apresenta uma narrativa em duas etapas. Primeiro, há a constituição de uma unidade familiar formada por mãe e filho (ou filha); de acordo com ele, trata-se de um pacto tácito, pelo qual a criança se obriga à obediência em troca de proteção. Ora, a maternidade fragiliza a mulher, que passa a ser responsável pela segurança de um outro ser, indefeso. Isto permite que o homem a domine, pela força. Para garantir a própria vida, mãe e filhos se submetem à autoridade do homem. Para Hobbes, mesmo sendo arrancado à força, este pacto é válido. Ele estende até a caricatura a ficção liberal de que um contrato é, por definição, voluntário, já que sempre existe outra alternativa (ainda que seja a morte). Assim, no momento em que os indivíduos se reúnem para celebrar o contrato social e gerar o Estado — a rigor, o único momento de existência de uma “esfera pública” no pensamento de Hobbes, já que o contrato promove a transferência de toda a autoridade para um soberano —, as mulheres não participam, pois já estavam previamente submetidas aos homens. (MIGUEL, 2001, p. 254-255).

Miguel aponta que há controvérsias de Hobbes em seu estudo. Primeiramente, o pensador afirma que mesmo que a circunstância seja de guerra, o estado de natureza tenderia a ser pacífico e que os homens viveriam em estado de perfeita liberdade. E no seu exemplo, Hobbes se contradiz, afirmando que filho e mãe são dominados pelo pai (homem). Assim sendo, esse modelo de liberdade não existe pelo fato de pessoas estarem condicionadas a outra.

Com isso, Miguel se aproxima dos argumentos de Pateman, criticando que, no momento da criação do contrato social, as mulheres são excluídas e submetidas aos homens.

Logo em seguida, Miguel analisa o pensamento justificativo da exclusão das mulheres de John Locke:

Na transição do contratualismo pró-absolutista, de Hobbes, para o liberal em sentido estrito, de John Locke, a posição das mulheres na verdade piora. Locke mantém o argumento jurídico, em versão reformulada, e acrescenta-lhe outro, natural. Através do contrato de casamento, as mulheres alienam os seus direitos, da mesma forma que os assalariados o fazem com o contrato de trabalho. Mas esta alienação contratual já é o resultado de uma racionalidade inferior, que tornava ambos, mulheres e trabalhadores, inaptos para a participação na vida pública. Assim, o contrato apenas expressa o fato de que o homem é naturalmente “mais capaz e mais forte” do que a mulher, ao contrário do que pensava Hobbes. Como observa Pateman, o “‘consentimento’ aparente [das mulheres] à autoridade de seus maridos é apenas um reconhecimento formal de sua subordinação ‘natural’”. (MIGUEL, 2001, p. 255).

Anteriormente, Miguel já discordava do pensamento de Hobbes, situação que se agrava ao pensamento de Locke. O principal motivo do autor não concordar com esses estudos é o fato de que quando a mulher torna-se esposa ela se inferioriza e é extremamente dominada pelo homem, ficando ainda mais restrita à vida privada.

Por fim, o autor se contrapõe ao pensamento que ele considera machista e contraditório de Jean-Jacques Rousseau:

Na medida em que rompe com o “individualismo possessivo” de seus predecessores, não reconhecendo validade em contratos que alienem direitos naturais, Jean-Jacques Rousseau inviabiliza o argumento jurídico para a exclusão das mulheres da esfera pública. A sua justificativa vai estar integralmente baseada nas diferenças intrínsecas aos dois sexos, que explora com certa detenção no trecho dedicado à educação de Sofia, no romance pedagógico Emílio. “Consultai o gosto das mulheres nas coisas físicas e que se prendem ao julgamento dos sentidos; o dos homens nas coisas morais e que dependem mais do entendimento”, diz Rousseau, acrescentando: “Quando as mulheres forem o que devem ser, elas se limitarão às coisas de sua competência e julgarão sempre bem”. Ou seja, a limitação inata da razão e da capacidade de julgamento moral das mulheres torna necessário que elas permaneçam circunscritas ao círculo doméstico. (MIGUEL, 2001, p. 255-256).

A crítica que Miguel faz a Rousseau é que ele inferioriza a capacidade das mulheres afirmando que elas necessitam permanecer na esfera privada, condicionadas à família e subordinadas ao homem.

Assim, é possível observar que a questão da discriminação e da exclusão das mulheres no meio político é um fator histórico que equivocadamente tentou-se justificar, mas sempre direcionando-as para o campo privado, deixando-lhes o papel de responsável pela casa e pelos filhos para que os homens preocupem-se do espaço público.

Tecendo considerações sobre a posição da mulher na organização familiar, Pinto argumenta:

Outra razão para as dificuldades da entrada das mulheres no mundo da política que não pode ser menosprezada é a posição que a mulher ainda ocupa na organização da vida familiar. Se sua entrada no trabalho trouxe modificações em sua posição na família e muitas vezes reestruturou afazeres, não houve uma mudança na forma de significar sua posição, radical o suficiente, para banir do vocabulário que descreve as reações entre a mulher e marido/filhos o verbo “ajudar”, o que revela que a responsabilidade pela organização do

cotidiano familiar está, ainda, com a mulher. Em um país com as dimensões do Brasil a entrada na política, com exceção da política municipal, acarreta um afastamento por longos períodos do núcleo familiar. Os maridos e filhos ficam sem ter a quem ajudar. (PINTO, 2001, p. 103).

Mesmo com a conquista ao voto, o Brasil ainda continua com baixa participação feminina na política. A autora justifica esse fenômeno pelo fato delas ainda serem vistas como mães, esposas e donas de casas, restritas ao espaço privado e sem capacidade para o lugar público. Como já mencionado anteriormente, elas ainda são classificadas por muitos como cidadãs de segunda categoria. Pinto continua:

A crítica dirige-se à construção de esferas públicas onde as desigualdades devem ficar entre parênteses, o que na prática significa ou a exclusão dos grupos mais frágeis, ou a pura dominação no próprio interior da esfera pública: trata-se de capitais diferentes para agir no campo político, que resulta, no caso do Brasil pelo menos, em um campo dominado por homens brancos, com nível educacional e de rendimentos muito acima da média da população. A questão, portanto, é mais ampla do que a questão da mulher e diz respeito a um pacto que, tomando os desiguais como iguais, exclui os desiguais. Consequência disso é o fato de que grupos excluídos econômica ou culturalmente, quando abrem mão de interesses específicos em nome de interesses gerais, facilmente estão abrindo mão de seus próprios interesses em nome de interesses de outros (do dominante), transformados em interesses gerais por força da posição dos agentes no campo de luta. Tal condição é fundamental para entender a problemática da participação política da mulher, tanto no que concerne a sua baixa presença nos espaços de representação institucional, como no que se refere às próprias estratégias levadas a efeito pelo movimento feminista ao longo das últimas décadas. (PINTO, 2001, p. 102).

A pesquisadora demonstra claramente o perfil dos agentes políticos brasileiros: homens brancos, com nível educacional e de rendimentos muito acima da média da população. Esse grupo domina as mulheres, os negros, as pessoas com grau de escolaridade e de renda inferior. Talvez esse possa ser um dos grandes problemas da representação política no país, a minoria da população possui representação nos parlamentos; porém, a grande maioria não.

Adotando a linha de pensamento de Pinto, é importante questionar: quando as mulheres brasileiras, as negras, com uma renda e escolaridade inferior conseguirão o seu espaço na política? Ainda no século XXI? Esse questionamento corrobora as palavras de Pinto: “[...] quando uma dada sociedade entende que o fato

de as mulheres terem direitos iguais aos homens não é bom apenas para as mulheres, mas para o todo da sociedade” (PINTO, 2009, p 69).

Um estudo realizado por Miguel e Queiroz – que se assemelha, mas também se contrapõe às pesquisas e os escritos de Araújo e Pinto - demonstra a realidade das mulheres no cenário político municipal das últimas eleições (2012, 2010 e 2008). Conforme destacam os autores,

Como tendência geral, nas três eleições analisadas, a razão de taxa de sucesso feminina aumenta nas disputas pelas Prefeituras e diminui nas disputas para as Câmaras de Vereadores. Mas cumpre observar que, sobretudo nas regiões menos populosas, o número de candidatas a prefeita é muito reduzido e, portanto, um pequeno número de resultados tem grande impacto na taxa de sucesso feminina e, em seguida, no índice aqui construído. É prudente interpretar com cautela essa tendência. [...] Em todas as eleições, na disputa pelas cadeiras nas Câmaras Municipais, a razão de taxa de sucesso feminina é nitidamente superior nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste; o quadro se repete nas eleições para prefeito, com exceção da região Norte em 1996. Fica claro que, ainda que permaneça uma diferença significativa, nessas regiões, nas eleições municipais, as mulheres se aproximam mais do nível de competitividade eleitoral dos homens. (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 366).

Com esses dados, é possível observar que as mulheres encontram maior dificuldade nas regiões Sudeste e Sul do país, consideradas localidades mais populosas, com maiores condições de trabalho, de ensino e de renda. Isso contraria a hipótese lógica de que as mulheres residentes em regiões com maiores oportunidades em todos os setores têm maiores chances de ingresso na política.

Nesse mesmo sentido, Miguel e Queiroz identificam três hipóteses para tal fenômeno:

Ao contrário do que seria razoável prever, no Brasil, nas disputas pelas Prefeituras e Câmaras de Vereadores, as mulheres têm maiores chances de sucesso nas regiões menos desenvolvidas. É possível identificar três hipóteses que explicariam o fenômeno. [...] A hipótese da política tradicional. Nas regiões mais atrasadas do país, ainda predominam os padrões da política tradicional, baseada na formação de clientelas e no familismo. Esses padrões abririam certos espaços para as mulheres, que seriam então eleitas não por suas trajetórias pessoais ou vínculos com movimentos da sociedade civil, mas na qualidade de representantes de seus clãs familiares. [...] A hipótese da hiperqualificação. As mulheres, assim como integrantes de outros grupos subalternos, quando entram na disputa por posições de poder e prestígio, se vêem constrangidas a compensar o preconceito negativo que sofrem apresentando uma qualificação

superior. A hiperqualificação feminina – mulheres com nível médio de escolaridade superior ao dos homens em posição similar – é detectada em diferentes espaços sociais, entre eles a política. [...] A hipótese demográfica [...] Caso se aceite que as mulheres eleitoras beneficiam as mulheres candidatas, parte da diferença de desempenho entre as regiões poderia ser explicada pela distribuição dos sexos na população. (MIGUEL; QUEIROZ, 2006, p. 370-372).

Essas hipóteses sobre a trajetória e entrada da mulher no meio político eleitoral são relevantes e concretas e, acima de tudo, passíveis de resposta. As hipóteses de como algumas mulheres obtêm êxito eleitoral são destacadas a seguir: pelo meio da política tradicional, especialmente no familismo e/ou no clientelismo, utilizando-se desses meios para se beneficiar politicamente; pela hiperqualificação, algumas mulheres com grau de escolaridade superior aos homens buscam se equilibrar no mesmo nível de poder; ou pela demografia, hipótese essa que poderá variar de região.

Araújo (2010), em suas pesquisas, identifica o principal motivo do ingresso de mulheres na política, praticamente anulando a segunda hipótese de Miguel, que afirma que um dos motivos de entrada de mulheres na política é pela hiperqualificação. Segundo a autora,

[...] ‘sentido’ e à ‘motivação’ dos informantes para o ingresso na política e à ‘agência’, sua capacidade de escolha. Ou, em outras palavras, aquilo que defino como a ‘política como uma circunstância’ e a ‘política como um projeto’. Que implicações isso tem para a construção de um caminho viável de acesso à política para as mulheres? [...] o ‘poder’ não se apresentou como um desejo marcante ou como um projeto ao qual se aspirava. No caso do Brasil, quase todas as parlamentares entrevistadas disseram ter sido alçadas à condição de candidatas por circunstâncias; ao passo que parlamentares homens assumem, de modo mais claro e direto, o ‘queria ser candidato’, ‘queria ser político’, ou seja, percebeu-se uma ‘agência’ mais efetiva sobre seu destino político. (ARAÚJO, 2010, p. 580).

Para ela, a grande parcela das mulheres que entram no campo político não foi por um projeto de vida, mas sim como uma circunstância. Em outras palavras, diferentes dos homens que almejam serem políticos, elas entram por outros fatores secundários, como destaque na sociedade, cargos de visibilidade, familiarismo, militâncias, entre outros motivos que levam-nas para esse meio. Araújo complementa:

[...] a 'política como circunstância' e a 'política como projeto' são dimensões que podem ser mediadas pela: i) cultura de participação, envolvimento e legitimidade de partidos como instrumento de agregação e organização, e não apenas como uma referência circunstancial de voto; ii) tipos de capitais necessários e disponíveis. (ARAÚJO, 2010, p. 580).

Nesse mesmo sentido, Pinto faz três importantes questionamentos e posteriormente cria hipóteses de qual perfil de mulher o eleitor aceita para cargos eletivos:

Verificar a possibilidade desse cenário nos leva a um novo questionamento: qual mulher o eleitor aceita nos cargos legislativos e executivos importantes? É possível imaginar três possibilidades de presença da mulher no cenário da política institucional: a mulher como cidadão, isto é, ela não se diferencia do homem por sua condição de gênero; a mulher que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico). Esta é a mulher que sabe seu lugar, mesmo na política. E uma terceira possibilidade é a mulher que chega à política pela sua luta feminista, ou, mesmo tendo outra trajetória, incorpora a luta pelos direitos da mulher como sua razão de militância. (PINTO, 2009, p. 67).

A autora aborda e explica o perfil de mulheres em que os eleitores brasileiros votam. O primeiro perfil, talvez o mais difícil de obter êxito, é a mulher como cidadã normal, sem diferença nenhuma por causa do seu gênero. O segundo pode ter uma feição mais desejada pelo eleitorado, ou seja, a mulher com instinto materno, de cuidar do outros. Possivelmente, nessa última visão, a mulher seja vista como a representante ideal, seguindo a linha do pensamento que, se ela sabe administrar e cuidar da casa, logo, será uma ótima líder política. E por fim, o terceiro perfil é o da mulher militante e/ou feminista, que provavelmente é eleita pelos votos de suas companheiras de luta.

Araújo (2013) segue no mesmo sentido de Pinto (2009), e enfatiza quatro formas para as mulheres conseguirem maior êxito eleitoral:

[...] as estratégias para alcançar maior equilíbrio de sexo tenderiam a passar: (i) pelos partidos, via consolidação de experiência partidária; (ii) por ocupação de cargos públicos; (iii) por formas de associação, de militância e de estruturação de redes ou representatividade pessoal e, sobretudo, (iv) pela disponibilidade de recursos financeiros, pessoais ou oriundos de redes e doações. (ARAÚJO, 2013, p. 87).

De acordo com Araújo (2013), além dos perfis apontados por Miguel e Pinto (2009), é necessário que as mulheres que desejam ingressar na política eleitoral sejam ou uma líder partidária que conquista seu espaço em algum grupo político, ou possuir cargo público de destaque, ou uma militante que luta por alguma causa específica, ou ainda, ser detentora de recursos (capital) financeiros.

Todos esses elementos são fatores que despertam o interesse dos partidos políticos em mulheres com potencial para serem candidatas e posteriormente eleitas. Esse é o chamado recrutamento partidário baseado em perfis testados. Sobre isso, destacamos as palavras de Araújo:

[...] o recrutamento partidário com vistas à competição eleitoral, isto é, a construção e definição de candidaturas, são mediadas por padrões e perfis eleitorais já testados e/ou com capital eleitoral capazes de estar efetivamente na competição. (ARAÚJO, 2005, p. 212).

Sendo o recrutamento partidário umas das principais vias de ingresso das mulheres no campo político, Araújo descreve quatro formas de acontecer tal seleção:

Recrutamento centralizado-informal: os interesses locais tendem a fazer-se presentes nas disputas mas é a elite central que exerce considerável controle e não há regras ou critérios explícitos e claros sobre recrutamentos ou definições de cargos; as decisões tendem a dar-se por meio de processos de barganha entre líderes centrais das frações internas que disputam o controle; tais decisões dependeriam muito da “simpatia” dos líderes partidários e de seu poder. [...] nesse sistema de “autocracia benevolente” as mulheres podem ser promovidas com relativa facilidade, dependendo da “simpatia” das lideranças partidárias e do seu poder. Mas sem salvaguardas institucionalizadas, tais ganhos podem ser rapidamente invertidos. Um segundo fator desfavorável é que qualquer mudança depende da disposição das lideranças para alterar o *status* existente e, portanto, mesmo as oportunidades que surgem podem ser eventualmente bloqueadas. (ARAÚJO, 2005, p. 204).

O recrutamento centralizado-informal, de acordo com Araújo (2005), acontece quando uma mulher começa a destacar-se e o partido visualiza o potencial eleitoral sobre ela. Não obstante, o principal ponto negativo é que todo o comando e decisões ficam com os principais líderes partidários. Dessa forma, a mulher será dominada por uma minoria dominante, que poderá restringir a trajetória dessa mulher.

Outra forma de seleção é o recrutamento informal e localizado; nesse, as mulheres também continuam limitadas, da mesma forma que no recrutamento centralizado-informal. Araújo argumenta:

O recrutamento *informal e localizado* seria mais encontrado entre os partidos pequenos. Não há regras padronizadas e, como as decisões ficam nas mãos dos representantes locais, as possibilidades de ações afirmativas ou metas de candidaturas de mulheres também seriam limitadas; seria mais difícil para as lideranças centrais jogar papel decisivo e certos atores, tais como mídia local, os financiadores individuais e lideranças locais, desempenhariam papel mais relevante. Neste caso, é difícil saber até onde os partidos podem agir para além da retórica. (ARAÚJO, 2005, p. 204).

Costumeiramente, os partidos pequenos são dominados por algumas pessoas com interesses pessoais e, dessa forma, as mulheres que entram nesses partidos acabam sendo condicionadas às decisões dos líderes partidários.

Já o recrutamento formal-localizado, que é um pouco diferente dos apresentados anteriormente, se configura por ser mais regionalizado. Araújo explica-o da seguinte forma:

O *recrutamento formal-localizado*: regras explícitas e burocráticas tendem a ser estabelecidas e implementadas nos processos decisórios e de seleção, por meio da organização nacional ou regional. [...] neste processo as escolhas dos indivíduos para competir são tomadas, sobretudo, no nível local, embora instâncias regionais possam desempenhar algum papel. Instâncias nacionais também podem monitorar processos e aprovar formalmente as escolhas, mas raramente decidem sobre elas. (ARAÚJO, 2005, p. 204).

No recrutamento formal-localizado, a seleção não segue um padrão, mas sim fatores locais, como pessoas que se destacam em suas comunidades, líderes comunitários e outras pessoas populares no local. Em outras palavras, os partidos, visualizando alguma pessoa com potencial e destaque, focalizarão nela para ser uma filiada e uma posterior candidata.

E por fim, Araújo apresenta o recrutamento formal-centralizado. Esse vem de cima para baixo, isto é, os líderes e os diretórios nacionais decidem quem serão os candidatos do partido. Citamos as palavras de Araújo sobre essa forma de seleção:

O *recrutamento formal-centralizado*: os líderes nacionais ou as executivas nacionais dos partidos teriam a autoridade constitucional para decidir quais os candidatos seriam prioritários para o partido. Esse tipo de recrutamento, [...] seria mais típico dos partidos comunistas. (ARAÚJO, 2005, p. 204).

A autora aponta que esse recrutamento é típico dos partidos comunistas, pois os líderes nacionais fazem toda a avaliação da pessoa para ver se ela se enquadra na ideologia do partido, bem como se de fato é uma militante da causa.

Além do recrutamento feito pelos partidos, outro fator de extrema importância no acesso das mulheres ao meio político são os capitais que cada uma carrega consigo, e são utilizados como estratégia. Nessa perspectiva Araújo (2005), Miguel (2003) e Pinto (2001) utilizam o conceito de Pierre Bourdieu sobre o capital político. Miguel destaca:

[...] há o conceito de capital político, extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu. Ele indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Se a palavra não houvesse sido tão malgasta, poder-se-ia dizer que capital político e carreira política estabelecem entre si uma relação dialética. É necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital. (MIGUEL, 2003, p. 115).

De acordo o autor, o capital político é uma forma de capital simbólico, dependente do reconhecimento fornecido pelos próprios pares. Como todos, em certos momentos-chave, lutam por votos, a popularidade contribui para tal reconhecimento, mas não é o único determinante.

Pinto (2001) afirma que um dos motivos da baixa participação das mulheres na política é a falta de capital político que faz com que alguns grupos dominem outros grupos. A autora assevera:

Daí advém um dos mais claros limites da participação política expressa em cargos conquistados em disputas eleitorais: a falta de recursos (capital político) dos grupos dominados e/ou mais frágeis para disputar com reais oportunidades os cargos eletivos. (PINTO, 2001, p. 102).

Nesse sentido, Miguel apresenta dois subtipos de capital político: o capital delegado e o capital convertido. O autor explicita-os da seguinte forma:

[...] existência de dois subtipos básicos de capital político, assim definidos: a) capital delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária; b) capital convertido, ou seja, a popularidade conseguida em outros campos e deslocada para a política e também a transferência do capital econômico, por meio de campanhas eleitorais dispendiosas. (MIGUEL, 2003, p. 121).

De acordo com Miguel, o capital delegado é aquele que o indivíduo carrega em virtude de outros cargos públicos que já ocupou. É evidente nos depararmos nas campanhas com pessoas que utilizam da sua ocupação para serem lembrados, como, por exemplo: “João da saúde” ou “professora Joana”, entre inúmeros outros. São, então, pessoas que geralmente se destacaram em suas funções e utilizam-se disso para serem lembrados e/ou comparados à qualidade do seu desempenho.

Já o capital convertido refere-se à popularidade de uma pessoa que geralmente é conhecida na mídia, no meio empresarial, no meio esportivo ou em outros campos, transferindo sua notoriedade para a política. Eis alguns exemplos de políticos que utilizaram esse capital para se alavancar: o artista circense brasileiro Tiririca, que utilizou da sua fama para se eleger deputado federal pelo PR-SP; e o ex-jogador de futebol e atual deputado federal Romário, que se elegeu pelo PSB-RJ.

Para Araújo, existem duas formas de construção de capital para o ingresso no campo político no Brasil:

[...] capitais necessários para o ingresso político. [...] no Brasil, [...] permanecem os dois ‘trancos’ de construção de capitais e ingresso, cujo peso tende a ser maior ou menor a depender do perfil ideológico partidário: os movimentos sociais e/ou grupos de interesse e o capital familiar. [...] o surgimento de um ‘novo tipo de capital’, o ‘capital institucional’. Passados os primeiros anos de redemocratização, nos quais a inserção nos movimentos sociais e/ou o capital familiar foram decisivos, o exercício de um cargo executivo, ou de cargos anteriores, surge como elemento importante para viabilizar uma candidatura [...] para quem não é ‘colocado’ como herdeiro político direto. O que se nota é que, à medida que a política, seus procedimentos e a execução de políticas públicas requerem maior institucionalização, ter participado ou participar de cargos [...] de destaque conta como experiência e formação de bases de simpatia, redes de apoio e legitimidade para pleitear ou aspirar a outros cargos eletivos. (ARAÚJO, 2010, p. 579-580).

Segundo a autora, uma forma de fortalecimento do capital político são os movimentos sociais e/ou grupos de interesse e/ou capital familiar. Nesse sentido, Araújo aponta que para as mulheres formarem seu capital é por meio da sua representação frente aos grupos de interesse aos seus movimentos sociais, ou pelo capital herdado pela família tradicionalmente política. A autora ainda continua:

Liderança pessoal, associativismo, vida pública e envolvimento com grupos de interesse tenderam a ser relevantes e podem ser aspectos associados com padrões de ingresso. Coerente com o peso da religião no país, o apoio da Igreja surge como um dos mais importantes. Redes de apoio são veículos importantes para a propagação das campanhas, mas as redes institucionais impessoais são mais mencionadas pelos homens, ao passo que as sociais foram-no pelas mulheres. Cargos e trajetórias públicas, assim como bases locais, são outras formas que aparecem como importantes canais formadores de capitais prévios para as candidaturas. A ocupação de espaços públicos associados com o exercício de alguma forma de poder parece, portanto, ser um traço de gênero que interage com estímulos e disposições para a disputa eleitoral e, ao que tudo indica, aumenta o potencial de elegibilidade. Pode-se, portanto, falar que as trajetórias de experiências públicas constituem formas importantes de recursos não financeiros. E os homens tendem sistematicamente a deter mais recursos do que as mulheres [...]. O histórico de familiares na política pode favorecer mais quem ingressa e disputa um cargo, mas tais históricos estão menos presentes entre as mulheres. [...] Esse item pode ser um indicativo de como o parentesco pode operar como um capital político positivo para recrutamento e ingresso. Por outro lado, cabe pensar na possibilidade de que a família venha enfraquecendo-se como recurso e canal de ingresso político à medida que seus padrões modificam-se e o país amplia a dimensão institucional das organizações [...]. (ARAÚJO, 2010, p. 84).

A autora supracitada aponta para importantes capitais e formas de ingresso de mulheres na política, a saber: mulheres com recursos financeiros superiores a outras, mulheres que são de famílias tradicionalmente envolvidas no meio político e/ou que já ocuparam cargos públicos, ou mulheres envolvidas com a religião ou funções de destaque na sociedade.

Obviamente, os recursos financeiros são aspectos de grande importância nas vias para o ingresso das mulheres na carreira política. Todavia, certamente apenas o dinheiro não é a única forma de entrada de mulheres na política. Ele apenas é um facilitador para isso, junto com outros elementos, como apontam Miguel e Biroli:

De forma esquemática, três tipos de recursos são necessários para a participação política em geral e, a fortiori, para a possibilidade de disputar cargos públicos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 667).

Os autores deixam claro que dinheiro é uma forma de fortalecimento para as mulheres aumentarem suas possibilidades de êxito eleitoral, acompanhada de tempo livre para dedicação à campanha e a trabalhos de interesse políticos, e uma ótima rede de contatos, no caso pessoas que irão auxiliar para o acesso neste campo.

Como já descrito anteriormente, Araújo assinalou outra forma respeitável de ingresso de mulheres na política, o pertencimento de famílias tradicionalmente políticas, hipótese essa também já apresentada anteriormente por Miguel. Da mesma forma Pinto, aponta para essa variável: “É bastante provável que a grande maioria dessas mulheres pertença a famílias políticas de suas regiões e esteja substituindo nas prefeituras maridos, pais e irmãos” (PINTO, 2001, p. 106).

Em grande parte dos seus escritos, Pinto aponta que um dos principais meios para as mulheres conseguirem seu espaço na política é por meio de sua família que tem histórico nesse campo.

Muitas mulheres acabam ingressando para a política por intermédio de sua família tradicionalmente ser desse campo. Esse é o caso dos Brizola, Figueiredo, Garotinho, Sarney e entre diversos outros exemplos de brasileiras que fizeram carreira política por meio do seu sobrenome, sucedendo ao seu avô, pai, tio, marido, irmão. Quando não sucedem um familiar, ocupam outro cargo político (exemplo: pai governador, filha deputada), em virtude do capital político que algum membro da sua família possui. Araújo destaca que

O parentesco tem sido considerado uma rota importante de acesso feminino à política institucional. Há evidências de que esse caminho não é particular às mulheres. Homens também herdaram capitais políticos, sobretudo de seus pais, mas também de irmãos, tios ou avôs. Tratar-se-ia, muito mais, da expressão do caráter pessoalizado e pouco democratizado da política. Mas as mulheres tenderiam a entrar mais por essa rota, fato que expressaria, também, a sua dificuldade de formar outros capitais, a sua menor inserção em canais sociais geradores de recursos políticos, bem como as dificuldades estruturais que marcam suas possibilidades de realizar projetos políticos. (ARAÚJO, 2010, p. 572).

Outro fator que auxilia muitas mulheres a adentrarem na política são os cargos e as funções que elas ocuparam na esfera pública; ou seja, elas são conhecidas pelo seu trabalho e, posteriormente, utilizam-se desse meio para migrarem para colocações eletivas. Sobre isso, Pinto et al. argumentam:

Uma das trajetórias muito presente na vida de políticos que detêm cargos eletivos é a passagem por posições de destaque nas administrações municipais, estaduais ou federal: secretários, ministros, presidentes de empresas estatais muito seguidamente torna-se candidatos com potencialidade de vitória. (PINTO et al., 2000, p. 35).

Para muitas mulheres que almejam a carreira política, os cargos de destaque são ótimas portas de acesso ao meio. Em pesquisas realizadas por Pinto, a maioria das mulheres que se elegeram possuíam cargos nas áreas da saúde, da assistência social ou da educação. Tais funções que remetem ao histórico da mulher como cuidadora, como mãe, como esposa, enfim, como pessoa reconhecida por ajudar, servir e educar (PINTO et al., 2000).

Sobre o apontamento feito por Pinto, que as mulheres têm sua imagem historicamente ligada à responsabilidade pelo lar, que inclui ser cuidadora, mãe e esposa, Miguel nomeia esse fenômeno como “política de desvelo”. Ele explica:

Sob o nome de “política do desvelo” (care politics) ou então de “pensamento maternal”, [...] as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. (MIGUEL, 2001, p. 258-259).

Outro consenso que os três autores utilizados nessa reflexão chegam é que a trajetória das mulheres para chegar até o cenário político é muito mais extenso, difícil e árduo do que a trajetória percorrida entre os homens. E mesmo quando uma mulher consegue se eleger, ela será questionada sobre sua competência. Sobre isso, temos as palavras de Pinto:

A posição da mulher em situação de liderança é sempre uma posição marcada, isto é, sempre o fato de ser mulher vai contar contra ou a favor no julgamento de sua atuação, o que dificilmente acontece com os homens: nunca se coloca entre as críticas a um ministro de Estado o fato de ser homem, o que facilmente acontece no caso de o ministro ser uma mulher. (PINTO, 2001, p. 103).

Esse é, de fato, um pensamento preconceituoso que ainda está impregnado em algumas pessoas, mesmo que muitas mulheres já demonstraram sua competência, conseguindo ser políticas iguais ou até melhores que os homens. Miguel e Biroli destacam que

O que afeta a ambição política é a avaliação da própria qualificação, muito mais rigorosa no caso das mulheres. Embora a formação escolar, as posições profissionais e as trajetórias sejam similares, elas tendem a se julgar menos preparadas para ocupar cargos públicos do que eles. E, o que é ainda mais significativo, homens que julgam a si mesmos como pouco ou nada qualificados têm muito mais chance de, ainda assim, cogitar entrar numa disputa do que mulheres que julgam a si mesmas de maneira similar. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 666).

Como já mencionado anteriormente, a questão gênero influencia significativamente na trajetória, sendo um caminho difícil para a maioria das mulheres que almejam carreira política, como assevera Araújo:

[...] o gênero influencia e media as trajetórias de homens e mulheres, mas isso não necessariamente é um resultado direto de percepções diferenciadas sobre o ser homem ou ser mulheres, ou de dificuldades estruturais que permeiam a vida social, de acordo com o sexo (ARAÚJO, 2010, p. 578).

Outro aspecto que os autores em pauta chamam atenção para as mulheres que se submetem à carreira política são os temas e seus discursos nas campanhas e posterior discurso e trabalho frente aos cargos eletivos que algumas conseguem conquistar, sendo esses os temas que os três autores costumemente se interessam em pesquisar e estudar. Pinto explica:

[...] durante o período de campanha eleitoral, pelo menos nas duas últimas eleições, na propaganda eleitoral gratuita de TV, foi surpreendente a quantidade de candidatos que colocaram em suas plataformas questões relacionadas aos direitos das mulheres. O tema não só ganhou legitimidade no discurso político, mas se constituiu como necessário para legitimar a própria pretensão eleitoral dos candidatos. (PINTO, 2001, p. 100).

A autora observou que grande parte das mulheres mantêm-se como sujeito e condição de ser mulher e foca-se nos direitos femininos, o que provavelmente leva muitas outras mulheres a votarem nessas, pois se sentirão representadas.

Araújo, por sua vez, faz outras observações e apontamentos referentes às últimas campanhas, tanto para os legislativos como para os executivos:

Perfil de campanha mais pessoal e menos institucional [...] mais comum entre mulheres. [...] estas dependem mais das redes informais localizadas e do chamado “trabalho de base”. [...] maior informalidade das suas campanhas. Mais informal e financeiramente débil, na média, também tem menos acesso ao HGPE¹. [...] Entre as mulheres, os recursos mais pessoais, como o corpo a corpo, surgem como meios mais usuais de passar a mensagem, ao passo que entre os homens, os meios mais citados passam por exposições menos pessoais. [...] mulheres apresentam formas mais pessoais, delimitadas e sociais de apoio, ao passo que homens apresentam formas mais impessoais, institucionais e abrangentes. Em suma, é possível sugerir que há um diferencial de sexo quando falamos de um padrão mais consistente de campanha. (ARAÚJO, 2010, p. 85).

Araújo nota que as campanhas são diferenciadas entre os homens e as mulheres. A hipótese é que talvez seja essa uma das estratégias e formas delas conseguirem êxito eleitoral.

O modo de fazer campanha das mulheres é de um formato mais pessoal, com foco no trabalho de base. São mais informais que os homens e utilizam de menos recursos financeiros. Dessa maneira, a estratégia delas é de estarem mais próximas ao eleitorado (ARAÚJO, 2010).

Talvez seja esse modo de fazer campanha, de maior proximidade e menos informalidade, faça com que, mesmo com poucos recursos financeiros, consigam resultados satisfatórios em suas carreiras políticas.

Além desse perfil, outro fator que as diferencia são os discursos que utilizam no período eleitoral. Quais são os temas, princípios e prioridades expostas por essas? Vejamos as palavras de Miguel:

Mulheres candidatas não precisam ter comprometimento com a questão feminina, e muitas vezes não têm. Enfim, é questionável a própria noção de que existem interesses objetivamente identificáveis, ligados às posições sociais. As mulheres podem discordar, como de

¹ Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

fato o fazem, sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar. (MIGUEL, 2001, p. 264).

Para Miguel, as mulheres não necessitam ter o compromisso de defender apenas questões ligadas a elas, pelo contrário, precisam abrir seu leque de temas e de debates. Contudo, representar a classe é um elemento de valorização pela trajetória de lutas que as mulheres já percorreram, conforme destaca Araújo:

[...] o discurso das candidatas tende a falar às mulheres, sobretudo, como mães e como cuidadoras, e menos como sujeitos e indivíduos. Temas que as interessariam na condição de cidadãos e indivíduos, tais como emprego, são pouco tratados. [...] Uma hipótese é a de que, ao lado de uma densidade de disputa circulando em torno desses conteúdos, isso poderia gerar um resultado de generalidade e banalização temáticas desfavoráveis às mulheres em uma campanha eleitoral. (ARAÚJO, 2010, p. 86).

De acordo com Araújo, os discursos das candidatas objetivam as conquistas e a representação das mulheres, sempre focando os direitos femininos e o instinto materno. Em outras palavras, pode-se descrever como uma campanha de “mulher para mulher”.

Um discurso similar costuma ser defendido pelas mulheres após conquistarem o cargo que disputaram, sendo esse um dos objetivos das últimas pesquisas e estudos de Araújo, Pinto e Miguel. Nesse tocante, Pinto assevera:

A presença de muitas mulheres nas casas legislativas sem dúvida seria reveladora de um aumento da participação política da mulher e isso estabeleceria um novo patamar a partir do qual a questão da representação se coloca. A presença de um conjunto de propostas defendidas pelo feminismo revela uma outra situação, que é a da participação na política institucional de um sujeito político construído a partir de sua condição como mulher em relação às outras posições políticas e identitárias presentes no campo político. No caso brasileiro chama a atenção que, apesar de uma muito baixa presença de mulheres nas casas legislativas, há uma presença muito constante dos temas dos direitos das mulheres principalmente na Câmara dos deputados. E deve-se levar em conta que as deputadas não são em sua esmagadora maioria feministas ou ligadas a movimentos de mulheres. (PINTO, 2001, p. 107).

A autora assinala que, mesmo com poucas mulheres nos legislativos brasileiros, os temas ligados aos direitos das mulheres aparecem significativamente.

As poucas que conseguem suas cadeiras nas casas de leis costumam se apresentar como condição de mulher e buscam representar a classe.

Miguel afirma que os temas mais defendidos pelas mulheres são de âmbito social, como ele já descreveu anteriormente a “política do desvelo”. Não porque seja o único assunto de interesse delas, mas porque os homens costumam deixá-lo para elas, ao passo que dominam os demais temas. Miguel argumenta:

Por outro lado, no âmbito parlamentar, ao que parece, as mulheres se ocupam com mais frequência de temas “sociais” do que de hard politics (administração pública, política econômica, relações internacionais). Mas isto ocorre, muitas vezes, porque se trata do único nicho disponível para elas no campo político. Assim, o sucesso das políticas que visam a ampliação da presença feminina nos foros de poder traria, como consequência, a destruição deste argumento, na medida em que permitiria que as mulheres disputassem, de forma mais intensa e com maiores possibilidades de êxito, também as áreas que hoje são quase-monopólio dos homens. (MIGUEL, 2001, p. 261).

Mesmo que as mulheres conquistem seus espaços na política, elas acabam sendo dominadas pelos homens, que sempre são a maioria nos legislativos. Uma das formas são os homens se apossarem de alguns temas, ficando uma divisão entre assuntos deles e o que resta para elas. O autor supracitado continua:

É legítimo argumentar que os temas considerados femininos são importantes, talvez até mesmo mais importantes do que os outros; concretamente, porém, trata-se das questões de menor prestígio do campo político, questões que exigem menos capital simbólico de quantos delas se ocuparão e lhes alavancam de forma menos expressiva a carreira futura. O discurso da “política maternal” propõe uma alteração da hierarquia de prestígio das atividades políticas, o que merece reflexão, mas ao mesmo tempo parece eternizar a divisão do trabalho político, insulando as mulheres no seu nicho próprio e destinando aos homens as tarefas que, ao menos por enquanto, são as mais valorizadas socialmente. (MIGUEL, 2001, p. 261).

Mesmo que as mulheres levantem a bandeira e defendam a sua classe, por muitas vezes esses temas são vistos com menos importância do que os assuntos debatidos e defendidos pelos homens.

Até o momento, apresentou-se contextos históricos, trajetórias, formas de recrutamento, capitais, formas de campanhas, temas, e entre várias outras variáveis no que tange à inserção de mulheres na política. Contudo, Pinto faz três

questionamentos importantes sobre a problemática da participação das mulheres na política:

Três perguntas aqui ajudam a avançar em nossa problemática da participação política da mulher: deve-se lutar pelo aumento do número de mulheres nos legislativos e na política de forma geral, como forma de fazer justiça ao gênero? Ou o importante é lutar pela presença de mulheres imbuídas de sua condição de sujeito político mulher, isto é, o sujeito feminista? E, finalmente, se o que é importante é a presença do sujeito político feminista, este necessita de um corpo feminino para se fazer presente? As duas primeiras perguntas têm respostas positivas, ao contrário da terceira: é importante a presença numérica da mulher, bem como a presença da mulher como sujeito de sua condição de mulher, mas, por outro lado, o sujeito político feminista não necessita ser uma mulher. (PINTO, 2009, p. 65).

Como já destacado, as mulheres que conseguem sucesso eleitoral poderiam defender e representar a sua classe. Nada impede que homens trabalhem esses temas nos legislativos, mas a necessidade de mais mulheres equilibraria a defesa desses assuntos de pessoas que vivem essa realidade.

Em busca de um maior equilíbrio entre homens e mulheres na política, o Brasil criou a Lei 9.504/97, por meio artigo 10, §3º, que assegura a reserva de 30% e 70% de vagas para cada sexo – esse tópico será abordado a seguir –, o que talvez justifique essa porcentagem maior. Como nos cargos de governador e senador essa lei não se aplica, o número de candidatas é extremamente baixo se comparado aos homens.

Como já mencionado, a Lei 9.504/97, posteriormente alterada pela Lei Nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009, foi um marco importante para os direitos políticos das mulheres no Brasil. Essa lei estabelece normas para as eleições assegurando para os cargos legislativos do país a reserva de no mínimo 30% e de no máximo 70% de candidaturas para cada sexo. Miguel discute isso, ao afirmar que

Da mesma forma que a conquista do direito das mulheres ao voto e à elegibilidade faz parte de um processo mundial, a conquista de cotas por sexo em processos eleitorais também se dá em diferentes países e vai, aos poucos, colocando-se como uma forma incisiva de se fazer política. Uma política de ação direta, que interfere nas hierarquias das estruturas de poder e altera imediatamente as relações desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. Estas políticas interferem, modificam, trazem o outro, no caso a outra, para a cena.

Contribuindo para mesclar o mundo de mulheres e homens.
(MIGUEL, 2000, p. 21).

Com essa legislação, muitas mulheres ganharam espaço em seus partidos e em cenários políticos, mas muitas vezes elas são colocadas como elementos de cumprimento da lei, fornecendo apenas seus nomes para comprimir a porcentagem mínima.

Outro elemento que necessita ser observado nessa lei é que ela serve apenas para a porcentagem de candidaturas e não de eleitos. Em outras palavras, mesmo que tenha no mínimo 30% de mulheres candidatas, isso não significa que esse percentual de vagas represente êxito eleitoral. Muitas acabam optando por partidos mais fracos que outros. Isso acontece porque às vezes a mulher conquista mais votos do que outros candidatos de partidos mais fortes, mas não consegue lugar no poder público.

Certamente, com mais mulheres candidatas em virtude da legislação de cotas, ocorre um aumento de mulheres na política, pois assim os partidos necessitam cumprir a lei eleitoral e dar espaço para elas. De acordo com Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em cada eleição para vereador, claramente, como se pode aferir por meio dos números destacados abaixo, a lei de cotas impulsionou significativamente o ingresso de mulheres nas Câmaras. Em relação à disputa eleitoral, de acordo com o TSE, o número de candidaturas femininas alcançou 31,7% do total de registros nas últimas eleições de 2012, o que significa um avanço considerável. Assim, o tribunal faz uma comparação das eleições de 1992 a 2012, obtendo o seguinte resultado exposto na tabela a seguir:

Tabela 2: Número e percentual de mulheres eleitas para as Câmaras Municipais no Brasil

Ano	Número de Vereadoras Eleitas	Porcentagem de mulheres eleitas
1992	3.952	7,4
1996	6.536	11,1
2000	7.001	11,6
2004	6.555	12,7
2008	6.504	12,5
2012	7.648	13,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: TSE.

Claramente, como se pode aferir por meio dos números destacados acima, a lei de cotas impulsionou significativamente o ingresso de mulheres nas Câmaras Municipais, mesmo que muitos partidos acabem inscrevendo mulheres como forma de atender a legislação, essas ganham espaço para apresentação de suas propostas e adquirindo êxito eleitoral. Na tabela anterior, pôde-se observar a importância da lei de cotas. No ano de 2012, quando a legislação foi aplicada com rigorosidade, 7.648 mulheres conquistaram uma cadeira no legislativo municipal, realidade totalmente diferente de dez anos atrás. Em 1992, apenas 3.952, reflexo de quando as mulheres não possuíam um amparo legal referente à porcentagem de candidaturas. Assim, em 2012, 3.696 mulheres a mais obtiveram sucesso eleitoral. Araújo destaca:

A aprovação da política de cotas e sua implantação é, em si, um fato positivo, pois possibilita tornar visível na agenda político eleitoral a sub-representação das mulheres e estabelecer responsabilidades partidárias quanto à alteração deste quadro. Mas sendo estes os seus objetivos, faz-se necessário cotejá-los com os resultados obtidos, não apenas olhando para as candidaturas, mas também para quem se elege, uma vez que as mulheres, assim como os homens, querem “estar lá”, e não apenas competir. (ARAÚJO, 2001, p. 246).

Tanto Araújo, como Pinto e Miguel apontam que a lei de cotas é omissa ou, por muitas vezes, serve apenas para criar candidatas “fantasmas”, pois os partidos não cumprem com o proposto desta lei. Portanto, observa-se que muitos partidos, para cumprir com a legislação, utilizam de mulheres que apenas fornecem seus dados para auxiliar seu grupo político. Muitas dessas mulheres são filhas, esposas ou irmãs de candidatos. Pinto acrescenta a discussão por afirmar que

O exame da participação política da mulher no Brasil tem trazido para a discussão a problemática da baixa participação, que sejam tomados como referência os legislativos estaduais, federais ou municipais, querem se tomem os cargos executivos em todos os níveis. Mesmo após a lei que garantiu cotas as mulheres nas listas partidárias, as dificuldades se mantiveram, ou os partidos simplesmente não obedecem a lei ou completam suas listas com “falsas” candidatas que na verdade não fazem campanha. (PINTO, 2001, p. 99).

Analisando planilhas de candidatas no TSE, é nítido o número de mulheres que não obtiveram nenhum voto; isso significa que são essas “falsas” candidatas

que Pinto demonstrou. Com isso, apenas o número de candidatas até aumenta, mas não significa que essa lei veio para aumentar o número de eleitas. Miguel assevera:

O que a lei é capaz de propor, em última análise, é uma espécie de pedagogia para os líderes partidários. A médio e longo prazo, as direções dos partidos perceberiam que as vagas femininas ociosas ou preenchidas *pro forma* não agregam votos às suas listas e, portanto há benefícios para quem é capaz de lançar candidatas competitivas. (MIGUEL, 2006, p. 382).

Nesse sentido, o maior número de candidaturas pode estar associado a uma maior emancipação feminina. Com o aumento da participação no sistema eleitoral, o que agrega mudanças morais na política, possibilita-se uma construção nas relações honestas e éticas entre os envolvidos, apesar de que a cultura é um fator mais influente do que a questão de gênero neste aspecto (ROSEVICS; NICOLÁS; RESENDE, 2008).

Continuando a discussão, Miguel expõe:

De fato, o princípio “um homem (depois acrescentado: ou uma mulher), um voto” deve permitir que cada indivíduo determine quais das suas características deseja exprimir na arena política: é o princípio liberal da auto-identificação do interesse que, combinado com um sistema eleitoral de representação proporcional, garantiria por definição uma justa constituição do parlamento. Neste caso, se as próprias mulheres julgassem importante a ampliação do número das suas representantes, elas a promoveriam, inscrevendo-se nos partidos, forçando o lançamento de candidaturas e elegendo mulheres. Se não o fazem, é porque não acham necessário. Seria legítimo procurar mudar esta avaliação, através do debate político, mas não forçá-la através de instrumentos legislativos como a adoção de cotas mínimas, o que limitaria a autonomia dos eleitores. (MIGUEL, 2001, p. 257).

Por outro lado, como já foi mencionado anteriormente, a maioria absoluta da população brasileira é composta por mulheres, que por muitas vezes são criadas para certos papéis e não sendo permitidas aos mesmos direitos que os homens; Uma maior união entre as mulheres, e talvez se as elas votassem em mulheres essa seria a principal força motriz para a mudança do cenário da baixa participação de mulheres no campo político.

Após refletir sobre o papel da mulher na política, o próximo capítulo abordou um campo mais específico da atuação da mulher na política, isto é, na Câmara Municipal de Guaíra – PR.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DAS MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – PR

Com a Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, ocorreu a emancipação do município de Guaíra, no estado do Paraná. Após um ano de debates, de estudos e de negociações, decidiu-se pela autorização da primeira eleição municipal. Essa eleição aconteceu no dia 14 de novembro de 1952. Um mês seguinte, o município foi instalado e, nessa mesma data, tomou posse o primeiro prefeito, bem como os primeiros vereadores (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

Ao recorrermos à história do município, encontram-se os seguintes dados:

No Brasil da Era Vargas, Guaíra dá seus primeiros passos político-administrativos e elege em 9 de novembro de 1952 o primeiro prefeito e os primeiros vereadores. Foram eleitos na ocasião o prefeito Gabriel Fialho Gurgel e os vereadores Alexandre José da Silva, Arnaldo Bacchi, Osires Soley, Gody Werner, João Campos Lopes, Otacílio Amaral dos Santos, Fernando Maciel Foster, Joaquim Dornelles Vargas e Vicente Augusto Brilhante, este último o primeiro presidente da Câmara de Vereadores.²

No último censo demográfico, que ocorreu no ano de 2010, o município possuía um total de 30.704 habitantes, com população estimulada para o ano de 2015 de 32.591. A área da unidade territorial (km²) é de 560.485, com a densidade demográfica (hab./km²) de 54,78. Além dos royalties, a economia de Guaíra é sustentada pela agricultura familiar, com as culturas de milho, soja e trigo. O município está localizado às margens do Rio Paraná e faz fronteira com o Paraguai. Pelo grande fluxo comercial localizado na cidade paraguaia de Salto Del Guairá, muitos habitantes do município acabam investindo no comércio e trabalhando nesta cidade, enfraquecendo assim o comércio de Guaíra. O gentílico daqueles nascidos em Guaíra é guairense. (IBGE, 2015; GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

Em virtude desse total de habitantes, o município possui onze vereadores. O artigo 29 da Constituição Federal dispõe sobre a composição das Câmaras Municipais, que são compostas de no mínimo 09 e no máximo 55 vereadores, conforme a população de cada município, como demonstra a tabela a seguir:

² Informações disponíveis em: <http://www.camaraguaira.pr.gov.br/historia-do-poder-legislativo-de-guaira>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

Tabela 3: Composição das Câmaras Municipais de acordo com o art. 25 da CF

N. Vereadores	Número de Habitantes	N. Vereadores	Número de Habitantes
09	até 15 mil	33	1,05 milhões até 1.2 m.
11	15 mil até 30 mil	35	1,25 milhões até 1,35 m.
13	30 mil até 50 mil	37	1,35 milhões até 1.5 m.
15	50 mil até 80 mil	39	1.5 milhões até 1.8 m.
17	80 mil 120 mil	41	1.8 milhões até 2.4 m.
19	120 mil até 160 mil	43	2.4 milhões até 3 m.
21	160 mil até 300 mil	45	3 milhões até 4 m.
23	300 mil até 450 mil	47	4 milhões até 5 m.
25	450 mil até 600 mil	49	5 milhões até 6 m.
27	600 mil até 750 mil	51	6 milhões até 7 m.
29	750 mil até 900 mil	53	7 milhões até 8 m.
31	900 mil até 1.050 milhões	55	mais de 8 milhões

Fonte: Constituição Federal, 1988.

Atualmente a câmara esta em sua décima quinta legislatura. Um fator que chama a atenção, e ganhou vários destaques em mídias, é a quantidade de mulheres que ocuparam cadeiras no legislativo. Das quinze legislaturas, sete eram ocupadas por mulheres. Em destaque, atualmente conta-se com quatro mulheres de onze vereadores.

Esse dado coaduna-se às palavras de Araújo:

[...] o acesso das mulheres à representação política é condicionada por um conjunto de fatores que ultrapassam a engenharia do sistema político, mas que tal engenharia tem um peso e pode favorecer mais ou menos o ingresso feminino na política. (ARAÚJO, 2005, p. 193).

Na primeira eleição ocorrida em 1952, elegeram-se apenas homens, tanto para o executivo como para o legislativo. Neste mantado foram nove as vagas destinadas a câmara municipal.

No Brasil da Era Vargas, Guaira dá seus primeiros passos político-administrativos e elege em 9 de novembro de 1952 o primeiro prefeito e os primeiros vereadores. Foram eleitos na ocasião o prefeito Gabriel Fialho Gurgel e os vereadores Alexandre José da Silva, Arnaldo Bacchi, Osires Soley, Gody Werner, João Campos Lopes, Otacílio Amaral dos Santos, Fernando Maciel Foster, Joaquim Dornelles Vargas e Vicente Augusto Brilhante, este último o primeiro presidente da Câmara de Vereadores. (Em: <http://www.camaraguaira.pr.gov.br/historia-do-poder-legislativo-de-guaira>. Acesso em: 23 de abril de 2015).

Da mesma forma que a primeira, a segunda composição da câmara (1956-1960) foi por nove homens. E apenas o ex-presidente Vicente Augusto Brilhante reelegeu-se. Consigo elegeram-se: Antônio Bordin, Ivo Miranda Ramos, João Manoel Zeballos, João Batista de Oliveira, Leto de Oliveira Medeiros e Norberto Rieger.

Novamente na terceira legislatura (1960-1964), nove homens ocuparam as cadeiras do legislativo, com duas reeleições, no caso os vereadores Ivo Miranda Ramos e Leto de Oliveira Medeiros, com ele elegeram-se: Gabriel Fialho Gurgel, Gardelino Manoel Cassol, João Aparecido de Moraes, Luiz Augusto de Moraes Rego, Ney Margotti Mazzucco, Pedro Cândido da Silveira, Pedro Rui.

Na quarta legislatura (1964-1968), a dominação masculina na câmara permaneceu, e o fator que chama a atenção nesta legislatura, é que não houve nenhuma reeleição. Foram empossados os vereadores Vicente F. Souza, Antônio Pratti, Celso Mérida, Ítalo Rossi, Haroldo Zager, Manoel R. Lima, Aristides A. Oliveira, José R. de Carvalho, Armando L. de Carvalho.

Com o maior numero de reeleições, a quinta legislatura (1969-1973), contou novamente apenas com homens. Três foram os reeleitos, Antônio Pratti, Ítalo Rossi e Celso Mérida. Juntaram-se a eles: Sebastião Camarini, Alfredo Schmidtke, Guerrino Cavalieri, Francisco J. Gomes, José F. Ulbrick, Kazuo Kimura.

Já a sexta legislatura (1973-1976), ainda foi composta apenas por nove homens, mas com alguns diferenciais. Pela primeira vez um vereador se reelege pela terceira vez, no caso o edil Celso Mérida. Outro fator que ocorreu pela primeira vez, foi a volta de um vereador que pertencia a duas legislaturas anteriores. O vereador Vicente Fidelis de Souza pertenceu à quarta legislatura, ficando fora na quinta e voltando na sexta. Nesta também aconteceu uma reeleição da anterior, o vereador Sebastião Camarini. Junto as estes nomes citados estavam: Caetano Cavalieri Filho, Jurandir D. de Oliveira, José Maria de F. Collin, Manuel Rodrigues Agostinho, Samuel Benck, Toshiro Takashima.

Na sétima legislatura (1977-1981) os homens ainda são os dominantes, todas as nove cadeiras ocupadas por eles. Nesta ocorreram a reeleição de Jurandir D. de

Oliveira e Samuel Benck. Juntaram-se a estes: Osvaldino da Silveira, Emanuel Silveira Barreto, Ermínio Vendruscolo, Eliseu Reis, Francisco Luz Borges, Luziano Welter, Jeremias de Oliveira Lobato.

A sétima legislatura foi marcada pelo ingresso de algumas famílias que fizeram tradição na política de Guaíba, como o caso do vereador Osvaldino da Silveira, que aparecerá em diversas outras, e das raras vezes que não aparece como vereador, o mesmo se elegeu prefeito ou vice, mas deixando o cargo de vereança para sua esposa. Este vereador além antes de fazer carreira política no município de Guaíba, fez historia politica no estado do Rio Grande do Sul. Nesta ocorreram à introdução da família Vendruscolo, família tradicional na política guairense.

Da primeira (1952-1956) à sétima (1977-1981) legislatura da câmara a representação foi exclusivamente masculina. A oitava legislatura (1983-1988) foi um marco para as mulheres na política de Guaíba, pela primeira vez na historia uma mulher se elege vereadora. Das nove cadeiras, uma foi ocupada por Nélida E. Zeballos Rolon.

Esse fato é de suma importância, como afirma Pinto:

[...] a importância da presença por duas razões igualmente significativas. A primeira delas é que essa presença revela uma mudança de cultura na sociedade, que vota na mulher. De uma sociedade que não admite mulher na vida pública, para uma sociedade que vota em mulher para cargos públicos, há uma grande distinção que é reveladora de avanços nas lutas das mulheres por direitos. Difícil imaginar uma mudança nessa direção sem um vigoroso movimento feminista na retaguarda. A segunda razão diz respeito ao fato de que a presença, mesmo que esteja muito distante das lutas feministas, é um espaço aberto para essas lutas. (PINTO, 2009, p. 67).

Como já mencionado, o ingresso da primeira mulher no legislativo municipal talvez seja uma hipótese para o fato de que, a partir de então, nesse município, outras mulheres despertaram o interesse pelo campo político. Na legislatura seguinte (1989-1993), dos nove membros da câmara, três foram do sexo feminino. Foram elas: Maria Elci Venâncio da Silva, Suemy Aparecida Eloy Foletto e Vera Maria F. Cassol.

Notoriamente, o município de Guaíra - PR destaca-se quando o assunto é mulheres no campo político. Após a entrada da primeira mulher nesse meio, apenas em uma legislatura não se registrou a presença de vereadoras, deixando a casa de leis sobre domínio masculino. Certamente, as mulheres dessa localidade as mulheres consideram importante e democrático a participação feminina no campo político. A nível nacional Miguel (2001) critica a ausência de mulheres no campo político:

De fato, o princípio “um homem (depois acrescentado: ou uma mulher), um voto” deve permitir que cada indivíduo determine quais das suas características deseja exprimir na arena política: é o princípio liberal da auto-identificação do interesse que, combinado com um sistema eleitoral de representação proporcional, garantiria por definição uma justa constituição do parlamento. Neste caso, se as próprias mulheres julgassem importante a ampliação do número das suas representantes, elas a promoveriam, inscrevendo-se nos partidos, forçando o lançamento de candidaturas e elegendo mulheres. Se não o fazem, é porque não acham necessário. Seria legítimo procurar mudar esta avaliação, através do debate político, mas não forçá-la através de instrumentos legislativos como a adoção de cotas mínimas, o que limitaria a autonomia dos eleitores. (MIGUEL, 2001, p. 257).

Nessa legislatura, percebeu-se que as mulheres de Guaíra ganhariam destaque na política. Inúmeros municípios brasileiros nunca possuíram mulheres na composição de suas câmaras. Outros até tiveram, mas com baixa representatividade.

Na décima legislatura (1993-1996), por conseguinte, houve um aumento de cadeiras na câmara de Guaíra, de nove para doze. Dessas, duas foram ocupadas por mulheres, sendo a reeleita Suemy Aparecida Eloy Foletto e a entrada de Alice Alves Bezerra Lima.

Após a entrada da primeira mulher no legislativo guairense até a atual formação da câmara, apenas uma legislatura – a décima primeira (1997-2000) – não contou com representante do sexo feminino.

A décima segunda legislatura (2001-2004) contou com apenas uma mulher, de um total de onze vereadores, mas essa chama a atenção na política da cidade. O ingresso de Tereza Camilo dos Santos na câmara de vereadores ganha grande destaque. Após sua entrada no campo político, ela conseguiu fazer carreira política, pois mantém seu cargo de legisladora até a atual legislatura.

Já na décima terceira legislatura (2005-2008) as mulheres voltaram com mais força para a casa de leis. De um total de dez cadeiras, três foram ocupadas por elas. Juntam-se a reeleita Tereza Camilo dos Santos as ingressas Kátia Cilene F. Souza e Edilaine V. Ortiz Comunello.

Percebe-se certa renovação quando o assunto são vereadoras no município, mas esse fator não ocorreu na décima quarta legislatura (2009-2012). Das nove vagas, duas foram ocupadas por mulheres, já conhecidas na política. Conseguiram êxito as reeleitas Kátia Cilene F. Souza e Tereza Camilo dos Santos.

Por fim, e objeto deste estudo, na atual legislatura (2013-2016), quatro mulheres estão exercendo a função de vereadoras de um total de onze cadeiras. Três são novas, no caso: Franciele Danelon, Mirian Teleste e Rosana de Lima Brizzi, e a reeleita pela quarta vez: Tereza Camilo dos Santos.

Outro fator que chama a atenção para as mulheres na política de Guaíra foi que no ano de 1992 o município teve três candidatos para prefeito; porém, o fato ganhou notoriedade foi a candidatura de duas mulheres. E uma conseguindo êxito como prefeita; a primeira mulher a comandar o executivo da cidade. Conforme destacam Gregory e Schallenberger,

Na eleição de 3 de outubro de 1992, Guaíra teve três candidatos ao cargo de prefeito: Ada Mafalda Benassi da Silveira, Fernando Lopes Quintas e Maria Elci Venâncio da Silva. Foi eleita Ada Mafalda Benassi de Silveira, como a primeira mulher escolhida para administrar o município de Guaíra, de 1993 a 1997. (GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008, p. 273).

Em um período que praticamente toda a sociedade e as elites políticas desprezavam as mulheres, deixando por muitas vezes elas responsáveis pelo espaço privado, o município de Guaíra já se destacava quando o assunto era mulheres no campo político. Além de já terem possuído mulheres no legislativo, duas disputaram o cargo de prefeita. Uma conseguindo êxito, algo muito difícil de acontecer em praticamente todas as sociedades. Além de vereadoras e prefeita eleitas, em outros mandatos mulheres também foram eleitas para o cargo de vice-prefeitas.

Nesse sentido, percebe-se que o município não segue o cenário nacional apontado pelos autores e suas literaturas, pelo contrário, possui mulheres com a mesma força e proporção do que os homens. A autora esclarece:

Um fato incontestado no processo eleitoral brasileiro é a ausência de candidatas mulheres em número expressivo, que possa garantir uma disputa com os candidatos homens em proporções mais igualitárias. A resposta para essa ausência é complexa, e não é um fenômeno unicamente brasileiro. (PINTO, 2009, p. 68).

A autora ainda afirma que a ausência das mulheres no campo político é um fenômeno nacional, estadual e municipal: “No Brasil, a pouca participação da mulher no jogo político institucional é um fenômeno que se manifesta em termos nacional, estadual e municipal” (PINTO, 2009, p. 61). Nesse sentido, Guaíra caminha na contramão com a realidade política. Em especial, a legislatura que chama a atenção, e ganhou espaço na mídia, é a atual, que possui quatro mulheres. E esse fenômeno despertou a indagação de como essas mulheres conseguiram êxito eleitoral. Uma resposta adequada para esta questão não pode ser obtida com dados disponíveis, em particular a opinião dos eleitores. Mas a tentativa de compreensão de elementos relacionados a este tema pode ser realizado.

Diante desse cenário ímpar, esta pesquisa buscou identificar e relacionar a trajetória política, os trabalhos executados e os discursos das vereadoras da legislatura 2013 a 2016, no município de Guaíra – PR. Para tanto, foram analisados e comparados primeiramente as indicações, os requerimentos, os projetos de leis e os projetos de resolução de janeiro de 2013 até dezembro de 2015, período da realização da pesquisa. Ademais, foram analisados e comparados os temas abordados pelas vereadoras.

Em anexo (ANEXO I) segue histórico completo da câmara do município de Guaíra, disponível no sítio da casa de leis.

3 AS MULHERES VEREADORAS DA LEGISLATURA 2013/2016 DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PR: DISCURSOS E PRÁTICAS

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo repousou na apresentação, no estudo e na análise dos discursos e práticas das vereadoras da legislatura 2013/2016 de Guaíra, objeto de pesquisa dessa dissertação.

O foco foi apresentar o perfil das quatro vereadoras, com a intenção de observar as peculiaridades, as semelhanças, nas trajetórias, nos discursos, nas práticas e nos atos das vereadoras Franciele de Lima Danelon, Mirian Celeste dos Santos, Rosana de Lima Brizzi e Tereza Camilo dos Santos.

Antes, porém, apresenta-se a seguir os dados disponíveis oficialmente das vereadoras, bem como do trabalho que elas executam nessa função. Todas as informações apresentadas são baseadas nas publicações do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, do Sítio e material fornecido pela Câmara de Vereadores de Guaíra, do Sítio Placar Eleições da Uol, do Sítio Quadro Político e do Sítio Eleições Info.

Em anexo (ANEXO II) está o regimento interno da Câmara de Guaíra, o qual delibera sobre os atos que serão apresentados do decorrer do texto, como por exemplo: indicações, requerimentos, projetos, comissões, mesa diretiva e demais instrumentos utilizados pelas vereadoras.

3.1 FRANCIELE DE LIMA DANELON

A vereadora Franciele de Lima Danelon é natural do município de Guaíra - PR, onde atualmente é a vereadora mais jovem, com trinta e quatro anos. É divorciada, mãe e membra de uma família tradicional na política local. Possui formação em pedagogia e trabalha como coordenadora pedagógica em uma universidade da cidade.

Foi eleita pela primeira vez em 2012, pelo Partido dos Trabalhadores – PT, com o total de 533 votos, representando 2,92% dos votos válidos, obtendo a quinta colocação entre os onze vereadores e a primeira entre as quatro mulheres.

Na proporcional, a vereadora fez parte da coligação PT/PDT/PSC/PSB, na qual foi a única mulher eleita por esse grupo. Já na majoritária, integrou a coligação “Guaíra para todos”, dos partidos PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PR, PPS, DEM, PSB, PSD e PC do B, do atual prefeito Fabian Persi Vendrusculo também do PT. Esse

grupo político possui a maioria na atual legislatura com sete vereadores, contra quatro de oposição.

A vereadora também foi candidata na eleição de 2008, quando não obteve êxito, ficando como suplente na décima quinta posição. É necessário apontar que naquele ano a câmara possuía apenas nove cadeiras, diferentemente da atual legislatura que conta com onze, mas, mesmo assim, a então suplente teve a oportunidade de assumir temporariamente o posto de vereadora, expondo à cidade seus interesses e proposições. Esse fato provavelmente tenha contribuído para o êxito na eleição de 2012.

O cargo de vereador já foi ocupado anteriormente por outro membro da família Danelon; trata-se de seu irmão, que foi vereador na legislatura 2001-2004, sendo candidato na eleição subsequente; porém, não obteve êxito, ficando apenas como suplente. Além de vereador, ele ocupou outras funções políticas, como secretário de saúde e secretário de infraestrutura.

Quando se candidatou pela segunda vez para vereadora, obtendo êxito, a vereadora Franciele estipulou seu limite de gastos em R\$ 300.000,00, este valor é informado por cada candidato como teto máximo de gastos na campanha, mas acabou gastando apenas R\$ 12.500,00. Mesmo assim, a vereadora foi a segunda entre as quatro mulheres que mais gastou na campanha eleitoral. Sobre os valores gastos na eleição de 2008, não foram encontrados dados.

Entre as vereadoras, Franciele foi a que mais utilizou a tribuna, de 2013 a 2015, totalizando quarenta e nove vezes. As suas falas das tribunas estão relacionadas aos assuntos que estão ocorrendo no momento, exemplo disso foi a questão indígena em 2014, greve dos professores e dos servidores do estado do Paraná em 2015, entre outros temas em voga no estado.

Um apontamento importante sobre os pronunciamentos das vereadoras na tribuna é que elas, em uma única vez que utilizam essa ferramenta, abordam diversos assuntos, assim, a seguir, serão abordadas as quantias das menções aos temas e não a quantia de vezes que utilizou esse espaço.

A maioria das menções feitas pela vereadora Franciele na tribuna, chegando a cinquenta e oito vezes, foram temas relacionados à educação. Já na primeira vez que utilizou a tribuna, ela informou que a educação seria seu caro chefe.

E nesse sentido, a vereadora Franciele possuiu uma peculiaridade que a diferencia de todas as outras vereadoras e vereadores do município. Dessas

cinquenta e oito vezes que abordou o tema educação, mais de vinte foram sobre educação especial, especificamente crianças com autismo. Dentro deste tema – educação especial -, realizou abordagens de informações, solicitações de qualificação para profissionais que trabalham com crianças especiais, normativas federais e entre outros assuntos pertinentes à discussão, como se pode observar no excerto abaixo:

A palavra inclusão ela é bonita, tem que existir hoje porque é lei, porém a gente vê a deficiência das nossas escolas e dos nossos professores por ser algo novo, e eles não estão sabendo lidar com as crianças em sala de aula, quando eu falo isso é no sentido até mesmo do conteúdo curricular.

É necessário apontar que a vereadora é mãe de uma criança com autismo, e por diversas vezes refere-se a ele quando aborda algo referente à educação especial. A vereadora palestra em diversos locais sobre o tema, e em todas aborda que ela utiliza da vereança para auxiliar as crianças com este problema. Em uma palestra que ministrou para os alunos do curso de formação docente do Colégio Estadual Presidente Roosevelt de Guaíra, ela utilizou a seguinte fala:

Não foi em vão que tive meus filhos e a oportunidade de ser legisladora. Tento ajudar para que todos os autistas tenham um tratamento adequado e que as famílias também tenham acompanhamento (PORTAL GUAÍRA, 2013).

Nessa perceptiva, pode-se levantar duas hipóteses sobre o fato da vereadora argumenta diversas vezes o tema educação na tribuna: primeiramente, pelo fato dela ser pedagoga e trabalhar nesse setor e a outra que ela aborda a educação especial, principalmente crianças com autismo, pelo motivo dela ser mãe de um menino autista.

Outros discursos da vereadora tiveram como objetivo justificar, esclarecer, informar sobre suas matérias e/ou atitudes; foram cinquenta e seis pronunciamentos desse tipo. O fato de a vereadora ser da base governista e semelhante aos demais vereadores da coligação, possui a possibilidade de falar sobre o executivo municipal, em outras palavras, é a voz do prefeito na câmara. Além dos temas já citados, outros discursos foram proferidos com o intuito de fazer convites de ações que são realizadas pelo executivo.

A vereadora também discursou para parabenizar as ações do executivo, dos colegas vereadores, agradeceu o apoio dos colegas às suas matérias apresentadas, bem como fez o mesmo quando o prefeito ou os secretários atenderam a seus pedidos, o que totalizou quarenta e duas das suas falas. Algo muito semelhante do que foi apresentado anteriormente, vereadores de situação costumeiramente utilizam-se desse tipo de discurso para promover seu grupo político.

O quarto tema mais debatido pela vereadora na tribuna, aparecendo com trinta e três citações, foi a saúde. Quando entrava nesse assunto, ela citou por diversas vezes as crianças com autismo no mesmo sentido que fez na educação. Além disso, abordou, elogiou e criticou fatos e campanhas ocorridas por esse setor no município, também lamentou a situação da saúde pública em outras esferas de governo.

Por vinte e cinco vezes, a vereadora Franciele abordou a infraestrutura do município em suas explanações na tribuna. Solicitou, por exemplo, que a administração municipal arrumasse calçamentos, ruas, praças, realizasse a limpeza de lotes, além de destacar outros assuntos correlacionados. Esse é, de fato, um tema muito debatido por todos os vereadores e vereadoras.

Outra fala frequente da vereadora foram temas relacionados à assistência social, que totalizaram vinte e duas citações. Ao discorrer sobre o tema, percebe-se, de modo recorrente, a preocupação com crianças autistas ou com outras necessidades especiais; ou seja, na assistência social, a fala continha o mesmo objetivo. Em especial, ela destacou o trabalho da Instituição Pestalozzi, que oferece atendimento pedagógico especializado de primeira à quarta série a alunos com deficiência mental de leve à moderada, e/ou associadas, e que dispõe de uma proposta curricular equivalente ao do ensino regular, conforme legislação vigente; porém, adaptada de acordo com a singularidade de cada aluno. A vereadora Franciele ainda solicitou as pessoas privadas e/ou físicas que auxiliassem financeiramente essa instituição. Da mesma maneira, agradeceu aos que tiveram essa atitude.

A vereadora abordou treze vezes tópicos relacionados aos esportes. Dessas falas, a grande maioria foi voltada para reuniões que ela organizou e debateu sobre o tema em Guaira. Nessas reuniões, ela convidou seus colegas vereadores, esportistas do município, líderes comunitários e a comunidade em geral, objetivando o levantamento de dados e prioridades para o esporte local. Com posse dessas

informações, a vereadora ingressou em 2014 com o projeto de lei 018/2014, que declarou de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos, denominada “Associação Guaireense de Basquetebol - AGB”. Com essa lei, a associação tem direitos legais de receber recursos de órgãos públicos³.

Estas reuniões deram grande notoriedade e destaque para a vereadora, sendo muito elogiada pelos seus colegas e, suas falas na tribuna. Além dos vereadores, líderes e esportistas da cidade reconheceram o empenho dela com este setor.

Tópicos relacionados à cultura renderam doze falas para a vereadora, em especial em duas ocasiões: primeiramente quando foi coautora do projeto de lei 015/2014, juntamente com a vereadora Tereza, que institui a data comemorativa ao “Dia do Evangélico”, no dia de 31 de outubro no Município de Guaíra. Esse projeto teve como finalidade a valorização da cultura religiosa, dessa maneira, ela abordava a importância do projeto e, ao mesmo tempo, solicitava o apoio dos seus colegas. Outro momento em que debateu a cultura foi quando encaminhou o projeto de lei 031/2015, cujo propósito era declarar como utilidade pública a entidade sem fins lucrativos, denominada “Clube Hípico de Guaíra - CHG”. Com a aprovação desse projeto, ele entrou em vigor como lei municipal, podendo receber recursos de órgãos públicos. Nesse sentido, quando adentrou com este ato, a vereadora apontou na tribuna a importância desse clube para a cultura local e a sociedade guaireense, bem como os fatores culturais envolvidos e as tradições do município; com isso buscou o apoio dos colegas do legislativo.

Durante dez vezes, a vereadora declarou na tribuna apoio a indicações, requerimentos, projetos, ações realizadas ou falas de outros vereadores na tribuna.

A segurança foi pauta seis vezes em seus pronunciamentos; mencionou a violência no município, parabenizou a atuação da polícia, lamentou fatos ocorridos por falta de segurança e entre outros assuntos semelhantes.

Os demais temas tiveram pouca expressão em suas falas na tribuna ou apareceram em momentos que estavam em alta, como, por exemplo: no ano de 2014, quando a demarcação de terras indígenas estava à tona, criando grandes conflitos entre índios e agricultores do município. Nessa ocasião, a vereadora

³ Esse projeto foi explorado de modo mais consistente quando apresentaram-se os Projetos de Leis apresentados pela vereadora Franciele, mais a frente nesta pesquisa.

debateu o assunto na tribuna por cinco vezes, momentos em que sempre deixou claro seu posicionamento junto aos agricultores.

Ademais, cinco vezes pediu apoio para alguma indicação, requerimento ou projeto para seus colegas vereadores. O principal momento foi quando ingressou com seus projetos de leis.

Três vezes fez pedidos de informações ao executivo municipal. Nenhuma vez usou a palavra para falar sobre o meio ambiente e também não fez denúncias na tribuna. Esse último é um fator que costumeiramente não são abordados da tribuna, por vereadores de situação.

Analisando os discursos da vereadora Franciele na tribuna, é possível afirmar que sua principal preocupação é a educação, principalmente a educação especial para crianças com autismo. Aborda os demais temas, mas com intensidade inferior à educação. Ainda, observa-se que a vereadora segue os princípios do seu grupo político, elogiando com frequência e apontando os fatores positivos.

Sobre as indicações da vereadora, ela se assemelha às demais vereadoras. Nesse ato, elas muitas vezes não deixam claro qual o setor que elas acabam se apropriando. Geralmente, a vereadora fez indicações voltadas à infraestrutura do município, tema típico e dominante dos demais vereadores e vereadoras. Diversas indicações são feitas em conjunto de todos os vereadores, ou por um grupo político, ou ainda com apenas outro vereador.

A vereadora Franciele encaminhou de 2013 a 2015 um total de trinta e seis indicações, dessas, dezenove continham questões voltadas à infraestrutura pública municipal. As indicações sugeriram temas como: readequação de ruas, melhorias em bairros, trocas de areia por gramas em parques infantis, manutenção de parques, limpeza de lotes públicos e entre outros voltados ao assunto.

Outra indicação muito frequente entre os vereadores são aquelas voltas a assuntos administrativos e atos oficiais. Estes geralmente são feitos em conjunto por todos os vereadores, para maior fortalecimento e pressão ao gestor público. Em conjunto ou individual a vereadora Franciele encaminhou onze indicações desta relevância, que continham assuntos como: reavaliação de plano de carreira do funcionalismo pública municipal, denominação de prédios ou logradouros, solicitação de encaminhamento de projeto de lei à câmara municipal para alterar a redação de alguma lei e entre outras neste sentido.

Apresentou duas indicações referentes ao departamento da cultura, em uma ela sugeriu a construção do “Monumento da Bíblia” em um distrito que tem laços fortes com a cultura religiosa. A outra indicação foi em conjunto com a vereadora Tereza, na qual sugeriram a realização do concurso de beleza “Miss Guaíra”, sugestão aceita pelo executivo municipal, que encaminhou projeto de lei para a câmara e tornou-se um dos projetos mais polêmicos, em virtude das opiniões contrárias sobre o evento, como foi o caso da vereadora Rosana, que votou contra, alegando que o recurso investido nesse evento poderia ser destinado ao departamento de saúde. Apesar das opiniões contrárias, o projeto foi aprovado e o evento realizado.

A vereadora Franciele também encaminhou duas indicações referentes à educação, ambas com o mesmo conteúdo, mas em anos diferentes. Nelas, sugeriu ao executivo a realização de cursos de capacitação aos profissionais do departamento sobre educação especial. Como já mencionado anteriormente, a educação especial é um dos grandes interesses e preocupação da vereadora.

Ainda ingressou com duas indicações voltadas ao departamento de esportes, em uma delas, sugeriu a construção de uma quadra poliesportiva junto a uma escola e em outra indicou a criação do conselho municipal de esportes e lazer.

As indicações foram menos expressivas no trabalho da vereadora, e assuntos que ela debateu com grande frequência na tribuna pouco apareceram em suas indicações. Um exemplo disso é a educação, que foi o assunto dominante em suas explanações, até afirmando em uma delas que esse era seu carro chefe; contudo, apenas duas indicações em três anos tinham como escopo a educação. Com isso, o principal tema de suas indicações foi a infraestrutura pública municipal.

Os requerimentos foram ainda menos expressivos para a vereadora Franciele. Nos três anos pesquisados e analisados, seu nome esteve presente em apenas onze desses atos, lembrando que, da mesma forma que as indicações, muitos requerimentos foram feitos conjuntamente.

Na câmara de Guaíra, os vereadores de oposição utilizam mais esse ato, para pedir informações e documentos sobre assuntos, atos e ações dúbios do executivo municipal. E quando isso ocorreu, os vereadores de situação conjuntamente requereram informações e documentos da administração anterior, que era governado pela oposição. Em cima das respostas recebidas desses

requerimentos, muitas são transformadas em denúncias para órgão como Ministério Público e/ou Tribunal de Contas.

Ainda, alguns requerimentos são feitos e assinados por todos os vereadores, indiferente de sigla partidária. Esses geralmente são encaminhados aos órgãos superiores do governo federal ou estadual. São feitos conjuntamente para garantir maior força e expressão.

Todos os requerimentos assinados pela vereadora Franciele foram em conjunto com demais vereadores. Ou seja, ela não apresentou nenhum requerimento individualmente.

Quatro desses atos abordaram questões administrativas e relacionados a pedidos de informações sobre contratos, pagamentos, licitações e assuntos administrativos do governo anterior (2009/2012).

A vereadora foi coautora de dois requerimentos destinados à saúde, ambos propostos a órgãos do governo do estado do Paraná, solicitando agilidade nos repasse de recursos para o SAMU e para o Consórcio Intermunicipal SAMU Oeste do Paraná – CONSAMU, visando à continuação e à melhoria dos trabalhos desses órgãos no município de Guaíra.

Também, ela participou de dois requerimentos sobre a segurança pública, e no mesmo sentido que o item anterior, esses foram encaminhados para órgãos da esfera estadual, solicitando investimentos e a reestruturação do setor de segurança pública do município.

Nesse sentido, como o requerimento geralmente é uma solicitação de algum processo ou documento dúbio que poderá gerar consequências legais ao executivo municipal. Uma hipótese para isso é que a vereadora Franciele não utiliza com mais frequência e mais expressividade este ato pelo fato de ser vereadora de situação e não ter dúvidas sobre o trabalho realizado pela atual administração, e os poucos que fez foram feitos em conjunto com todos os vereadores e encaminhados a órgãos superiores, ou apenas com os colegas de situação quando estavam com dúvida de algo do governo anterior, que era oposição ao atual executivo.

A vereadora ingressou com três projetos de leis, dois de sua única autoria e o outro em conjunto com a vereadora Tereza Camilo dos Santos, sendo propostos dois em 2014 e um em 2015.

O projeto de lei 015/2014 tinha como proposição instituir a data comemorativa do “Dia do Evangélico” no dia 31 de outubro no município de Guaíra. Esse foi feito,

elaborado e encaminhado em conjunto com a vereadora Tereza, sendo aprovado por unanimidade pelos vereadores em todas as votações. Após passar pela câmara, o projeto foi encaminhado para o prefeito, passando a vigorar como lei municipal. Com esse projeto, as vereadoras atenderam à reivindicação da cultura religiosa de uma grande fatia da população guairense.

Já o projeto de lei 018/2014 tinha como objetivo declarar de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos denominada “Associação Guairense de Basquetebol - AGB”. O que de fato aconteceu após ser aprovado por unanimidade em todas as votações e ser sancionada pelo prefeito. A finalidade desse projeto foi receber recursos de órgãos públicos, objetivando incentivar uma modalidade esportiva do município.

No mesmo sentido, o projeto 031/2015 tinha como objetivo declarar de utilidade pública a entidade sem fins lucrativos denominada “Clube Hípico de Guaíra – CHG”. Após aprovação por unanimidade em todas as votações, transformou-se em lei municipal. Com o mesmo objetivo que o projeto anterior, a vereadora também visou ao recebimento de recursos municipais para tal instituição, com a finalidade de incentivar a cultura e o esporte no município de Guaíra.

Nos projetos de lei de autoria ou coautoria da vereadora Franciele, é nítido o interesse pelo esporte e pela cultura local. O quesito esporte já ganhou destaque em seus pronunciamentos na tribuna, e como já mencionado, a vereadora fez reuniões com líderes municipais e a população para debater questões voltadas a esse departamento. Tais fatos podem ser utilizados como uma hipótese de que os projetos sejam fruto da reivindicação dessas pessoas nessas reuniões realizadas.

Respeitando a proporcionalidade dos membros das comissões permanentes da câmara, a vereadora Franciele participou eficazmente nesse ato. Das quatro vereadoras, é a que mais participou em comissões, das cinco existentes no município, ela participou em cada ano de duas.

No ano de 2013, a vereadora participou como presidente na comissão de legislação, justiça e redação final e como relatora na comissão de educação, saúde e assistência. A primeira é uma das comissões mais importantes e mais atuantes, pois tem por objetivo analisar os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa de proposições enviadas à câmara, após serem baixados pelo plenário e antes de entrar em votação no mesmo. São, de fato,

comissões de extrema importância justamente porque todos os projetos, indiferente do assunto, passam por elas.

A vereadora ocupou, ainda, o cargo de presidente na comissão de legislação, justiça e redação final, cujas responsabilidades dessa função envolvem a convocação e a coordenação das reuniões, receber as matérias e representar a comissão quando necessário for. Para o executivo local contar com uma pessoa aliada ao governo nesse cargo, é de extrema importância, primeiramente para apontar sem grandes alarmes quando algum erro ou problema constar em algum projeto e também para acelerar os procedimentos legais.

A vereadora Franciele definiu que seu carro chefe é a educação, nesse sentido, ela participar da comissão de educação, saúde e assistência demonstra que de fato ela está interessada nos assuntos e investimentos realizados pelo município neste setor. Ocupou também o cargo de relatora, outra função de grande importância, pois é essa que descreve na forma de parecer todas as decisões tomadas nas reuniões, e substitui o presidente na sua ausência. Da mesma forma que a comissão anterior, a ocupação desse cargo também é interessante para o prefeito, pelo fato do relator descrever o parecer da comissão, isso fará com que o processo para aprovação do projeto de lei seja acelerado e quando ocorrer algum problema, o relator poderá descrever com mais cautela os fatos, causando assim menos alarmes.

Em 2014, a vereadora continuou como presidente da comissão de legislação, justiça e redação final e também presidiu a comissão de finanças e orçamento, sendo as duas comissões mais atuantes nas câmaras de vereadores, pois todos os projetos são baixados e passam pelo parecer dessas duas.

Já em 2015, a vereadora Franciele continuou na comissão de legislação, justiça e redação final; porém, como relatora. Presidiu, ainda, a comissão de obras e serviços públicos. Tal comissão possui reuniões menos frequentes, até certo ponto raras, e tem por obrigação deliberar projetos de lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentaria anual e entre outros projetos que necessitam o parecer de todas as comissões.

Sobre as comissões, é possível afirmar que a vereadora sempre atuou e participou com grande expressão, sempre ocupando os dois cargos mais importantes, de presidente e de relatora. Uma hipótese que é o fato da vereadora ser de situação, com isso, o executivo municipal geralmente incentiva que os

vereadores do seu grupo político estejam nas principais comissões e ainda ocupando as funções mais importantes delas, para acelerar e agilizar o processo de aprovação dos projetos, e ainda, quando tiver algo errado ou duvido estes solicitem as devidas providencias ao executivo, evitando maiores alarmes.

3.2 MIRIAN CELESTE DOS SANTOS

A vereadora Mirian Celeste dos Santos não utiliza seu nome de registro no campo político; neste meio ela é conhecida como Mirian Teleste, denominação que utiliza nas urnas e na carreira pública.

A vereadora Mirian é casada com um policial militar, mãe de quatro filhos. Possui formação em pedagogia, mas atualmente dedica-se apenas à política e à sua família.

A vereadora é natural de Céu Azul, no Paraná, mudou-se para Guaíra, quando, na eleição de 2012, com trinta e oito anos, elegeu-se pela primeira vez ao cargo de vereadora, pelo Partido Progressista – PP, com o total de 411 votos, ocupando a décima colocação, totalizando 2,25% dos votos validos do município. Conseguiu se eleger pela média ou, em outras palavras, pela legenda partidária. Entre as quatro mulheres que se elegeram, ela ficou com a quarta colocação.

Na proporcional, a vereadora fez parte da coligação “Unidos por Guaíra” dos partidos PP e PSL, e na majoritária, ingressou na coligação “Renovação e Trabalho” dos partidos PP, PTB, PSL, PSDC, PMN, PSDB, PT do B e PSOL, ambas coligações opostas ao atual governo municipal.

Da mesma forma que a vereadora apresentada anteriormente, a vereadora Mirian também foi candidata em 2008, na época filiada ao Partido Republicano – PR, não obtendo êxito eleitoral, conseguindo apenas 193 votos, totalizando somente 1,15% dos votos validos, ficando na trigésima primeira colocação.

No ano de 2012, a vereadora informou que seu limite de gastos com a campanha poderia chegar até R\$ 440.000,00, mas, na sua prestação de contas, declarou ao TSE o total de gastos em R\$ 5.663,76. Já no ano de 2008, os gastos declarados totalizam R\$ 4.695,00.

No quesito uso da tribuna, a vereadora foi a que menos utilizou dessa ferramenta, apenas vinte e nove vezes em três anos. Quatro foram os temas mais expressivos e os demais foram poucos mencionados.

Em primeiro lugar, a vereadora utilizou do espaço na tribuna com trinta e seis menções para justificar, esclarecer, explicar, informar e convidar. Em especial, esses esclarecimentos e explicações foram direcionados às suas indicações e matérias. Também, para explicar o seu posicionamento sobre algum ato advindo do executivo municipal.

Nesse sentido, utilizou a tribuna algumas vezes para justificar e explicar sobre seu projeto de lei encaminhado no ano de 2014, que sugeriu a proibição do uso e da venda de cachimbos conhecidos como “narguilé” aos menores de dezoito anos. Com isso, utilizou desse espaço para demonstrar os perigos deles para a saúde.

Em seguida, a vereadora Mirian, com trinta e quatro menções, homenageou, felicitou e agradeceu colegas vereadores, prefeito municipal, secretários ou pessoas da comunidade sobre algum feito ou após algum pedido de sua autoria ser atendido.

Sobre esses argumentos é importante ressaltar que, mesmo a vereadora sendo oposição, ela costuma agradecer e parabenizar ao executivo municipal, até mais do que as próprias vereadoras de situação. Todas as vezes que algum pedido da vereadora foi atendido, ela agradece, ou quando algum projeto, programa ou ação da prefeitura é bem e corretamente executado, ela utiliza do espaço na tribuna para parabenizar aos envolvidos.

O tema infraestrutura apareceu por trinta e uma vezes em suas considerações na tribuna. Quando citou esse assunto, foi para informar de ruas com problemas, locais de lazer mal cuidados e entre outros problemas relacionados à infraestrutura de responsabilidade do município.

A vereadora deu grande ênfase na tribuna à saúde, um dos setores mais presentes em seus trabalhos. Como já mencionado anteriormente, abordou esse tema com mais frequência no ano de 2014, quando ingressou com o projeto da proibição da venda de narguilé. Também demonstrou gratidão aos profissionais desse departamento. Ainda, agradeceu as campanhas feitas pelo setor de saúde pública, criticou o caos dessa esfera em nível nacional, abordou por diversas vezes questões sobre distribuição gratuita de medicamentos, principalmente a falta deles na rede pública municipal de medicamentos.

A vereadora Mirian foi a campeã em discursos na tribuna que tinham como finalidade denunciar algo, totalizaram dez citações. Dentre as denúncias feitas pela vereadora, incluem-se as seguintes: omissão de atendimento do hospital do município de Guaíra conveniado ao SUS, também denunciou o atendimento desse

hospital, denunciou questões ligadas à saúde na esfera estadual, também denunciou propaganda enganosa e induzida pelo executivo municipal; um exemplo disso foi a divulgação na mídia local de que teria sido feito serviços de recuperação asfáltica em alguns bairros, mas com a realização de vistorias feitas pela vereadora ela observou que os serviços não foram realizados.

Mesmo a vereadora sendo oposição menos radical, e que costumeiramente agradece e elogia os trabalhos do executivo, ela denunciou fatores críticos da municipalidade, algo comum entre vereadores de oposição. Esse já é um ponto que a diferencia da vereadora Franciele, que por ser situação não fez nenhuma denúncia ao atual governo municipal.

Semelhante às denúncias, a vereadora durante oito vezes utilizou do seu espaço na tribuna para pedir informações ao executivo municipal referente a atos, processos e programas dúbios. Alguns desses pedidos foram formalizados e outros apenas ficaram nas suas explicações.

A educação já aparece com menos expressão em suas falas, fator interessante pelo fato da vereadora ser professora, que, ao contrário da colega apresenta anteriormente, que também é do ramo da educação e que define a educação como seu carro chefe, a vereadora Mirian apenas cita oito vezes este setor em seus discursos na tribuna. A vereadora tem uma atração maior pelo departamento de saúde.

Quando citou questões da educação, ela abordou a greve dos professores e servidores estaduais do Paraná, também a importância do treinamento e qualificação para os professores da rede pública, ainda a adaptação dos veículos que fazem o transporte de estudantes com necessidade especial - nesse aspecto ela se assemelha à vereadora Franciele -, parabenizou projetos como, por exemplo, o “Família na Escola” realizado pelo Colégio Estadual Presidente Roosevelt, entre outros assuntos relacionados ao setor de educação.

O esporte apareceu por sete vezes nas suas falas, especialmente quando parabenizou atletas que representaram o município em diversas modalidades esportivas. Também declarou apoio à colega vereadora Franciele quando essa ingressou com os projetos que tinham ligação a esse setor, no mesmo sentido nas reuniões feitas por essa vereadora destinadas ao departamento de esportes. Reivindicou, também, melhorias da secretaria de esportes quanto às práticas esportivas, também solicitou melhorias no módulo esportivo.

Temas relacionados à assistência social totalizaram seis falas da vereadora, em sua maioria fez isso como vereadora de oposição, por exemplo: questionou o programa “Aluguel Social” que, de acordo com ela, o custo para manter esse programa é alto, e que a inclusão dessas famílias em programas de casas populares seria a solução para evitar onerar o município. Também questionou a falta de repasses financeiros às associações de bairros, que sempre aconteciam normalmente em outros governos e entre outros assuntos relacionados a esse setor.

Com a mesma quantia de seis expressões, a segurança foi outro assunto debatido em seus discursos na tribuna, inclusive sua primeira fala como vereadora utilizando essa ferramenta foi sobre tal abordagem. Quando utilizou desse tema, destacou a falta de segurança no município, solicitou instalação de câmeras de segurança em locais públicos, abordou a questão da fronteira que Guaíra faz com o Paraguai e mencionou sobre eventos e reuniões que participou junto a órgãos de segurança.

Nesse caso, é possível a criação de uma hipótese: o esposo da vereadora é policial militar com longa carreira e, desse modo, ela sempre está envolvida em atividades dos militares, bem como tem informações privilegiadas.

Quatro vezes abordou a cultura, geralmente quando abordou este tema elogiou os eventos do município, como o primeiro Festival de Música de Guaíra – FERMUG, falou do concurso da Rainha da Festa das Nações que é realizado anualmente no município, elogiou as candidatas de Guaíra que participaram do evento “Garota Sensação”, falou da importância do município realizar o Miss Guaíra e ainda abordou eventos culturais que ocorreram nas comunidades do interior do município.

Por três vezes utilizou a tribuna para expor seu apoio às matérias de algum colega vereador. Nesse mesmo sentido, quando ingressou com seu projeto de lei, solicitou apoio dos colegas.

Da mesma forma que a vereadora apresentada anteriormente, a vereadora Mirian no ano de 2014 também abordou por duas vezes a questão da desapropriação de terras, posicionando-se ao lado dos agricultores.

A vereadora Mirian abordou por uma vez um tema voltado ao departamento de meio ambiente, algo que não foi abordado pela vereadora apresentada anteriormente. A edil indagou sobre as questões precárias do aterro sanitário do município.

Analisando as falas da vereadora Mirian na tribuna, pode-se afirmar que ela utiliza com menos frequência esse espaço, e quando o faz, utiliza a fala para justificar e esclarecer sobre suas indicações, requerimentos ou projeto de leis, demonstra gratidão após ser atendida pelo executivo, também abordou assuntos ligados à infraestrutura do município, ainda costuma denunciar irregularidades no município e, por fim, tem grande afinidade com questões voltadas ao departamento de saúde.

Se a vereadora Mirian foi a que menos utilizou do espaço na tribuna; todavia, em indicações ela foi a campeã. Encaminhou um total de sessenta e seis indicações, número muito superior as demais vereadoras; porém, com uma variação de temas muito pequena.

A grande maioria das indicações encaminhadas fez referência às questões voltadas à infraestrutura do município, totalizando quarenta e sete das sugestões apresentadas pela vereadora, demonstrando grande semelhança nos assuntos que ela abordou na tribuna, que por sinal muitas vezes utilizou a tribuna para explanar sobras essas indicações.

Reivindicou melhorias em prédios públicos, instalação de placas toponímicas com nomes das ruas, manutenção de estradas e ruas, colocação de quebra molas e/ou redutores de velocidade, instalação de academias ao ar livre, manutenção de ciclovias, instalação de sinalização em ruas, manutenção de associação de moradoras, reforma de parques e entre diversas outras indicações semelhantes e relacionadas a estes temas.

Em seguida, com treze indicações, a vereadora encaminhou sugestões competentes a assuntos administrativos, como reavaliação do plano de carreira do funcionalismo público municipal, mudanças nas regras de trânsito da cidade, indicação de denominação de rua de alguma autoridade já falecida e entre outros temas semelhantes a esses. Como já apresentado anteriormente, muitas das indicações sobre temas administrativos são feitos em conjunto por todos os vereadores ou de algum grupo político para dar maior força e expressão.

Ingressou com apenas três indicações referente ao setor de educação. Nessas, a vereadora sugeriu ao executivo a contratação de monitores para acompanhar as crianças que utilizam transporte escolar, também solicitou manutenção na escola para melhorar a qualidade da educação e sugeriu treinamento e qualificação para os profissionais deste departamento.

Para o setor de esportes, a vereadora encaminhou também três indicações, em uma delas a autora solicitou manutenções e melhorias no módulo esportivo municipal. Nesse mesmo sentido, em outra indicou melhorias no ginásio de esportes do Bairro Vila Eletro Sul, e conjuntamente com os demais vereadores solicitaram apoio para atletas destaques do município.

Um fator importante a ser observado nas indicações das vereadoras é que Mirian foi a única que ingressou com indicações voltadas à segurança do município, mesmo que foram apenas duas; logo, esse fenômeno a diferencia das suas colegas legisladoras.

Analisando as indicações encaminhadas pela vereadora Mirian, é possível afirmar que ela segue a mesma linha de trabalho dos seus discursos na tribuna. Dá grande ênfase a questões da infraestrutura do município e é a única vereadora a dar sugestões na área da segurança pública municipal.

Além de campeã no número de indicações encaminhadas ao executivo, a vereadora Mirian repetiu o feito com os requerimentos. Ela foi autora de dezoito desses atos, sendo seis em 2013, dez em 2014 e dois em 2015. Não obstante, é necessário novamente ressaltar, e como já mencionado anteriormente, que muitos desses pedidos são feitos em conjunto.

Como também já informado anteriormente, os atos que tramitam na câmara como requerimentos, indicações e projetos podem ser ingressados tratando de um determinado assunto apenas uma vez a cada ano, com isso um pedido de informação feito em um determinado ano pode ter sido feito novamente no ano seguinte.

O tema mais abordado pela vereadora nesse ato estava relacionado ao departamento de assistência social. Com um total de cinco requerimentos, a vereadora solicitou informações referentes ao Programa “Aluguel Social”, também do programa de fornecimento de urnas e traslado fúnebres, questionou a falta de repasse de recursos para os associados de bairros que sempre aconteciam no município.

Em seguida, três assuntos foram transformados em requerimentos, com um total de três destes atos. Um desses temas foi pedido de informações sobre assuntos administrativos, como solicitação de informações de processos licitatórios, pedidos de informações destinados a órgãos estaduais e federais e pedido de alteração de alguma lei ou programa em vigor de Guará.

Também totalizaram três requerimentos temas relacionados à infraestrutura de Guaíra; nesses foram solicitados a órgãos superiores recursos para o setor no município e pedidos de informações para o executivo municipal pela falta de manutenção em alguns logradouros públicos.

Neste sentido, a saúde apareceu por três vezes em seus requerimentos; nesses a vereadora Mirian solicitou relatório contendo registro de todos os pacientes atendidos em um determinado período em certa especialidade neste departamento. Também, em conjunto, solicitou recursos de órgãos federais e estaduais para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Em dois dos requerimentos a vereadora foi coautora, abordando o tema segurança, ambos destinados à secretaria de segurança do estado do Paraná e aos deputados representantes do município de Guaíra. A reivindicação abordada nas duas solicitações foram as mesmas: a reestruturação do setor de segurança pública do município.

No assunto educação, a vereadora encaminhou um requerimento solicitando informações ao executivo municipal para esclarecer o motivo que os profissionais desse departamento não tinham mais o direito a gozar da “Licença Especial”, direito adquirido por esses trabalhadores e que no atual governo não estavam mais podendo desfrutar dessa conquista.

Um requerimento feito conjuntamente solicitava que o executivo municipal resolve-se o problema de mau cheiro causado pela estação de tratamento de esgoto localizado ao lado do Rio Paraná. Nesse sentido, é possível afirmar que um requerimento foi feito voltado ao tema ambiental do município.

Analisando os requerimentos feitos pela vereadora Mirian, é notável e possível afirmar que da mesma maneira que seus discursos na tribuna à vereadora tem grande afinidade pelas questões de infraestrutura do município. Lembrando que ela é a campeã no ingresso desses atos. A hipótese que pode ser levantada é o fato da vereadora ser de oposição, como já abordado anteriormente, pois esses edis costumeiramente solicitam informações de assuntos dúbios.

Quando o assunto é projetos de lei, a vereadora foi autora apenas de um, mas que gerou grande debate e notoriedade para ela. O projeto foi encaminhado para aprovação em 2014, com assunto polêmico e até certo ponto audacioso.

O projeto de lei número 030/2014 abordava a proibição do uso e a venda de cachimbo conhecido como “narguilé” aos menores de 18 anos. A vereadora

justificou por diversas vezes, inclusive na tribuna, os malefícios desse produto e seus componentes para a saúde. Em uma dessas falas, a vereadora defendeu o proposto do projeto da seguinte forma:

Esse projeto de lei visa à proibição do uso e venda de narguilé e seus componentes para menores de 18 anos, ressaltando que deverá haver um estudo do caso, palestras, conscientização nas escolas a fim de mostrar os males que o consumo deste traz para a saúde.

Mesmo que o tema do projeto deliberou sobre um assunto polêmico, a vereadora ganhou grande destaque na câmara de vereadores e da sociedade em geral em virtude da importância dos argumentos apresentados pela legisladora. Após aprovação por unanimidade, o projeto foi encaminhado para o prefeito que sancionou a lei que passou a vigorar desde então.

Nas comissões da câmara, a participação da vereadora Mirian foi tímida, participando em menos comissões do que as suas colegas. Nesse mesmo sentido, não assumiu o cargo de presidente, ficando geralmente com cargos mais de participação do que de liderança.

No ano de 2013, a vereadora participou como secretária da comissão de finanças de orçamento, uma das bancadas mais importantes nas câmaras, lembrando que todas as comissões necessitam ter a proporcionalidade de todos os partidos.

Já em 2014, a vereadora participou como relatora da comissão de educação, saúde e assistência. Essa se reúne com menos frequência pelos poucos projetos encaminhados e baixados para a comissão, pois a grande maioria é destinada e analisada pelas comissões de legislação, justiça e redação final e a comissão de finanças e orçamento.

No ano de 2015, a vereadora continuou na comissão de educação, saúde e assistência, mas com o cargo de secretária, ocupando até certo ponto uma função de menor importância.

Analisando os atos e discursos da vereadora Mirian frente à câmara do município de Guaíra, é possível afirmar que ela exerce sua função como vereadora de oposição ao atual governo municipal, solicitando diversas informações e denúncias sobre fenômenos dúbios, mas, ao mesmo tempo, é grata quando seus

pedidos são atendidos. Tem grande foco nas questões ligadas à infraestrutura, também com bastante preocupação em relação à saúde e à segurança pública.

3.3 ROSANA DE LIMA BRIZZI

Rosana de Lima Brizzi, no meio político, é conhecida como Rosana da Saúde, em virtude de sua estratégia política e pelos trabalhos que realizou, e ainda realiza, neste setor. Assim, já é possível observar o apoderamento e a afinidade da vereadora frente a esse departamento em seus trabalhos como líder e representante.

A vereadora é formada em enfermagem, atuando como enfermeira concursada do município de Guaíra, locada em uma unidade básica de saúde em uma comunidade do interior. Também, já foi secretária de saúde do município no governo 2009/2012.

A vereadora Rosana é natural de Guaíra, casada, pertencendo a uma família tradicional no campo político do município. Ela é filha do ex-vereador Aparecido de Lima, que ocupou cadeira na câmara por duas legislaturas (1997-2000 e 2001-2004). A vereadora também é sobrinha de Matusalém Barbosa de Lima, um dos principais líderes e articuladores políticos da cidade, que foi suplente a vereador e chegou a assumir por um período; ele trabalha no gabinete do prefeito.

No ano de 2012, a vereadora filiada no partido PP fez 471 votos, significando 2,58% dos votos válidos, ocupando a nona colocação entre os onze eleitos, e entre as mulheres ficou com a terceira posição. Da mesma forma que a vereadora apresentada anteriormente, a vereadora Rosana também se elegeu pela média dos votos, em outras palavras, conquistou seu espaço em virtude da legenda partidária.

Da mesma forma que a vereadora Mirian, Rosana na proporcional fez parte da coligação “Unidos por Guaíra” dos partidos PP e PSL, e na majoritária ingressou a coligação “Renovação e Trabalho” dos partidos PP, PTB, PSL, PSDC, PMN, PSDB, PT do B e PSOL, ambas coligações opostas ao atual governo municipal.

Igualmente como as vereadoras Franciele e Mirian apresentadas anteriormente, a vereadora Rosana também foi candidata no ano de 2008, e também não obteve êxito. Naquele período eleitoral, ela pertencia ao partido PSDB, quando obteve 291 votos, o que significou 01,74% dos votos válidos, ficando na vigésima posição.

No ano de 2012, a vereadora informou o valor de R\$ 440.00,00 de seus limites de gastos com a campanha, igualmente como a vereadora Mirian que é do seu grupo político, mas na prestação de contas junto ao TSE, a vereadora Rosana declarou R\$ 4.505,11 de gastos. Já no ano de 2008, quando não se elegeu, a vereadora informou R\$ 2.992,58 de despesas com a campanha.

A vereadora Rosana ocupou a terceira posição entre as vereadoras no uso da tribuna, com trinta e nove vezes. Abordou diversos assuntos, mas sempre deixando claro e se apossando do tema saúde, principal causa e conhecimento no seu trabalho como legisladora.

Como já abordado anteriormente, quando os vereadores utilizam a tribuna, o fazem por abordar diversos assuntos, desse modo, muitos deles acabam sendo recorrentes.

A questão saúde apareceu cinquenta e seis vezes nas falas da vereadora, poucas as vezes que ela utilizou essa ferramenta e não discursou sobre esse tema. Muitas vezes abordava campanhas e eventos que estavam acontecendo no município, como campanha de prevenção ao câncer, campanhas voltadas à saúde do homem, no mesmo sentido para a saúde das mulheres, campanhas de vacinação e diversos outros eventos que foram realizados em Guaíra.

Ainda na questão saúde, a vereadora reivindicou melhorias nesse departamento para o benefício da população, como a retomada no atendimento odontológico em algumas comunidades que não estavam mais sendo atendidas. Também, por diversas vezes, reconheceu e parabenizou o trabalho da equipe desse setor, congratulando o executivo todas as vezes que algum investimento foi realizado nessa área.

Enfim, foram raras as vezes que a vereadora não abordou alguma questão da saúde pública em seus pronunciamentos na tribuna. Como já mencionado, muitas vezes durante o uso dessa ferramenta, ela enfatizou o tema por várias vezes em contextos diferentes.

O segundo debate mais utilizado na tribuna pela vereadora foram justificativos, esclarecimentos, explicações, informações e convites, que totalizaram quarenta e sete aparições. Da mesma forma que o item apresentado anteriormente, a saúde nesse também foi expressivo, pois os convites para campanhas desse departamento foram a maioria. Ademais, a vereadora também justificou, esclareceu e explicou suas indicações e requerimentos, ainda informou a sua participação em

eventos, bem como alguns posicionamentos como seus votos favoráveis ou contrários.

A terceira abordagem mais feita pela vereadora foram aspectos ligados à infraestrutura pública do município. Nesse campo, a legisladora discorreu sobre suas matérias ligadas ao assunto e também solicitou verbalmente melhorias, como, por exemplo: medidas urgentes para tapas buracos em pontos específicos; patrolamento e cascalhamento em estradas rurais principalmente no período de colheita para facilitar o escoamento da produção agrícola; manutenção de banheiros públicos; solicitação de quebra molas e redutores de velocidade e entre outros elementos deste âmbito.

Trinta e uma vezes a vereadora Rosana homenageou, felicitou ou agradeceu na tribuna pessoas ou equipes. Da mesma forma, nesses discursos a vereadora fez apologia à saúde, parabenizando a equipe desse departamento por campanhas realizadas. No mesmo sentido, agradeceu ao prefeito e à sua equipe por alguma ação ou melhoria feita para esse setor; também felicitou profissionais pela comemoração do seu dia, agradeceu ao executivo quando suas matérias ou pedidos foram atendidos. Ademais, felicitou pessoas em datas comemorativas, como o dia da mulher, dia do médico, dia do vereador e entre outras datas importantes.

Demais temas apareceram nas falas da vereadora, mas com menos expressividade, exemplo disso é a manifestação de apoio aos seus colegas vereadores, seja em atos realizados ou discursão utilizados. Essa proposição apareceu por oito vezes em sua atividade na tribuna.

Com cinco aparições, a vereadora Rosana discorreu sobre questões relacionadas à assistência social do município, como, por exemplo: apontou a necessidade da construção de uma capela mortuária em um distrito de Guaíra, solicitou mais recursos para a essa secretaria e abordou a importância desse departamento para pessoas que necessitam, em especial, pessoas que fazem tratamentos ou procedimentos de saúde.

Com quatro aparições, o debate referente à educação fez-se presente nos discursos da vereadora. Da mesma forma que suas colegas apresentadas anteriormente, a vereadora Rosana também lamentou e se posicionou a favor dos professores e funcionários públicos do Paraná no ano de 2014, durante a greve da categoria, também mencionou a qualidade dos professores e profissionais da educação de Guaíra, demonstrando gratidão pelos trabalhos realizados por estes.

Elementos culturais também apareceram por quatro vezes nas falas da vereadora, especialmente da sua posição contrária à realização do Miss Guairá, pois, de acordo com sua concepção, os recursos financeiros investidos para tal evento deveriam ser investidos na saúde ou na assistência social. Também abordou as vantagens e a importância como ferramenta cultural e educacional do conteúdo do projeto de lei que objetivava a concessão do uso de bem imóvel Antena Estaiada para a transmissão da TV Novo Tempo da Igreja Adventista no município.

Durante três vezes, a vereadora Rosana mencionou os esportes em suas falas, todas com ligação aos trabalhos realizados pela vereadora Franciele quando fez reuniões com esportistas e líderes locais para a busca de um método para incentivar a prática esportiva no município; a vereadora Rosana afirmou ser solidária a esta ação. Também, apoiou a vereadora Franciele quando ingressou com projetos de leis que visavam a subsidiar modalidades esportivas, sustentando seu apoio abertamente na tribuna.

Mesmo que as vereadoras Rosana e Franciele pertençam a grupos políticos contrários no município, ambas se apoiam quando uma propõe alguma ação que beneficia os munícipes. Esses incentivos manifestados são passíveis de observação nas quatro vereadoras de Guaíra, haja vista que deixam à parte siglas partidárias e apoiam-se em atos que agregam benefícios para os cidadãos.

Da mesma forma que as vereadoras apresentadas anteriormente, a vereadora Rosana também se posicionou referente à questão da demarcação de terras indígenas, afirmando ser parceira e solidária aos agricultores, apontando e lembrando que já trabalhou na lavoura e seus familiares ainda vivem nessa profissão. Esse assunto apareceu durante três vezes em seus pronunciamentos.

Por duas vezes utilizou do espaço na tribuna para solicitar apoio dos colegas legisladores referente a algum ato ingressado pela vereadora, buscando garantir maior expressividade ao órgão que o ato foi encaminhado.

Além da vereadora Mirian, Rosana também denunciou situações e irregularidades na tribuna, com menor intensidade do que a colega apresentada anteriormente, apenas duas vezes, ambas ligadas à questão da infraestrutura do município. A vereadora denunciou a situação das estradas rurais, deixando claro que não existiam condições de tráfego por elas, sendo o principal meio de escoar a produção agrícola.

E, por fim, apenas uma vez a vereadora fez menção a segurança pública do município. Quando o fez, ela destacou a transferência de um subtenente que estava locado em Guaíra para outra cidade, abordando a importância e a eficácia dele com o setor.

Sobre as explicações da vereadora Rosana na tribuna, é possível observar seu apoderamento com os temas referentes à saúde pública. Mesmo sendo vereadora da oposição, ela aborda as qualidades e os fatores positivos desse departamento do município, e foram raras as vezes que criticou ou apontou elementos negativos. Nesse sentido, uma possível hipótese para esse fenômeno é o fato da legisladora possuir formação em enfermagem e trabalhar como servidora pública municipal na área.

Além dos elementos voltados à saúde, a vereadora tem afinidade com fatores da infraestrutura do município, sendo esses os principais apontamentos negativos feitos pela vereadora na tribuna.

Sobre as indicações da vereadora Rosana, é possível afirmar que ela ficou na média entre as vereadoras na quantia ingressada; de 2013 a 2015, foram trinta e sete indicações, o que a cola na terceira colocação em relação às demais vereadoras. Em relação às temáticas dessas indicações, se assemelham às indicações feitas pelas vereadoras já consideradas neste trabalho.

Da mesma maneira que as vereadoras Franciele e Mirian, o assunto que predominou nas indicações da vereadora Rosana foi referente à infraestrutura do município, num total de vinte. Os conteúdos dessas sugestões foram: instalação de quebra-molas; revestimento com lama asfáltica sobre pedras irregulares; instalação de travessias elevadas em determinados pontos da cidade; instalação de redutores de velocidade; melhorias e conservação de estradas e entre outras sugestões semelhantes a estas.

Além disso, encaminhou treze indicações referentes a questões administrativas. Como já mencionado anteriormente, muitas dessas sugestões foram feitas conjuntamente. As sugestões abordaram temas como: denominação de prédios públicos com nomes de pessoas que foram considerados importantes para sociedade de Guaíra; reavaliação do plano de carreira do funcionalismo público municipal; alteração de artigos ou de leis e entre outras idênticas a estas.

Diferente das demais vereadoras, a vereadora Rosana foi a única a ingressar com indicações referentes à saúde, mesmo que foram apenas duas sugestões, mas

isso a diferencia das demais. Uma das indicações solicitou providências por parte do setor competente da administração pública, visando à retomada do atendimento odontológico junto à unidade básica de saúde de um distrito de Guaíra. Já a outra indicação sugeriu a construção de uma pista adequada para realização de caminhadas.

A vereadora ingressou apenas com uma indicação referente ao departamento de educação, em conjunto com os demais vereadores, solicitando a mudança da exigência na escolaridade dos monitores das creches públicas do município.

Da mesma forma, apenas uma indicação referente aos esportes, também em conjunto com todos os vereadores, sugerindo para a administração municipal apoiar os atletas guairenses que já obtiveram reconhecimento e destaque em competições fora do município.

Analisando o conteúdo das indicações da vereadora Rosana, observa-se que os temas por ela abordados são os mesmos e com grande semelhança das duas vereadoras já analisadas, mas também é nítido seu interesse com a saúde, elemento que foi destaque em suas falas na tribuna. Mesmo a vereadora encaminhando apenas duas indicações sobre esse setor, isso demonstra a preocupação e posse deste tema.

A vereadora Rosana foi a que menos ingressou com requerimentos, apenas sete nos três anos estudados, ficando na última posição entre as vereadoras. Uma observação pertinente é que em nenhum dos requerimentos ela foi autora sozinha, mas sempre em conjunto com seu grupo político de vereadores ou em conjunto com todos os edis.

Dois dos requerimentos sobre a saúde foram destinados a órgãos do governo do estado do Paraná, solicitando agilidade no repasse de recursos para o SAMU e para o Consórcio Intermunicipal SAMU Oeste do Paraná – CONSAMU, visando à continuação e à melhoria dos trabalhos desses órgãos no município de Guaíra.

Nesse mesmo sentido, dois requerimentos sobre a segurança foram encaminhados também para órgãos do governo do estado do Paraná, solicitando investimentos e a reestruturação do setor de segurança pública do município de Guaíra.

Um requerimento que a vereadora foi coautora possuía como contexto a infraestrutura, no qual os vereadores solicitaram, por meio de deputados federais,

recursos do Ministério das Cidades para melhorias na infraestrutura urbana da cidade de Guaíba.

Da mesma forma, apenas um requerimento contendo a participação da vereadora Rosana direcionou uma questão voltada ao meio ambiente. Nesse ato, os autores solicitaram que o executivo municipal resolve-se o problema de mau cheiro causado pela estação de tratamento de esgoto localizado ao lado do Rio Paraná.

Sobre esse ato é possível afirmar que a vereadora não tem o hábito de ingressar com requerimentos na casa de leis, mesmo que ela seja vereadora de oposição, pois geralmente ocupantes dessa função utilizam em grande escala tal ferramenta para solicitar informações dúbias, documentos ou dados, exemplo disso é a vereadora Mirian apresentada anteriormente, que fez diversas solicitações. Nesse sentido, a vereadora Rosana se assemelha mais à vereadora Franciele, que é parlamentar da situação do atual governo de Guaíba.

Diferente das duas vereadoras já apresentadas, a vereadora Rosana não ingressou com projetos de leis, importante ferramenta utilizada por vários legisladores municipais.

Nas comissões, todos os anos, a vereadora participou em alguma. No ano de 2013, participou da comissão de educação, saúde e assistência, sendo esta que esta comissão se reúne poucas vezes, apenas em projetos específicos. A vereadora ocupou o cargo de secretária, das três funções existentes, essa é a de menor expressividade. Na função, ela dividiu as decisões com um vereador de situação e um de oposição, ficando a bancada opositora com a maioria dos membros.

Em 2014, a vereadora foi membra da comissão de legislação, justiça e redação final, uma das principais comissões, pois raros são os projetos que não passam pela comissão; além disso, esse grupo de vereadoras faz toda análise financeira do município. A ocupação da vereadora na comissão foi de relatora, importante função, pois cabe a ela descrever e relatar todas as informações e decisões. Coincidentemente, a composição dessa comissão foi a mesma na qual a vereadora participou em outro momento no ano de 2013.

Já em 2015, a vereadora participou da comissão de fiscalização e acompanhamento de despesas, grupo responsável acompanhar todas despesas do município, importante comissão. A vereadora ocupou o cargo de secretária. Mesmo que a vereadora ocupou teoricamente a função de menor expressividade, é importante ressaltar que ela foi a única mulher membra dessa comissão na atual

legislatura. Compartilhou seus conhecimentos e decisões nessa comissão com dois vereadores de situação.

Ao analisar os atos oficiais e os discursos da vereadora Rosana frente à Câmara de Guaíra, é possível afirmar que ela é grande defensora dos temas relacionados à saúde do município, com um perfil discreto, deixando de lado questões políticas partidárias, elogiando quando coisas positivas acontecem e criticando fatores negativos do executivo.

3.4 TEREZA CAMILO DOS SANTOS

Tereza Camilo dos Santos é conhecida pela população e é a vereadora mais experiente entre as mulheres vereadoras do município de Guaíra, também uma das mais experientes na política da cidade. A legisladora é a mulher que mais possui mandatos na história de Guaíra, estando presente em quatro legislaturas seguidas. Outro dato importante é que foi a primeira e única mulher presidenta – assunto que será abordado adiante -, também foi a única mulher na história de Guaíra a se reeleger mais que duas vezes.

A vereadora é natural de Belo Horizonte – MG; na eleição de 2012, tinha cinquenta e dois anos, atualmente é a vereadora mais velha. É divorciada e mãe de uma filha. Possui ensino médio incompleto.

Antes de ser vereadora, Tereza trabalhou como cozinheira, mas após conquistar sua cadeira no legislativo, optou em dedicar-se exclusivamente a esse trabalho. Foi líder comunitária por mais de seis anos, presidindo um bairro da cidade.

A vereadora sempre foi grande militante e um dos principais nomes do partido DEMOCRATAS – DEM no município de Guaíra, no qual fez carreira política e se elegeu quatro vezes como vereadora. Na campanha de 2012, foi opositora, apoiando o atual prefeito, pertencendo à coligação minoritária DEM/PPS/PSD, e na majoritária da coligação “Guaíra para todos”, dos partidos PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PR, PPS, DEM, PSB, PSD e PC do B.

Elegeu-se vereadora pela primeira vez no ano de 2000, com o total de 332 votos, representando 1,91% dos votos válidos, ocupando a décima terceira colocação geral, mas, por questões de legenda, a vereadora Tereza foi para o nono lugar de um total de doze vereadores. Na eleição de 2004, foi eleita com 357 votos,

significando 2,30% dos votos válidos do município, ocupando a sétima colocação, da mesma forma que na eleição anterior, por motivos de legenda a vereadora passou a ocupar a sexta cadeira no legislativo de um total de dez. Em 2008, totalizou 418 votos, representando 2,90% dos votos válidos, ficando na décima posição, mas igualmente aos fenômenos anteriores, por questões de média ela passou para a sétima colocação de um total de nove vereadores. Já em 2012, a vereadora arrematou 532 votos, totalizando 2,82% dos votos válidos, ficando na sétima posição e novamente pela legenda subindo para a sexta de um total de onze vagas.

Observando as quatro campanhas da vereadora Tereza, é nítido que a vereadora tem certa estabilidade em seus votos, com poucas variações e oscilações. Outro fenômeno auxiliador para ela é o partido e grupo político que pertence, todas as vezes fazendo menos votos que alguns colegas, mas sempre se garantido posições acima em virtude da legenda partidária.

Nas eleições de 2000 e 2008 não foram definidos valores máximos pela vereadora, já em 2004, delimitou o teto máximo de gastos de R\$ 5.000,00 e em 2012 definiu seu teto de gastos em R\$ 360.000,00. No mesmo sentido, os reais custos e prestação de contas de 2000 não são disponibilizados pelos órgãos competentes, já em 2004, os gastos informados foram de R\$ 2.925,00, em 2008 a prestação de contas da vereadora totalizou R\$ 4.715,00 e em 2012 o total de gastos lançados e disponibilizados pelo TSE são de R\$ 14.713,10. Das quatro vereadoras é a que obteve os maiores gastos com campanha, tanto em 2008 quanto em 2012.

Por duas vezes consecutivas, a vereadora foi presidenta da câmara, nos anos de 2012 e 2013, lembrando que o regimento interno da câmara de Guaíra estabelece que a duração do mandato é de um ano para presidente, facultado reeleição. Dessa forma, a vereadora Tereza foi a primeira e única mulher a presidir a casa de leis do município.

Na atual legislatura, a vereadora Tereza foi a que mais fez uso da tribuna entre as quatro mulheres estudadas; de 2013 a 2015 utilizou essa ferramenta por cinquenta e uma vezes. Em seus discursos destacou diversos temas e assuntos, e nos anos que foi presidenta abordou diversas vezes questões internas da câmara, explanando esses fatores aos colegas vereadores e à comunidade.

Justificativas, esclarecimentos, explicações, informações e convites foram os temas que prevaleceram nas falas da vereadora na tribuna, chegando a totalizar cento e dez aparições. Como já mencionado anteriormente, muitos desses assuntos

ganharam espaço no período em que a vereadora esteve à frente da câmara. A vereadora informou a participação em eventos, justificou, esclareceu e explicou ações e atos internos da câmara, da mesma forma sobre decisões tomadas, explanou sobre projetos de leis, projetos de resolução, indicações e requerimentos de sua autoria.

A vereadora homenageou, felicitou e agradeceu por oitenta e oito vezes na tribuna, algo comum no discurso dos vereadores de situação, como já pode ser observado nos discursos da vereadora Franciele. Por diversas vezes, a vereadora Tereza fez menções a atos, a campanhas e ações realizadas pelo executivo municipal e, também, o fez em relação aos seus colegas. Ademais, agradeceu todas as vezes que seus pedidos foram atendidos.

Cinquenta e três vezes a vereadora abordou assuntos relevantes, como, por exemplo, a saúde pública. Muitas dessas falas foram para parabenizar ou expor apoio ao trabalho realizado pelos servidores da saúde, mas, por vezes, criticou o setor em algumas situações, mencionou diversas vezes campanhas realizadas por esse departamento, apresentou à população e aos colegas a grande demanda que existe neste departamento. Em períodos de epidemia de dengue, a vereadora fez uso do seu espaço pedindo conscientização da população sobre esse problema de saúde pública, além disso, discursou outras vezes destacando temas semelhantes aos apresentados pelas demais vereadoras.

Fatores culturais também foram expressivos nos discursos da vereadora, totalizando trinta e seis aparições. Inclusive, no ano de 2013, a vereadora ingressou com uma indicação solicitando a realização do Miss Guaíra, sobre o qual alguns vereadores foram favoráveis e outros contrários. Diante dessa disparidade, em algumas ocasiões, a vereadora Tereza explanou sobre a importância cultural do evento. Também, como já foi mencionado anteriormente, a vereadora em conjunto com a vereadora Franciele ingressou com projeto de lei visando a atender à cultura religiosa do município com a implantação do dia do Evangélico. Ainda no quesito cultural, a vereadora Tereza parabenizou aos representantes do município que participaram de eventos culturais e a algumas que obtiveram êxito em concursos de beleza; além do que, abordou sobre eventos culturais de Guaíra, parabenizou eventos típicos e demais assuntos semelhantes a estes.

A educação apareceu trinta vezes em seus pronunciamentos na tribuna, com diversos conteúdos, mas semelhantes aos discursos das vereadoras já

apresentadas, como, por exemplo: apoio e indignação no ano de 2014 para com os professores e servidores do estado do Paraná; sugeriu capacitação para os profissionais da educação; parabenizou os profissionais desse setor do município pela qualidade desempenhada em suas funções; mencionou eventos realizados pelo departamento; e entre outros temas semelhantes.

Ainda sobre o setor de educação, a vereadora utilizou da tribuna para expor sua indignação sobre postagens realizadas em redes sociais que uma criança haveria sido mal tratada em um centro municipal de educação; com isso a vereadora buscou informações junto à secretaria de educação e ao conselho tutelar do município, ambos enviaram carta para câmara a qual a vereadora leu na íntegra e, logo após, criticou as pessoas que utilizam-se de informações incorretas objetivando denegrir a imagem da atual administração e promoção política.

Para mais, a vereadora destacou por vinte e sete vezes questões relacionadas à infraestrutura do município, tais como: a falta de bebedouros d'água em órgãos públicos, reparos em prédios públicos, problemas em ruas que precisam ser reparados, solicitou limpeza de espaços públicos, solicitação de quebra molas e redutores de velocidade e entre outros elementos desse âmbito.

Certamente, das quatro vereadoras, Tereza é a que abordou com maior frequência questões relacionadas à assistência social. Essas totalizaram vinte e cinco dos seus pronunciamentos. Alguns dos temas salientados pela vereadora nesse setor foram: solidarizou-se com famílias que vivem em terrenos públicos, os quais foram notificados a se retirar do local; discursou sobre o excelente serviço prestado pela Casa Lar, local que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo; abordou a importância e ao mesmo tempo parabenizou o setor por realizar o casamento comunitário; demonstrou a importância da habitação social e ao mesmo tempo solicitando ao executivo mais casas populares; entre outros assuntos relacionados a esses supracitados.

A segurança foi tema onze vezes nos discursos da vereadora na tribuna, nos quais enfatizou o aumento da violência no município e, por isso, solicitou aos órgãos competentes urgência na resolução desse problema. Outrossim, repassou informações aos colegas legisladores e a comunidade sobre reuniões realizadas com autoridades a respeito dos problemas e a busca de solução para a segurança

pública em Guaíra; parabenizou aos trabalhos realizados pela polícia; entre outros assuntos relacionados a esses.

Em dez ocasiões a vereadora utilizou do seu espaço na tribuna para manifestar apoio a alguma matéria ou discurso de algum colega vereador. Em especial, esse fenômeno ocorreu com maior frequência no período que foi presidenta da câmara, posicionando-se não apenas como vereadora, mas também como representante maior daquele órgão.

Durante os três anos estudados, a vereadora abordou temas relacionados ao setor de esportes por sete vezes, geralmente parabenizando aos atletas do município que obtiveram êxito em alguma competição regional, estadual ou até nacional. Além do mais, mencionou sobre os espaços públicos que são utilizados para prática de esportes. E da mesma forma que as vereadoras Mirian e Rosana, Tereza parabenizou e demonstrou apoio à vereadora Franciele pelas reuniões e projetos apresentados referentes ao departamento de esportes.

Mesmo sendo vereadora de situação, a vereadora Tereza por seis vezes denunciou irregularidades na tribuna, fenômeno feito até então pelas duas vereadoras de oposição. Essas denúncias foram ligadas a temas relacionados à saúde, como, por exemplo: demora nos atendimentos às vítimas de acidentes ocorridos no município; negligência médica de alguns profissionais ligados à saúde pública; também denunciou o descaso que ela acompanhou com os pacientes durante o plantão e outros semelhantes a estes.

O meio ambiente também foi mencionado por cinco vezes pela vereadora Tereza, sendo que até o momento apenas a vereadora Mirian por uma vez citou em seus pronunciamentos. Solicitou a limpeza de um córrego do município; também pediu para a população evitar poluir rios e córregos; agradeceu ao executivo por atender seu pedido de limpeza do córrego mencionado anteriormente; falou também sobre o torneio de pesca e de sua importância, pela integração da sociedade com o meio ambiente.

Da mesma forma que as demais vereadoras, a vereadora Tereza também abordou em 2014 a questão da demarcação de terras indígenas, posicionando-se a favor dos agricultores. Destaca-se sua fala:

Eu também estou do lado dos agricultores, não sou a favor de índio, nem de ninguém tomar terra de ninguém, e aparecer cem anos

depois dizendo que é dono, se a gente afasta um pouco já perde, agora após cem anos vem dizer que é dono, isso aí a gente nunca concordou [...]. Eles [índios] podem tudo e não acontece nada. Já nós, qualquer coisinha é motivo de ser preso, processado e ter que pagar advogado.

E, por fim, a vereadora durante três vezes solicitou apoio dos colegas vereadores, solicitando aprovação dos projetos de leis 052/2013, 003/2014 e 015/2014, ingressados por ela, que foram apresentados mais adiante nesta pesquisa.

Referentes às proclamações da vereadora Tereza na tribuna, observa-se grande semelhança com os temas abordados pelas demais vereadoras, o que a difere é o fato dela abordar todos os assuntos. Também, faz grande menção à cultura local, abordou o meio ambiente, que foi algo que apareceu apenas em uma fala das demais vereadoras.

Nas indicações, a vereadora Tereza também é ativa com um total de quarenta desses atos ingressados na câmara, perdendo apenas para a vereadora Mirian.

Da mesma forma que suas colegas, a infraestrutura municipal dominou o conteúdo das indicações da vereadora Tereza. Esse item totalizou vinte e duas indicações, que solicitavam: instalação de semáforos; instalação de redutores de velocidade; melhorias na malha viária tanto urbana como rural; reinstalação de bebedouros, chuveiros e reforma dos banheiros da rodoviária e entre outros assuntos semelhantes.

Ademais, a vereadora encaminhou treze indicações referente a questões administrativas, como, por exemplo: que o Cartório de Registro Civil e também a direção da Capela Mortuária encaminhem à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria de Assistência Social periodicamente listas contendo os nomes de todas as pessoas que entraram em óbito visando a um maior controle administrativo. Também, indicou a ampliação do horário para atuação de carros de som em Guaíra. Ainda, sugeriu denominação de ruas; revisão do plano de carreira do funcionalismo público municipal e outros temas semelhantes a esses.

A vereadora foi a única a encaminhar indicações relacionadas à assistência social, mesmo sendo apenas duas, mas já a difere das suas colegas. O interesse por esse departamento já ficou nítido nos discursos dela na tribuna. Assim, a vereadora solicitou a revisão dos valores de repasse, por razão de utilidade pública, à “Casa da Sopa Amor e Caridade”, para que seja igualada ao valor repassado

mensalmente as demais associações assistenciais do município de Guaíra. Também sugeriu que a licença maternidade das servidoras públicas municipais passasse de cento e vinte para cento e oitenta dias, sendo que muitas funcionárias não têm condições de pagar alguém para ficar com seus filhos, ou não possuem familiares no município ou, ainda, pela falta de vagas nas creches.

Sobre a cultura, a vereadora encaminhou uma indicação, em conjunto com a vereadora Franciele. Nesse ato, elas sugeriram a realização do concurso de beleza “Miss Guaíra”, sugestão aceita pelo executivo municipal, que encaminhou projeto de lei para a câmara e tornou-se um dos projetos mais polêmicos, em virtude das opiniões contrárias sobre o evento, como foi o caso da vereadora Rosana, que votou contra, alegando que o recurso investido poderia ser destinado ao departamento de saúde. Mesmo assim, o projeto foi aprovado e o evento realizado.

Outro assunto que resultou em uma indicação com autoria da vereadora foi à educação, sendo essa ingressada conjuntamente por todos os edis. Na oportunidade, sugeriram ao executivo a mudança da exigência na escolaridade dos monitores das creches públicas do município.

Como já mencionado anteriormente, há apenas uma indicação referente aos esportes, também em conjunto com todos os vereadores, na qual sugeriram para a administração municipal apoiar os atletas guaírenses que já obtiveram reconhecimento e destaque em competições fora do município.

Nas indicações, a vereadora Tereza tem grande semelhança nos temas ingressados pelas outras três vereadoras. O que a difere delas é o fato dela ser a única a possuir sugestões para o departamento de assistência social. Mas igualmente às suas colegas, a infraestrutura predominou o conteúdo das suas indicações.

Nos requerimentos, a vereadora manteve-se na média das suas colegas, ingressando com onze desses atos. Além da semelhança na quantia, o mesmo aconteceu com os conteúdos abordados. É necessário recordar que muitos desses atos foram feitos conjuntamente entre todos os vereadores ou algum grupo político específico. Analisando todos os atos da câmara, foi possível observar que a vereadora Tereza fez apenas um requerimento individualmente e os demais todos em conjunto.

A vereadora foi coautora de quatro requerimentos de assuntos administrativos, como: solicitação de todos os funcionários públicos municipais que

receberam horas extras na prefeitura no mandato 2009 a 2012; solicitação de informações de processos licitatórios; pedidos de informações destinados a órgãos estaduais e federais e pedido de alteração de alguma lei ou programa em vigor de Guaíra.

Em seguida, dois requerimentos que continham o nome da vereadora destinavam-se a questões ligadas à assistência social, sendo um desses atos individual (o único) e outro em conjunto, confirmando, novamente, o domínio e o interesse da vereadora Tereza por esse departamento. No requerimento individual, ela solicitou ao Cartório de Registro Civil de Guaíra o encaminhamento periódico dos nomes dos munícipes que entraram em óbito. Já na solicitação conjunta, os vereadores pediram informações referentes a convênios com entidades sociais do município.

A vereadora Tereza também foi coautora de dois requerimentos sobre a saúde pública, ambos propostos a órgãos do governo do estado do Paraná, solicitando agilidade nos repasse de recursos para o SAMU e para o Consórcio Intermunicipal SAMU Oeste do Paraná – CONSAMU, visando à continuação e à melhoria dos trabalhos destes órgãos no município de Guaíra.

Igualmente, dois requerimentos conjuntos abordaram a segurança pública municipal, ambos destinados a órgãos do governo do estado do Paraná, solicitando investimentos e a reestruturação do setor de segurança pública do município.

Sobre os requerimentos, é possível afirmar que a vereadora Tereza se assemelha às demais colegas, dois apontamentos sobre esse ato: ela é fez um requerimento individual sobre o departamento de assistência social, fator que já ganhou destaque em seus pronunciamentos na tribuna e nas indicações. Outra observação é que ela e a vereadora Franciele não possuem nenhum requerimento voltado à infraestrutura; a hipótese é o fato de que elas sejam vereadoras de situação e algum pedido ter sido feito pelo grupo de oposição.

A vereadora Tereza foi autora de três projetos, dessa maneira, foi a campeã entre as vereadoras nesse quesito: um projeto no ano de 2013 e dois no ano de 2014. Desses, dois ela fez individualmente e um em conjunto com a vereadora Franciele.

O primeiro projeto de lei que a vereadora ingressou na atual legislatura foi o projeto de lei número 052/2013, com o objetivo de alterar o anexo I da Lei 1.653 de 28 de agosto de 2009. Esse anexo trata dos cargos efetivos da câmara de Guaíra, e

a alteração proposta tinha como objetivo criar cargos e alterar os valores dos salários dos cargos já existentes. O projeto foi aprovado por unanimidade, assim encaminhado para o prefeito que transformou-o em lei municipal.

Esse projeto foi apresentado pela vereadora no período em que estava como presidenta, por este motivo, geralmente o dirigente do legislativo acaba ingressando com essa proposição.

O segundo projeto apresentado pela vereadora foi o de número 0003/2014, no qual propôs a concessão de título de Cidadão Honorário do Município de Guaíra à pessoa de Paulo Celinski, médico muito importante e representativo para a saúde do município. Esse projeto também foi aprovado por todos os vereadores e, dessa maneira, o título foi entregue ao homenageado.

O último projeto de lei encaminhado pela vereadora Tereza foi o de número 015/2014, em conjunto com a vereadora Franciele, com o objetivo de instituir a data comemorativa do “Dia do Evangélico” em 31 de outubro, no município de Guaíra, e também de estabelecer providências. O projeto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores em todas as votações. Após passar pela câmara, foi encaminhado ao prefeito e passou a vigorar como lei municipal. Com esse projeto, as vereadoras atenderam à reivindicação da cultura religiosa de uma grande fatia da população guairêense.

A vereadora Tereza foi a única a ingressar com projetos de resolução, que totalizaram sete. Como já mencionado ao início deste capítulo, esse ato é sobre fatores administrativos internos das câmaras de vereadores, desse modo, quem ingressa com tais projetos de resolução é o presidente da casa de leis. Assim, todos de autoria da vereadora foram no ano de 2013, período em que esteve à frente da câmara.

Os conteúdos desses projetos de resolução foram: criação da frente parlamentar da saúde; autorização para a câmara de Guaíra filiar-se a Associação das Câmaras de Vereadores do Oeste do Paraná – ACAMOP; alteração da redação do regimento interno; reajuste real dos vencimentos e dos salários dos servidores públicos do Poder Legislativo; suplementação de créditos orçamentários e normas para concessão de diárias a vereadores e servidores da câmara.

Nas comissões, a vereadora se difere das demais vereadoras no ano de 2013, em virtude dela ser a presidenta da câmara e, assim, a legislação não permite a participação dela nessas.

Já no ano de 2014, a vereadora Tereza participou de duas comissões, a Comissão de Educação, Saúde e Assistência e a Comissão de Obras e Serviços Públicos. Na primeira, ocupou a função de secretária e na segunda foi relatora. Novamente, é possível observar o interesse da vereadora pelas questões sociais, por participar da comissão que aborda esses temas, mesmo que poucas as vezes que essa comissão se reúne. Ambas as comissões têm pouca análise de projetos.

Em 2015, novamente a vereadora Tereza participou de duas comissões, sendo a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Educação, Saúde e Assistência. Nas duas, ela ocupou o cargo de presidenta. Mais uma vez visualiza-se o interesse da vereadora pelo assistencialismo. Diferente do ano anterior, participou de uma das principais comissões, que geralmente analisa todos os projetos enviados ao legislativo, no caso a Comissão de Finanças e Orçamento, pois todos os assuntos que dizem respeito aos cofres públicos são analisados e recebem parecer dessa comissão.

Sobre as comissões, percebe-se uma grande participação da vereadora Tereza, ingressando a cada ano em duas comissões, igualmente como sua colega de grupo político Franciele. Uma hipótese é que as coligações partidárias de situação solicitam essa participação ativa, a fim de acelerar e agilizar o processo de tramitação dos projetos enviados ao legislativo, e posterior votação positiva, e, ainda, quando encontrarem algum problema, sem maiores alarmes resolverem.

Outra análise feita sobre a participação da vereadora Tereza nas comissões é a tramitação que ela tem em diversos temas, não ficando focada apenas em alguns assuntos, mas sim no todo.

Analisando os pronunciamentos na tribuna, as indicações, os requerimentos, projetos de lei, projetos de resolução e participação das comissões, é possível afirmar que a semelhança dos temas da vereadora Tereza são grandes, comparados aos assuntos abordados pelas demais vereadoras. Algo que a diferencia é a ligação dela com a assistência social e a sua tramitação por todos os temas e departamentos.

Após analisar todos os elementos relacionados à atuação das vereadoras que são foco desta pesquisa, o foco de análise foi o discurso delas, buscando aferir afirmações e contradições.

4 ANÁLISES DOS DISCURSOS: AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Este capítulo se propôs a fazer uma análise do discurso das vereadoras do município de Guaíra. Tais discursos foram gerados por meio de entrevista com um roteiro semiestruturado (ANEXO III) que focalizou três áreas específicas: dados biográficos, profissional e trajetória/atuação política. Com esse roteiro buscou-se identificar as afirmações e as contradições das vereadoras referentes aos seus trabalhos e discursos, tema esse já abordado no capítulo anterior. Ao rever esses discursos neste momento da pesquisa, objetivou-se cotejá-los a partir do arcabouço teórico utilizado e explanado com maior atenção nos capítulos iniciais (ARAÚJO, 2001, 2005, 2010 e 2013; MIGUEL, 2000, 2001, 2003, 2006 e 2010; PINTO, 2000, 2001 e 2009), buscando compreender o contexto pesquisado, o município de Guaíra.

Como já mencionado, o questionário foi separado por dados biográficos e profissionais, bem como da trajetória política e a atuação das investigadas como vereadoras. No primeiro grupo de questões, foram realizadas nove perguntas, no segundo foram onze, e no terceiro, devido à abordagem relacionada à atuação das entrevistas, vinte e duas questões.

4.1 Dados bibliográficos e profissionais

Quanto as questões relacionadas à vida pessoal das vereadoras investigadas, o objetivo foi o de observar se as informações por elas prestadas eram as mesmas encontradas em sites oficiais e subsídios repassados pela câmara de vereadores do município de Guaíra, possibilitando uma comparação dos dados.

Um dos primeiros itens analisados foi o nome. Pôde-se observar que três delas abreviam seus nomes para utilizar no campo político e somente uma remete ao seu nome à sua profissão, fato esse que não acontece ao acaso, como foi destacado a seguir.

A vereadora Franciele de Lima Danelon utiliza o nome e sobrenome, Franciele Danelon, sendo o sobrenome tradicional na política de Guaíra. Desse modo, ao utilizar sobrenome, é possível ligar a vereadora aos seus familiares envolvidos na política. De acordo com os autores Araújo (2010), Miguel (2006) e

Pinto (2001) essa ligação com a tradição familiar é muito utilizada para o ingresso de mulheres no campo político.

Mirian Celeste dos Santos Teleste utiliza apenas o nome e o sobrenome, Mirian Teleste, sem familiares ligados a esse campo, apenas o utiliza como forma de abreviatura. Já Tereza Camilo dos Santos utiliza apenas o primeiro nome nas urnas e no campo político.

Para Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2001), muitos agentes políticos utilizam seus cargos ou funções nos seus nomes políticos. Miguel (2006) denomina esse fator como capital delegado, sendo esse o caso da vereadora Rosana de Lima Brizzi, que utiliza estrategicamente o nome de Rosana da Saúde, setor no qual ela ficou conhecida e reconhecida no município.

Em relação à faixa etária, no momento da entrevista, constatou-se que a vereadora Franciele era a mais nova, com trinta e quatro anos, seguida da vereadora Mirian, com trinta e oito anos, na sequência, a vereadora Rosana, com quarenta e seis, e, por fim, a vereadora Tereza, com cinquenta e quatro, concluindo que a média de idade das vereadoras entrevistadas é de quarenta e três anos. Esse dado pode ser comparado ao estudo técnico realizado sobre o perfil dos vereadores do Brasil (2013-2016), de autoria do pesquisador François Bremaeker, que demonstra que essa média está no segundo maior percentual de faixa etária nacional:

No pleito de 2012 a maior parte dos Vereadores eleitos está no grupo de idade entre 45 a 59 anos (38,51%), seguindo-se em importância o grupo de idade entre 35 e 44 anos (34,58%). Os Vereadores com idade entre 25 e 34 anos representam 18,59% do total, enquanto que aqueles que possuem entre 60 e 69 anos representam 5,33% do total. As idades extremas apresentam as mais baixas participações. (BREMAEKER, 2012, p. 4).

Desta maneira surge a hipótese de que no Brasil pessoas com idade superior a 35 anos têm maiores chances de êxito eleitoral. Demonstrando que as vereadoras de Guaíba enquadram-se no perfil dos legisladores brasileiros.

Ao analisar o estado civil das entrevistadas, um fenômeno chamou a atenção, quando se faz uma comparação com a pesquisa realizada por Pinto com vereadoras do Rio Grande do Sul, três das quatro vereadoras são divorciadas e apenas uma casada. Tal situação acaba não indo ao encontro com os estudos realizados pela autora acima mencionada sobre os perfis, trajetórias e desempenhos das

vereadoras gaúchas, em que nos dois anos que a autora pesquisou apenas 6% das mulheres vereadoras eram divorciadas e 85% era casadas, número este que acaba tendo uma redução no ano seguinte, em que apenas 83% eram casadas.

Com relação à naturalidade, encontra-se que apenas duas são de Guaíba, as vereadoras Franciele e Rosana, já a vereadora Mirian é natural de Céu Azul, no Paraná, e a vereadora Tereza de Belo Horizonte, do estado de Minas Gerais. Apesar das duas últimas não serem naturais do município, deixaram claro que se mudaram ainda crianças com suas famílias para o Guaíba.

O nível de escolaridade das vereadoras é elevado; três delas - Franciele, Mirian e Rosana - possuem ensino superior completo; dessas, duas possuem duas pós-graduações e uma com três pós-graduações. Tereza possui ensino médio incompleto. Essa informação condiz com as afirmações de Miguel (2006 e 2010), que as mulheres políticas brasileiras possuem nível de escolaridade superior aos homens.

Certamente, um maior índice de escolaridade aumenta a eficácia dos trabalhos legislativos, mas, ao mesmo tempo, isso pode ser uma hipótese que o eleitorado vota em mulheres desde que eles tenham um nível superior de escolaridade, para talvez elas serem consideradas aptas para assumir cargos públicos.

Ao observar a profissão das investigadas, pode-se constatar que as vereadoras Franciele e Mirian são professoras, mas atualmente não atuam na profissão. A primeira é gestora educacional em uma faculdade de ensino à distância; dessa maneira, não atua como pedagoga ou em sala de aula, mas atua na parte administrativa, e a segunda se dedica à vereança. A vereadora Rosana atua como enfermeira em uma unidade básica de saúde e a vereadora Tereza dedica-se à vereança.

Podemos observar nas quatro vereadoras que aparece um fator apontado por Max Weber, quando esse apresenta a teoria sobre a política como vocação e a política como profissão. Nesse caso, as vereadoras Franciele e Rosana não escolheram a política como atividade principal, mas sim a exercem ocasionalmente; já as vereadoras Mirian e Tereza fazem o contrário, tem a política como atividade principal. No caso da vereadora Mirian, verificou-se que ela deixou inclusive sua profissão para dedicar-se exclusivamente à política, e no caso da vereadora Tereza,

ocasionalmente vende alguns produtos, mas também deixou sua profissão para dar espaço à vereança.

A ocupação profissional e a formação das vereadoras, em especial das vereadoras Franciele, Mirian e Rosana, vêm ao encontro com as pesquisas realizadas por Pinto, ou seja, a maioria das mulheres que se elege possuía cargos nas áreas de saúde, assistência social ou educação. Essas funções remetem ao perfil histórico da mulher como cuidadora, mãe, esposa, enfim, pessoa que está acostumada a ajudar, servir e educar (PINTO et al., 2000).

Quando o assunto é religião, as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana se declaram evangélicas, já a vereadora Tereza, quando questionada sobre sua religião, afirmou o seguinte:

Para falar a verdade não sou católica e nem crente. Não tenho religião específica. Já fui católica, depois batizei na evangélica. Freqüento todas as igrejas. Agredido em todas e penso que Deus é um só. Estou afastada, mas pretendo voltar para a igreja evangélica.

Mesmo a vereadora Tereza não definindo a sua religião, ao mesmo tempo ela afirma ter tramite em todas. Já suas colegas afirmam pertencer a religiões históricas e renovadas. Para Araújo, as religiões são uma das principais correntes de apoio a candidatos no campo político brasileiro. No decorrer desta pesquisa, o elemento religião obteve recorrência, sendo analisado com mais profundidade adiante.

Dentro do grupo de questões pessoais, encontra-se uma pergunta relacionada ao atual partido político. O que se destaca é o fato de que durante o processo de pesquisa duas das vereadoras mudaram de partidos políticos, ambas utilizaram a conhecida janela, a qual tem a finalidade do detentor de mandato eletivo possa se desfiliar de partidos sem perder o mandato por infidelidade partidária.

As vereadoras Rosana e Tereza continuam nos partidos pelas quais foram eleitas, DEM e PP, respectivamente, enquanto a vereadora Franciele, utilizando da janela de 2016, migrou do PT para o Partido Ecológico Nacional - PEN –, da mesma forma a vereadora Mirian, migrou do PP para o PSDB.

Mesmo que muitos partidos não sigam suas ideologias, mas teoricamente os partidos DEM e PEN são considerados de centro-direita, o PP centro-direita à direita e apenas o PSDB centro-esquerda. Com exceção do partido PEN, que foi fundado em 2012, os demais são grandes partidos e com uma longa história no país. Nesse sentido,

essa informação contradiz os estudos de Pinto, que aponta que os partidos menores e de esquerda são os que acabam agregando maior número de mulheres.

Nas questões de informações pessoais, foi possível observar uma divergência de informações obtidas das vereadoras com relação aos dados coletados em sites e órgãos oficiais, situação essa que conferem com os escritos de Araújo, Miguel e Pinto; já grande parte das respostas fornecidas por elas diverge das pesquisas dos autores.

4.2 Trajetórias políticas

A segunda etapa da entrevista foram questões relacionadas sobre a trajetória política dessas vereadoras, buscando, assim, desvendar como foi o ingresso delas no campo político até o seu êxito eleitoral.

Primeiramente, questionou-se como se deu o envolvimento inicial das vereadoras com o mundo da política partidária propriamente dito. Algumas respostas se assemelham outras se diferem. A seguir foram descritas as falas das vereadoras sobre essa questão. A vereadora Franciele tem influências familiares e ligações com políticos de outras esferas, afirmando que:

Vem da minha família, ela já é uma família política, deste meu pai que sempre foi muito politizado, envolvido em ações e ajudou fazer campanhas políticas, então à gente já cresceu vendo aquilo, em determinado momento meu irmão se envolveu na política, foi vereador, depois secretário de turismo, também foi secretário de saúde. Nós sempre acompanhando e participando, mas eu particularmente falando nunca tive interesse, nunca pensei em ser política, sempre gostei e acompanhei, mas não imaginava que seria agente política, e daí em determinado momento a gente começou um trabalho social na instituição que eu trabalho e isso abriu esse leque e abriu essa entrada para a política. E quem me incentivou foi meu chefe que na época foi deputado federal, o deputado e meu maior incentivador na política Wilson Picler, que certamente é a pessoa que me levou para o campo político. Ele é nascido em Guaíra, e sócio proprietário de um grupo de faculdades a distancias onde trabalho, que na época abriu sua empresa no município é fez um trabalho social muito bonito de distribuição de quinhentas bolsas de estudos, na qual eu administrei, e quando ele foi candidato a deputado novamente, o ajudei no município, e posteriormente ele investiu em mim aqui no município.

A vereadora pertence a uma família tradicional na política, elemento muito comum entre as mulheres que ingressam no campo político. De acordo com Araújo,

Miguel e Pinto (2001), essa é uma das principais rotas de ingresso de mulheres nesse meio, pois muitas vezes elas substituem ou dão continuidade aos trabalhos de algum membro da família que já ocupou algum cargo político, ou ainda são casadas ou familiares de algum agente que ocupa um cargo superior nesse campo. No caso da vereadora Franciele, o pai e seu irmão foram e ainda são nomes de destaque na política de Guaira.

Além da vereadora pertencer a uma família com histórico político, ela tem um apadrinhamento do seu chefe Wilson Picler, que, além de ser empresário bem sucedido no ramo do ensino superior à distância, também foi deputado federal e um nome importante na política paranaense, que abriu espaço e deu recursos para ela se criar e se desenvolver no meio político.

Araújo (2010) descreve que existem duas formas de ingresso na política: a primeira é a política como uma circunstância; e a segunda é a política como um projeto. Nesse sentido, a vereadora afirma que a política não foi um projeto, mas sim uma circunstância, primeiramente por se criar em uma família tradicional no campo político, em seguida, pelo seu envolvimento e apadrinhamento com o ex-deputado federal Wilson Picler, também pelo serviço social realizado.

Diferente da vereadora Franciele, a vereadora Mirian não pertence a uma família tradicional no campo político, mas também contou com apadrinhamento político. Quando questionada sobre sua inserção na política, ela respondeu que:

Desde criança sempre gostei de política, minha mãe sempre trabalhou de cabo eleitoral, na época do José Richa, e eu sempre ia com ela, eu sempre gostei. Quando fiz dezesseis anos eu já fiz o meu título para poder votar. Então foi algo que eu sempre quis, por liberdade de escolha mesmo. Assim em 2008 fui candidata, mas naquela vez sai por sair mesmo, na verdade porque precisavam de mais uma mulher candidata para atender a lei das cotas. Naquele ano eu não queria sair como vereadora e sim mais uma vez trabalhar para alguém. Quem me incentivou a ser candidata naquela vez foi o Osmar Volpato, que atualmente é o vice-prefeito de Guaira. Aceitei ir, não consegui me eleger, mesmo eu sabendo que não me elegeria, pois fui para completar a cota. Logo após a eleição o prefeito da época Manoel Kuba do PP me chamou para trabalhar com ele na prefeitura, aceitei, e ele pediu para eu migrar para o partido dele. Mudei de partido, sai candidata em 2012 e me elegi.

O que chama atenção na resposta da vereadora Mirian é o fato dela ter a política como um projeto, ao contrário da vereadora Franciele. De acordo com pesquisa realizada por Araújo (2010), a vereadora Mirian faz parte que um pequeno

grupo de mulheres que tem a política como projeto, pois, em entrevistas realizadas pela autora com as parlamentares brasileiras, quase todas as parlamentares entrevistadas disseram ter sido alçadas à condição de candidatas por circunstâncias (ARAÚJO, 2010).

Na resposta da vereadora Mirian, ela afirma "...fui candidata, mas naquela vez sai por sair mesmo, na verdade porque precisavam de mais uma mulher candidata para atender a lei das cotas". É possível observar um grande problema e descaso com as mulheres brasileiras na participação política, algo também muito criticado por unanimidade pelos autores aqui já mencionados - Araújo, Miguel e Pinto -, o fenômeno das mulheres inscritas como candidatas apenas para atender às cotas exigidas no artigo 10§3º da Lei 9.504 de 1997, que dispõe do número de vagas resultante das regras previstas, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

Mesmo que a conquista da lei de cotas foi um grande passo para as mulheres brasileiras, o problema nessa lei é que ela serve apenas para a porcentagem de candidaturas e não de eleitas, assim, no mínimo 30% das candidaturas precisam ser preenchidas por mulheres, com isso, muitos partidos não abrindo espaço para as mulheres ou até por não possuir mulheres em seus partidos acabam inscrevendo algumas "candidatas fantasmas" que, por muitas vezes, são esposas, mães, filhas ou amigas dos demais candidatos (ARAÚJO, 2010; MIGUEL 2006; PINTO 2009).

No mesmo sentido que a vereadora Franciele, a vereadora Mirian também foi incentivada e apadrinhada por um agente político influente de Guairá. Mesmo com esse incentivador político, a vereadora, após a eleição, migrou do PR para um partido de oposição da época, objetivando encontrar maior espaço político.

Já a vereadora Rosana ingressou no campo político pelos dois motivos já elencados acima: família tradicional na política e pelo que Miguel chama de capital delegado. De acordo com a vereadora, quando questionada sobre seu envolvimento na política, se deve primeiramente a seu pai, o qual:

(Meu pai) [...] sempre foi envolvido na política, ele foi vereador dois mandatos, presidente da câmara, nós crescemos o vendo ajudando as pessoas e envolvido com a população e a comunidade. Ele foi vereador de 1997 a 2004. Ele também foi enfermeiro, segui todos os passos dele. Com influência dele me candidatei à primeira vez em 2008, mas fiquei como suplente. Assumi como secretária de saúde

em um período. Em 2012 me elegi como vereadora. Sempre o acompanhei e quis ocupar a mesma função que ele. Então basicamente meu envolvimento se deu através do meu pai, definido ele como meu norte na política.

Semelhante à vereadora Franciele, a vereadora Rosana também ingressou no campo político por meio de influência da família, nesse caso, ela dá continuidade aos trabalhos iniciados por seu pai. Esse fator é muito comum de acordo com Araújo, Miguel e Pinto, a prosperação do trabalho iniciado pelo genitor.

Com base nos conhecimentos de Araújo (2010), da mesma forma que a vereadora Mirian, a vereadora Rosana também teve a política como um projeto, pois sempre teve como objetivo chegar ao mesmo cargo que seu pai ocupou.

A vereadora Rosana também se utilizou do capital delegado, apresentado por Miguel; como já podemos observar, ela utiliza o nome no meio político de Rosana da Saúde, pelo fato dela ser enfermeira de carreira e conceituada no município de Guaíra (MIGUEL, 2003).

Estratégia positiva usada pelo grupo da vereadora Rosana foi utilizada quando ela não obteve êxito eleitoral na primeira eleição, disponibilizando a secretaria de saúde para que ela demonstrasse seu potencial e recebesse notoriedade.

Até o momento, as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana têm certas semelhanças e a vereadora Tereza com uma linha um pouco diferente, mas, quando questionada sobre como se deu seu envolvimento inicial com o mundo da política partidária, verifica-se que tem similaridades com as demais, pois também contou com um apadrinhamento e orientador político. A resposta dela foi:

Eu trabalhava de cozinheira na casa da mãe do atual prefeito Fabian Vendruscolo, na época ele morava com ela. Trabalhei uns doze anos na casa deles, eu era a cozinheira da casa, e um dia ele me tirou da casa dele para entrar na política, virei assessora dele na câmara, na época ele era vereador, mesmo a mãe dele não querendo deixar ele a convenceu que eu poderia mais eu poderia crescer na vida. Após ele convencer a mãe dele, virei assessora dele na câmara. E quando ele terminou o mandato dele para vereador ele foi candidato a prefeito, assim ele pediu para eu que fosse candidata a vereadora no lugar dele. Falei que não queria que eu não tinha condições para isso, mas ele continuou insistindo até que no último dia para lançar as candidaturas, meio contra a vontade eu aceitei. E para minha surpresa eu consegui me eleger e ele que foi candidato a prefeito não conseguiu, isso foi na campanha do ano de 2000. Quando

finalizei meu primeiro mandato reuni o partido para decidir que seria candidato, pois o primeiro do partido foi o pai do atual prefeito, o segundo um empresaria aqui da cidade, então foi o Fabian e por fim eu. Cuidávamos para sempre sair um e os demais ajudar a esse. E eles decidiram que eu deveria continuar, e assim foi na campanha de 2004 fui candidata novamente. Elegei-me novamente para vereadora e nessa campanha o Fabian conseguiu também se eleger para prefeito. No ano de 2008 novamente me elegei e o Fabian foi para a reeleição não conseguindo êxito. E em 2012 eu me elegei e o Fabian foi candidato para prefeito novamente, ele também se elegeu. Uma observação que eu tenho que fazer, é que nas eleições de 2008 e 2012 meu genro também foi candidato a vereador, eu me elegei e ele ficou suplente. Mas além da ajuda e dos encaminhamentos feitos pelo prefeito Fabian, eu também fui presidente de bairro, isso foi na época que eu trabalhava na casa dele como cozinheira, e nesse período as pessoas me procuravam muito lá pedindo ajuda, e isso despertou a curiosidade dele, tanto que um dia ele veio me perguntar o que tanto esse povo me procurava, e eu expliquei que eu ajudava essas pessoas a encaminhar aposentadoria, ajudava a fazer encaminhamentos médicos e outras coisas. Com isso ele viu que eu tinha potencial para a política. E aqui estou as quatro vezes que fui candidata me elegei, também tive a honra de ser presidente da câmara por dois anos consecutivos, a segunda mulher na história de Guaíra a presidir os trabalhos, também sou a mulher que tem mais tempo de câmara.

Com uma trajetória humilde, ela iniciou como cozinheira na casa do atual prefeito, virando assessora parlamentar, em seguida, vereadora e presidenta da câmara. A vereadora Tereza é a mulher com o maior tempo de vereança no município de Guaíra, estando no seu quarto mandato. Ademais, ela se destaca por ser a única mulher a presidir o legislativo municipal por duas vezes, e a segunda mulher na história da cidade a ser presidenta da câmara.

Diferente das demais vereadoras apresentadas, a vereadora Tereza elegeu-se pela primeira em que foi candidata, e ainda todas as próximas vezes que foi candidata, ficando até a atual legislatura, tornando-se referência para as demais mulheres do município.

Com pouca escolaridade, a vereadora contraria a afirmação de Miguel, que aponta que as mulheres necessitam de escolaridade superior aos homens para conseguir êxito eleitoral, fenômeno que ele denomina como hiperqualificação feminina.

No mesmo sentido que as demais vereadoras apresentadas, ela também contou com um padrinho e incentivador na política, no caso seu ex-patrão e atual prefeito do município de Guaíra. O líder político, observando um capital político em sua cozinheira, pelo fato das pessoas procurarem-na pedindo ajuda, auxiliou na

evolução da então cozinheira para seu ingresso no campo político. A primeira oportunidade dada a ela foi a de ser a sua assessora parlamentar, e com as dobradinhas e alinhamentos políticos no município, Fabian saiu como candidato a prefeito e apoiou Tereza como vereadora.

Nesse sentido, observa-se que foi utilizado o que Araújo chama de recrutamento centralizado-informal, ou seja, os interesses locais tendem a fazerem-se presentes nas disputas, mas é a elite central que exerce considerável controle (ARAÚJO, 2005).

Fazendo ligação com os conhecimentos de Araújo, a vereadora Tereza teve a política como uma circunstância, ao afirmar que ela nunca almejou isso, e até certo ponto foi candidata pela primeira vez contra a sua vontade. Não obstante, após seu ingresso nesse campo, obteve sucesso e fez carreira política.

Após ingressar na política e eleger-se pela primeira vez como vereadora, Tereza conseguiu um bom espaço em seu partido político, algo muito difícil para as mulheres. Os principais líderes do DEM de Guaíra tinham como cultura lançar um candidato a cada eleição e os demais sempre o apoiavam. Ao término do seu primeiro mandato, o seu partido mesmo realizando o revezamento de candidatos optou em continuar a apoiando. Assim, desde 2001 ela é vereadora.

Um elemento que chama atenção e aponta a força política da vereadora Tereza é que em duas eleições consecutivas seu genro também foi candidato, com o objetivo de ajudar o partido e o grupo político, dividindo alguns votos da família e amigos em comum, mas, mesmo assim, ela se elegeu e ele ficou como suplente.

Analisando as respostas das quatro vereadoras referentes ao questionamento de como se deu o envolvimento inicial com o mundo da política partidária propriamente dito, é possível afirmar que em alguns aspectos as vereadoras têm grande semelhanças e em outros casos não, como, por exemplo: as vereadoras Mirian e Rosana ingressaram no campo político partidário com a política como um projeto, já as vereadoras Franciele e Tereza tiveram a política como uma circunstância. Nesse aspecto, as vereadoras de Guaíra quebram a realidade nacional pesquisada por Araújo, pois, de acordo com a autora, quase todas as parlamentares que ela entrevistou em sua pesquisa disseram ter sido alçadas à condição de candidatas por circunstâncias, diferente de Guaíra, em que cinquenta por cento das entrevistadas afirmou que entrou na política como projeto, e a outra metade afirmou que ingressou como circunstância.

Outro fenômeno nítido nas respostas das vereadoras foi que duas delas fazem parte de uma família tradicional no campo da política de Guaíra, no caso a vereadora Franciele e a vereadora Rosana, sendo que a primeira afirmou que seu envolvimento político se deu pela circunstância e a segunda como projeto. Araújo, Miguel e Pinto afirmam que um dos principais caminhos para o ingresso de mulheres na política é por meio das famílias tradicionais na política. Todavia, analisando as respostas, a vereadora Rosana afirma ter entrado para dar continuidade aos trabalhos iniciados pelo seu pai. Já a vereadora Franciele não aponta como meio de ingresso a influência familiar, aponta que sempre acompanhou seu pai e irmão na trajetória política deles, mas o que a levou ao ingresso nesse campo foi devido ao seu padrinho e incentivador político.

O apadrinhamento é um elemento que aparece com maior intensidade, todas as vereadoras foram apadrinhadas de alguma maneira por pessoa influente no município de Guaíra. A vereadora Franciele teve duplo apadrinhamento, pelo seu pai e seu superior e também deputado federal; Mirian do atual vice-prefeito; Rosana do seu pai; e Tereza do atual prefeito e outros líderes políticos importantes no município. Esses apoios recebidos de pessoas com grande influência política são apontados por Araújo como importante elemento para êxito eleitoral de mulheres no Brasil.

As vereadoras foram questionadas como foram seus envolvimento com os partidos. Em relação à pergunta, da mesma forma que na questão, anterior as respostas se assemelharam entre algumas vereadoras, mas, ao mesmo tempo, algumas são muito distintas.

Sobre esse assunto, a vereadora Franciele explicou com detalhes seu envolvimento inicial e sua migração com os partidos. A seguir, a resposta da vereadora:

Sempre fui PT, troquei de partido nesse ano na janela que permitia a troca de partidos. Atualmente estou no PEN. Mas sou muito sincera com você, nunca fui assim PT nata, não estou cuspiendo para cima ou falando mal do partido porque o que aconteceu no momento que eu fui me filiar para ser candidata em conversa com meu chefe o professor Wilson Picler, que é meu maior incentivador na política, que na época que me filiei era do PDT e agora é PEN, até naquela vez eu pensei que iria me filiar no PDT por causa dele, e daí ele falou para não pensarmos na política estadual e nem federal e sim pensar na local, pensar no município e uma forma de ajudar o candidato da época a prefeito o Fabian que da mesma forma que eu não se elegeu na primeira vez que fomos candidatos, mas é o atual prefeito

de Guaíra, e para ajudar ele o Picler pediu para ver qual partido ficaria bom para eu me filiar. Daí eu conversei com o Fabian, e ele tinha acabado de migrar para o PT, e ele me aconselhou a entrar no mesmo partido pois estavam precisando de mulheres no PT. Eu concordei, ainda que o PT naquela época estava no auge, uma época muito boa para o partido. Não me filiei pela ideologia do partido na época e sim para ajudar a política local. Mas sou muito sincera em falar não sou contra muitos programas do PT, muito pelo contrário sou totalmente a favor, acho muito bom, e não gosto de quem fica tirando saro, enfrento muitas dificuldades aqui com as pessoas que ficam fazendo piadinhas sobre os programas sociais criados pelo PT, pois graças a esses programas muitos hoje tem uma casa para morar, um carro ou um móvel, pois eu vi o sofrimento dos meus tios quando criança que não tinham condições de comprar uma casa própria. De fato o PT representa um marco. E a corrupção existe não apenas no PT e sim em qualquer partido.

A vereadora Franciele iniciou sua trajetória no campo política no PT, não pela ideologia do partido, mas sim por dois motivos: primeiramente pela estratégia política do município que buscava o fortalecimento do grupo e da realidade política daquele momento; o segundo pretexto da filiação da vereadora no PT foi a falta de mulheres no partido, demonstrando novamente a questão de cotas e o interesse e recrutamento dos partidos em mulheres para contemplar a legislação, triste realidade apresentada pelos autores Araújo, Miguel e Pinto. Ademais, segundo ela, o PT estava no auge em todos os níveis naquele momento, outro motivo de peso para a vereadora optar por esse partido.

Elementos importantes destacam-se na resposta da vereadora Franciele: as cotas passam a compor o repertório de estratégia da composição de chapa nas eleições municipais, e a maneira que nessa esfera as clivagens partidárias não se comportam da mesma maneira que nas eleições estaduais e nacionais.

Como já apresentado anteriormente, a vereadora, aproveitando-se da janelinha para troca de partidos no ano de 2016, migrou do PT para o PEN. E sobre esse fenômeno, a vereadora respondeu o seguinte:

Sobre minha migração do PT para o PEN eu fiquei muito pensativa, pensava será que eu espero? Pois sou uma pessoa que tem uma personalidade um pouco forte, e eu tenho dificuldade das pessoas acharem que estou sendo manipulada por uma situação ou algo nesse sentido, gosto de ter minha opinião própria. E daí nesse momento de crise do PT, eu pensei muito se era o momento de mudar de partido, a pessoas podem achar que estou pulado fora do barco que está afundando, mas assim, eu tenho muito respeito e muito carinho pelo professor Wilson Picler, que foi o grande mentor da minha carreira política, e após ele assumir a presidência do

partido PEN no Paraná entrou em contato comigo e afirmou que sou da família política dele e que gostaria que integrasse o partido, então eu não pensei duas vezes, pois sendo um pedido dele, logo aceitei e aproveitei da janela para mudar de partido. Ainda, é um partido com uma ideologia bacana, também é um partido novo, com pessoas novas, assim você começa uma nova história sem vícios, porque as vezes assim que existem algumas pessoas que já tem carreira na política que foram para o PEN, mas tem muitas pessoas que estão começando na política, e você vir sem vícios e aquelas coisas que tem nos outros partidos é muito bacana, pois você começa a encarar uma política diferente, como de fato está sendo implantada no PEN.

Novamente, influenciada pelo seu grande incentivador e padrinho político, a vereadora Franciele migrou do PT para o PEN para acompanhar o professor Wilson Picler. De acordo com ela, a decisão de trocar de partido foi uma decisão difícil pelo fato da sociedade não ver esse ato com bons olhos, principalmente pelo desgaste do PT, as pessoas poderiam imaginar que essa troca seria um abandono do partido.

Além do convite do seu mentor político para ingressar o PEN, a vereadora Franciele analisou outros importantes fatores do partido, como a ideologia do partido, que está de acordo com os princípios dela, fator que Pinto aponta com importante elemento de escolha das mulheres quando ingressam em algum partido, a ligação de suas ideologias pessoais e seus movimentos comparados à ideologia e aos objetivos dos partidos. Também, outro fator de peso foi o fato do partido ser novo, com muitas pessoas novas; para a vereadora, esse elemento é muito positivo, sendo a grande maioria pessoas com pensamentos novos e diferenciados referentes à política, da mesma forma, os membros não estão com vícios oriundos de outros partidos.

Comparando com as afirmações de Araújo, é possível afirmar que, quando a vereadora Franciele ingressou no PT, isso se deu por meio do recrutamento formal-localizado. Nesse caso, a seleção não segue um padrão, mas sim fatores locais, como pessoas que se destacam em suas comunidades, líderes comunitários e outras pessoas populares no local, enfim, o objetivo é local, e foi o que aconteceu com a vereadora, o partido buscou ela em virtude da realidade política do município naquele período.

Já no PEN, o recrutamento se deu no centralizado-informal, de acordo com Araújo, isso acontece quando uma mulher começa a destacar-se e o partido visualiza potencial eleitoral sobre essa. Mas o principal ponto negativo é que todo o comando e decisões ficam com os principais líderes partidários. É o que aconteceu

com a vereadora Franciele, ela destacou-se no campo político e o presidente do partido a convidou para fazer parte do seu grupo político, mas o comando ficou como ele também.

A vereadora Mirian tem tramitação em três partidos, nesse sentido, a vereadora, quando questionada sobre seu envolvimento com os partidos, respondeu:

Primeiramente eu estava no PR, inclusive fui candidata em 2008 por este partido. Filiei-me nesse partido por causa dos meus amigos, mas em especial do Osmar Volpato, que é o atual vice-prefeito. Como não me elegi em 2008, o então prefeito Manoel Kuba me chamou para trabalhar para ele e também me filiar no partido dele o PP.

Impulsionada pelos seus amigos e, em especial, do seu padrinho político da época, a vereadora Mirian ingressou para o PR, como já apresentado anteriormente; outro motivo dela ingressar neste partido, bem como do interesse do PR por ela, foi para contemplar a legislação de cotas.

Sem muito espaço e sem grandes motivos de estar no PR, logo após a campanha na qual a vereadora Mirian fez poucos votos, em virtude de não levar a candidatura como um objetivo e sim como atendimento à legislação eleitoral, a vereadora foi convidada para fazer parte da equipe de trabalho do então prefeito Manoel Kuba, o qual a vereadora era oposição nas eleições. Aceitando o convite, o então prefeito solicitou sua filiação no PP, partido em que ele estava filiado, e assim ela fez.

Na eleição de 2012, quando foi eleita, a vereadora Mirian estava filiada ao PP, mas tendo pouco espaço para ela no partido, fez o mesmo que a vereadora Franciele, aproveitou-se da janela do ano de 2016 e migrou para o PSDB. E sobre essa troca partidária, a vereadora respondeu:

Aproveitando a janela desse ano eu fui para o PSDB, à decisão foi pelo fato de eu achar que não tinha muito espaço e não me valorizavam no PP. Eles têm os preferidos deles e eu não estou entre eles e por isso estou buscando um partido que me valorize e me de espaço.

Diferentemente da vereadora Franciele que aproveitou-se da janela para trocar de partido em virtude do convite feito pelo seu padrinho político, a vereadora Mirian mudou por causa da falta de espaço para ela no PP, visto que o partido

possui alguns nomes vistos como os preferidos, ela migrou para o PSDB buscando mais espaço, em especial se ela for candidata ou até para apoiar alguém na eleição de 2016. Nesse sentido, demonstra o descontentamento da vereadora com os partidos em que esteve filiada, principalmente pela falta de espaço e a desconsideração com ela, e com as suas migrações busca algum partido que a valorize e dê espaço para ela.

Comparado com as formas de recrutamento político apresentado por Araújo, o PR utilizou o informal-localizado no qual não a uma regra padronizada na seleção de candidatos, mas as decisões ficam nas mãos dos líderes políticos. Já quando migrou para o PP, utilizou o recrutamento centralizado-informal, nesse caso o partido observou interesse do partido pela vereadora em virtude do destaque dela no município, mas o grande ponto negativo desse tipo de recrutamento é que todas as decisões ficam para os líderes do partido e, ainda, mesmo as oportunidades que surgem para os filiados muitas vezes podem ser eventualmente bloqueadas. Já afirmar qual o recrutamento utilizado pelo PSDB é difícil em virtude que a vereadora optou em sair do PP e ingressar nesse partido, pois analisou que tudo que ela buscou nos dois partidos anteriores e não conseguiu, nesse talvez consiga.

A vereadora Rosana, igualmente às duas vereadoras apontadas anteriormente, também trocou de partidos políticos durante sua trajetória política. E quando questionada sobre seu envolvimento com os partidos, ela respondeu:

Quando eu entrei no meio político eu era PSDB, entrei nesse partido convidada por amigos muito ligados a mim, foi mais por impulso deles, mesmo que meu pai era do PP. Inclusive na vez que eu não me elegi fui candidata pelo PSDB, após a eleição migrei para o PP partido do meu pai e nesse partido me elegi. Tenho muito mais afinidade com o PP e quando foram lançados os candidatos na última eleição eu analisei todos e vi que o grupo desse partido se identificava mais comigo. E em minha opinião era um grupo mais forte que o outro e mais estruturado. E claro, vi que com tudo isso e ainda nesse partido eu tinha mais chances de me eleger.

Da mesma forma que a vereadora Mirian, a vereadora Rosana também ingressou no seu primeiro partido incentivada pelos seus amigos, sem mesmo saber muito da realidade e da ideologia do PSDB em Guaira; ou seja, filiou-se por impulso. Um fator que chama a atenção, na questão anterior, a vereadora respondeu que entrou na política por meio do seu pai, pois almejava chegar à mesma posição que ele, mas quando se filiou a um partido político não foi o mesmo que o dele.

Logo após a primeira vez que a vereadora foi candidata e não obteve êxito, ela, além de colocar na balança que o PP sempre foi o partido do seu pai que é o seu grande espelho na política, ela também analisou outros elementos, como: força do partido, a estrutura dele, também que ela teria um bom espaço como mulher nele, enfim se identificou mais com o PP do que com o PSDB, e com isso optou pela troca partidária, sendo que na eleição de 2012 ela foi candidata pelo PP, no qual se elegeu e está até hoje.

Comparando com as formas de recrutamento apresentadas por Araújo, o PSDB se deu com o recrutamento centralizado-informal, no qual não há regras claras para a seleção de possíveis candidatos; no caso da vereadora Rosana, ela foi pelo impulso dos seus amigos. O mesmo recrutamento foi utilizado pelo PP em virtude do seu pai ser um dos líderes do partido, pois nesse sistema de autocracia benevolente as mulheres podem ser promovidas com relativa facilidade, dependendo da simpatia das lideranças partidárias e do seu poder.

E, por fim, diferentemente das três vereadoras descritas até o momento, a vereadora Tereza filiou-se em um partido no qual ela está até o momento, lembrando que ela já está em sua quarta legislatura consecutiva. E sobre essa pergunta, a vereadora respondeu:

Tudo através do prefeito Fabian também. Na época que eu era cozinheira dele, ele estava no Democratas, como ele me levou para a política me filiei ao partido dele, o pai dele também sempre foi Democratas, o outro empresário que mencionei anteriormente também sempre esteve nesse mesmo partido, mas por uma estratégia política partidária o Fabian após perder a primeira eleição entrou no PT, como estratégia para ganhar a segunda candidatura dele a prefeito, e deu certo, mas a família dele toda e os apoiadores dele são Democratas, apenas está no PT por uma estratégia.

Da mesma forma que suas colegas vereadoras, a vereadora Tereza também foi influenciada por outra pessoa a filiar-se no seu partido. Como a vereadora já respondeu em questões anteriores, sua trajetória política se deu por meio do atual prefeito de Guaíra, desde sua filiação até seu apoio e apadrinhamento recebido. Quando o prefeito Fabian percebeu o diferencial em sua cozinheira, que logo se tornou sua assessora, ele a filiou no DEM. Com estratégias políticas municipais, ele migrou do DEM para o PT, mas deixou toda sua equipe de apoio no DEM, que é o caso da vereadora Tereza.

Nesse caso, fazendo um comparativo com as pesquisas de Araújo, o recrutamento utilizado foi o formal-localizado, o partido observou que a vereadora Tereza possuía características e potencial importante para sucesso político em Guaíra, o partido a filiou e investiu nela. Como dito anteriormente por ela, os principais líderes políticos investem e apoiam-na, motivo que justifica ela estar até hoje filiada no seu primeiro partido.

Analisando as respostas das vereadoras, alguns fatores se assemelham e outros não. Todas têm em comum sua primeira filiação incentivada e impulsionada por outras pessoas, sendo amigos muito próximos ou líderes políticos. Ainda, percebeu-se que as vereadoras ingressaram em partidos pensando na realidade política local, deixando de lado muitas vezes a ideologia partidária ou a realidade do partido em outras esferas.

As vereadoras Franciele, Mirian e Rosana durante suas trajetórias políticas trocaram de partidos políticos. A vereadora Franciele migrou de partido em virtude do seu padrinho político, já as vereadoras Mirian e Rosana justificaram suas trocas políticas pela falta de espaço nos partidos que estavam. As vereadoras Franciele e Mirian, em uma de suas trocas, aproveitaram da janela de 2016 para migrar de partidos. E apenas a vereadora Tereza permanece no mesmo partido em que se filiou pela primeira vez, além de ser a única que mostrou ter recebido apoio dos líderes do primeiro partido que se filiou.

Em seguida, as vereadoras foram questionadas por qual motivo elas decidiram serem vereadoras. Também, as respostas foram variadas.

A vereadora Franciele respondeu:

Para ser sincera eu nunca decidi ser vereadora, isso caiu de paraquedas. Eu sou apaixonada pelo meu trabalho, apaixonada pela educação a distância, e o segmento que foi me dado à oportunidade: a de lidar com pessoas que não tinham a oportunidade de fazer uma faculdade, você poder acompanhar a realização de um sonho de uma pessoa. Eu tinha alunos que chegam à minha mesa e falam: eu vou desistir, eu não consigo, eu chego em casa e meu marido diz que eu não tenho mais idade para isso, ou a minha filha fala que sou burra. E a gente tem um trabalho de articular e fazer a pessoa acreditar que ela vai conseguir sentar ajudar esse aluno a fazer um trabalho, acompanhar ele do início do curso até o final, e com isso você ver a realização do sonho dessas pessoas no dia da formatura. E com esse espaço e esse trabalho que eu realizei frente à faculdade a distância e a distribuição de bolsas, fez com que as pessoas me influenciaram a entrar no campo político. E o que eu gosto na política é que ela é aliada nisso que eu gosto de fazer, a política boa é

aquela que você pode realizar um projeto que é de acordo e benefício para a comunidade, com sua cidade e com as pessoas. Então essa política de politicagem, onde cada um fica cuidando do trabalho do outro, a política de ficar perseguindo e cuidar da vida pessoal não é para mim, mas se você não cuidar você entra na desses políticos. O que eu acho muito legal na época da campanha as pessoas chegam e falam para mim: Fran o teu público é muito interessante, pois vota em você agora e vota sempre. Mas quem não vota em você não tem nada contra, assim não tenho rejeição.

A vereadora Franciele respondeu que nunca almejava ingressar no campo político, a vereança não foi planejada, mas foi uma consequência do trabalho social que ela realizou frente à sua profissão. Como já abordado anteriormente e com base em Araújo (2010), a política foi uma circunstância para a vereadora.

A resposta da vereadora Franciele vem ao encontro com a crítica exposta por Miguel (2001), quando afirma que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, e o assistencialismo seria um grande aliado no ingresso de mulheres na política. Isso é denominado pelo autor como política de desvelo ou pensamento maternal. O fato de a vereadora ter feito assistencialismo social vem ao encontro dos pensamentos de Pinto (2000), que também afirma que mulheres com vínculo no trabalho social têm maiores chances de ingressar na política.

Ainda, a vereadora afirma que seu eleitorado é fiel, são pessoas que sempre votam e apoiam-na. No decorrer desta pesquisa, o elemento eleitorado foi analisado mais adiante.

Anteriormente, a vereadora Mirian afirmou que ser vereadora para ela era um projeto, algo que ela sempre almejava. Todavia, analisando a resposta à questão do porquê ela decidiu ser vereadora demonstra decepção com o campo político:

Eu tinha outra visão do que era ser vereadora, pensava que vereadora tinha autoridade, voz ativa e poder, e não é nada disso. Em resumo eu achava que vereadores tinham poder, mas infelizmente não tem. E com isso acabamos tendo uma desilusão. Eu também tinha a visão que todos no meio político pensavam iguais e tinham o mesmo objetivo que é o coletivo, mas não é, é um individualismo acirrado, cada um pensa no que é melhor para si. E eu pensei em ser vereadora pelo fato de achar que todos tinham o mesmo objetivo e poderíamos mudar muitas coisas. Mas acima de tudo eu pensava que os vereadores tinham poder e conseguiria fazer muitas coisas e ajudar as pessoas, essa foi minha pior ilusão, vereador não tem poder nenhum.

Diferentemente da vereadora Franciele, a vereadora Mirian sempre quis ser vereadora, uma vez que pensava que ocupando essa função ela teria autoridade, voz ativa e poder, mas quando após muita batalha ela conquistou a vereança ela se decepcionou, pois tudo que ela pensava que poderia fazer com esse cargo não foi possível. Para ela, o principal problema é o individualismo e o pensamento pessoal no campo político.

Nesse sentido, é inútil a luta das mulheres em busca do seu espaço como vereadoras, se quando conquistam a vaga elas não possuem autoridade para executar suas atividades conforme o planejado. Para um estudo futuro, será interessante pesquisar se a visão dos homens é a mesma que a da vereadora Mirian, para assim verificar se essa falta de autoridade acontece com os homens e mulheres que ocupam a função de vereadores.

A resposta da vereadora Rosana se assemelha a da vereadora Mirian, principalmente no quesito de querer ajudar as pessoas e, para isso, a vereança era a o caminho para conseguir autoridade para isso e a decepção com a função. Ela afirmou:

Foi assim, eu sempre trabalhei na saúde pública do município, e lá eu sempre via as dificuldades das pessoas, as necessidades e a falta de muitas coisas nesse setor, como eu era apenas uma servidora, eu podia fazer muito pouco para essas pessoas, então eu achei que sendo vereadora eu conseguiria fazer alguma coisa a mais, mas me frustrei, é muito difícil, você acha que sendo vereadora consegue muita coisa, grande ilusão, não consegue e ainda mais quando você é vereadora de oposição é pior ainda, pois sendo da situação você consegue alguma coisinha, mas muito pouco, agora imagina sendo oposição.

Da mesma forma que a vereadora Franciele, a vereadora Rosana utilizou do seu trabalho para ingresso na política, a diferença entre as duas é que a vereadora Rosana utilizou-se de um cargo público, em um setor que se enquadra na afirmação da política do desvelo de Miguel (2001). Como enfermeira do município, a vereadora almejava realizar diversas políticas públicas em benefício da sociedade após sua eleição. Contudo, da mesma forma que a vereadora Mirian, ela decepcionou-se ao descobrir que como vereadora não teria autoridade e voz ativa, em especial sendo oposição ao atual governo de Guaíra.

As respostas da vereadora Tereza geralmente diferem das demais vereadoras, nessa questão, ela se assemelha no quesito ter ingressado na política incentivada por outras pessoas e no seu serviço assistencialista prestado na sociedade. Ela disse:

Na verdade não fui que decidi, foram eles que decidiram por mim, fui pega no laço. Nunca tinha pensado em ser, tudo foi fluindo por causa deles, em especial do Fabian, fui mais ao impulso e a pedido dele. E também porque sempre fui muito de ajudar as pessoas na área da assistência social, e com isso muitas pessoas me apoiaram e pediram para eu ser candidata.

Da mesma forma que a vereadora Franciele, a vereadora Tereza não almejava ser vereadora, como já foi apresentado anteriormente; o atual prefeito do município de Guaíra que a direcionou para o campo político. Para ela, a política foi uma circunstância.

Ao mesmo tempo; porém, a vereadora Tereza aponta que muitas pessoas pediam para ela ser candidata em virtude de sempre fazer um trabalho assistencialista. Dessa forma, esse trabalho, agregado ao incentivo recebido pelos líderes partidários, fizeram com que ela decidisse ser vereadora.

Novamente, as vereadoras afirmam a influência de outras pessoas para o ingresso delas no campo político. O fator assistencialismo aparece de forma nítida nas respostas das vereadoras, sendo que elas afirmam que isso auxiliou na entrada delas na política. Mas as respostas das vereadoras Mirian e Rosana necessitam de atenção especial, pois ambas afirmam a decepção com a função de vereadoras, alegando que batalharam para conquistar esta posição, imaginando que teriam autoridade e voz ativa para ajudar a sociedade, mas isso é algo que, de acordo elas, não é possível sendo vereadoras.

Pode-se observar que algumas das vereadoras utilizaram dos seus cargos públicos para auxiliar na construção de suas trajetórias políticas. Nesse sentido, elas foram questionadas se haviam ocupado algum cargo público ou político anteriormente. A vereadora Franciele respondeu que nunca ocupou, já a vereadora Mirian respondeu que sim:

Mas por poucos meses, quando eu não me elegi em 2008, logo após o prefeito da época me chamou para trabalhar com ele na escola do trabalho com o cargo de assessora, mas fiquei poucos meses e me afastei para ser candidata em 2012 e me elegi.

Como já foi mencionado anteriormente, na primeira vez que a vereadora Mirian foi candidata, ela não obteve êxito e, dessa maneira, o prefeito de Guaíra da época em uma estratégia política objetivando trazer a vereadora para seu grupo político, a convidou para trabalhar com ele. Todavia, a vereadora ficou na função pouco tempo, novamente saiu como candidata e precisou se licenciar em virtude da legislação eleitoral.

A vereadora Rosana também ocupou cargos públicos e políticos, mas sua trajetória nessas funções é mais extensa do que a da vereadora Mirian. A vereadora, quando questionada se ocupou cargos públicos ou políticos, respondeu:

Já sim, na verdade eu comecei na saúde ocupando cargos públicos, comecei como recepcionista na saúde, quando eu estava lá fiz o curso de auxiliar de enfermagem e trabalhei nessa função, em seguida eu fui assessora do departamento de vigilância sanitária, nesse período fiz a faculdade de enfermagem, com isso passei a ser diretora do departamento de vigilância sanitária, quando eu terminei a faculdade eu assumi como secretária da pasta da saúde, e após isso passei no concurso para enfermeira.

Analisando a resposta da vereadora Rosana, observa-se que sua carreira profissional ocorreu em órgãos públicos, em especial na área da saúde, setor esse com destaque e, ao mesmo tempo, assistencialista, remetendo à política do desvelo apresentada por Miguel (2001).

A vereadora Tereza já afirmou nas respostas das questões anteriores que foi assessora parlamentar do atual prefeito Fabian, no período em que ele foi vereador, e isso a ajudou a ingressar na política e a vida pública.

A ocupação de cargos públicos é apontada por Araújo (2010), Miguel (2003) e Pinto (2000) como umas das principais formações de capital para o ingresso de mulheres no campo político.

Na sequência, questionou-se como as vereadoras construíram sua carreira política. Grande parte das suas respostas confirmou o que elas já tinham mencionado nas questões anteriores. A vereadora Franciele respondeu:

Construí minha carreira política através do meu trabalho frente à faculdade a distância e com o meu padrinho político o professor e ex-deputado federal Wilson Picler. Com o trabalho social de distribuição de quinhentas bolsas de estudo fornecidas por Picler as quais eu administrei e ajudei essas pessoas, fez com que eu me candidatasse a vereadora no ano de 2008, fiquei como primeiro suplente, mas logo

assumi a cadeira do vereador que estava doente, e que em virtude de um processo que ele respondia no qual ele perdeu seus direitos políticos, fiquei quase quatro anos de vereadora. Com isso mostrei meu trabalho e na eleição de 2012 fui muito bem eleita.

A vereadora Franciele reafirma que a sua trajetória política e a construção de sua carreira política se deram por meio do trabalho realizado na faculdade em que atua, em especial do assistencialismo prestado e também por meio do seu padrinho e mentor político, o ex-deputado federal Wilson Picler.

Algo que auxiliou na construção da sua vida política foi que, mesmo não se elegendendo a primeira vez, ela não desistiu, e principalmente pode ocupar por praticamente toda a legislatura a cadeira do vereador eleito e, assim, mostrar seus conhecimentos e trabalhos para toda a sociedade. Dessa maneira, sua carreira política se deu por meio do pertencimento a uma família tradicional no campo político, do apadrinhamento político e do trabalho social realizado, assumindo como suplente até conquistar êxito eleitoral.

Semelhante à vereadora Franciele, a vereadora Mirian define que seu trabalho assistencialista a ajudou a construir sua carreira política. Além disso, como ela já respondeu em questões anteriores, o desejo que sempre teve de ingressar nesse meio a ajudou também; assim, ela resume sua resposta em:

Eu trabalhei no PAX Primavera, é um plano de assistência familiar, empresa que mexe com a população, ela vai e faz visitas nas casas, e aqui na cidade a empresa sempre fez uma campanha bonita, eu sempre afirmo que sou cliente do PAX mesmo antes de trabalhar nele, pois eu sempre achei bonito que além do assistencialismo as pessoas, todo final do ano eles arrecadam cesta básica e roupas e fazem doações, lembrando que é uma empresa privada, e isso mexe com as pessoas, em especial as mais carentes. E eu trabalhei no PAX e eu vivi tudo isso, e eu também sempre fui envolvida nos trabalhos assistenciais como campanha do agasalho, arrecadação de alimentos e projetos de igrejas. Sempre fui mais assistencialista. Com tudo isso e mais minha vontade que eu sempre tive fez com que eu entrasse na vida pública.

Um fator que chama a atenção nas respostas das vereadoras Mirian e Franciele é que ambas usufruíram dos seus cargos em empresas privadas, pois, pela lógica, os políticos que utilizam de cargos para criar capital político fazem com funções públicas.

De acordo com a vereadora, a construção de sua carreira política se deu juntando a vontade que a vereadora sempre possui de ser vereadora, com o serviço

social feito por ela enquanto funcionário do PAX Primavera. Novamente confirmando o que os autores afirmaram que as mulheres utilizam do seu trabalho para a construção de sua carreira política, e ainda a política do desvelo apresentada por Miguel (2001), quando afirma que o assistencialismo é uma característica histórica das mulheres.

A vereadora Rosana foi mais objetiva em sua resposta: “Deu-se trabalhando desde 1997 na saúde pública do município e pela influência do meu pai”.

Para ela, sua carreira resume-se em dois fatores: os cargos ocupados na saúde pública do município e a influência do seu pai no campo político local. Dessa maneira, sua resposta vem totalmente ao encontro do que já foi apresentado anteriormente por Araújo (2010), Miguel (2001) e Pinto (2000), que apontam o ingresso e a construção de carreira política das mulheres por meio das famílias tradicionais no campo político e pela ocupação de cargos políticos de destaque.

A vereadora Tereza, quando questionada de como se deu a construção da sua carreira política, ela também reafirma o que já abordou nas questões anteriores, respondendo:

Como já falei anteriormente, tudo se deu através do prefeito Fabian, que me tirou da casa dele como cozinheira e me colocou na política, com isso já estou no meu quarto mandato consecutivo.

De acordo com a vereadora Tereza, sua carreira política iniciou ainda quando era cozinheira na casa do atual prefeito de Guaíra, pois para ela foi ele que, à época, observou o assistencialismo que ela fazia no município e sua aptidão para a política, assim, chamando-a para ser sua assessora no período em que foi vereador e, por fim, substituindo-o nessa função.

Como já foi observado em questões anteriores, as vereadoras em suma construíram suas carreiras políticas por meio de cargos ocupados, tanto na esfera pública quanto na privada, do assistencialismo prestado à população, pelo apadrinhamento de líderes políticos e das famílias tradicionais no campo político. Esses elementos corroboram as afirmações feitas por Araújo, Miguel e Pinto e já apresentados anteriormente nesta pesquisa.

O próximo questionamento feito às vereadoras buscou aferir se algum familiar delas exerceu ou exerce cargos políticos, e, em caso afirmativo, se elas receberam apoio desse membro da família, e ainda, qual tipo de apoio. Dessa maneira, as

vereadoras Mirian e Tereza responderam que não, já as vereadoras Franciele e Rosana sim.

Anteriormente, a vereadora Franciele já discorreu sobre seus familiares no campo político, e nessa questão respondeu:

Sim. Meu pai e meu irmão. Meu pai sempre foi envolvido na coordenação das campanhas políticas em Guaira. Ele também foi secretário de agricultura. Meu irmão foi vereador de 2001 a 2004, sendo candidato na eleição subsequente onde não obteve êxito, ficando apenas como suplente. Mas além de vereador, o mesmo ocupou outras funções políticas, como secretário de saúde e secretário de infraestrutura. E os dois me apoiaram muito, minha família é muito unida, somos um por todos e todos por um, sempre foi assim, e ainda mais que sou a caçula da família, sempre fui a protegida de casa, tenho dois irmãos mais velhos, todos vestiram a camisa por mim, eles têm o maior orgulho e alegria de me ajudar na política.

A resposta da vereadora Franciele enaltece a importância do familismo como meio de ingresso de mulheres no campo político, como já apontado por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2001). Especificadamente no caso da vereadora, seu pai e seu irmão são nomes importantes da política de Guaira, os quais foram importantes apoiadores nas campanhas eleitorais.

No mesmo sentido, a vereadora Rosana já afirmou anteriormente e novamente aponta que possui um membro da sua família envolvido na política do município e importante apoiador de sua trajetória política. A vereadora, quando questionada, respondeu:

Sim, como já mencionei anteriormente o meu pai foi vereador e importante líder político de Guaira. E me apoiou muito, com certeza foi meu maior apoio que recebi, da mesma maneira que eu o sempre apoiei e ajudei ele retribuiu nas duas campanhas.

Como a vereadora já afirmou anteriormente, o seu pai foi seu principal mentor e referência na política, tanto que em uma resposta anterior afirmou que o seu objetivo da política era chegar ao mesmo cargo que seu pai. Ainda, afirma que seu pai é seu principal apoiador na política.

As respostas a essa questão reafirmam o que Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2001) abordaram em suas pesquisas, isto é, a importância do familismo como meio de ingresso de mulheres no campo político. Muitas vezes é esse apoio que motivam elas a arriscarem-se nesse campo, ainda, mulheres conseguem êxito em virtude da sua família tradicional.

Na sequência, as vereadoras foram questionadas sobre como foi o apoio recebido pelos seus partidos e grupos políticos. Essa é uma importante pergunta para sabermos o tratamento e a motivação que essas mulheres receberam na qualidade de candidatas. A vereadora Franciele respondeu:

Na minha primeira campanha o apoio que eu recebi do meu grupo político, foi o mesmo que todos os candidatos receberam. Claro o prefeito e os principais líderes têm as preferências deles que acabam recebendo uma atenção maior deles, eu particularmente falando nunca fui uma dessas favoritas. E do meu partido não recebi apoio nenhum, mas nenhum mesmo. Eu tive uma pessoa filiada no meu partido que chegou e afirmou que iria me ajudar. Não sei explicar o porquê de eu não receber esse apoio do partido, talvez seja pelo fato de eu nunca ter sido uma militante do partido, ou talvez pelo fato de eu não estar ligada diretamente com a vida pública. Já na minha segunda campanha eu recebi o apoio de um dos principais líderes do partido, que me ajudou bastante. Mas no demais o apoio foi semelhante a primeira campanha.

De acordo com a vereadora Franciele, na sua primeira campanha, não recebeu apoio do seu partido e grupo político, afirmando, ainda, que nunca foi uma das favoritas dentre os candidatos do seu partido. Já na segunda campanha, o apoio recebido foi praticamente igual à primeira candidatura, a diferença foi que nessa um dos principais líderes do partido a apoiou e auxiliou na campanha eleitoral.

Para Araújo (2005), a falta de apoio dado às mulheres na política mantém a exclusão histórica das mulheres no advento da condição de cidadãs e do espaço público.

A vereadora Mirian, quando questionada sobre o apoio recebido dos partidos e grupos políticos, respondeu:

Na primeira vez que eu fui candidata o presidente do meu partido (PR) o Osmar Volpatto atual vice-prefeito aqui de Guaíra que sempre foi meu incentivador político, se acidentou bem na época da campanha e foi um acidente grave e ele ficou muito tempo no hospital. Sendo que ele era o único apoio do partido que eu esperava, mas com isso nem o apoio dele eu tive. E quando eu saí do PR de vez que perdi o apoio dele, sendo que o PR e o PP são opositores um do outro. E na segunda campanha eu já estava no PP, e eles sempre receberão muito apoio de deputados, mas como eu era nova no partido os deputados não me conheciam e eu não tinha relacionamento com eles, fiquei sem apoio, já alguns dos meus colegas receberam muito apoio dos líderes do partido. Sempre fui desamparada na questão de receber apoio do partido ou do grupo.

Semelhante à vereadora Franciele, a vereadora Mirian também demonstra não ter recebido apoio dos partidos aos quais foi filiada e dos grupos políticos. Quando foi candidata pela primeira vez, um dos líderes do seu partido a apoiava, mas justamente no período eleitoral ele se acidentou e ficou muito tempo hospitalizado, dessa maneira, não pôde sair a campo para pedir votos e dar apoio à vereadora. E quando ela trocou de partido, perdeu de vez o apoio do único líder político.

Ainda, assim como a vereadora Franciele respondeu anteriormente, a vereadora Mirian também afirma que, quando foi candidata pela segunda vez, o seu partido também contava com os candidatos preferidos dos líderes do partido, e de acordo com ela, seu nome não estava entre os favoritos.

A vereadora considera que sempre foi desamparada pelos partidos e grupos políticos que pertenceu. Diferentemente da vereadora Franciele, que possuía o apoio de dois líderes partidários pertencentes à sua família, a vereadora não conta com nenhum membro da família com liderança partidária.

Seguindo a linha de respostas das vereadoras Franciele e Mirian, a vereadora Rosana respondeu:

O apoio que recebi dos partidos e dos grupos políticos foi muito pouco, pouquíssimo, pouquíssimo, mas não é o fato de eu ser mulher, todos partidos têm suas prioridades e seus preferidos, e eu nunca fiz parte desses.

Igualmente às vereadoras apresentadas anteriormente, a vereadora Mirian também aponta que os partidos e grupos políticos têm seus candidatos prediletos, e que a mesma não pertence a esse grupo de candidatos.

A vereadora também afirma que o apoio recebido dos partidos e grupos políticos que pertenceu foi muito pouco, mas a diferença dela para com a vereadora Mirian e semelhante a vereadora Franciele, é o recebimento do apoio recebido do seu pai que é um importante líder político do município de Guaíra.

Como já observado nas questões anteriores, em grande maioria, as respostas da vereadora Tereza são diferentes e contrárias às demais vereadoras de Guaíra. Sobre essa questão, a vereadora respondeu:

Sempre recebi apoio do meu partido, principalmente na área do assistencialismo social, também o presidente do meu partido sempre me apoia e ajuda no que precisa, tanto na campanha quanto durante o trabalho como vereadora. Então o partido sempre vem conversar

comigo, me ajudar e dar apoio. E no mesmo sentido o nosso grupo político, não tenho o que reclamar, o que eu preciso sempre estão à disposição.

Novamente, diferente das outras três vereadoras, a vereadora Tereza afirma sempre ter recebido apoio do seu partido e grupo político, algo que a vereadora já afirmou anteriormente, especialmente quando ela descreve sua trajetória política, na qual os líderes políticos investiram e a apoiaram para seu ingresso e construção no campo político.

A vereadora demonstra o interesse que o partido tem por ela, ao mesmo tempo ela aponta o espaço que ela tem nele. Ela tem o partido com um forte aliado e apoiador em sua carreira política.

Analisando as respostas das quatro vereadoras, observa-se que as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana se assemelham ao afirmar que receberam pouco ou não recebem apoio dos seus partidos e grupos políticos, dialogando com a afirmação de Araújo (2005). Outro ponto que se destacou nas respostas delas foi que os partidos possuem os candidatos prediletos e que elas nunca estiveram entre estes.

Por outro lado, a vereadora Tereza contraria as respostas das suas colegas ao afirmar que sempre recebeu apoio do seu partido e do seu grupo política. Esse apoio do partido para a vereadora é muito importante para igualizar os sexos na política, e vem ao encontro com Araújo (2010) que afirma que uma estratégia para alcançar maior equilíbrio de sexo na política é pelos partidos.

Ainda buscando saber qual o apoio recebido das vereadoras, questionou-se qual apoio (não financeiro) elas receberam além dos partidos e grupo políticos. Sendo denominados por Araújo (2010) como redes de apoio, essas geralmente acontecem nos grupos de representação, nos grupos de militâncias, igrejas, escolas e entre diversas outras.

Quando questionada sobre os apoios recebidos além dos partidos e grupos políticos, a vereadora Franciele respondeu que recebeu de um grupo específico:

Do pessoal da minha igreja evangélica. Eles vestiram a camisa para mim na segunda campanha. Como já mencionei anteriormente, eles foram de extrema importância para eu conseguir me eleger.

A principal rede de apoio da vereadora Franciele, em especial na segunda campanha, foi a igreja a qual pertence. Como ela já abordou anteriormente, após sua primeira candidatura, ela se separou do seu marido, e ingressou na igreja evangélica para buscar apoio para sua vida pessoal, mas quando foi candidata pela segunda vez, os membros dessa comunidade a apoiaram. A vereadora afirma que obteve êxito por meio dos membros da igreja que a apoiaram.

O apoio da igreja é uma das principais redes de apoio para o ingresso de mulheres no campo político, para Araújo, “Coerente com o peso da religião no país, o apoio da Igreja surge como um dos mais importantes” (Araújo, 2010, p. 84).

Quando questionada, a vereadora Mirian afirma que também recebeu apoio, mas o dela foi dos familiares e amigos mais próximos:

Meu marido que é policial militar rodoviário. Também da minha mãe que é presidente da associação de aposentados aqui de Guaíra, e com isso ela tem muitos conhecidos e me ajudou, mas mais meu marido. Conteí com o apoio de muitos amigos, pois sozinho não se faz nada, então as minhas campanhas em especial a segunda, foi uma corrente. Eu era a cabeça, meus braços e minhas pernas foram meus amigos e onde eu tive muita ajuda. E também teve uma amiga a Marli da área rural que me ajudou muito, e ela tem bastante conhecimento e me ajudou muito mesmo.

Mesmo que a vereadora Mirian não possui membros da sua família ligados diretamente e referenciados na política de Guaíra, eles foram sua principal rede de apoio em suas campanhas, especialmente seu marido, que é um policial popular e renomado no município e sua mãe que, como já foi mencionado anteriormente, sempre trabalhou como cabo eleitoral. Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2001) afirmam que uma das principais redes de apoio às mulheres que buscam fazer carreira política é a família.

Além do apoio da sua família, seus amigos também foram importantes redes de apoio para a vereadora. Para ela, sem a ajuda dos amigos ela não conseguiria entrar, também é muito grata a uma amiga que foi sua fiel cabo eleitoral na zona rural do município, região não muito conhecida pela vereadora.

Muito semelhante à resposta da vereadora Mirian, a vereadora Rosana respondeu:

Muitos amigos me apoiaram, além de votar pediram votos, foram bem fiéis, e também toda a minha família me ajudou, e tenho uma família muito grande, e todos me apoiaram. Assim meus amigos e

minha família em ambas as eleições foram meus principais apoiadores.

A principal rede de apoio da vereadora Rosana foi a mesma que a da vereadora Mirian, os amigos que, além de fiéis eleitores, foram em busca de votos para ela, e a família, além do seu pai ser um líder político no município, os demais membros a apoiaram. Costumeiramente, as famílias votam no candidato pertencente a seu grupo familiar, sendo que a vereadora afirma que sua família é muito grande faz com que ela já tenha um diferencial nos votos, e se todos a apoiam e conseguem mais votos para ela, as campanhas da vereadora ficam mais tranquilas para ela.

A vereadora Tereza novamente contraria as respostas das vereadoras Franciele, Mirian e Rosana, afirmando que:

Não recebo outro apoio além do partido e do grupo, na verdade sempre meu apoio vem através do trabalho, eu mostro serviço durante os quatro anos ajudo as pessoas nesse período, e quando chega a campanha eu não preciso ir de casa em casa, ou buscar apoio de comunidades, as pessoas votam por si, sempre gratas a meu trabalho realizado.

Para a vereadora Tereza, o trabalho que realiza frente à câmara faz com que as pessoas decidam votar nela. Mas vale ressaltar que na questão anterior a vereadora afirmou que as principais autoridades do seu partido a apoiam e a ajudam na campanha, sendo essa uma rede de apoio muito importante, mesmo que talvez seja um número reduzido de pessoas, mas com nível de influência amplo.

Nessa questão, novamente podemos observar que as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana têm respostas semelhantes, afirmando ter recebido apoio de grupos, e a vereadora Tereza, diferente delas, afirma que além do seu partido e grupo político não recebeu outro apoio.

A vereadora Franciele possui como rede de apoio a igreja a qual pertence, as vereadoras Mirian e Rosana responderam com grande semelhança afirmando que o apoio delas vem da família e dos amigos. De acordo com Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2001), esses são importantes meios de ingresso de mulheres na política. Mesmo a vereadora Tereza afirmando que não recebe outro apoio além do seu partido e grupo político, talvez esse outro apoio não seja necessário, pois, diferente de suas colegas, ela tem o suporte das principais lideranças do seu partido.

A próxima pergunta feita às vereadoras indagou sobre as campanhas eleitorais, bem como os gastos com cada campanha. Com essa pergunta, buscou-se identificar os tipos de capitais usados, os gastos e os fatores positivos e negativos enfrentados por elas.

Quando questionada sobre as campanhas, a vereadora Franciele respondeu:

A primeira campanha foi muito difícil, pois eu estava gestante, eu também não tinha muita experiência nesse meio, com isso fiz uma campanha muito simples e humilde, eu e meu pai saímos cedo de manhã e fazíamos visitas, também visitei os meus alunos, os meus amigos e que tenho muitos pois nasci e me criei em Guaíra, o meu pai tinha uma base boa de pessoas quem sempre apoiaram ele e meu irmão, visitamos muitos conhecidos deles. Então fizemos uma campanha muito bonita, sem muito recurso financeiro, eu nunca trabalhei com essa questão de pagar festas e churrascos para o povo, eu também não sou assistencialista que fica ajudando o pessoal na campanha, não que eu não faça ou não ajude as pessoas, mas não sou e minha campanha não é assistencialista, gastei pouquíssimo nas minhas duas campanhas, principalmente na primeira.

O ingresso de mulheres no campo político já é complicado, ainda mais gestante e sem experiência no meio; essa foi a situação da vereadora Franciele em sua primeira campanha. Outra dificuldade enfrentada por ela foi a falta de capital financeiro para investimento na campanha. Por outro lado, dois fatores positivos a auxiliaram na campanha, o auxílio do seu pai, importante líder político de Guaíra, como já mencionado anteriormente, que junto com o irmão da vereadora possuíam um eleitorado forte. O outro fator positivo foi o público específico ao qual se dirigiu, no caso, os seus alunos, que, como já mencionado, foram sua rede de apoio e um dos motivos de ingresso na política.

De acordo com as pesquisas de Miguel (2003), podemos afirmar que a vereadora Franciele utilizou-se do capital convertido em suas campanhas, em virtude de utilizar da sua popularidade e seu trabalho assistencialista realizado frente à instituição de ensino que trabalha. Esses alunos serviram como grande rede de apoio para a vereadora. Para Araújo (2010), essas redes de apoio são veículos importantes para a propagação das campanhas. A autora ainda afirma que as campanhas das mulheres são mais informais e financeiramente débeis.

Sobre a segunda campanha, na qual obteve êxito, a vereadora a descreve:

Foi diferente porque eu tive um envolvimento maior, eu também tinha uma experiência maior, eu já tinha meu público, também tinha um segmento novo que foram os evangélicos que eu havia me convertido há pouco tempo na época, e eles torcia muito por mim, e de fato eles me ajudaram muito, e com isso tornou-se uma campanha prazerosa. Minha igreja a Comunidade Missão Emanuel, é uma família, e não foi somente comigo, eles tinham esse cuidado de apoiar todos os candidatos da igreja, pois nós éramos quatro candidatos. E o meu pastor teve muita sabedoria, pois ele abraçou os quatro, mesmo que ele teve um pouco de dificuldade de fazer isso, pois eu sou muito ligada a família dele, com isso os outros candidatos ficaram um pouco enciumados. Mas os evangélicos que deram um amparo e um amor muito grande comigo e com os outros candidatos da nossa igreja, exemplo disso eles colocaram-nos lá na frente da igreja e nós apresentaram e pediram para a comunidade votarem em um dos quatro. Na segunda campanha gastei um pouco mais que na primeira, pois eu tinha doações, algo que não ocorreu na primeira, e em ambas as campanhas os meus gastos foram em divulgações e materiais e não no assistencialismo, e falo isso de coração, nunca tive gastos nas campanhas ajudando as pessoas através do assistencialismo. Eu também acho que é pelo fato de eu ser mulher as pessoas não pediram dinheiro ou algo em troca do voto, penso que isso acontece mais com candidatos homens.

Para ela, a segunda campanha foi mais tranquila, pelo fato de já ter experiência, também já possuía eleitorado definido e principalmente contou com um segmento novo, o da sua igreja; como ela já mencionou anteriormente, os membros dessa igreja foram sua principal rede de apoio. Como já citado, Araújo (2010) aponta que a igreja surge como uma das mais importantes redes de apoio para pessoas que objetivam ingressar no meio político.

A vereadora afirma que seus gastos foram maiores na segunda campanha do que na primeira, mas que esses gastos foram com divulgação e marketing. Nesse sentido, a vereadora cita algo que chama a atenção, ela respondeu que: “eu também acho que é pelo fato de eu ser mulher a pessoa não pediram dinheiro ou algo em troca do voto, penso que isso acontece mais com candidatos homens”. Com essa citação, a vereadora cria uma hipótese que servirá para estudos futuros, de que as pessoas que costumam pedir dinheiro em troca do voto fazem com maior frequência com candidatos homens e não com as mulheres.

No capítulo anterior foram apresentados os gastos das vereadoras eleitas em Guaíba, nesse sentido, a vereadora Franciele estipulou na segunda campanha estipulou seu limite de gastos em R\$ 300.000,00, mas acabou gastando apenas R\$ 12.500,00. E mesmo assim a vereadora foi a segunda entre as quatro mulheres que

mais gastou na campanha eleitoral daquele ano. Sobre os valores gastos na eleição de 2008, não foram encontrados dados.

Para Araújo (2010), o modo de fazer campanha das mulheres é de um formato mais pessoal, com foco no trabalho de base. São mais informais que os homens e utilizam de menos recursos financeiros. Desse modo, a estratégia delas é de estarem mais próximas ao eleitorado

Ainda, a vereadora demonstra gratidão para todos que a ajudaram publicamente:

E todos que me ajudaram eu trouxe comigo, uma que me ajudou muito é assessora na câmara, a outra é minha secretária aqui na faculdade, e assim foi com todos que me ajudaram, não esqueci deles.

Certamente os principais cabos eleitorais são pessoas de confiança dos candidatos, e quando conseguem êxito, os políticos têm o sentimento de gratidão por essas pessoas que serviram de apoio, como é o caso da vereadora Franciele, que após conquistas à vaga de vereadora levou consigo suas principais cabos eleitorais.

A vereadora Mirian, quando questionada sobre suas campanhas eleitorais, respondeu:

A primeira eu não tinha experiência nenhuma, e a segunda eu já tinha um pouco mais de experiência. Lembrando que na primeira eu entrei para completar as cotas. Já na segunda, que foi para valer mesmo, eu tive muito apoio, muitas pessoas que me ajudaram, muitos dos meus amigos trabalharam de graça, tive apenas dois cabos eleitorais que eu paguei já os demais em torno de quinze a vinte todos foram voluntários e trabalharam de graça. Eu devo a minha campanha aos meus amigos. E nas duas campanhas, meus gastos foram normais, como: combustível, dois cabos eleitorais, mas tudo do meu bolso.

Semelhante à vereadora Franciele, a vereadora Mirian também afirma que a primeira campanha foi mais difícil, pelo fato de não possuir experiência no campo político. Mas outro agravante foi o fato que a vereadora disponibilizou seu nome como candidata para contemplar a legislação de cotas, um desrespeito muito grande

com as mulheres, mas comum na política brasileira de acordo com Araújo (2001), Miguel (2000) e Pinto (2001).

A vereadora ainda aponta que teve poucos gastos em virtude de receber apoio voluntário dos seus amigos, necessitando pagar apenas duas pessoas para fazer campanha para ela. E sobre os recursos financeiros investidos, todos foram próprios, mas sem gastos exagerados.

No capítulo anterior, levantou-se a informação junto ao TSE que no ano de 2012 a vereadora informou que seu limite de gastos com a campanha poderia chegar até R\$ 440.000,00, mas, na sua prestação de contas, declarou ao órgão o total de gastos em R\$ 5.663,76, muito inferior aos gastos da vereadora Franciele. Já no ano de 2008 os gastos declarados totalizam R\$ 4.695,00.

O capital financeiro talvez esteja diretamente ligado à quantia de votos, com mais que o dobro dos gastos da vereadora Franciele totalizou em quinhentos e trinta e três votos, já vereadora Mirian com investimento muito inferior, fez quatrocentos e onze votos, sendo eleita pela média.

Nesse sentido, a vereadora tanto corrobora com o exposto por Miguel (2010), mas, ao mesmo tempo, contraria o autor que aponta os três tipos de recursos necessários para mulheres disputar cargos públicos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. A vereadora possuía os dois últimos elementos; porém, não possuía dinheiro para suas campanhas.

Semelhante às vereadoras Franciele e Mirian, a vereadora Rosana descreveu suas campanhas:

A segunda já foi mais tranquila porque eu já tinha mais experiência, sabia como fazer campanha e como ela funcionava, também sabia aonde e como ir, apesar de não ter dinheiro e sem apoio do partido, mas enfrentei uma grande dificuldade na segunda, meu pai teve câncer justo no período da campanha, e eu contanto com ele para sair para pedir votos, e isso foi muito difícil para mim, primeiramente porque ele não saiu comigo em busca de votos e ele me puxava muitos votos, mas também a questão complicada de um familiar tão próximo doente.

De forma semelhante aos anteriormente apresentados, a vereadora Rosana também afirma que a segunda campanha foi mais pacífica pelo fato de ter experiência algo que não possuía a primeira vez. Outro fator positivo na segunda campanha ela já sabia em quais grupos de pessoas focar para obter votos.

Para ela, as principais dificuldades enfrentadas foram a falta de apoio do partido e do seu grupo político, contando apenas com os seus amigos e principalmente do seu pai, que já fora anteriormente como grande líder político do município, mas, nesse sentido, a vereadora enfrentou outro grande problema, justamente no período eleitoral o seu pai e principal apoiador político descobriu que está com câncer e não conseguiu a ajudar, assim, ela teve que sozinha buscar seus votos.

A despeito do pensamento da maioria das pessoas que acreditam serem necessários recursos financeiros para obtenção de votos, a vereadora afirma que não dispôs muito capital financeiro para investir em sua campanha, contrariando Miguel (2010), quando afirma que são necessários recursos financeiros para obtenção de votos. No ano de 2012, a vereadora informou o valor de R\$ 440.00,00 de seus limites de gastos com a campanha, igualmente como a vereadora Mirian que é do seu grupo político, mas na prestação de contas junto ao TSE a vereadora Rosana declarou R\$ 4.505,11 de gastos. Já no ano de 2008, quando não se elegeu, a vereadora informou R\$ 2.992,58 de despesas com a campanha.

Os gastos da vereadora foram inferiores aos das vereadoras Franciele e Mirian, mas mesmo assim fazendo sessenta votos a mais que a vereadora e colega de partido da época a vereadora Mirian. Uma hipótese para isso talvez seja o fato da vereadora Rosana ter ocupado cargos públicos ou ainda outra hipótese é o fato da vereadora possuir um membro da sua família como importante líder político de Guaíra. Talvez essas duas hipóteses sejam mais importantes que o capital financeiro para uma mulher conseguir se eleger.

A vereadora Tereza, a mais experiente entre as quatro, define da seguinte maneira suas campanhas:

A primeira vez eles registraram meu nome e tudo mais, eu nem campanha fiz, pois eu nem sonhava que conseguiria me eleger, fui por eles me colocaram como candidata, e meu objetivo era eleger o prefeito, tanto que quando saiu o resultado eu nem sabia que tinha sido eleita, eu estava muito triste porque o meu candidato a prefeito tinha perdido, eu só estava acompanhando a apuração dos resultados para prefeito, quando vi estava cheio de gente na porta da minha casa, afirmando que eu tinha ganhado, afirmei que eu não tinha ganhado nada, que meu prefeito tinha perdido, eis que então caiu a ficha. Não tinha experiência nenhuma e o pior, enfrentei uma oposição pesada, apenas eu de mulher no meu primeiro mandato, erramos em onze vereadores, apenas uma mulher, a maioria desses homens oposição a mim, com certeza dos meus quatro mandatos o primeiro foi o pior, muita briga na tribuna, muita discórdia entre os

vereadores. E a câmara sempre estava cheia, porque gostavam de ver briga, hoje não tem muitos que vão à sessão porque não tem briga. Mas a campanha em si foi tranquila.

Diferente de praticamente todas as respostas das questões anteriores, em que as respostas da vereadora Tereza contrariam às das suas colegas, nessa; porém, ela se assemelha, principalmente quando afirma que não possuía experiência na primeira campanha.

Outro elemento que chama atenção é no início da sua resposta, no momento que ela descreve "...eles registraram meu nome e tudo mais...", demonstrando semelhança com a vereadora Mirian, que afirmou ser candidata pela primeira vez em virtude da complementação das cotas exigidas pela legislação eleitoral. Dessa maneira, ambas as vereadoras foram candidatas pela primeira vez não por sua vontade e sim para atender necessidades de homens envolvidos na política, vindo assim ao encontro com as afirmações de Araújo (2001), Miguel (2000) e Pinto (2001).

De qualquer maneira, a vereadora descreve como tranquila a primeira campanha, pelo fato de estar até certo ponto desligada na sua candidatura e sim objetivando a eleição do seu candidato a prefeito; aponta que fez pouca campanha para ela, mas muita para o executivo. Para ela, foi uma surpresa ter conseguido se eleger na primeira eleição, pois esperava êxito eleitoral para o seu candidato a prefeito que não conseguiu se eleger.

Para a vereadora Tereza as outras três campanhas foram:

Mais tranquilas ainda, pois eu já tinha experiência e tinha meu público já, a única coisa que nas duas últimas eleições foi que o partido me colocou de candidata e também colocou meu genro, eu me elegi todas às vezes, ele nenhuma vez, mas sempre fez uma votação expressiva, dividiu muitos votos meus com ele, mas sempre ficava feliz que alguns dos meus votos iam para ele, porque disputar voto com uma pessoa qualquer já é difícil, então imagina com o genro.

A vereadora Tereza define as três últimas campanhas como mais serenas, primeiramente em virtude da experiência adquirida com a anterior, e também o fato dela já possuir sua rede de apoio e seu eleitorado definido. Como já dito ela concorreu com seu genro, essa situação pode ter dificultado seu êxito .

A vereadora Tereza relevou ainda sua principal estratégia nas campanhas:

Minha principal estratégia que utilizo nas campanhas é não falar mal dos meus concorrentes, eu chego às casas e as pessoas afirmam que fulano ou ciclano estiveram lá falando mal de mim, esperando que eu fale mal deles também, eu sempre falo que não tenho tempo para falar mal dos outros e sim falar do meu trabalho e das minhas propostas, isso faz com que eu passe credibilidade para os eleitores.

Para a vereadora, a principal estratégia utilizada por ela nas campanhas é visitar seus eleitores e não denegrir a imagem dos demais candidatos, para ela, isso dá credibilidade quanto candidata a vereadora. Talvez esse seja a explicação do sucesso dele na política.

E sobre os gastos das campanhas, a vereadora Tereza respondeu:

Para ser bem sincera, nas campanhas eu gastei somente aquilo que o partido disponibilizou para nós, do meu bolso gasto muito pouco. Eu também tenho muitos voluntários que me ajudam com os gastos das campanhas. E os gastos e as fontes de gastos nas quatro campanhas foram semelhantes. Em nenhuma eleição eu não tinha recursos financeiros próprios, então o que me salvou foi o que eu ganhei do partido e de doações, que serviram para o básico de uma campanha.

A vereadora afirma que teve poucos gastos nas suas campanhas, mas ao analisar o capítulo anterior, verifica-se uma divergência de informações. Nas eleições de 2000 e 2008, não foram definidos valores máximos pela vereadora, já em 2004, delimitou o teto máximo de gastos de R\$ 5.000,00 e em 2012 definiu seu teto de gastos em R\$ 360.000,00. No mesmo sentido, os reais custos e a prestação de contas de 2000 não são disponibilizados pelos órgãos competentes. Em 2004, os gastos informados foram de R\$ 2.925,00; em 2008, a prestação de contas da vereadora totalizou R\$ 4.715,00 e, em 2012, o total de gastos lançados e disponibilizados pelo TSE são de R\$ 14.713,10. Das quatro vereadoras, é a que obteve os maiores gastos com campanha, tanto em 2008 quanto em 2012. Dessa maneira, os gastos da vereadora foram altos comparados às demais vereadoras.

Analisando as respostas das vereadoras sobre a questão referente às suas campanhas, alguns fatores chamam atenção, como: todas afirmaram que a primeira campanha foi mais difícil em virtude da falta de experiência no campo político, já as subsequentes foram consideradas mais tranquilas por terem adquirido experiência.

Ainda, as vereadoras se assemelham quando afirmam que foram candidatas com pouco capital financeiro, nesse sentido, corroborando o que com Araújo (2010) aponta, isto é, o modo de fazer campanha das mulheres é de um formato mais

peçoal, com foco no trabalho de base. São mais informais que os homens e utilizam de menos recursos financeiros.

Para Pinto (2001), um dos mais claros limites do ingresso das mulheres na participação política é a falta de recursos (capital político) para investimento em suas campanhas.

As vereadoras Franciele, Mirian e Rosana declaram que o apoio recebido dos seus partidos e grupos políticos foram deficientes, já a vereadora Tereza contraria as suas colegas afirmando que sempre recebe expressivo apoio do seu partido e grupo político. Essa falta de apoio já foi mencionada pelas três primeiras vereadoras em perguntas anteriores, quando afirmam que nunca fizeram parte do grupo de candidatos favoritos dos partidos ou seus grupos políticos. Afirmar que essa falta de apoio se dá pelo fato delas serem mulheres é uma hipótese, algo que pode ser afirmado em algum estudo futuro com todos os candidatos, partidos e grupos políticos.

Como ponto positivo, as vereadoras afirmam que suas principais redes de apoio nas campanhas foram seus amigos. As vereadoras Franciele e Rosana ainda contaram com familiares influentes na política local.

Outro tipo de informação que se tentou obter diz respeito ao público para o qual as parlamentares dirigiram-se em suas campanhas. Em seguida, as vereadoras foram questionadas para qual público elas dirigiram-se nas campanhas.

Vejamos o que diz a vereadora Franciele:

Nas duas campanhas o público foi parecido. O meu público é mais esclarecimento, quando eu falo público esclarecido são aquelas pessoas que não vendem ou trocam seu voto por algo, então não é um voto vulnerável. E a diferença entre ambas as campanhas é que na segunda agreguei o público evangélico e mais mulheres. Antes de eu assumir como suplente ainda, eu estava com o meu filho com quarenta dias de vida, meu marido saiu de casa, nós nos divorciamos. Então o que aconteceu, eu tive um apoio das mulheres tremendo, porque todo mundo acompanhou minha vida, e muitas mulheres eu encontro até hoje e afirmam que votam em mim na segunda eleição porque passaram o que eu passei. Pois após o divórcio eu não fui de sair para festas, e sim fiquei em casa cuidando dos meus dois filhos que são autistas, e para me fortalecer e me converti, eu era católica e fui para a igreja evangélica, na qual eu comecei a frequentar com grande assiduidade. Em resumo, eu continuei com esses votos que eu afirmei das pessoas esclarecidas, que votaram na primeira acreditando no meu trabalho, e que votaram na segunda, mas na segunda agreguei muitas mulheres que

acompanharam minha separação e se identificaram muito comigo e ainda o público evangélico.

A vereadora considera que se direciona para um público esclarecido, que ela define como pessoas que não vendem ou trocam seu voto, por isso, considera seu público nas duas campanhas muito semelhantes. A diferença é que na segunda campanha ela agregou mais mulheres, em virtude da sua separação com seu marido, na qual ela considera que as mulheres se solidarizaram a ela; ainda com esta separação ela ingressou em outra igreja, recebendo ali também apoio.

Já as vereadoras Mirian e Rosana responderam que não se direcionaram para algum público específico, mas buscaram votos em todos os públicos.

Na mesma linha que as vereadoras Mirian e Rosana, a vereadora Tereza define seu público como:

Meu público é muito variado, vai de pobre até gente bem de vida, da menor a maior classe. Então não tenho um público específico. Com isso tem surgido um ditado aqui em Guaíra que fala o seguinte: “a vereadora Tereza não vai ser fácil de derrubar”, primeiro pela minha longa história na política, e segundo porque não tenho um público específico para os concorrentes ir em cima.

Para a vereadora Tereza, ela não tem um público específico, define seu eleitorado como variado e de todas as classes sócias. A vereadora acredita que não possuir um grupo específico é um fator positivo, assim os adversários políticos não sabem quem são seus votantes.

Analisando os discursos das vereadoras, apenas a vereadora Franciele aponta que se direcionou para públicos específicos, as demais afirmam não especificar um grupo e sim tentar votos na sociedade em geral.

4.3 Atuação política

A partir desse momento, as questões direcionam para as informações e atuações delas como vereadoras. A primeira pergunta feita para as vereadoras foi sobre o que é ser política para eles. A vereadora Franciele respondeu:

Eu tenho que ter um pouco de cuidado para responder essa pergunta, porque em determinados momentos isso significou uma coisa e hoje já significa outra. Pode ser que eu mude um pouco essa minha visão, pois hoje eu tenho uma visão um pouco frustrada, pois

quando você entra na política você vê a política como um grande leque para grandes conquistas, e você vai tentando e você vê que às vezes não depende tanto de você. E eu confesso que eu nunca lidei com malandragem, corrupção ou pessoas querendo me corromper, eu não sei se eu não dou abertura para esse tipo de coisa, mas eu sou muito sincera, e particularmente falando eu nunca tive uma proposta nesse sentido. Eu sempre tive uma postura reta, nunca me desviei e com isso nunca me frustrei nesse sentido. Então política para mim é algo muito bonito, pois vivemos a política cotidianamente e em todas as situações, então a política é algo presente em nossa vida, fazemos política vinte e quatro horas por dia, podendo ser com sua família, seu trabalho, seus amigos e em tudo o que você faz. A política falando como agente político eu tive algumas frustrações, hoje não tenho mais aquela visão que eu tinha, porque eu pensava de que vou entrar na política e vou ajudar o povo e a sociedade e fazer a diferença, mas aí o que acontece você vai querer fazer algo é não dá certo, ou você sempre depende de alguém, e muitas vocês tenta fazer algo e as pessoas interpretam de outra forma, um exemplo disso é de um sonho que eu tinha como vereadora era de criar a associação de autistas, logo comecei juntar as mães para isso, e em um determinado momento eu tive que ouvir de algumas mães que eu estava tentando fazer política com a associação, como se eu não lutasse pelo mesmo objetivo que elas, como se eu também não tivesse dois filhos que precisavam daquilo. Com todos esses fatores eu perdi o ânimo e a vontade de ficar no campo político, hoje não tenho mais vontade nenhuma de ir para sessão, de usar a tribuna ou algo nesse sentido, o que em outros tempos era a maior adrenalina para mim, eu amava isso. Eu encarro a política por vocação e nunca por profissão, tenho pavor de gente que usa a política como profissão.

Para a vereadora Franciele, antes de ela ser agente política, ela responderia de outra maneira essa questão, mas, após seu ingresso no campo político, ela afirma que a visão que ela possuía sobre ser política foi uma frustração. O principal motivo da sua frustração é o fato de ela ver a política como algo bonito e bom, na qual a vereadora imaginou que poderia ajudar muitas pessoas e fazer muitas coisas boas, mas quando conseguiu êxito eleitoral viu que não tinha poder para isso, e ainda, que a política é dominada por algumas poucas pessoas, e com elas está o poder de atender seus pedidos ou não.

A decepção que a vereadora obteve após eleger-se, especialmente em virtude da sua descoberta de que o poder está sob o domínio de poucos, vem ao encontro da afirmação de Pinto (2001), que no Brasil a política é um campo dominado por homens brancos, com nível educacional e de rendimentos muito acima da média da população.

Ainda, a vereadora Franciele afirma ter a política como uma vocação e não como uma profissão, sendo esse um elemento positivo de acordo com a ideologia

política de Max Weber. Talvez esse seja o motivo da decepção da vereadora, por ela esperar maior retorno no campo político focando em políticas públicas e não políticas eleitoreiras.

A vereadora Mirian respondeu de modo semelhante à vereadora Franciele:

A política está sendo um aprendizado, a cada dia que passa aprendo mais e mais. Mas eu entrei achando que seria diferente, me decepcionei, pensava que eu poderia ajudar as pessoas e fazer muitas coisas.

Mesmo que a política seja um aprendizado para a vereadora Mirian, ela se decepcionou da mesma forma que a vereadora Franciele, pois também, antes de ingressar no campo político, pensava que poderia ajudar a sociedade e fazer muitas coisas positivas, mas viu que esta visão foi apenas uma ilusão.

Na mesma linha, a resposta da vereadora Rosana foi:

Eu achava uma coisa, mas hoje eu vejo bem outra coisa, eu achava que sendo política eu ia ser super, que conseguiria muita coisa, que eu ia ter voz ativa, que meus pedidos seriam atendidos, que eu poderia ajudar, trazer coisas positivas, mas você se frustra e percebe que não é nada disso, você simplesmente faz os seus projetos e suas indicações, e nem sempre são aceitos ou são feitos os seus pedidos e sugestões, um exemplo disso no distrito em que meu pai mora, estou a três anos lutando para o município fazer uma capelinha mortuária que lá não tem e não consigo.

Igualmente às vereadoras Franciele e Mirian, a vereadora Rosana também tinha outra visão do que era ser política, imaginava que poderia ajudar as pessoas e faria diversas coisas positivas para a sociedade, mas quando foi eleita descobriu que a realidade como vereadora era outra. Para ela, a principal frustração é que as suas solicitações não são atendidas.

Já a vereadora Tereza não demonstrou decepção com a política, para ela a política é:

Para mim é até certo ponto uma pergunta complicada, pois o que eu acho que é ser política para outros não é, mas eu penso que a política é uma oportunidade de ajuda as pessoas, estar na política é uma forma a mais para conseguir ajudar as pessoas. Muitas pessoas saem da política e caem no esquecimento, e eu tenho certeza que não vou cair no esquecimento, porque indiferente de estar ou não na política eu vou continuar trabalhando em favor da comunidade. Então a política para mim é um trabalho com honestidade e sério, e é algo maravilhosa, ainda mais estando na política, pois assim você tem mais força de ajudar as pessoas.

Em outros momentos, a vereadora Tereza já demonstrou ser assistencialista, e, dessa maneira, a política é uma aliada, servindo para agregar e auxiliar nos serviços prestados por ela.

Assim, a vereadora Tereza novamente contraria às respostas das suas colegas vereadoras, afirmando que a política é algo maravilhoso e pode ser utilizado com uma força para ajudar as pessoas, fato que as demais apontaram não conseguir fazer.

Como as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana demonstraram decepção com a política, algumas hipóteses podem ser levantadas. A primeira talvez seja o fato delas serem mulheres e estarem sob o domínio dos homens com o poder, assim corroborando com as ideias de Pinto (2001), que afirma que a política brasileira é dominada por homens, brancos, com nível educacional e de rendimentos muito acima da média da população. Outra hipótese talvez seja que o cargo de vereador tenha menos autoridade ou expressividade na política. Ou ainda, outra hipótese é o fato das vereadoras Mirian e Rosana serem de oposição e, por isso, não têm seus pedidos atendidos, mas essa hipótese está próxima a ser descartada em virtude do que a vereadora Franciele também afirmou, isto é, sua decepção com a política. Essa resposta apenas será possível para um posterior estudo, mais aprofundado especialmente sobre a motivação e a satisfação dos agentes políticos com a política.

As vereadoras foram questionadas sobre os segmentos sociais que elas julgam representar na câmara, questão importante para compararmos com a análise dos discursos e trabalhos feitos frente câmara de vereadores, como apresentado no capítulo anteriores.

A vereadora Franciele confirmou em sua resposta o que já foi analisado anteriormente:

Eu sempre puxei muito essa questão da educação especial, da dificuldade que se enfrenta, da importância de se olhar com um olhar inclusivo de todas as formas possíveis, não só nas escolas, mas também na saúde e na sociedade, e fazer com que realmente as pessoas encarem e vejam de outra forma. Fora isso eu não tenho muitos segmentos na questão de saúde e tudo mais, mas eu sempre trabalhei muito com a questão da educação especial, e na educação no sentido da educação no ensino superior e das lutas pelas bolsas. Em resumo educação é minha área.

Como já foi levantado no capítulo anterior, por meio dos discursos na tribuna, indicações, requerimentos e projetos de leis apresentados pela vereadora na câmara, a educação, principalmente com o foco na educação especial, é o carro chefe da vereadora Franciele. Com isso, reafirma-se o que Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009) apresentaram referente à educação ser um dos setores ligados às mulheres, pelo contexto histórico delas serem mães, cuidadores e educadoras.

Assim, o segmento social da vereadora Franciele são grupos dependentes da educação pública, especialmente a educação especial e inclusiva.

Sobre essa questão, a vereadora Mirian respondeu:

A saúde; eu mexo muito nessa área, na verdade sempre trabalhei muito nessa área. Eu sempre afirmo que meu carro chefe é a saúde. Eu considero que represento o segmento da saúde.

A vereadora Mirian considera que não atenda um segmento específico, mas sim aborda temas relacionados à saúde, para que esse setor abranja todos os segmentos da sociedade. A vereadora afirmou até que esse é seu “carro chefe”, vindo ao com as pesquisas feitas por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que concluíram que a maioria das mulheres que se elegeram possuíam cargos nas áreas de saúde, assistência social ou educação.

Comparando com as falas da vereadora na tribuna, outros setores apareceram com maior expressão, como, por exemplo, a infraestrutura, mas grande parcela dos seus pronunciamentos foi relevante ao departamento da saúde.

Quando analisadas as indicações da vereadora, nenhuma delas continha sugestões para o setor de saúde, dessa forma, ela se contradiz na resposta dessa pergunta. Já nos requerimentos, a saúde foi o quarto elemento mais trabalhado, detalhe que dos três requerimentos que continham seu nome e eram ligados à saúde, apenas um foi de autoria própria, os demais foram feitos conjuntamente.

A vereadora fez apenas um projeto de lei no seu período de vereança, sendo que o conteúdo dele foi sobre saúde. O projeto de lei número 030/2014 abordava a proibição do uso e a venda de cachimbo conhecido como “narguilé” aos menores de 18 anos, a justificativa para o teor desse projeto era dos malefícios do produto e seus componentes para a saúde.

Dessa maneira, percebe-se que temas relacionados à saúde aparecem com bastante expressão em seus trabalhos, mas ficando atrás de outros, como: infraestrutura e assistência social. Para Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), a assistência social também é um dos setores predominantes das mulheres, já questões relacionadas à infraestrutura geralmente ficando sob domínio dos homens.

A vereadora Rosana, quando questionada sobre qual segmento representa na câmara de vereadores, respondeu: “Pessoal me vê representando eles na área da saúde, pela minha experiência e trabalho nesse setor”.

Quando foi analisado no capítulo anterior os discursos e os trabalhos da vereadora Rosana, e agora confrontando com a resposta dela nessa pergunta, confirma-se que a vereadora não atinge a um segmento social específico, mas focaliza o setor da saúde, para que atenda às necessidades dos todos os segmentos da sociedade.

Da mesma forma que as vereadoras Franciele e Mirian, em especial a vereadora Mirian, a resposta da vereadora Rosana também vem a corroborar com as pesquisas de Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que demonstram o apoderamento das mulheres sobre o setor da saúde.

Por fim, a vereadora Tereza respondeu:

Eu represento a população guairense, não represente um bairro ou um grupo de pessoas especificadamente. Onde me chamam estou lá, e onde pertence município eu represento. Eu cuido muito para ajudar todos os lados todas às pessoas. Não sou ir muito aos locais e nas pessoas, elas têm costume de me procurar e pedir ajuda. Hoje para você ter noção, não são apenas pessoas de Guairá que me procuram muitos de outras cidades, estados e até outro país me procuram pedindo ajuda, em especial do Paraguai e do Mato Grosso que faz divisa com nós aqui, pessoas que não votam aqui, mas eu ajudo, claro não ajudo com os recursos do município, mas como tenho muitos contatos eu sei para quem ligar e pedir ajuda.

A vereadora Tereza alega não representar um segmento social específico, mas sim toda a sociedade. Novamente, a vereadora demonstra seu perfil assistencialista. Como já destacado, a assistência social é apontada por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009) um dos setores prioritários das mulheres envolvidas na política.

Sobre a representação das vereadoras frente aos segmentos sociais, a vereadora Franciele abrange os grupos dependentes da educação pública, com foco na educação especial. As vereadoras Mirian e Rosana julgam representar a sociedade dependente da saúde pública. Por fim, a vereadora Tereza avalia representar a sociedade de modo geral, mas demonstra entre linhas a defesa dos grupos condicionados à assistência social.

Na continuação, as vereadoras foram questionadas sobre qual o relacionamento delas com seu eleitorado. A resposta da vereadora Franciele foi:

Eu não sou muito de ir a festas de comunidades, porque o meu eleitorado é um pessoal mais ligado à igreja, e com eles eu estou toda semana junto na igreja, nós nunca nos distanciamos, somos muito envolvidos, sempre estamos participando dos cultos. Além dos meus amigos da igreja, também estou sempre em contato com meus alunos através do meu trabalho. Também estou sempre tentando participar na comunidade em reuniões ou eventos ligados a educação especial. Mas eu não sou uma pessoa de sair muito já pelas minhas particularidades porque eu tenho que dar atenção aos meus filhos lembrando que os dois são autistas, e em especial o Roger meu filho mais novo ele não consegue lidar com o barulho.

A vereadora Franciele reafirma que o seu principal eleitorado está ligado à igreja e, por esse motivo, não possui o hábito de estar em festas e eventos da comunidade, pois está constantemente ligada ao seu público por meio da igreja. Ainda, como ela também já descreveu anteriormente, outro público está vinculado ao seu trabalho frente à instituição de ensino, na qual também está com eles frequentemente.

As necessidades especiais dos filhos da vereadora Franciele tornam-se justificativa para ela não estar ainda mais ligada à sociedade e ao eleitorado. Ainda sobre isso, a vereadora justifica:

Sou muito sincera, eu não faço essa política de campo de ir e de estar sempre na comunidade, até acredito que isso seja uma falha minha, e isso tem me distanciado de certa forma da política. Eu tive muita dificuldade no primeiro mandato com minha família em especial com meus filhos. Meu filho mais novo ficou muito agitado, muito nervoso, começou a se bater e morder muito, porque eu estava me dedicando muito a política, e com isso eu o deixava com outras pessoas para eu sair e poder fazer política. Então eu conversei com o psicólogo e com o neurologista e eles me mandaram decidir entre a política e minha família. Então eu sou muito sincera, um pouco pelas frustrações que eu tive na política, mas principalmente pela minha questão familiar eu estou me afastando da política.

Além das dificuldades enfrentadas pelas mulheres políticas que já foram apresentadas, e da mesma forma os autores apontam, a vereadora Franciele ainda possui a realidade dos filhos que a distancia do seu eleitorado.

Nessa pergunta, a vereadora novamente apresentou sua frustração no campo político como intuito de desmotivação e afastamento com a política, mas também afirma que o principal motivo pela qual está se distanciando desse campo são as necessidades especiais dos seus filhos, haja vista que necessita estar presente com grande intensidade.

E a vereadora finaliza sua resposta já deixando pistas que estará se desligando da política:

Mas nunca imaginei que em todos os lugares que eu chego às pessoas fariam que eu tenho que continuar na política, e quando eu falo que não sou mais candidata eles ficam indignados e afirmam que eu tenho que ser candidata sim e continuar no campo político. Mas eu penso que é melhor sair com essa visão das pessoas de me querer na política do que indo me desgastando com o tempo.

Mesmo sendo um desejo da população guairense que ela continue com campo político, a vereadora aponta três motivos para seu desligamento como agente política: primeiramente, pelas frustrações vividas por ela nesse campo; o segundo intuito são as necessidades especiais dos seus filhos que necessitam de maior atenção da vereadora como mãe; e ,por fim, a edil acredita que é o momento dela se desligar da política em virtude não possuir grande desgaste, por ser considerada nova nesse meio e, com o passar do tempo, o desgaste será maior, assim, a sociedade ficará com uma visão positiva dela se ela sair cedo desse campo.

Sobre o relacionamento com o eleitorado, a vereadora Mirian apontou:

Bom, sempre estou com eles, sempre estou em contato com eles, não só com eles, mas como um todo, eu não devo o meu mandato apenas a quatrocentos e onze pessoas, mas sim o devo a sociedade como um todo.

A vereadora afirma que além de estar em contato constante com seu eleitorado, também está ligada à população geral de Guáira. Para ela, o seu compromisso não é apenas com as pessoas que a elegeram, mas sim com todos os munícipes.

Considerando positivo seu relacionamento com o eleitorado, a vereadora Rosana descreveu:

Muito bom e tranquilo, sempre estou muito presente com eles, eu sei quem é meu eleitorado, cultivo eles muito, sempre estou visitando eles, ajudando, buscando benefícios para eles, sempre estou em contato com eles, mesmo que meu tempo é pouco para isso, porque vereador para mim não é profissão, eu tenho minha profissão que é ser enfermeira e trabalho o dia inteiro, mas depois do meu expediente que eu busco estar com eles, é um pouco difícil para mim.

Como a vereadora continua trabalhando em horário comercial como enfermeira, ela possui um tempo específico para visitar e estar com seu eleitorado, o qual ela afirma saber quem são. Contrária à vereadora Mirian, a vereadora Rosana especifica sua atenção aos seus eleitores, em virtude do seu pouco tempo para estar junto a eles, mas deixa claro que sempre está presente para eles.

Sobre essa questão, a vereadora Tereza respondeu:

É bem legal mesmo, são pessoas que gostam e confiam muito em mim, e que eu gosto muito também, e são pessoas que toda eleição estão juntas comigo, são pessoas fiéis a mim, e cada mandato aumenta um pouquinho o número dos meus eleitores, mas o meu grupo fiel é sempre o mesmo, mas estou conseguindo sempre agregar alguns novos. Tem alguns que afirmam que enquanto eu estiver na política eles estarão comigo. E isso dá força para continuar. Os meus cabos eleitorais em todas as eleições são os mesmos, da mesma forma os voluntários que me ajudam. E são pessoas que querem ajudar e que não cobram nada.

A resposta da vereadora Tereza é semelhante à da vereadora Rosana; para Tereza seu eleitorado é fiel a ela, e com isso ela sabe quem de fato é quem, e foca em estar com eles com frequência. Ainda, a vereadora busca manter e estar com seu eleitorado e junto ir agregando novos eleitores.

Nessa questão, as respostas de todas as vereadoras foram semelhantes, todas dentro de suas realidades, buscam estar ligadas e relacionadas aos seus eleitores com grande frequência e intensidade.

As vereadoras foram questionadas sobre quais temas elas consideram mais importantes para serem debatidos na câmara de vereadoras. O objetivo foi saber se elas acabam se apoderando e focando em algum setor específico ou buscam abordar todos os temas de forma igualitária.

A vereadora Franciele respondeu o seguinte:

Quando a gente fala em câmara e legislativo nós falamos de leis, de acompanhar, e algo que eu acho importante ter uma visão muito séria do que vem para ser analisado na câmara, pois tem vereador que quando chega um projeto de lei e ele só pensa se aquilo vai dar ou voto ou não vai, ou se ele vai prejudicar o prefeito ou não vai votando contra ou a favor daquilo, mas eu penso que é muito mais sério que a gente imagina, pois você está lidando com o futuro do seu município, está lidando com o sonho das pessoas, você está lidando com a justiça, então eu acho que como função do vereador a primeira coisa a pessoa tem que entender que aquilo lá é muito mais sério que parece, você precisa de todo um preparo escolar e um preparo humanitário, pois não atinada você ir com uma visão só nos teus votos e nas urnas, porque não é. Então eu penso que todos os temas são importantes de serem trabalhados e analisados minunciosamente, mas, educação, habitação e saúde, penso que em nosso município merecem mais atenção.

Para a vereadora Franciele, todos os setores necessitam ser abordados na câmara de vereadores, indiferente do seu domínio de conhecimento sobre o setor, mas para ela a educação, a habitação e a saúde são prioridades, dialogando com as pesquisas de Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que concluíram que estes são setores prioritários das mulheres envolvidas na política.

A educação, como ela mesma declara, é seu carro chefe, e analisando a sua representação frente aos segmentos sociais, os discursos e os trabalhos feitos de fato, esse departamento é o seu forte. A habitação social está diretamente ligada ao departamento de assistência social, outro setor apontado pelos autores de domínio feminino, confrontando com os discursos da tribuna, a vereadora por diversas vezes abordou este tema, mas nos projetos de leis, indicações e requerimentos, nenhum ato foi encontrado. Igualmente a saúde também apareceu expressivamente nas falas da vereadora, também fez dois requerimentos conjuntamente sobre o tema, mas não fez nenhuma indicação ou projeto de lei sobre o assunto.

Nesse sentido, confirma-se que a educação de fato é prioridade para a vereadora Franciele, isso se comprova por meio dos seus discursos e atuação como vereadora. Por outro lado, a vereadora se contradiz quando menciona a assistência social e a saúde, por mais que ela tenha discursado várias vezes na tribuna sobre isso, mas o mesmo não aconteceu na sua atuação como vereadora.

A vereadora Mirian respondeu:

Tudo que envolve a sociedade, não importa o setor é importante e precisa ser discutido, mas eu ainda priorizo a saúde, pois sem saúde você não tem vida, e hoje a saúde é muito precária.

Com grande semelhança com a vereadora Franciele, para a vereadora Mirian todos os setores são importantes e necessários nas discussões na câmara de vereadoras, mas a vereadora considera que a saúde é prioridade, igualmente a vereadora Franciele e vereadora Mirian também menciona como mais importante o seu setor carro chefe.

Mesmo que se tenha identificado anteriormente as incoerências da vereadora com seus trabalhos realizados e pronunciamentos na tribuna sobre a o setor da saúde, nesse momento ela reafirma sua prioridade com esse departamento. Isso reafirma a preferência apontada por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009) por setores que remetem à ligação histórica das mulheres como a cuidadoras de si e cuidadoras do outro.

Semelhante às vereadoras Franciele e Mirian, a vereadora Rosana afirmou:

As principais em minha opinião é saúde, educação e infraestrutura. Na verdade todos os temas são fundamentais de serem trabalhados na câmara, mas esses três creio que sejam prioridade.

A vereadora Rosana também afirma que os principais temas que necessitam ser debatidos na câmara são saúde e educação, da mesma forma que as expuseram as vereadoras anteriormente. A diferença da vereadora para com as suas colegas é que essa menciona a infraestrutura como importante nas discussões, conforme Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), setor esse menos trabalhado pelas mulheres.

Seguindo a linha de suas colegas, a vereadora Tereza respondeu:

Todos os temas são importantes, se é para o bem da população todos precisam da mesma atenção. Eu pessoalmente gosto muito dos temas ligados à área social, mas saúde e educação sempre estão em primeiro lugar para mim. Por isso que não fico batendo muito no prefeito na tribuna, pois sei a realidade do país, a crise nesses setores, sei que ele muitas vezes tem a intenção de fazer, mas não depende apenas dele.

Mesmo a vereadora Tereza afirmando que sua preferência é a assistência social, ela a considera que os temas ligados à educação e à saúde são prioridades.

Para Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), todos os temas ligados ao perfil das mulheres.

Analisando os discursos e trabalhos da vereadora frente à câmara de Guaíra, pode-se afirmar que essa informação se confirma, ela demonstra claramente a preferência pela assistência social, mas debatendo e ingressando com atos por diversas vezes ligados à educação e saúde.

Nessa questão as quatro vereadoras se assemelham em dois fatores: consideram importante a discussão de todos os temas na câmara de vereadores e a saúde é prioridade para todas indiferentes de ser ou não o carro chefe delas. Seguindo a mesma linha ideológica, as vereadoras Franciele, Rosana e Tereza também priorizam a educação. Ainda, as vereadoras Franciele e Tereza demonstram preocupação com os temas ligados à assistência social, principal prioridade da segunda vereadora.

Assistência social, educação e saúde, para Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), são temas que remetem à ligação histórica das mulheres como cuidadoras de si e do outro, desta forma, costumeiramente sendo prioridade para as mulheres políticas.

Apenas a vereadora Rosana apresentou a infraestrutura como um dos assuntos prioritários, departamento com menor ligação no perfil feminino. Mas analisando os discursos na tribuna e os atos ingressados pelas vereadoras, observa-se que esse tema sempre está entre os primeiros e mais expressivos debates.

Seguindo essa linha, as vereadoras foram questionadas sobre quais temas caracterizam suas atuações como vereadoras. Com essa questão foi possível confirmar quais são os setores e temas prioritários, os carros chefes e as preferências das vereadoras de Guaíra.

Sobre essa questão, a vereadora respondeu:

Educação, em especial a educação especial e a educação no ensino superior. Assistência social também meche muito comigo, especialmente a habitação social e pessoas com demais dificuldades.

Novamente, a vereadora confirma que a educação é o tema que trabalha com prioridade, fato que se confirma nos seus discursos e trabalhos realizados frente à câmara de vereadores.

Algo que chama atenção nessa resposta é o fato da vereadora afirmar que a assistência social também é um tema que caracteriza a sua atuação como vereadora, algo que ela mencionou nas questões anteriores, mas que aparece fortemente quando analisado os discursos na tribuna; porém, com pouca expressividade nos atos oficiais ingressados pela vereadora.

A vereadora Mirian quando, questionada, respondeu rapidamente e objetivamente: “saúde, meu carro chefe”. Também reafirmando e confirmando o que ela já respondeu na questão anterior, mas como já mencionado, quando foram analisados os discursos e os atos da vereadora, esse tema não foi o que obteve maior expressividade.

Semelhante à resposta da vereadora Mirian, a vereadora Rosana respondeu:

Sou a Rosana da Saúde, já diz mostra qual minha principal atuação na câmara, a saúde é minha prioridade, mas não deixo de trabalhar os demais temas, tenho bandeirinhas para cada setor.

Anteriormente, observou-se que a resposta da vereadora Mirian não coincidia totalmente com os trabalhos e discursos frente à câmara de vereadoras, por outro lado quando se analisa os discursos e atos da vereadora Rosana, é nítido que a saúde é o setor que caracteriza a atuação dela frente a câmara de vereadores.

Por fim, a vereadora Tereza afirmou:

Eu gosto muito de trabalhar temas ligados à área social, acho que é a tecla que mais bato na câmara. Mas também abordo muito a saúde, os dois que mais gasto meu tempo é assistência social e saúde, mas dou muita prioridade também para a educação.

Nitidamente, a vereadora Tereza prioriza a assistência social na sua atuação, algo que se confirma nas respostas das perguntas anteriores e nos discursos e atuação da vereadora na câmara. Mas a vereadora afirma que simpatiza com os temas ligados à saúde e à educação.

As preferências da vereadora Tereza vêm ao encontro com que Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que indicam que a educação e a saúde são setores prioritários e preferenciais das mulheres políticas.

Nas respostas dessa questão, observou-se que três setores caracterizam a atuação das vereadoras de Guaíra: saúde, assistência social e educação, como já mencionado anteriormente, todos estes setores ligados ao perfil das mulheres.

Dessa maneira, os temas relacionados pelas vereadoras vêm ao encontro com Miguel (2001), o qual afirma que as mulheres se ocupam com mais frequência de temas “sociais” do que de hard politics (administração pública, política econômica, relações internacionais). Mas isso ocorre, muitas vezes, porque se trata do único nicho disponível para elas no campo político.

As vereadoras foram submetidas a uma autoavaliação, no momento que foram questionadas como elas avaliam os seus trabalhos referentes às indicações, aos requerimentos, aos projetos de lei e aos projetos de resolução. Ainda nessa questão, buscou-se comparar todas as informações levantadas e apresentadas no capítulo anterior.

A resposta da vereadora Franciele foi a seguinte:

Já foi melhor, mas eu confesso que eu parei muito com a questão de encaminhar indicações, pois elas são um jogo de interesse, exemplo disso, ano passado algumas pessoas me procuraram pedindo para que o município criasse o conselho municipal dos esportes, fiz reuniões com lideranças municipais sobre esse assunto, com isso encaminhei uma indicação ao executivo solicitando a criação desse conselho, naquela época eu e o prefeito estávamos meio de picuinhas, ele nem me respondeu. Já esse ano outro vereador de confiança dele quinze dias depois apresentou uma indicação pedindo para que se criasse o conselho municipal da juventude, não deu dez dias o prefeito respondeu e já juntaram várias pessoas e criaram o conselho.

Nessa resposta, a vereadora Franciele novamente aponta a decepção e o desânimo com o cargo de vereadora. Para ela, as sugestões encaminhadas pelos vereadores são atendidas quando há interesse do executivo, mesmo a vereadora sendo situação ao prefeito. Em virtude disso, a vereadora avalia que diminuiu a quantia de indicações, requerimentos e projetos.

Analisando os trabalhos da vereadora, a expressividade de indicações dela foi inferior as suas colegas. Nos três anos pesquisados, ela ingressou com apenas trinta e seis indicações, ficando na última colocação entre as quatro vereadoras. De fato, no 2015 a queda na quantia desse ato caiu drasticamente, de quatorze, em 2013, para dezessete e por fim apenas cinco no último ano.

Nos requerimentos, a vereadora foi mais expressiva, com o total de onze, igualando-se à vereadora Tereza, perdendo apenas para a vereadora Mirian, que fez dezoito. É necessário lembrar, no entanto, que praticamente todas essas solicitações são feitas em conjunto.

A vereadora Franciele destacou-se nos projetos de leis, ingressando com três desses atos, igualando-se apenas à vereadora Tereza, e mantendo-se à frente das demais colegas.

Semelhantemente, a vereadora Mirian respondeu:

Todos os trabalhos foram importantes, em especial as indicações, elas são muito importantes, pois não é uma sugestão minha e sim alguém que me procurou e pediu isso, indica não quer dizer que vai ser atendido, porque nós indicamos, mas quem tem o poder é o prefeito, ele que tem a caneta, ele pode, ele que decide, e agredido que a gaveta dele deve estar cheia de papéis, porque eu fiz muitas indicações, até esse ano eu parei um pouco, pois eu fiquei muito chateada, porque não adianta indicar e não ser atendida. Fiquei desiludida, pois quando você indica e é atendida é uma coisa. Tanto é que eu não estou mais fazendo indicação no papel, estou fazendo verbalmente, vou direto ao secretário, e logo pergunto se ele pode me atender e se ele vai me atender, ainda pergunto se ele quer que eu faça indicação por escrita ou se não precisa, se não afirmo que confio na palavra dele, tem que ser direta.

Para a vereadora Mirian, todos os seus trabalhos são importantes, mas assim como a sua colega Franciele, ela afirma que suas sugestões são atendidas conforme o interesse do executivo, por esse motivo, a vereadora também diminuiu suas indicações e solicitações por escritas e decidiu por fazer isso verbalmente.

Analisando as indicações da vereadora Mirian, ela é a campeã em ingressar com esse ato, mas nitidamente o desânimo e a decepção por não ser atendida foi visível, partiu de vinte e nove indicações, em 2013, para trinta e cinco em 2014 e caindo para apenas cinco em 2015.

Da mesma forma, a vereadora foi a primeira colocada no número de requerimentos, ato que se confirma pelo fato da vereadora ser opositora ao atual governo de Guaíra. Com isso, ela sugeriu vários documentos e informações duvidosas.

A vereadora foi autora de apenas um projeto de lei. A hipótese para a baixa expressividade de ingresso desse ato talvez seja a falta atendimento por parte do executivo às sugestões propostas pela vereadora.

Sobre essa questão, a vereadora Rosana informou:

Eu fiz bastante, fui bem intensa, fiz muitas indicações com teor de fatores essenciais, mas fui atendida em poucas, trabalhei intensamente nessas indicações com coisas importantes, coisas

necessárias e coisas que a comunidade precisava e ainda precisa que não foram feitas, mas o retorno muito pouco ou nada.

Igualmente às suas colegas apresentadas anteriormente, a vereadora Rosana afirma que fez vários trabalhos frente à câmara, em especial indicações, mas que também se decepcionou por não ser atendida.

Nas indicações, fica nítido que a vereadora se desanimou por não ser atendida, em 2013 ela ingressou com dezessete sugestões, caindo para dezesseis em 2014 e apenas quatro em 2015.

A vereadora ingressou com apenas sete requerimentos no total, sendo que ela foi coautora com os demais vereadores nesse ato. E nenhum projeto de lei foi encaminhado por ela. Com isso, a vereadora se contradiz que foi bastante e com intensidade seus trabalhos na câmara de vereadores.

Por fim, a vereadora Tereza respondeu:

Meus projetos para muitos talvez não signifiquem nada, mas para mim são muito importantes. Quando fui presidente fiz projetos de resolução, muitos serviram para organizar e moralizar a nossa câmara. E no mesmo sentido minhas indicações e requerimentos, são todos muito importantes e tenho um hábito de ingressar com vários desses atos, pois com esses eu atendo o pedido da população.

A vereadora Tereza considera como importantes seus projetos realizados na câmara, especialmente os projetos de resolução feitos por ela enquanto era presidenta. Como esses projetos costumeiramente são feitos pelos mandatários das câmaras, e ela ocupando essa função por dois anos consecutivos, foi a única a ingressar com esse ato, totalizando sete. Esses geralmente referem-se à normatização interna da câmara.

Mesmo sem a vereadora informar que também se desanimou em virtude da falta de atendimento aos seus pedidos, analisando os seus trabalhos, observa-se que houve uma queda na quantia. Nas indicações, a vereadora foi a segunda maior ingressante, com o total de quarenta, sendo dezesseis em 2013, dezoito em 2014 e apenas seis em 2015.

Analisando as respostas das vereadoras sobre essa questão, concluiu-se que todas se desmotivaram em sugerir ideias para o executivo, em virtude da falta de atendimento aos seus pedidos. Todas avaliam como importantes os seus atos ingressados, em virtude de ser, por muitas vezes, pedidos dos membros da

sociedade, mas necessitam do interesse do prefeito para que a sugestão seja executada.

Em outras perguntas, as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana demonstraram a decepção com o cargo de vereadora, talvez essa dominação do executivo sobre elas seja um desses motivos de desânimo com o campo político, mesmo que elas encaminharam diversas sugestões ao prefeito, elas necessitariam do interesse dele com o tema para serem atendidas.

Seguindo essa mesma linha, foi solicitado que as vereadoras avaliassem os seus trabalhos referentes às comissões permanentes.

A resposta da vereadora Franciele foi:

Eu sempre participei das comissões, esse ano que estou um pouco fora. Mas sempre fui muito participativa, fui presidente da comissão de finanças e orçamento ou da comissão de legislação, justiça e redação final, que são as duas comissões mais importantes na câmara, mas também participei de outras.

A vereadora avalia sua atuação junto às comissões permanentes positivamente, informando que sempre foi muito participativa, fator que se confirma quando se busca essa informação junto à câmara. Exemplo disso é o fato de que a vereadora foi presidenta por duas vezes consecutivamente de uma das principais comissões, a de legislação, justiça e redação final.

Como já abordado anteriormente, as principais comissões permanentes em uma câmara de vereadores são de legislação, justiça e redação final e a comissão de finanças e orçamentos. Como já descrito acima, na primeira comissão, a vereadora presidiu por dois anos e no outro ano ainda continuou como. Presidiu a segunda comissão por um ano também. Além dessas, a vereadora também participou das comissões de educação, saúde e assistência e a comissão de obras e serviços públicos.

A vereadora Mirian avaliou sua participação da seguinte maneira:

Acho que precisamos fazer parte das comissões, não importa qual e nem o cargo que ocupamos nelas, mas precisamos fazer parte para se inteirar, sempre participei e participo ativamente.

Para a vereadora Mirian, é fundamental que os vereadores participem das comissões permanentes, pois são nelas que todos os projetos são discutidos e exarados pareceres.

Com menos intensidade que a vereadora Franciele, a vereadora Mirian participou apenas de uma comissão por ano, e também não ocupou cargos de presidência, mas como relatora ou secretária. Em 2013, participou na comissão de finanças e orçamento; essa, como já mencionada anteriormente, é uma das principais e mais importantes comissões em uma câmara, já nos anos seguintes integrou a comissão de educação, saúde e assistência.

A vereadora Rosana respondeu:

Esse ano [2015] eu estou afastada das comissões por causa dos encontros das comissões, como trabalho em uma unidade básica da saúde no interior fica difícil participar das reuniões e participar só por participar não quero, mas nos outros anos eu estava nas comissões e participava ativamente.

No ato da entrevista, Rosana avalia que ela estava afastada das comissões permanentes, mas esse fato se contradiz nos atos oficiais da câmara, pois esteve nomeada como secretária na comissão de fiscalização e acompanhamento de despesas. Talvez a vereadora não tenha frequentado ou frequentado poucas vezes as reuniões dessa comissão.

Além dessa comissão, a vereadora participou cada ano de uma das comissões, em 2013 ingressou na comissão de educação, saúde e assistência social, e no ano seguinte na comissão de legislação, justiça e redação final. Os cargos ocupados nessas comissões foram de secretária e relatora, respectivamente.

A vereadora Tereza avalia sua participação da seguinte forma:

Eu estudo muito bem os projetos que vem para nós na câmara, e sempre vou com a opinião da maioria, se a maioria acha que aquilo é importante para o município aprovamos logo. Aqui nas comissões sempre chegamos a um consenso.

A vereadora Tereza analisa e estuda todos os projetos que vêm para a câmara de vereadores, mas a sua decisão sempre está ligada ao senso comum. A vereadora se diferencia das demais em virtude de ter sido presidenta da câmara no ano de 2013 e, por isso, não pode ocupar cargos nas comissões.

Em 2014, a vereadora participou de duas comissões, a de educação, saúde e assistência, e a comissão de obras e serviços públicos. Na primeira, ocupou a função de secretária e na segunda como relatora. Em 2015, a vereadora participou de duas comissões, sendo a de finanças e orçamento e a comissão de educação,

saúde e assistência. Nas duas ela ocupou o cargo de presidenta. Dessa maneira, pode-se afirmar que a vereadora é ativa nas comissões permanentes.

Sobre a avaliação feita pelas vereadoras de suas participações nas comissões permanentes, observa-se que as duas vereadoras de situação participam de mais comissões do que as vereadoras de oposição, elas também ocupam cargos de maior expressividade nestas.

Outro fator que chama atenção nessas respostas é que todas as vereadoras ingressaram na comissão de educação, saúde e assistência. Isso corrobora o que foi apresentado por para Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009) como setores ligados ao perfil das mulheres.

As vereadoras foram questionadas se participaram algum ano da mesa diretiva, e, se sim, foi perguntado qual cargo e como avaliam a atuação deles como membras da mesa.

A resposta da vereadora Franciele foi:

Eu só não fiz parte da mesa diretiva no ano passado, nos demais anos da atual legislatura eu sempre ocupei um cargo, na outra eu não podia fazer parte, pois eu era suplente. Mas sempre ocupei funções importantes como vice-presidente e secretária. Avalio que sempre fui muito ativa nas vezes que ocupei algum cargo na mesa, mas isso é muito variável, tem presidente que dão espaço para os demais cargos e outros não, alguns tomam decisões sozinhas e outras não tomam nenhuma decisão sem consultar toda a mesa. Mas avalio minha atuação bem positiva e produtiva.

Na atual legislatura, a vereadora Franciele afirma ter participado ativamente na mesa diretiva, ficando fora apenas no de 2015 de algum cargo da mesma. A vereadora também avalia como positiva sua atuação nos cargos que ocupou na mesa diretiva. Ao mesmo tempo, a vereadora aponta que as atuações dos cargos da mesa dependem do espaço dado pelos presidentes da câmara.

As vereadoras Mirian e Rosana afirmam que apenas foram suplentes de da função de secretária da mesa diretiva, portanto, não atuaram na linha de frente e não assumiram em nenhum momento a função de secretária.

Já a vereadora Tereza foi a que ocupou cargos mais importantes na mesa, e assim respondeu:

Fui presidente da câmara por duas vezes, fui vice-presidente e também secretaria, participo quase todos os anos em alguma função, esse ano que optei em não pegar nenhum cargo na mesa. Avalio que

fiz um ótimo trabalho em todas as funções que ocupei, em especial quando fui presidente, terminei as obras da nova câmara, implementei normas para moralizar algumas coisas aqui na câmara, eu avalio com nota dez o meu trabalho como presidente, porque eu nunca engavetei algum projeto para fazer picuinha política com o prefeito, como presidente procurei fazer tudo da melhor forma possível, cuidando para não magoar nenhum e nem outro, e manter uma família dentro da câmara, avalio meus dois mandatos como presidente como uma família, trabalhamos muito unidos, não tinha confusão ou brigas. Quando entrei muitos torciam para não dar certo, me julgavam por eu não ter muito estudo, e provei e fiz um bom trabalho, e hoje muitos veneram o trabalho que fiz. Eu não tive medo, sabia das dificuldades, tanto que terminei o primeiro mandato e já me reelegi para mais um consecutivo. Tive um ótimo relacionamento com os meus colegas vereadores e com todos os funcionários da câmara, e esse que acho que é o segredo, ter um bom relacionamento com os funcionários, pois são eles que fazem a coisa andar no dia a dia.

Como já mencionado anteriormente, a vereadora Tereza deixou sua marca na história do município de Guaíra em virtude de ser a segunda mulher a ocupar a presidência da casa de leis e ser a única a presidir os trabalhos por dois anos consecutivos. Ainda, a vereadora afirma que todos os anos ocupou alguma função na mesa diretiva.

A vereadora avalia como positiva os períodos em que presidiu os trabalhos da câmara de vereadores de Guaíra, especialmente com obras, organização e ótimo relacionamento com os colegas e colaboradores.

Outro fator apontado pela vereadora é o preconceito sofrido por ela quando assumiu a primeira vez como presidenta, em virtude do baixo grau de escolaridade. No início do questionário, ela informou que atualmente possui o ensino médio incompleto, mas, pesquisando no TSE, observou-se que a primeira vez em que foi presidenta a escolaridade estava como: “lê e escreve”, o que significa que a era semianalfabeta, e, por este motivo, muitos a julgavam como incompetente para administrar o legislativo municipal.

Essa informação dada pela vereadora vem de encontro com o apontamento feito por Miguel (2006), que as mulheres com grau de escolaridade superior aos homens têm maior aceitação no campo político. Isso confirma confirmando que sociedade de Guaíra liga o grau de escolaridade à capacidade gestora.

Sobre a avaliação feita pelas vereadoras sobre seus trabalhos junto à mesa diretiva, observa-se que apenas as vereadoras de situação ao atual governo de Guaíra ocuparam cargos com maior nível de expressividade e importância. Elas,

então, avaliaram como positivas suas atuações, com a observação feita pela vereadora Franciele de que o rendimento do cargo ocupado tem ligação direta com o espaço dado e o espírito de equipe dos presidentes da mesa.

Entrando em um contexto mais amplo sobre o envolvimento de mulheres no campo político, as vereadoras foram questionadas sobre o que elas acham que uma mulher precisa fazer para ser eleita.

A resposta da vereadora Franciele foi a seguinte:

Eu acho que uma mulher, generalizando mulher não seria bem a questão, porque eu acho que você precisa de um trabalho legal, uma visão legal da comunidade. Mas agora se formos focar na mulher, ela precisa por primeiro ter uma postura, porque eu vejo que isso é batido, pois quando você coloca seu nome a julgo popular as pessoas te analisam de ponta a ponta, a sua vida pessoal e a sua vida profissional tudo é analisado. Então eu acho que focando na mulher, à primeira coisa ela precisa de uma postura coerente e ter uma linha de trabalho bacana.

Para a vereadora Franciele, a principal característica que uma mulher precisa para conseguir êxito eleitoral é postura coerente com o cargo, dessa maneira, a resposta dialoga com perfil de mulher que o eleitor aceita para cargos eletivos apresentados por Pinto (2009). Os perfis são: o primeiro refere-se àquela mulher como cidadão, isto é, ela não se diferencia do homem por sua condição de gênero; o segundo como a mulher que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico); e uma terceira possibilidade é a mulher que chega à política pela sua luta feminista, ou, mesmo tendo outra trajetória, incorpora a luta pelos direitos da mulher como sua razão de militância.

A vereadora Mirian define o que uma mulher precisa para ingressar na política:

Mais do que fazer eu acho que a mulher não pode ter medo, muitas mulheres ainda têm um pouco de receio, eu não tenho, eu gosto de bater de frente, de igual por igual, indiferente se é homem ou mulher.

Segundo a vereadora Mirian, as mulheres não podem ter medo de ingressar e enfrentar a política, de acordo com ela, esse é o primeiro passo, indiferente de sexo, para o ingresso no campo político. Assim, essa afirmação da vereadora Mirian vem

ao encontro com o perfil apresentado por Pinto (2009), da mulher como cidadão, isto é, ela não se diferencia do homem por sua condição de gênero.

Sobre essa questão, a vereadora Rosana respondeu:

Trabalhar bastante, ser popular, talvez até trabalhar mais que os homens, porque para as mulheres é bem mais difícil que para os homens, e não sei por que, mas acho que ainda existe muito machismo e a mulher por muitas vezes ainda é muito discriminada e marginalizada, e elas precisam trabalhar o dobro para conseguir algo.

A vereadora Rosana aponta que a dificuldade para o ingresso de mulheres na política é muito maior que para os homens. Para ela, as mulheres necessitam trabalhar muito para conseguir êxito eleitoral, junto ao trabalho, elas necessitam tornarem-se populares na comunidade. A popularidade foi assinalada por Araújo (2005) como um dos principais motivos de recrutamento de mulheres para a política.

Semelhante às suas colegas, a vereadora Tereza descreve que a mulher para ser eleita precisa:

Trabalhar sempre com honestidade e sinceridade, e penso que o mesmo serve para mulheres e homens. A diferença entre homens e mulheres é a mulher sempre precisa mostrar e provar que é capaz.

Conforme a vereadora Tereza, as mulheres necessitam provar com frequência sua capacidade política, demonstrando o preconceito existente sobre elas, realidade já apontada por Araújo (2005), Miguel (2006) e Pinto (2001).

Ainda, a vereadora acredita que as mulheres necessitam sempre trabalhar com honestidade e sinceridade, dessa maneira, provarão a confiabilidade e a capacidade para o eleitorado.

Portanto, para as vereadoras, as mulheres, para serem eleitas, necessitam: trabalhar muito, mais do que os homens, mas sempre com honestidade, não ter medo, possuir um perfil adequado - aqueles apontados por Pinto (2009), assim, tornam-se populares e conseguem demonstrar suas capacidades para cargos eletivos.

O próximo questionamento feito para as vereadoras foi se elas consideravam que as suas atuações como vereadoras eram diferentes da atuação dos vereadores.

A resposta da vereadora Franciele sobre esse questionamento foi:

Às vezes sim, às vezes eu acho que as mulheres têm uma sensibilidade que os homens não têm. Essa questão materna que nós mulheres temos, esse cuidado, essa preocupação, isso de certa forma nos traz uma preocupação em áreas que eles acabam passando batidos.

A vereadora Franciele aponta que a atuação das vereadoras é diferente dos vereadores em virtude da sensibilidade feminina e do pensamento emocional. Essa resposta vem ao encontro com a mulher política apresentada por Pinto (2009), na qual a mulher se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico). Também, se interliga a política do desvelo ou então de pensamento materna apresentada por Miguel (2001), assim as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos.

Por outro lado, a vereadora Mirian respondeu: “não há diferença, é tudo igual”. Dessa forma, contrariando a resposta da vereadora Franciele em virtude de considerar que não há diferença entre edis homens e mulheres.

Já a vereadora Rosana afirmou:

Indiferente de sexo cada um tem seu estilo e sua forma de atuação, a minha atuação como mulher é diferente de outras mulheres, cada um tem um perfil diferente do outro. E a mulher tem sim um perfil diferente do homem, pois ela tem uma linha de pensamento diferente.

A vereadora Rosana, além de considerar que a atuação entre vereadores é diferente das vereadoras, também aponta que todos indiferente do sexo têm perfis, estilos e formas próprias de atuação.

Quando questionada sobre a diferença de atuação entre homens e mulheres, a vereadora Tereza argumentou o seguinte:

Eu acho que é diferente o trabalho da mulher, pois ela tem mais sentimento, e com isso fica mais fácil para ela, pois o homem é mais durão, eles vão mais na razão. Eu por exemplo sou muito mole, um coração muito mole.

Semelhante à resposta da vereadora Franciele, a vereadora Tereza também aponta atuação das vereadoras diferente da atuação dos homens em virtude da

sensibilidade feminina, ligada ao pensamento emocional. Para ela, o desempenho dos homens está ligado à razão e das mulheres à emoção.

Assim, apenas a vereadora Mirian pondera não haver diferença na atuação entre vereadoras e vereadores. A vereadora Rosana considera que há diferença, mas além de homens e mulheres a diferença existe entre todos. Já as vereadoras Franciele e Tereza consideram que a atuação das vereadoras está ligada à sensibilidade e ao pensamento emocional.

A próxima questão foi até certo ponto um afrontamento com as vereadoras, pois sendo elas informadas que durante a pesquisa e os levantamentos de dados foram ouvidos todos os pronunciamentos e análise dos atos oficiais de cada uma, foram questionadas por qual motivo elas não abordaram fenômenos ligados às mulheres.

A resposta da vereadora Franciele foi:

Eu acabado passando despercebida. De fato nunca abordei algo nesse sentido. Não é que eu não goste, mas eu não sou muito feminista, particularmente eu acho que eu só tenho essa aparência de muito forte, mas sou uma mulher muito dependente e muito carente. Mas penso que nunca abordei por falta de atenção e por nunca ver a mulher como menos que o homem ou como menosprezada, pois nós temos nosso papel na sociedade, nossa importância na sociedade e que ninguém tira, que é tão importante quando a posição do homem. Então talvez por eu não ver essa diferença, ou dificuldade e como gravidade, eu não tenha abordado, mas eu poderia ter feito sim, uma certa falta de atenção nesse assunto.

Para a vereadora, os motivos de não abordar assuntos relacionados especificamente às mulheres são: primeiramente a falta de atenção, deixando assim passar despercebido e o outro pretexto é o fato da vereadora considerar que não é necessário fazer essa distinção entre homens e mulheres.

Quando a vereadora Franciele afirma não ser necessário fazer distinção entre os sexos, vem de encontro com a análise de argumento que circulam apresentado por Miguel (2001) que as mulheres políticas não precisam ter comprometimento com a questão feminina. Elas podem discordar sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar.

Semelhante à vereadora Franciele, a vereadora Mirian respondeu: “gosto de debater todos os assuntos, talvez esse passou despercebido”. Nesse sentido, a vereadora também corrobora com Miguel (2001), afirmando que gosta de debater

todos os assuntos e talvez até priorizar outros que não sejam relacionados às mulheres. A vereadora não demonstra ignorar o assunto, mas sim o despercebimento de tratá-lo na sua atuação parlamentar.

Seguindo a linha de raciocínio das suas colegas, a vereadora Rosana respondeu:

De fato não, talvez passou despercebido, mas aspectos ligados somente às mulheres ficaram ausentes dos meus trabalhos e falas. Procurei sempre abordar e trabalhar praticamente todos os assuntos e tema em um contexto geral.

A vereadora Rosana também afirma que assuntos ligados diretamente às mulheres passaram despercebidos em sua atuação como vereadora. Ainda, alega que busca trabalhar todos os temas na câmara. Dessa maneira, ela também dialoga com os estudos de Miguel (2001).

Em grande parte das respostas, a vereadora Tereza se diferencia das suas colegas, mas nessa questão respondeu de modo semelhante:

Pois é, talvez isso seja uma falha minha. Homenageei nas datas do dia das mulheres e dia das mães, mas falhei em nunca trazer para a câmara mais fenômenos ligados às mulheres. Mas agora falando me alertou para falar mais e trabalhar mais essa questão.

A vereadora Tereza, igualmente às demais vereadoras, também demonstrou a distração com os assuntos relevantes especificadamente às mulheres. Aponta que sempre em datas comemorativas parabenizou elas, mas que, para além disso, não trabalhou os temas específicos para elas.

Lembrando que a vereadora Tereza está em sua quarta legislatura, e de acordo com ela, apenas no dia da entrevista dessa pesquisa ela se alertou para trabalhar assuntos específicos das mulheres na câmara.

Nessa questão, todas as vereadoras se assemelharam ao responder que não abordaram fenômenos ligados às mulheres por despercebimento delas. Demonstrando assim que o pensamento das vereadoras se enquadra com os argumentos existentes na sociedade apresentados nos estudos de Miguel (2001), que aponta que as mulheres políticas não precisam ter comprometimento com a questão feminina. Elas podem discordar sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar.

Levando em consideração que a sociedade ainda é muito machista, as vereadoras foram questionadas se o fato de serem mulheres dificulta a ação entre os pares e ainda de que forma.

Sobre esse fato, a vereadora Franciele argumentou:

Em algumas questões sim, principalmente com respeito aos grupos políticos, pois eu tive dificuldade em um determinado momento no começo desse mandato eles achavam que podiam articular meus votos e minhas decisões com meu irmão, o grupo procurava os homens da minha família para decidir meu voto. Até que um dia foi feita uma reunião, pois meu irmão falou para o grupo que eu iria fazer uma coisa mas eu fiz outra, pois a minha opinião sobre aquele assunto era outra, e com isso o grupo ficou horrorizado, porque acabou com a estratégia e o pensamento deles de procurar os homens da minha família para decidir minhas coisas. E nessa reunião eu deixei bem claro que a política sou eu e não o meu irmão, e deixei bem claro para eles que deveriam me respeitar e procurar e não ao meu irmão ou qualquer outra pessoa.

Para a vereadora, o fato de ser mulher dificulta entre os pares em alguns aspectos, principalmente ao início da carreira delas na política, pois muitos políticos ainda consideram que as mulheres são submissas aos homens. Esse fato aconteceu com ela ao início da sua caminhada como vereadora, alguns dos líderes políticos de Guaíra achavam que as decisões dela eram fomentadas e tomadas pelos homens políticos da sua família, demonstrando claramente o preconceito e o machismo de alguns dos homens dirigentes da sociedade política do município de Guaíra.

Esse fenômeno apresentado pela vereadora Franciele relaciona-se ao pensamento de Pinto (2001), a qual afirma que a posição da mulher em situação de liderança é sempre uma posição marcada, isto é, sempre o fato de ser mulher vai contar contra ou a favor no julgamento de sua competência e atuação.

A vereadora Mirian, por sua vez, respondeu:

Sofremos preconceito sim, infelizmente, mas eu Mirian não. Eu gosto de bater de frente. Aqui somos todos iguais, todos somos vereadores, indiferente de sexo ou quantidade de votos. Por isso eu penso que dificulta para quem quer dificultar, quem não quer faz acontecer.

Para a vereadora Mirian, o preconceito existe entre homens e mulheres, mas ela acredita que elas precisam se impor no campo político, algo que ela

pessoalmente faz; com isso, segundo ela, a dificuldade entre as partes não acontece. Como mencionado por Pinto (2001), a mulher no campo político sempre será julgada, então, conforme a vereadora Mirian, cabe a elas se imporem ou não.

A vereadora Rosana afirma que:

Dificulta bastante, porque os homens e até algumas mulheres não acreditam e confiam no trabalho das mulheres na política. Pior que os homens não acreditarem no trabalho das mulheres são as mulheres não acreditar no trabalho de outras mulheres.

Semelhante às respostas das suas colegas, a vereadora Rosana também confirma que dificulta, e o principal motivo para isso é a falta de credibilidade dos homens sobre o trabalho das mulheres, demonstrando que ainda há a dominação do campo político pelos homens.

Para a vereadora, pior que os homens não acreditarem no trabalho das mulheres, são as mulheres que não confiam em trabalho de outras mulheres. Esse fenômeno também é destacado por Miguel (2001), ao afirmar que as mulheres ainda não acham necessário apoiarem outras mulheres, e essa mudança de pensamento talvez seja o principal fator de mudança do cenário da baixa participação de mulheres no campo político.

Semelhante à resposta das suas colegas a vereadora Tereza respondeu:

Talvez sim, mas a partir do momento que a mulher acreditar em mulheres então esse cenário pode mudar, um exemplo é aqui em Guaíra as mulheres, por exemplo, votam mais nos homens do que nas mulheres.

A vereadora Tereza concorda que dificulta, mas também acredita que no momento que as mulheres acreditarem mais umas nas outras mulheres o cenário mudará. Ainda, a vereadora deixa claro que em Guaíra é nítido que as mulheres votam mais em homens do que em mulheres, corroborando com o exposto por Miguel (2001), quando afirma que muitas mulheres não acham necessária a igualdade de sexos na política.

Nessa questão, todas as vereadoras concordam que o fato de serem mulheres dificulta a ação entre os pares, principalmente pelo fato dos homens não acreditarem no trabalho das mulheres. Mas o que mais chama atenção nas respostas é o fato delas afirmarem que grande parte das mulheres não acredita ou

acha necessário mulheres no campo político, fenômeno apresentado por Miguel (2001). Talvez essa mudança de pensamento será o primeiro passo para a igualdade de sexos na política.

Na sequência, as vereadoras foram questionadas se alguma vez já sofreram algum tipo de discriminação no período eleitoral ou na atuação da câmara e, se isto aconteceu, como lidaram com a situação.

A resposta da vereadora Franciele foi:

Não, nem na campanha e muito menos no trabalho da câmara. Até porque na câmara tem um número bom de mulheres, e com isso eles têm uma proteção em um cuidado conosco, bem pelo contrário sempre eles estão nos defendendo. Eles sempre são muito gentis e cavalheiros. Sempre no dia das mulheres levam flores e nos parabenizam.

A vereadora afirma nunca foi discriminada no período eleitoral ou durante sua atuação na câmara de vereadores. Para ela, um dos motivos de não ter discriminação no legislativo é que Guaíra possui um número expressivo de mulheres parlamentares. Ademais, ela destacou que os seus colegas vereadores são protetores, cuidadores, cavalheiros e gentis com elas.

Todavia, a vereadora Franciele se contradiz afirmando que nunca sofreu discriminação por ser mulher na sua atuação como vereadora. Não obstante, na questão anterior, ela afirmou que ao início da sua carreira política os líderes políticos locais procuravam os homens da sua família ligados ao campo político para que esses manipulassem o voto da vereadora, acreditando que esses eram os detentores do domínio sobre ela.

A vereadora Mirian, quando questionada se havia sofrido discriminação, respondeu:

Já, mas sempre bati de frente quando isso acontece. Exemplo disso, uma vez consegui uma ementa do deputado que apoio, mas quando ela chegou foi direcionada para outra coisa e não aquilo que corri atrás fui lá ao gabinete do prefeito e bati de frente com ele até ele destinar para aquilo que eu consegui. Por isso afirmo, quando eles tentam discriminar nós mulheres, precisamos bater de frente e impor respeito.

Na resposta da vereadora Mirian aparece novamente a discriminação por parte de alguns líderes políticos homens sobre mulheres políticas de Guaíra. Anteriormente, a vereadora Franciele descreveu que alguns políticos ao início da

sua carreira, buscaram negociações com os homens políticos da sua família, para que esses manipulassem sua a decisão. Para a vereadora Mirian, a discriminação aconteceu quando ela conseguiu um recurso para o município e o prefeito, ignorando a vereadora, destinou o recurso para outro objetivo. Ela afirma que são nesses momentos que as mulheres, quando sofrem discriminação, necessitam se impor, exemplo que ela exigiu que o executivo destina-se o recurso para o objeto inicial.

Já a vereadora Rosana respondeu: “não, isso sempre foi muito tranquilo aqui, nunca fui discriminada por ser mulher”. Dessa maneira, contraria a resposta da vereadora Mirian.

Já a vereadora Tereza argumentou o seguinte:

Discriminação por ser mulher? Acho que não, aconteceu no meu primeiro mandato que eu era a única mulher na câmara, inexperiente e ainda oposição, eles [vereadores homens] meio que me ignoravam, mas tirei tudo de letra.

A vereadora Tereza aponta que no primeiro mandato ela era a única mulher na câmara, com pouca experiência e opositora ao governo da época, e com isso, os políticos a deixavam de lado, mas de fato talvez os interesses políticos dos grupos justifiquem essas atitudes e, por isso, não se pode confirmar que a vereadora sofreu discriminação por ser mulher, mas é uma hipótese que não pode ser descartada.

As respostas a essa pergunta são mescladas, pois a vereadora Franciele afirma que não foi discriminada em nenhum momento, mas quando são analisadas as respostas das questões anteriores, há uma contradição, como fora exposto. A vereadora Mirian declara a discriminação sofrida até certo ponto semelhante à resposta da questão anterior da vereadora Franciele. A vereadora Rosana objetivamente afirma nunca ter sido discriminada por ser mulher na política de Guaíra e, por fim, a vereadora Tereza talvez tenha sofrido discriminação, mas que pode ser confundida por interesses de grupos políticos e não por causa do sexo dela.

Nessa mesma linha de pensamento, as vereadoras foram questionadas se os seus colegas vereadores tratam elas da mesma forma que eles tratam os vereadores. E a resposta de todas as vereadoras foi semelhante. A vereadora Franciele respondeu: “Como já respondido anteriormente, eles não fazem diferenciação por sermos mulheres”. A vereadora Mirian: “Sim, normal, não

diferenciam por eu ser mulher, tudo igual”. A vereadora Rosana: “Sim, normal. Isso não podemos reclamar aqui na câmara”. E por fim, a vereadora Tereza respondeu: “Normal, a gente tem uma amizade muito boa, eles respeitam as mulheres igual eles se respeitam”.

Todas as vereadoras, então, declararam que os vereadores não as tratam diferente por causa de serem mulheres, um ponto deveras positivo para a evolução de mulheres no campo da política.

Algumas pessoas acreditam que as mulheres quando entram na política acabam adotando algumas posturas estereotipadas para serem respeitadas, como posturas masculinizadas, maternais etc. Com isso, as vereadoras foram incentivadas a posicionarem sobre isso.

A resposta Franciele discorreu argumentando:

Eu acho que essa visão um pouco ultrapassada, pois antigamente sim as mulheres precisavam adotar posturas estereotipadas. Uma coisa que eu acho interessante, na época que entrei na política e eu falava com as pessoas ou eu ia para cursos ou em um determinado grupo as pessoas estavam me esperando eu chegava com esse meu tamanho, jovem, loira e muitas vezes maquiada, o pessoal falava ou eu via que pensavam: “- essa não é a vereadora, muito menos do PT, não, jamais”, eles esperavam que viria uma professorinha que estava se aposentando, baixinha e gordinha. Eles estranhavam muito, causou certa estranheza, e eu achei isso muito interessante, pois em vários locais que eu chegava e o pessoal não acreditava que eu era a Franciele vereadora. Mas eu vejo que vem mudando muito essa visão, pois a participação das mulheres, já por ser algo imposto por lei, elas vêm adquirindo uma força um pouco maior. Então essa atitude mais masculinizada não existe mais, falando por mim particularmente que nunca tive.

Para a vereadora Franciele, essa visão de que mulheres necessitam adotar posturas estereotipadas está ultrapassada, ela acredita que as mulheres conseguiram mudar esse pensamento de alguns membros da sociedade. A vereadora usa como exemplo sua primeira candidatura, na qual alguns tinham um perfil desenhado em suas mentes da mulher política. Ela ainda acredita que a lei de cotas auxiliou nesse aspecto. Por fim, a vereadora acredita que esses paradigmas das mulheres que necessitam adotar posturas estereotipadas e do perfil da mulher política já não se enquadram na atualidade.

Sobre isso, a vereadora Mirian declarou:

Elas precisam se impor, correr atrás e não baixar a cabeça. E penso que não é necessário uma mulher mudar seu perfil ou adotar posturas estereotipadas para serem respeitadas, mas sim se impor.

Como a vereadora já afirmou nas respostas das questões anteriores, ela acredita que as mulheres não devem adotar posturas estereotipadas, mas sim se impor e demonstrar o seu potencial. Ela acredita que as mulheres políticas são respeitadas a partir do momento em que não se deixam serem dominadas pelos homens.

A vereadora Rosana respondeu:

Eu penso que não apenas quando se elege, mas sempre precisam de uma postura, até o que vale muito na urna é a postura, a integridade, o caráter, a conduta e os seus antecedentes, tudo isso conta muito, mas isso tem que ter antes, durante e depois de se eleger. Ela não pode ter nada que denigre a sua imagem, nem antes, durante e depois. Mas isso não significa que deverá adotar uma postura estereotipada masculinizada, mas sim ter uma postura digna para ser uma representante.

De acordo com a vereadora, as mulheres que objetivam ingressar no campo político necessitam ter uma postura adequada para o cargo; para ela, esse fator conta muito na decisão do voto, pois a sociedade avalia os candidatos em um todo.

Quando a vereadora Rosana aponta que as mulheres antes e depois do pleito eleitoral necessitam ter uma postura, não significa que elas devem usar uma postura estereotipada masculinizada e sim utilizar-se de um perfil de mulher que a sociedade aceita no campo político. Desse modo, a vereadora vai ao encontro do que menciona Pinto (2009), que cria perfis de mulheres que o eleitor aceita para cargos eletivos, já mencionados anteriormente.

Por fim, a vereadora Tereza declara:

Eu tinha medo quando eu fui à primeira vez candidata, como eu era assessora eu via o que acontecia na câmara, e pensava se eu for brigar com esses homens o que eu vou fazer, mas depois você entra e com o tempo vai aprendendo. Mas eu penso que as mulheres não mudam sua postura, falando particularmente eu não mudei me vejo igual antes e depois da política.

A vereadora Tereza acredita que as mulheres não mudam o seu perfil em virtude da política. Para ela, a mulher precisa aprender a lidar com a política. Ainda, afirma atualmente ter o mesmo perfil que tinha antes de ingressar no campo político.

As vereadoras chegam ao consenso que as mulheres quando entram na política não necessitam adotar posturas estereotipadas para serem respeitadas. Elas acreditam que a mulher precisa sim de uma postura digna para atrair votos, corroborando com Pinto (2009), que afirma que os eleitores têm perfis de mulheres que aceitam com maior facilidade no campo político. Mas para elas, as mulheres precisam se impor neste meio, algo que vão aprender com o passar do tempo.

Questionadas se acreditam que se houvesse uma representação equitativa de homens e mulheres na câmara, isso alteraria em algum aspecto. As vereadoras assim se pronunciaram:

A vereadora Franciele, sobre isso, argumentou:

Acho que sim. Se nós realmente lutássemos pelo nosso instinto e por nossa vontade muitas coisas seriam diferentes, é que antes de tudo isso existe interesses políticos e partidários que acabada de certa forma prejudicando essa representação equitativa.

A vereadora acredita que alteraria, mas para ela a representação equitativa não acontece em virtude de interesses políticos e partidários. E para que aconteça essa igualdade de sexos na política, a vereadora aponta que as próprias mulheres necessitam batalhar e conquistar esse equilíbrio na política. Com isso, a vereadora se assemelha às ideias de Araújo (2005) e Pinto (2001), as quais afirmam que a representação equitativa bate de frente com as clivagens tradicionais contidas no interior dos partidos políticos.

A vereadora Mirian, por sua vez, respondeu:

Deveria ser igual, não deveria existir a lei de cotas, mas sim ser de igual para igual, mesmo porque ela é ineficaz. E isso alteraria, pois a visão da mulher é diferente do que a do homem, eles muitas vezes não têm o lado sentimental e a mulher tem. O homem faz uma coisa em uma hora, a mulher faz dez coisas em uma hora.

A vereadora Mirian acredita que a representação deveria ser igual, e faz um discurso interessante ao declarar que não deveria existir a lei de cotas; para ela, essa igualdade deveria ser natural e não forçada pela legislação

Para ela, a representação equitativa seria positiva em virtude da mulher tem um perfil e uma linha de pensamento diferente dos homens. Assim, para a vereadora, a mulher toma as decisões utilizando-se do pensamento sentimental, fenômeno que a vereadora já descreveu nas respostas das questões anteriores.

Novamente, a vereadora confirma a política do desvelo ou então de pensamento maternal apresentada por Miguel (2001).

Semelhantemente, a vereadora Rosana declarou: “Seria, porque eu acho que a mulher olha com o coração e o homem com a razão, e muitas vezes é necessário olhar com o coração e com o sentimentalismo”. Portanto, a vereadora acredita que a igualdade de sexos nas câmaras seria positiva, pautada na mesma justificativa da vereadora Mirian, das mulheres tomarem mais decisões focadas no sentimento e menos na razão. Nesse sentido, a vereadora Rosana também dialoga com o pensamento de Miguel (2001).

A vereadora Tereza, em seu turno, respondeu:

Sim, alteraria. A mulher é mais coração. Mas primeiramente as mulheres precisam estar unidas. As mulheres precisam acreditar mais nelas, com essa união automaticamente aumentará a representação das mulheres nas câmaras.

Igualmente às suas colegas, a vereadora Tereza acredita que deveria haver uma representação equitativa de homens e mulheres na câmara em virtude delas pensarem e agirem mais com o sentimento do que com a razão, novamente encaixando-se a afirmação de Miguel (2001) da política do desvelo ou então de pensamento maternal.

Outro importante apontamento feito pela vereadora Tereza, assim como declarado por suas colegas, é o fato de acreditarem que o primeiro passo para que ocorra o equilíbrio de sexos nas câmaras é as mulheres serem unidas, acreditarem e votarem em outras mulheres. Para ela, quando isso ocorrer automaticamente aumentará a representação das mulheres nas câmaras. Anteriormente a vereadora já afirmou que em Guaira as mulheres costumam votar em homens em vez de apoiar as mulheres, assim confirmando quando Miguel (2001) afirma que muitas mulheres não acham necessária a igualdade de sexos na política.

Todas as vereadoras acreditam que se houvesse uma representação equitativa de homens e mulheres na câmara isso alteraria de alguma maneira, especialmente pelo fato das mulheres pensarem e agirem mais com o sentimento do que com a razão, denominada por Miguel (2001) de política do desvelo ou então de pensamento maternal. Mas elas também afirmam que para que ocorra esse equilíbrio entre os sexos nas câmaras é necessário que as mulheres se unam, acreditem e votem em outras mulheres.

Na continuação da entrevista com as vereadoras, elas foram questionadas se para elas existem atividades ou áreas de atuação que estão mais associadas aos perfis de homens e de mulheres.

A vereadora Franciele respondeu: “Não, atualmente penso que não existe mais. Hoje homens e mulheres têm competências para todas as áreas”. A vereadora considera que não há diferença nas atividades ou áreas de atuação associadas aos perfis de homens e de mulheres. Ela acredita que todos têm competências para todas as áreas.

Semelhante à resposta da vereadora Franciele, a vereadora Mirian declarou: “A mulher tem mais facilidades e argumentos, mas as áreas são de igual para igual, a diferença é que as mulheres têm mais argumentação e são mais convincentes”. Assim, a vereadora acredita que a mulher tem maior facilidade na argumentação, mas que não existe distinção entre atividades ou áreas de atuação.

Com opinião diferente das suas colegas, a vereadora Rosana respondeu:

Sim, com certeza. Exemplo aqui os homens têm mais domínio sobre o departamento de agricultura, nunca uma mulher foi secretária de agricultura e da mesma forma os vereadores costumam abordar esse tema. Agricultura, esportes e infraestrutura aqui em Guaíra sempre foi de domínio dos homens, já as mulheres são maioria na saúde, educação e no turismo, e no mesmo sentido nós mulheres somos as que mais abordamos esses temas aqui na câmara.

A vereadora Rosana argumenta que existem atividades e áreas de atuação que estão mais associadas aos perfis de homens e mulheres. Para ela, agricultura, esporte e infraestrutura são exemplos de áreas ligadas ao perfil do homem, e a saúde, educação e turismo ao perfil da mulher. Assim, a vereadora se assemelha a Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que apontam os setores ligados às mulheres, os quais remetem ao perfil histórico da mulher, como cuidadora, mãe, esposa, enfim, pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar.

A resposta da vereadora Tereza se assemelha a da vereadora Rosana:

Existe, mas eu acho que não deveria existir, e quando você se elege para algum cargo público você precisa conhecer e se preocupar em todas as áreas. A mulher luta mais pelo bem social, pela saúde e educação, já o homem vai mais para o lado da agricultura e infraestrutura.

Para a vereadora Tereza, existem atividades e áreas de atuação associadas aos perfis de homens e mulheres. Assim como Rosana, Tereza afirma que o perfil dos homens está ligado mais à agricultura e à infraestrutura, já o das mulheres está ligado à assistência social, à saúde e à educação. Com essa resposta, a vereadora concorda com o pensamento de Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009).

Portanto, nessa questão, as vereadoras divergem nas respostas: duas acreditam que existem atividades e áreas de atuação que estão mais associadas aos perfis de homens e mulheres e duas não. As vereadoras que afirmaram que existe atividades diferenciadas em relação a homens e mulheres corroboram com o exposto por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que apontam os setores ligados às mulheres como sendo aqueles que remetem ao histórico da mulher como cuidadora, mãe, esposa, enfim, pessoa que está acostumada a ajudar, servir e educar.

A próxima pergunta foi se as mulheres têm qualidades e sensibilidades diferenciadas para a inserção política.

Prontamente, a vereadora Franciele respondeu:

Sem dúvida que sim, um exemplo disso é quando vem um projeto que envolve saúde e nós estamos falando de número com os homens, eles não têm a percepção de pensar que haverá problema em transportar as gestantes para o parto em Toledo, pois o orçamento não permite que possamos pagar hospital aqui em Guaíra, porque eles nunca geram um filho, então a nossa percepção é completamente diferente deles, o que resulta é uma decisão que é mais adequada para o povo. Nós falamos muito como mãe, falamos com o coração, e os homens mais com a razão e a parte da legalidade.

A vereadora reafirma que as mulheres possuem sensibilidades diferentes dos homens na atuação parlamentar. Como ela já respondeu em outras questões, a mulher pensa e toma decisões pautadas nos sentimentos e o homem com a razão. A vereadora aborda em sua resposta que elas muitas vezes pensam e falam com a visão de mãe, vindo totalmente ao encontro com a política do desvelo ou então do pensamento materno apresentado por Miguel (2001).

Objetivamente, a vereadora Mirian respondeu: “Sim, a mulher tem o perfil mais sentimental e convincente”. Como ela já informou anteriormente e igualmente à resposta da vereadora Franciele, a mulher utiliza-se do perfil sentimental, também

reafirmando a política do desvelo ou então de pensamento materno apresentado por Miguel (2001).

A vereadora Rosana argumentou:

Com certeza, as mulheres são mais sensíveis em tudo deste de um acolhimento, nos seus projetos e trabalhos da câmara. E como já falei anteriormente, a mulher é mais coração e isso faz diferença na política.

Seguindo a linha de pensamento das suas colegas, a vereadora Rosana também afirma que as mulheres vereadoras atuam com o pensamento sentimental, e, por isso, faz a diferença, também indo ao encontro com Miguel (2001).

Na mesma linha, a vereadora Tereza declarou: “Tem sim, a mulher é mais sentimento e o homem é mais razão, com isso elas pensam e tomam decisões mais com o coração”. Novamente, a política do desvelo ou então do pensamento materno de Miguel (2001) é mencionada. A vereadora também afirma que as mulheres utilizam-se do pensamento emocional.

Como exposto, todas as vereadoras afirmam que as mulheres têm qualidades e sensibilidades diferenciadas para a inserção política. Para elas, essa é a principal característica, isto é, o pensamento emocional delas versus o pensamento racional dos homens. Com isso, as respostas das vereadoras corroboram com a política do desvelo ou então do pensamento materno apresentado por Miguel (2001).

Buscando identificar ainda mais a opinião das vereadoras sobre a política, questionou-as sobre o atual cenário político brasileiro. É necessário mencionar que as entrevistas foram aplicadas de 18 a 26 de maio de 2016, sendo que até esse período surgiram vários escândalos políticos no país, investigações de importantes políticos e principalmente durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

A vereadora Franciele, sobre o que fora indagado, discorreu:

Está uma bagunça, mas como sempre falo, a corrupção existe sim, e os culpados eu acredito que serão punidos, só que eu acho que existe uma grande guerra de interesses, e eu sou muito sincera com você, eu tenho muita dificuldade de ver algumas coisas como grandes empresários, industriários e grandes fazendeiros que se sentem de certa forma com o poder de sido tomado através dessa gestão do PT, e eles fazem uma pressão na população para que essa se revolte contra o governo.

A vereadora define o atual cenário político como uma bagunça, mas acredita que por trás disso tudo existam interesses da elite burguesa da sociedade, após sentir que perderam seu poder para a ideologia pregada pelo PT. Ainda, a vereadora acredita que esses fizeram grande pressão na sociedade para que a população se revoltasse contra o governo.

A vereadora Mirian descreveu o atual cenário político como: “Péssimo, uma bagunça, mas nunca é tarde para mudar, a esperança é a última que morre”. Da mesma forma que a vereadora Franciele, a vereadora Mirian também avalia como bagunçado, mas afirma ter esperança que esse cenário mude.

Já a vereadora Rosana, por seu vez, descreve o atual cenário:

Agora na verdade eu posso disser ufa, apesar de estar tudo desorganizado. Eu nunca vi tanto coisa errada, tanto coisa bagunçada, tanta coisa PT ao mesmo tempo, e realmente é coisa do PT, como minha mãe sempre falava quando fazíamos uma bagunça na época em que erramos criança, ela chegava via a casa desorganizada e ela falava: “- quem fez esse PT?”.

Da mesma forma, a vereadora define o atual cenário político como bagunçado, e julga ser culpa do PT. Ao final da sua fala, ela afirma que ainda quando criança sua família já demonstrava oposição ao PT, com isso, ela cresceu vendo que o partido não é bom.

Por fim, a vereadora Tereza descreveu:

Vergonhoso, com isso desanimamos essa bagunça, o país quase parado, os municípios todos perecendo com uma mixaria de ajuda, e as pessoas criticam os prefeitos achando que eles são Jesus Cristo e que pode fazer milagre. Mas em resumo o cenário político está vergonhoso, pois tiram um ladrão e colocam outro ladrão, em minha opinião precisava tirar todos que estão envolvidos.

A vereadora também denomina o atual cenário político como vergonhoso, e, com isso, os municípios são os que mais sofrem por receber poucos recursos e assim as pessoas julgam muitas vezes que os prefeitos não querem executar políticas públicas. Ainda, para ela, esse cenário mudará apenas quando todos os envolvidos em escândalos forem afastados do campo político.

Todas as vereadoras definem o atual cenário político como bagunçado, indiferente da sigla partidária delas. Ao mesmo tempo, demonstram esperança que esse cenário mude.

Seguindo o contexto nacional da política, foi solicitado as vereadoras como elas avaliam o governo Dilma Rousseff.

Para a vereadora Franciele, o governo foi:

Eu pessoalmente acho que a Dilma é uma péssima estrategista, ela não tem articulação política nenhuma, pode ter uma visão de gestão, é uma mulher em minha opinião inteligente, mas que não deixou de certa forma de cometer alguns erros que outros cometeram ou que de repente tenham cometido um pouco mais, mas falando de governo PT como já falei anteriormente eu gosto muito dos programas e foi feito muito para as classes menos favorecidas, mas falando de Dilma eu acredito que ela se perdeu porque além dela ter cometido os erros que ela cometeu ela perdeu os aliados, que foi na minha opinião o que mais matou ela foi perder o poder de articulação e perder os aliados.

Como visto anteriormente, a vereadora Franciele iniciou sua trajetória política no PT, e em outros momentos abordou que mesmo atualmente não estando mais no partido possui grande admiração dos programas criados pelo partido, algo que ela reafirma na resposta à questão. Mas especificadamente avalia a presidenta Dilma como péssima estrategista e articuladora. Dessa maneira, a vereadora tem admiração pelo PT, mas não pela presidenta.

Objetivamente a vereadora Rosana respondeu: “Só vou falar em três ou quatro palavras: não gosto do PT”. Novamente, a vereadora afirma não gostar da ideologia do PT, e, desta maneira, pela presidenta Dilma pertencer a este partido, ela desaprova. Assim, indiferente do agente político que for ligado ao partido, a vereadora sempre será opositora.

A vereadora Tereza assim descreveu o governo Dilma Rousseff:

O primeiro mandato dela já não foi bom, e o segundo muito complicado, começou errado, muita briga política e muitas pessoas inconformadas com a reeleição dela, e com isso muitos líderes políticos deixaram a população de lado e pensaram em fazer politicagem. Eu também acho que ela deveria ter denúncia do todo mundo que ela sairia por cima e se daria bem, mas rodeada por pessoas ruins não tinha muito que ela fazer.

A avaliação feita pela vereadora Tereza sobre o governo da presidenta é negativa. Ela acredita que o primeiro governo dela já foi ruim e o segundo pior ainda em virtude de muitos políticos e grupos políticos não aceitarem a sua reeleição, portanto, deixaram a sociedade de lado e focaram em estratégias para prejudicar

ela. Ainda, acredita que a equipe da presidenta era muito fraca e, assim, ela não teve muita opção de trabalho.

As quatro vereadoras consideram o governo Dilma Rousseff ruim, e as justificativas são: a dificuldade estratégica e articuladora da presidenta, o partido no qual ela é filiada, a sua equipe de governo e a oposição.

Logo após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer assumiu como presidente interino, o qual gerou grande polêmica por inicialmente não nomear nenhuma mulher como ministra. Com isso, foi solicitado que as vereadoras opinassem sobre a falta de nomeações femininas nos ministérios, lembrando que a pesquisa foi no período em que ocorreram as primeiras nomeações.

A resposta da vereadora Franciele foi:

Resume-se em PMDB né. Eu não tenho simpatia nenhuma com o Michel Temer, e ele nomear nenhuma mulher foi uma grande palhaçada, pois sem dúvida nenhuma esse olhar diferenciado que a mulher tem é importantíssimo para qualquer gestão e governo, tem lugares que é necessário uma mulher, pois a mulher tem um olhar de organização maior e ao mesmo tempo um olhar mais afetivo. Hoje grandes empresas estão contratando mulheres para os setores de chefias pois elas têm uma organização, planejamento e uma sensibilidade maior, e essa sensibilidade faz com que tenha um relacionamento maior com a equipe e os resultados são mais produtivos. Então está na cara a importância da participação das mulheres na política, e isso foi uma falha muito grande do presidente em exercício, mas essa atitude dele não me surpreende.

Anteriormente, a vereadora Rosana avaliou como ruim o governo da presidenta Dilma Rousseff em virtude do PT. Agora, a vereadora Franciele faz a mesma avaliação do presidente interino Michel Temer em virtude dele ser do PMDB. E por ser desse partido, ela aponta que não poderíamos esperar algo diferente dessa atitude de não nomear mulheres para os ministérios. Ainda, a vereadora afirma que essa atitude não a surpreendeu, pois não esperava muitas coisas positivas dele.

Para a vereadora, a nomeação de mulheres no governo é fundamental, ela compara o governo com grandes empresas privadas, que contratam mulheres por serem mais organizadas, estrategistas e principalmente pela sensibilidade feminina.

A vereadora Mirian declarou:

Péssimo, não gostei que não colocou nenhuma mulher, e agora ele que diz que vai colocar. Hoje tem muita mulher competente e queremos algo de igual para igual, achei ele machista.

Para a vereadora Mirian, a decisão inicial do presidente em exercício não nomear mulheres foi péssima, pois ela afirma que o país possui muitas mulheres competentes para essa função. Para a vereadora, a nomeação de mulheres para os ministérios torna-se uma ferramenta de igualdade e a falta dela foi uma atitude machista do presidente em exercício. Assim, a vereadora Mirian reconhece a importância das lutas e dos movimentos das mulheres para obtenção dos direitos igualitários.

A resposta da vereadora Rosana, por sua vez, foi:

Acho que tranquilo, parece que já nomeou algumas mulheres para cargos de segundo escalão. Mas também acho que até o momento foram apenas os primeiros, tem muitos ministérios e cargos ainda, creio que ele ainda vai nomear mulheres.

Anteriormente, a vereadora Rosana criticou arduamente o PT e a presidenta Dilma, mas não critica o presidente interino pela falta de nomeação de mulheres nos ministérios. Para a vereadora, o fato de ele ter nomeado mulheres para o segundo escalão é um fato positivo, e ela acredita que ocorrerão nomeações de mulheres como ministras.

A resposta da vereadora Rosana contraria as lutas e os movimentos das mulheres em busca da igualdade dos seus direitos, talvez ela respondeu partidariamente, tendo em vista sua aversão ao partido dos trabalhadores, mas o recomendado é que elas defendam a classe e deixem de lado as ideologias partidárias.

A vereadora Tereza critica a falta de nomeação de mulheres para os ministérios: “É vergonhoso. E ainda os homens que ele nomeou são todos comprometidos com a justiça. Mas também penso que não é de se esperar muito”.

Dessa maneira, a vereadora afirma ser vergonhosa a falta de nomeação de mulheres, ainda afirma que a escolha dos homens nomeados foi péssima também, por todos eles estarem respondendo a processos judiciais. Mas igualmente à vereadora Franciele, ela alega que não esperava muito do presidente interino.

Analisando as respostas das vereadoras a essa questão, observa-se que apenas a vereadora Rosana não reclamou sobre o fato do presidente interino não

nomear mulheres para os ministérios, as demais, no entanto, definiram a atitude como vergonhosa e machista, reconhecendo assim às lutas e aos movimentos das mulheres pela igualdade dos direitos. E a resposta da vereadora Rosana é preocupante, assim como destaca Miguel (2001), o qual aponta que se as próprias mulheres julgassem importante a ampliação do número das suas representantes a realidade e igualdade no campo político mudaria automaticamente.

A última pergunta feita para as vereadoras talvez pode ser considerada a mais importante, desafiadora e audaciosa. Nela, as vereadoras foram questionadas onde elas desejam chegar em suas trajetórias políticas e qual o maior objetivo delas na vida política.

Franciele assim se expressa:

Eu tinha objetivos diferentes quando entrei na política dos que tenho hoje. Penso que a maioria das pessoas que se elegem vereadores entra com a visão de elegendo-se vereador vão com o passar do tempo evoluir. Eu tinha o objetivo de ser vice- prefeita pensava assim: vou me eleger vice, assumir alguma causa social do município e vou arrebentar, vou deixar o prefeito no gabinete quebrando a cabeça com os números e eu como vice vou trabalho com o povo. Ver o que a sociedade está precisando e fazer um trabalho conjunto com a assistência social. Eu confesso que tinha muita vontade de fazer carreira política. Como mãe, dona de casa e profissional eu não pensava em ser prefeita, porque prefeito é dedicação de vinte e quatro horas resolvendo problemas, e é abrir mão de tudo para dedicar-se a isso. Mas hoje meu objetivo é não estar mais na política, já defini que não vou para reeleição esse ano, mesmo que meu padrinho político pedir, eu não vou. E essa decisão é em virtude das decepções que eu tive com a política. Eu pensava que poderia fazer muito mais, mas sempre dependemos de outros. Além disso, tenho uma grande decepção com meu grupo político aqui de Guaíra. Então hoje não quero mais saber do campo político partidário.

Em virtude das decepções vividas e por ver que a função de vereadora não possui muita autoridade e autonomia, a vereadora Franciele afirma não querer continuar como agente política.

A vereadora afirma que nunca almejou ser prefeita em virtude da sua profissão e dos cuidados com a casa e dos filhos. Mas quando ela decidiu ingressar no campo político, pensava em se eleger vereadora e, em seguida, se candidatar a vice-prefeita, mas quando conseguiu êxito eleitoral acabou de desmotivando em virtude de não conseguir fazer o que tinha planejado.

Semelhantemente, a vereadora Mirian discorreu:

Eu agredido que minha carreira política acaba esse ano, desanimei, eu prefiro trabalhar no sistema político ou na prefeitura, mas não ser vereadora. Política tem muita inveja e muitas pessoas querendo dar rasteira. Eu tinha uma visão muito diferente, queria ajudar o coletivo e tive uma desilusão, pois não é nada disso.

A vereadora Mirian acredita que terminará o mandato e sairá do campo político. Assim como a vereadora Franciele, ela afirma ter se desiludido. Anteriormente, a vereadora já afirmou que se decepcionou com a função, pela falta de autoridade e poder auxiliar o coletivo. Ela afirma que pretende continuar trabalhando no sistema político ou na gestão pública, mas não como agente política. Ainda, nas questões anteriores, ela apontou decepção com os partidos em que esteve filiada, justamente pela falta de espaço que ela teve neles.

A vereadora Rosana respondeu:

Para falar bem a verdade, eu cheguei onde eu queria chegar. Como meu pai foi vereador eu queria dar esse orgulho para ele, dele ver a filha dele dar segmento no trabalho que ele fez. Eu sempre o via no plenário, usando a tribuna, e muitas vezes ele brincava falando que ele iria parar com a política, mas que a filha continuaria, e eu sempre pedi para Deus me ajudar para que eu pudesse dar esse presente para ele. Sobre a ir para a reeleição eu ainda vou conversar com minha família e com o partido e tomar uma decisão. Mas não tenho planos maiores na política, cheguei onde eu queria chegar. E se eu continuar na política pretendo continuar como vereadora, claro se Deus quiser algo a mais vamos encarar. Mas a política é muito cansativa.

Indecisa em continuar ou não na carreira política, a vereadora Rosana afirmou que chegou onde ela havia planejado. Como ela já mencionou anteriormente, o ingresso nesse campo foi para atender primeiramente o desejo do pai. Ela afirma que não tem maiores pretensões políticas, mas não descarta a hipótese de ir além, da mesma maneira que ela não descarta a ideia de continuar como vereadora. Mas por fim, ela alega que a política é muito cansativa.

Por fim, a vereadora Tereza, a mais experiente no campo político, respondeu:

Para ser bem sincera eu não tenho esse desejo e essa vontade de crescer no meio político, eu já me candidatei e me elegi em quatro mandatos, não sabemos o amanhã, mas creio que eu seja candidata a vereadora novamente, mas não tenho outras ambições na política. Eu duas vezes já era para ter sido candidata a vice-prefeita, mas

puxaram meu tapete e hoje não tenho mais ambição, se eu continuar nesse meio vai ser como vereadora.

A vereadora afirma que provavelmente será novamente candidata à vereadora, ainda, ela declara não ter pretensões maiores na política em virtude de duas vezes já ter sido traída quando almejava ser candidata à vice-prefeita.

As respostas das vereadoras sobre seus objetivos políticos são decepcionantes por alguns fatores: primeiro pelo motivo de duas afirmar que pretendem deixar o campo político; segundo pelo fato de que nenhuma delas almeja ir além do cargo de vereadora, apenas a vereadora Rosana não descarta a hipótese de ser algo a mais, mas não tem como objetivo de vida; e terceiro fato é que reafirmam a decepção e ilusão com o cargo de vereadora.

Diante dessas questões, as lutas e os movimentos das mulheres em busca de igualdade política acabam sendo frustrados ao ver as respostas das vereadoras sobre seus objetivos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa objetivou demonstrar a participação, a trajetória, o discurso e a atuação das vereadoras da legislatura 2013/2016 da câmara do município de Guaíra – PR. Sua importância decorre da necessidade em demonstrar que a atuação das mulheres na política não acontece por acaso, mas sim como um projeto, contrariando algumas versões. Amparado em materiais resultantes de entrevistas semiestruturadas, de divulgação em sítios oficiais sobre as vereadoras, assim como de pesquisas que abordaram essa temática, tornou-se possível chegar a algumas conclusões que serão melhores tratadas nos parágrafos seguintes.

Após o levantamento dos dados referentes aos atos oficiais das vereadoras e a análise de seus discursos na tribuna, fez-se uma entrevista com cada uma delas. No questionário foram inquiridas informações gerais e pessoais, profissionais, assim como a trajetória política e a atuação delas como vereadoras. No primeiro grupo de questões foram realizadas nove perguntas, no segundo foram onze, e no terceiro, devido à abordagem relacionada à atuação das entrevistadas, vinte e duas questões. As informações obtidas foram comparadas com as discussões dos autores Celi Regina Jardim Pinto (2000, 2001 e 2009), Clara Maria Araújo (2001, 2005, 2010 e 2013) e Luís Felipe Miguel (2000, 2001, 2003, 2006 e 2010). E, dessa maneira, alguns apontamentos são cabíveis.

Durante a análise das entrevistas, dos discursos na tribuna e dos atos oficiais das vereadoras, foi possível identificar que Tereza, vereadora com maior tempo de carreira política, em muitas situações diverge das opiniões de suas colegas legisladoras. No entanto, faz-se necessário apontar que isso não foi uma regra, observando entre elas algumas semelhanças.

Um dos primeiros itens analisados foi o nome que as vereadoras utilizam no campo político. Nesse critério, três delas abreviam seus nomes e somente uma associa seu nome a sua profissão, no caso a vereadora Rosana, que utiliza “Rosana da Saúde”. Para Miguel (2003), esse fenômeno é denominado como capital delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político e/ou estatal. Isto é, a notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores e da ocupação de cargos públicos de confiança no Poder Executivo.

Outro aspecto analisado foi a faixa etária, na qual a média de idade das vereadoras entrevistadas é de quarenta e três anos. De acordo com a pesquisa

sobre o perfil dos vereadores brasileiros da legislatura 2013/2016, realizada por François Bremaeker (2012), as vereadoras de Guaíra estão no grupo de vereadores que tem entre 35 e 44 anos, o que representa 34,58% dos vereadores brasileiros, perdendo apenas para os vereadores que estão entre 45 e 59 anos, significando 38,51%.

Pelo fato de Guaíra ser uma cidade pequena com aproximadamente trinta e dois mil cento e noventa (32.190) habitantes, de acordo com os dados levantados pelo IBGE, em 2010, e a população seguir uma cultura tradicional, especialmente sobre vínculos familiares, o que chama atenção é o fato de três, das quatro vereadoras, serem divorciadas. Isso, de certo modo, quebra o paradigma de família tradicional, e também contraria Miguel (2001) e Pinto (2009), quando afirmam que o principal perfil que o eleitor aceita da mulher é aquele que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como a cuidadora de si (cuidado com o físico), cuidadora do outro (do lar, das crianças como mãe e professora, dos velhos, do orçamento doméstico).

Outra questão observada foi de que a cidade e o estado natal, bem como os motivos de mudar-se para Guaíra não trouxeram fatores de grande importância para a candidatura e para o ingresso dessas mulheres, pelo fato de apenas as vereadoras Miriam e Tereza serem nascidas em outras localidades, mas mudaram-se ainda crianças para Guaíra, acompanhadas dos seus pais.

Quanto ao nível de escolaridade das vereadoras, esse é elevado. As vereadoras Franciele, Mirian e Rosana possuem ensino superior completo, dessas, duas possuem duas pós-graduações e uma possui três pós-graduações. Tereza possui ensino médio incompleto. Essa informação do município de Guaíra condiz com os estudos de Miguel (2006), o qual concluiu que as mulheres políticas brasileiras possuem nível de escolaridade superior aos homens, e criou a hipótese de que elas, para conseguir credibilidade no campo político, necessitam ter nível de formação superior aos dos homens.

Com relação à formação e à profissão das vereadoras de Guaíra, constatou-se que as informações correspondem aos estudos de Pinto (2000) sobre o perfil das mulheres políticas brasileiras, uma vez que as vereadoras Franciele e Miriam são graduadas em pedagogia, apesar de não atuarem diretamente como professoras em sala de aula, mas sim de outras formas. A primeira atua como gestora administrativa de uma instituição de ensino e a segunda dedica-se apenas à vereança; a vereadora

Rosana, por sua vez, é formada em enfermagem e atua na área. Essas situações, de acordo com a autora, remetem ao histórico da mulher como cuidadora, mãe, esposa, enfim, como uma pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar. Apenas a vereadora Tereza não possui formação acadêmica e tem como profissão seu mandato legislativo.

Em relação à religiosidade das entrevistadas, as vereadoras Franciele, Mirian e Rosana se declaram evangélicas e, para Araújo (2010), as igrejas, especialmente a evangélica, surge como importante corrente de apoio para o ingresso e o êxito de mulheres no campo político. Novamente a vereadora Tereza se diferencia das suas colegas legisladoras e dos conhecimentos apresentados pelos autores bases deste estudo, ao afirmar que não possui religião específica, mas que costuma frequentar todas as igrejas do município.

Vale mencionar que durante a realização da pesquisa ocorreram algumas mudanças partidárias, sendo que a vereadora Franciele migrou do PT para o PEN, e a vereadora Miriam, do PP para o PSDB. Mesmo que muitos partidos não sigam suas ideologias, teoricamente os partidos DEM e PEN são considerados de centro-direita, o PP centro-direita à direita e apenas o PSDB centro-esquerda. Com exceção do partido PEN que foi fundado em 2012, os demais são grandes partidos e possuem uma longa história no país. Nesse sentido, essa informação de Guaíra contradiz os estudos de Pinto (2001) que aponta que os partidos menores e de esquerda são o que acabam agregando maior número de mulheres.

Um aspecto que aparece nitidamente na pesquisa é o fenômeno das vereadoras Mirian e Rosana ingressaram no campo político partidário com a política como um projeto; já as vereadoras Franciele e Tereza tiveram a política como uma circunstância. Dessa maneira é um percentual muito positivo de mulheres de Guaíra que ingressaram no campo político com projeto, contrariando, de certa forma, a pesquisa realizada por Araújo (2010) na qual quase todas as parlamentares brasileiras entrevistadas disseram ter sido alçadas à condição de candidatas por circunstâncias.

Ainda, as vereadoras Franciele e Rosana declararam ter ingressado na política motivada pelos seus familiares envolvidos neste campo, considerado por Araújo (2010), Miguel (2001) e Pinto (2001) como um dos principais capitais necessários e uma das mais importantes fontes de ingresso no campo político para mulheres.

Todas as vereadoras tiveram apadrinhamentos políticos, a vereadora Franciele teve duplo apadrinhamento, pelo seu pai e também pelo deputado federal; Mirian pelo atual vice-prefeito, Rosana pelo seu pai e Tereza pelo atual prefeito e outros líderes políticos importantes no município. Esses apoios recebidos de pessoas com grande influência política são apontados por Araújo (2010) como um importante elemento para êxito eleitoral de mulheres no Brasil.

As vereadoras têm em comum sua primeira filiação incentivada e impulsionada por outras pessoas, sendo amigos muito próximos ou líderes políticos. Percebe-se, ainda, que as vereadoras ingressem em partidos pensando na realidade política local, deixando de lado, muitas vezes, a ideologia partidária ou a realidade do partido em outras esferas.

O assistencialismo que as vereadoras prestavam na sociedade antes de ingressarem no campo político foi uma ponte para a entrada delas neste meio. Porém, a principal motivação delas veio da influência de outras pessoas, como: líderes políticos, amigos, familiares, pessoas atendidas pelo assistencialismo realizado por elas ou pela sociedade em geral.

Três das quatro vereadoras ocuparam cargos públicos antes de elegerem-se vereadoras (Mirian, Rosana e Tereza). A ocupação de cargos públicos é apontada por Araújo (2010), Miguel (2003) e Pinto (2000) como umas das principais formações de capital para o ingresso de mulheres no campo político. Certamente as vereadoras utilizaram desses cargos para desenvolverem seus capitais políticos.

Basicamente as vereadoras construíram suas carreiras políticas por meio de cargos ocupados, tanto na esfera pública quanto na privada, do trabalho prestado à população, pelo apoio de líderes políticos e das famílias tradicionais no campo político; situações consideradas como principais rotas de ingresso de mulheres para o campo político, conforme ressalta Araújo (2010), Miguel (2003) e Pinto (2000).

As vereadoras Franciele, Miriam e Rosana afirmam que não receberam apoio dos seus partidos e grupos políticos. Para elas, os partidos e os grupos têm seus candidatos prediletos, de modo que elas não fazem parte desse rol. Por outro lado, a vereadora Tereza, que diversas vezes se diferencia das suas colegas, afirmou sempre ter ganhado apoio do grupo e do partido. Dessa maneira, uma hipótese é que os homens, líderes políticos dos partidos das três vereadoras que afirmaram não ter recebido apoio, têm o domínio sobre as mulheres.

Além do apoio partidário, as vereadoras apontaram outras redes de apoio. A vereadora Franciele mencionou sua igreja como apoiadora da sua trajetória, para Araújo (2010), ao encontro dessa questão, ressalta que a igreja surge como uma das principais redes de apoio para os políticos brasileiros. As vereadoras Mirian e Rosana declararam que suas famílias e seus grupos de amigos foram grandes aliados e apoiadores. E a vereadora Tereza, novamente, se diferenciou das suas colegas, alegando que sua fonte de apoio foi o seu partido e o seu grupo político.

Sobre as campanhas eleitorais, todas as vereadoras afirmaram que a primeira vez que foram candidatas foi mais difícil pela falta de experiência e pelo pouco capital financeiro. Para Pinto (2001), um dos mais claros limites do ingresso das mulheres na participação política é a falta de recursos (capital político) para investimento em suas campanhas. Mas, por outro lado, as vereadoras se assemelham a Araújo (2010) que aponta o modo de fazer campanha das mulheres é de um formato mais pessoal, com foco no trabalho de base. São mais informais que os homens e utilizam menos recursos financeiros.

Os gastos das vereadoras na última campanha aumentou significativamente comparados ao da campanha anterior. Em 2010, a vereadora Tereza, entre as quatro, foi a que teve o maior gasto de acordo com o TSE, totalizando em R\$ 14.713.10. A segunda colocada foi a vereadora Franciele com R\$ 12.500.00, seguida da vereadora Mirian com R\$ 5.663.76 e, por fim, a vereadora Rosana com R\$ 4.505.11. Já na campanha de 2008, a classificação de gastos foi a mesma, mas por motivo desconhecido o valor gasto pela vereadora Franciele não foi encontrado. Naquela pleiteada os gastos foram: vereadora Tereza R\$ 4.7115,00, vereadora Mirian R\$ 4.695.00 e vereadora Rosana R\$ 2.992.58.

Outro elemento que chama atenção é a diferença de valores gastos pela vereadora Tereza nas duas campanhas, chegando a quase dez mil reais de uma para a outra. Ainda, todas tiveram um significativo aumento nos seus gastos, mas muito abaixo dos da vereadora Tereza. Também é possível confirmar que, na eleição de 2012, as candidatas de oposição da época e da atual situação (Franciele e Tereza) tiveram gastos muito superiores aos das vereadoras de situação da época e atual oposição (Mirian e Rosana). Hipótese para esse fato é o motivo de os candidatos utilizarem mais dos benefícios da administração municipal do que do capital financeiro, algo que poderá ser comprovado, ou não, na análise de uma futura eleição.

Outra confirmação que pode ser realizada é que o capital financeiro tem ligação direta com a quantidade de votos. As duas candidatas (Franciele e Tereza) que mais gastaram na última campanha obtiveram 533 e 532 votos, consecutivamente, elegendo-se pela quantidade de votos. Já as candidatas (Mirian e Rosana) que tiveram gastos inferiores, obtiveram 411 e 471 votos, elegendo-se pela média (legenda). Constata-se, dessa forma, que, quanto maior os gastos, mais expressiva é a votação.

Apenas a vereadora Franciele afirmou que se direcionou para públicos específicos, os quais ela define como esclarecido. Para ela, esse público é um grupo de pessoas que não vendem seu voto. Enfim, ela focou sua campanha em dois públicos específicos: nos alunos da instituição em que ela trabalha, os quais ela realizou trabalho social junto com seu padrinho político, e nos membros da sua igreja. As demais vereadoras, por sua vez, declararam que buscaram votos em todos os públicos.

A respeito do momento em que as vereadoras foram questionadas sobre o que é ser política, é importante ressaltar que, na perspectiva das vereadoras Franciele, Mirian e Rosana, elas consideram decepcionante. Para elas, antes de elegerem-se, acreditavam que, como vereadoras, poderiam desenvolver várias atividades para a sociedade, como, por exemplo: apontar reivindicações e serem atendidas, ter autoridade e poder auxiliar as pessoas que necessitam, entre outras. Porém, para elas, isso não passou de uma ilusão, haja vista que alegam não terem autoridade, não serem atendidas e sempre necessitarem da boa vontade dos principais líderes políticos para conseguirem algo.

Essa decepção das vereadoras é algo preocupante quando o assunto é igualdade de sexos na política, provavelmente, com essa desmotivação, elas não objetivam longa carreira política ou incentivam outras mulheres a ingressarem nesse campo. Várias hipóteses podem ser levantadas para essa decepção, podendo mencionar: o poder estar nas mãos de homens, prevalecendo, portanto, a dominação masculina na política; baixa expressividade do cargo de vereança; talvez o fato de elas não conseguirem se impor.

Apenas a vereadora Tereza declarou que a política é algo maravilhoso e pode ser utilizada com uma força para ajudar as pessoas, fato que as demais apontaram não conseguir fazer. Dessa forma, mais uma vez o discurso dessa vereadora contraria o das suas colegas.

Analisando os discursos na tribuna, os trabalhos feitos na câmara e as respostas das vereadoras na entrevista, pode-se afirmar que os segmentos sociais e os setores que as vereadoras representam, bem como os temas que elas julgam serem importantes para debates e que caracterizam suas atuações, são: a vereadora Franciele, a educação, especificadamente a educação especial, algo que se confirma em suas respostas, discursos e trabalhos. Já a vereadora Miram se contradiz em suas respostas, pois aponta a saúde como seu carro chefe, mas, analisando seus discursos e trabalhos, outros setores aparecem com mais expressividade, principalmente a infraestrutura, seguida da assistência social. A vereadora Rosana tem como prioridade a saúde pública, o que, de fato, confirma o confronto de informações. A vereadora Tereza tem grande foco na assistência social, algo que aparece nitidamente nos seus pronunciamentos, trabalhos e respostas.

As vereadoras, assim, se apoderaram de setores e de temas apontados por Pinto (2001) que remetem ao histórico da mulher, como cuidadora, mãe, esposa, enfim, como uma pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar. Também descrita por Miguel (2001) como política do desvelo ou, então, de pensamento maternal.

Todas as vereadoras afirmaram ter um ótimo relacionamento com seu eleitorado e, dentro de suas realidades, buscam estar ligadas e relacionadas a eles com grande frequência e intensidade.

Analisando os trabalhos das vereadoras referentes às indicações, aos requerimentos, aos projetos de lei e aos projetos de resolução, observou-se uma queda muito grande a cada ano de ingresso desses atos. Quando questionadas, afirmaram estar desmotivadas em sugerir ideias para o executivo, em virtude da falta de atendimento aos seus pedidos. Todas avaliam como importantes os seus atos ingressados, em virtude de serem, por muitas vezes, pedidos dos membros da sociedade, mas necessitam do interesse do prefeito para que a sugestão seja executada, algo que não acontece, de acordo com elas.

Outro fator que chama atenção é que as vereadoras de situação participam de mais comissões que as de oposição, ademais, elas ocupam cargos com maior expressividade e em comissões mais importantes. Certamente uma estratégia do executivo municipal para agilizar os trâmites legais e ainda evitar maiores alarmes quando algum projeto estiver com algum problema. Mas, indiferente de sigla

partidária, da comissão que participaram ou do cargo que assumiram, todas avaliam positivamente suas atuações frente às comissões permanentes.

Ainda sobre as comissões, todas as vereadoras ingressam a comissão de educação, de saúde e de assistência. Essa informação vem ao encontro do que foi apresentado por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009) como setores ligados ao perfil das mulheres.

Semelhante às comissões permanentes, apenas as vereadoras de situação assumiram cargos importantes na mesa diretiva, as quais expressaram como importante suas atuações na mesa. Provavelmente esse fenômeno ocorreu pelo mesmo motivo que nas comissões.

As vereadoras acreditam que as mulheres, para serem eleitas, necessitam: trabalhar muito, mais do que os homens, mas sempre com honestidade, não ter medo, possuir um perfil adequado ao que foi apontado por Pinto (2009) e que o eleitor aceita nos cargos legislativos, ser populares e demonstrar suas capacidades para cargos eletivos.

Apenas a vereadora Mirian pondera não haver diferença na atuação entre vereadoras e vereadores. A vereadora Rosana considera que há diferença, mas além de homens e mulheres, a diferença existente é entre todos. Já as vereadoras Franciele e Tereza consideram que a atuação das vereadoras está ligada à sensibilidade e ao pensamento emocional, interligando-se com o pensamento de Pinto (2009) e de Miguel (2001).

Outro fato que chamou atenção foi que nenhuma das vereadoras, ao utilizar em seus pronunciamentos na tribuna e nos seus atos oficiais, não mencionam a respeito de fenômenos ligados às mulheres. Ao serem questionadas sobre esse fato, elas afirmaram que não fizeram nada nesse sentido por não percebem a necessidade, entretanto, informaram que após a entrevista irão cuidar mais para fazer. Dessa maneira, essa postura vem ao encontro do que Miguel (2001) ressalta, ou seja, que as mulheres políticas não precisam ter comprometimento com a questão feminina. Elas podem discordar sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar.

As vereadoras chegam a um consenso que o fato de elas serem mulheres dificulta a ação entre os pares, principalmente pelo fato de os homens não acreditarem no trabalho das mulheres. Mas, para elas, pior que isso é o fato de que grandes partes das mulheres não acreditam ou acham necessárias mulheres no

campo político, fenômeno apresentado por Miguel (2001). Talvez essa mudança de pensamento seja o primeiro passo para a igualdade de sexos na política.

Buscou-se saber se as vereadoras, algumas vezes, já sofreram algum tipo de discriminação no período eleitoral ou na atuação da câmara. As respostas a essa pergunta foram mescladas, pois a vereadora Franciele afirmou que não foi discriminada em nenhum momento, mas, quando são analisadas as respostas de outras questões feitas a ela, há uma contradição, como fora exposto. A vereadora Mirian declara a discriminação sofrida até certo ponto semelhante à resposta da questão anterior da vereadora Franciele. A vereadora Rosana objetivamente afirma nunca ter sido discriminada por ser mulher na política de Guaíra e, por fim, a vereadora Tereza talvez tenha sofrido discriminação, mas que pode ser confundida por interesses de grupos políticos e não por causa do sexo dela.

Por outro lado, elas chegaram a um consenso afirmando que os seus colegas vereadores não as tratam diferente por causa de serem mulheres, um ponto positivo para a evolução de mulheres no campo da política.

Outro ponto positivo é o fato de as vereadoras chegarem ao consenso de que as mulheres, quando entram na política, não necessitam adotar posturas estereotipadas para serem respeitadas. Elas acreditam que a mulher precisa sim de uma postura digna para atrair votos, corroborando com Pinto (2009), que afirma que os eleitores têm perfis de mulheres que aceitam com maior facilidade no campo político. Mas, para elas, as mulheres precisam se impor nesse meio, algo que irão aprender, efetivamente, com o passar do tempo.

Seguindo a linha dos pontos positivos, todas as vereadoras acreditam que se houvesse uma representação equitativa de homens e mulheres na câmara, isso seria alterado de alguma maneira, especialmente pelo fato de as mulheres pensarem e agirem mais com o sentimento do que com a razão, denominada por Miguel (2001) como uma política do desvelo ou então de pensamento maternal. Entretanto, elas também afirmam que, para que ocorra esse equilíbrio entre os sexos nas câmaras, é necessário que as mulheres se unam, acreditem e votem em outras mulheres. Algo que Miguel (2001) aponta como importe, pois, para o autor, o equilíbrio na política começa no momento em que elas considerarem que são necessárias mais mulheres nesse meio.

As vereadoras divergem nas respostas: quando foram questionadas se existem atividades ou áreas de atuação que estão mais associadas aos perfis de

homens e mulheres. Duas acreditam que sim e duas não. As vereadoras que afirmaram que existem atividades diferenciadas em relação a homens e mulheres corroboram com o exposto por Araújo (2010), Miguel (2006) e Pinto (2000 e 2009), que apontam os setores ligados às mulheres como sendo aqueles que remetem ao histórico da mulher como cuidadora, mãe, esposa, enfim, como pessoa que está acostumada a ajudar, a servir e a educar. Nessa questão observa-se contradição com outras respostas das vereadoras, pois, anteriormente, elas mencionaram quais os temas e os setores que consideram como mais importantes na câmara e quais definem os seus perfis, momento em que elas apontaram que alguns setores são vistos com o instinto maternal.

Todas as vereadoras afirmam que as mulheres têm qualidades e sensibilidades diferenciadas para a inserção política. Para elas, essa é a principal característica, ou seja, é o pensamento emocional delas versus o pensamento racional dos homens. Com isso, as respostas das vereadoras corroboram com a política do desvelo ou então do pensamento materno apresentado por Miguel (2001).

As vereadoras, independente das suas siglas partidárias, definem o atual cenário político como bagunçado. Ao mesmo tempo, demonstram esperança que esse cenário mude.

Nesta mesma linha, elas consideram o governo Dilma Rousseff ruim, e as justificativas são: a dificuldade estratégica e articuladora da presidenta, o partido no qual ela é filiada, a sua equipe de governo e a oposição.

Apenas a vereadora Rosana não reclamou sobre o fato de o presidente interino não nomear mulheres para os ministérios, as demais, no entanto, definiram a atitude como vergonhosa e machista, reconhecendo, assim, as lutas e os movimentos das mulheres pela igualdade dos direitos. Além disso, a resposta da vereadora Rosana é preocupante, assim como destaca Miguel (2001), o qual aponta que, se as próprias mulheres julgassem importante a ampliação do número das suas representantes, a realidade e a igualdade no campo político mudaria automaticamente.

As respostas das vereadoras sobre seus objetivos políticos são decepcionantes por alguns fatores: primeiro pelo motivo de duas afirmarem que pretendem deixar o campo político; segundo pelo fato de que nenhuma delas almeja ir além do cargo de vereadora, apenas a vereadora Rosana não descarta a hipótese

de ser algo a mais, mas não tem como objetivo de vida; e terceiro fato é que reafirmam a decepção e a ilusão com o cargo de vereadora.

Diante dessas questões, as lutas e os movimentos das mulheres em busca de igualdade política acabam sendo frustrados ao ver as respostas das vereadoras sobre seus objetivos políticos.

As afirmações e as contradições das vereadoras da legislatura 2013/2016 do município de Guará são visíveis. As vereadoras demonstram as suas formas de construção de capitais eleitorais e trajetórias árduas para conseguirem êxito eleitoral. Mesmo demonstrando eficácia em seus cargos, a desmotivação e a decepção aparece nitidamente por diversas vezes. Talvez essa seja a explicação para a precoce saída das mulheres da política no município, de um total de onze vereadoras que passaram pela câmara em quinze legislaturas, apenas três ficaram mais de um mandato, e nenhuma evoluiu para vice-prefeita ou prefeita.

Por fim, o município de Guará destaca-se na quantidade de mulheres que ingressam para a política e decidem serem vereadoras, mas, ao mesmo tempo, a desmotivação para continuar nessa função ou evoluir para outro cargo é visível. Portanto, não basta apenas as mulheres do município lutarem pela conquista do cargo de vereadora, é necessária a perpetuação delas nessas funções e a motivação para mais mulheres ingressarem nesse campo, objetivando a igualdade de sexos na política.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Sonia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 20, n.1, p. 344-352, jan/abr. 2010.

ARAÚJO, Clara. Participação Política a Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, SP, n. 52, p. 45-77, 2º sem. 2001.

_____. Partidos Políticos e Gênero: Mediações nas Rotas de Ingresso das Mulheres na Representação Política. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, PR, n. 24, p. 193-215, jun. 2005.

_____. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo – um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 567-584, mai./ago. 2010.

_____. Trajetórias Políticas e Chances Eleitorais: Analisando o “Gênero” das Candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR, v. 21, n. 46, p. 69-91, jun. 2013.

BELTRAME, Luciano. Projetos de Lei – Análise Técnica e Procedimental. In: DIESEL, L. C.; WAGNER, N. G. (Orgs.) **Manual do Vereador do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2010.

BONORA, Dalvecir, A. Indicações e Requerimentos. In: DIESEL, L. C.; WAGNER, N. G. (Orgs.) **Manual do Vereador do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2010.

BREMAEKER, François, E. J. D. **Perfil dos Vereadores do Brasil (2013 – 2016)**. Disponível em: <http://www.oim.tmunicipal.org.br>. Acesso em: 15 mar. 2016.

CÂMARA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA. **Guaíra**. Disponível em: <http://www.camaraguaira.pr.gov.br/>. Acesso em: 03 jan. 2014.

CALHEIROS, Renan. Manual do Vereador. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/renancalheiros/renan-calheiros-manual-do-vereador>. Acesso em 29 de abril de 2016.

DANTAS, Ana C. M. S.; **O segundo sexo na política**: o papel do direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira. Maceió: Edufal, 2011.

DIESEL, Luís, C. Das resoluções. In: DIESEL, L. C.; WAGNER, N. G. (Orgs.) **Manual do Vereador do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2010.

ELEIÇÕES INFO. **Eleições 2012**. Disponível em: <http://www.eleicoes2012.info/>. Acesso em: 03 mar. 2015.

EVALDT, Rafael. Mesa Diretora. In: DIESEL, L. C.; WAGNER, N. G. (Orgs.) **Manual do Vereador do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2010.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE População**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/populacao>. Acesso em: 02 jan. 2015.

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE GUAÍRA. **Guáira**. Disponível em: http://www.camaraguaira.pr.gov.br/arquivo/lei_organica_municipal.pdf. Acesso em: 22 fev. 2016.

MEIRELLES, Hely. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

MIGUEL, Luís Fernando. Teoria Política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v.15, n. 44, p.91-102, jun. 2000.

_____. Política de Interesse, Política do Desvelo: Representação e “Singularidade Feminina”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v.15, n. 44, p. 253-267, jan. 2001.

_____. Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, PR, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MIGUEL, Luís Fernando; QUEIROZ, Cristina Moura. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, SC v. 14, n. 2, p. 363-385, mai./ago. 2006.

MIGUEL, Luís Fernando; BIROLI, Flavia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 18, n. 3, p. 653-679, set./dez. 2010.

OLIVEIRA, Guacira. **80 anos do direito de voto feminino no Brasil**. Disponível em: <https://banhodeassento.wordpress.com/2012/02/23/80-anos-do-direito-de-voto-feminino-no-brasil/>. Acesso em: 03 fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 26 jan. 2015.

PLACAR ELEIÇÕES DA UOL. **Eleições 2012**. Disponível em: <http://placar.eleicoes.uol.com.br/2012/1turno/pr/guaira>. Acesso em: 03 mar. 2015.

PORTAL DE GUAÍRA. **Franciele Danelon ministra palestra sobre autismo no Colégio Roosevelt**. Disponível em: <http://www.portalguaira.com/guaira-franciele-danelon-ministra-palestra-autismo-colegio-roosevelt/>. Acesso em: 23 abr. 2016.

PINTO, Céli Ribeiro; MORITZ, Maria Luíza; SCHULZ, Rosangela Martins; MORAES, Taís Fernandes. **Perfis, trajetórias, desempenhos**: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000.

PINTO, Céli Ribeiro. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n 49, p. 98-112, mar./mai. 2001.

PINTO, Céli Ribeiro; MORIZ, Maria Luíza. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 2, p. 61-87, jul./dez. 2009.

QUADRO POLÍTICO. **Candidatos do município de Guaíra**. Disponível em: <http://www.quadropolitico.com.br/DadosMunicipio/4041/Guaira>. Acesso em 03 mar. 2015.

REGIMENTO INTERNO DE GUAÍRA. **Guaíra**. Disponível em: <http://www.camaraguaira.pr.gov.br/wp-content/uploads/2014/02/regimento-interno.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

ROSEVICS, Larissa; NICOLÁS, Maria Alejandra; RESENDE, Roberta Carnelos. **Balanco da política de cotas de gênero e participação política da mulher no Paraná (1982 - 2006)**. Disponível em: http://www.geocities.ws/politicausp/politicaspUBLICAS/acoes_afirmativas/ROSEVICS.pdf. Acesso em: 03 jan. 2014.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Edson Jacinto da. **Manual do Assessor Jurídico Municipal**. Leme: Editora Jhmizuno, 2013.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE. **Eleições do Paraná**. Disponível em: <http://www.tre-pr.jus.br/>. Acesso em: 03 jan. 2014.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações sobre a história social dos direitos humanos**. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>. Acesso em: 06 mar. 2013.

ANEXOS

Anexo I – História do Poder Legislativo de Guaíra

Em 1951, lideranças do então chamado Porto Guaíra começam novamente a cobrar do governo as terras da Cia. Mate Laranjeira para a criação do Município de Guaíra. O então Porto Guaíra tinha história e infraestrutura (por aqui já existia, por exemplo, uma Companhia do Exército Brasileiro com um efetivo de 224 homens) para tal pretensão. E foi exatamente por esses fatores que no dia 14 de novembro de 1951, conforme lei nº 790, Guaíra foi elevada oficialmente ao posto de município do Estado do Paraná.

No Brasil da Era Vargas, Guaíra dá seus primeiros passos político-administrativos e elege em 9 de novembro de 1952 o primeiro prefeito e os primeiros vereadores. Foram eleitos na ocasião o prefeito Gabriel Fialho Gurgel e os vereadores Alexandre José da Silva, Arnaldo Bacchi, Osires Soley, Gody Werner, João Campos Lopes, Otacílio Amaral dos Santos, Fernando Maciel Foster, Joaquim Dornelles Vargas e Vicente Augusto Brilhante, este último o primeiro presidente da Câmara de Vereadores.

A primeira sessão da Câmara foi realizada no dia 1º de janeiro de 1953. No dia 11 de março do mesmo ano, os vereadores aprovam o primeiro Regimento Interno da Câmara guairense. Em 1º de maio de 1954, com a presença do prefeito e do então presidente da Câmara (Arnaldo Bacchi) é instalado o Distrito de Maripá.

Em 1955, no dia 27 de novembro, o prefeito e o presidente Osires Soley instalam o Distrito de Palotina. Em 1956, no dia 15 de novembro, em decorrência da lei municipal nº 43/56, do dia 3 de outubro, o prefeito Gabriel Fialho Gurgel e o presidente da Câmara, Arnaldo Bacchi, instalam o Distrito de Terra Roxa do Oeste.

No dia 4 de agosto de 1963, já na segunda legislatura, é instalada a Comarca de Guaíra, um grande marco para o desenvolvimento da cidade. Em 1964, no dia 6 de dezembro, o senhor Kurt Walter Hasper elege-se prefeito para o quadriênio 1964-1968. Em dezembro do mesmo ano, Kurt é empossado.

Foram eleitos em 1964 os vereadores Ralo Rossi, Antonio Pratti, Haroldo Zager, Celso Mérida, Luciano Welter, José Ramos de Carvalho, Vicente Fidélis de Souza, Efrain Moreira Pinto e Manoel Rangel de Lima.

No dia 4 de junho de 1968, Guaíra torna-se “Área de Interesse da Segurança Nacional” pela lei nº 5.449, que substitui a eleição do prefeito pela nomeação do Governador do Estado, mediante pré-aprovação do Presidente da República. A lei federal 5.449, em seu artigo 5º, prorroga o mandato dos prefeitos incluídos nas áreas de “Interesse da Segurança Nacional”. Kurt Walter Hasper ficaria no posto de prefeito até o ano de 1985, já no fim da Ditadura Militar.

Em 1985, após a destituição de Kurt Walter Hasper, o presidente da Câmara, Mário Barbosa Rodrigues, assume interinamente o Executivo Municipal – Mário reassumiria o cargo de prefeito anos depois, desta vez eleito democraticamente. Mais de 20 depois, Guaíra recupera autonomia política e realiza eleições no dia 15 de novembro de 1985, elegendo o senhor Osvaldino da Silveira como prefeito.

Em 29 de setembro de 1989, é criada a resolução nº 03/89, “que implanta o processo legislativo especial para a elaboração da Lei Orgânica do Município”. Após deliberação, criou-se a Comissão da Constituinte de Guaíra, formada por alguns vereadores da época: Daniel Honorato dg Barros, Vera Maria Fernandes Crisol e Gláucio Luciano Coraiola.

A seguir, os vereadores eleitos desde a legislatura iniciada em 1952 até 2012:

Legislatura 1952-1956: Alexandre José da Silva, Arnaldo Bacchi, Gody Werner, João Campos Lopes, Osiris Soley, Otacílio Amaral dos Santos, Vicente Augusto Brilhante.

Legislatura 1956-1960: Antônio Bordin, Ivo Miranda Ramos, João Manoel Zeballos, João Batista de Oliveira, Leto de Oliveira Medeiros, Norberto Rieger, Vicente Augusto Brilhante.

Legislatura 1960-1964: Gabriel Fialho Gurgel, Gardelino Manoel Cassol, Ivo Miranda Ramos, João Aparecido de Moraes, Leto de Oliveira Medeiros, Luiz Augusto de Moraes Rego, Ney Margotti Mazzucco, Pedro Cândido da Silveira, Pedro Rui.

Legislatura 1964-1968: Vicente F. Souza, Antônio Pratti, Celso Mérida, Ítalo Rossi, Haroldo Zager, Manoel R. Lima, Aristides A. Oliveira, José R. de Carvalho, Armando L. de Carvalho.

Legislatura 1969-1973: Sebastião Camarini, Alfredo Schmidtke, Antônio Pratti, Guerrino Cavalieri, Ítalo Rossi, Francisco J. Gomes, José F. Ulbrick, Kazuo Kimura, Celso Mérida.

Legislatura 1973-1976: Celso Mérida, Caetano Cavalieri Filho, Jurandir D. de Oliveira, José Maria de F. Collin, Manuel Rodrigues Agostinho, Samuel Benck, Sebastião Camarini, Toshiro Takashima, Vicente Fidelis de Souza.

Legislatura 1977-1981: Osvaldino da Silveira, Emanoel Silveira Barreto, Jurandir D. de Oliveira, Ermínio Vendruscolo, Eliseu Reis, Francisco Luz Borges, Luziano Welter, Jeremias de Oliveira Lobato, Samuel Benck.

Legislatura 1983-1988: Ermínio Vendruscolo, Eliseu Reis, Emanoel Silveira Barreto, José Venâncio da Silva, Itacy Aparecido Marques, Osvaldino da Silveira, Nélida E. Zeballos Rolon, Ney José Neotte, Manoel Kuba, Mário Barbosa Rodrigues, Rosalino Bottega.

Legislatura 1989-1993: Daniel Honorato de Barros, Devaldir Aparecido Capatti, Glaucio Luciano Coraiola, João Lima Moraes, José Eduardo dos Santos, Maria Elci Venâncio da Silva, Pedro Venâncio da Silva, Suemy Aparecida Eloy Foletto, Vera Maria F. Cassol.

Legislatura 1993-1996: Ney José Neotte, Luiz Mitsuo Shiomi, Heraldo Trento, Celso Boniolo, José Eduardo dos Santos, Luiz Alberto Zeballos Rolon, João Lima Moraes, Paulo Celinski, Sidney Ribas Bufara, Devaldir Aparecido Capatti, Suemy Aparecida Eloy Foletto, Alice Alves Bezerra Lima.

Legislatura 1997-2000: Aparecido de Lima, Carlos Alberto Leite, Fabian Persi Vendruscolo, Gabriel Antônio Morra, José Ângelo Zinezi, Bernhard Herbert Lingnau, José Inácio Celinski, Lourival José de Carvalho, Luiz Mitsuo Shiomi, Osmar Volpatto, Otílio Fernandes da Silva, Roberto Zeballos Rolon.

Legislatura 2001-2004: Aparecido de Lima, Celso Luiz Zeballos Mérida, Idivaldo Capatti, Gabriel Antônio Morra, Leandro de Lima Danelon, Renildo Gonçalves Pinto, Manoel Felipe Cavalcante, Natal Hitoshi Suga, Natal Miguel Marques, Osmar Volpato, Tereza Camilo dos Santos, Volnecir Hoffmann.

Legislatura 2005-2008: Antônio Lopes, Josefino Xavier Lima, João Carlos Hartekoff, Kátia Cilene F. Souza, Edilaine V. Ortiz Comunello, Douglas R. da Silva, Tereza Camilo dos Santos, João Inácio Ames, Osvaldino da Silveira, Galaomilyd Silveira Barreto.

Legislatura 2009-2012: Almir Bueno, Gabriel Antonio Morra, Guilherme Vanin Rodrigues, João Carlos Hartekoff, Josefino Xavier Lima, Kátia Cilene Ferreira Souza, Roberval Bueno Ferreira, Tereza Camilo dos Santos e Valberto Paixão da Silva.

Legislatura 2013-2016: Almir Bueno, Tereza Camilo dos Santos, Valberto Paixão da Silva, Franciele Danelon, Ademilson Simião, Osvaldino da Silveira, Sandro Sabino Borges, Rosana de Lima Brizzi, Mirian Teleste, Rossano França Triches, Getúlio Benites Centurião.

Fonte: Sitio Câmara de Guaíra, 2014.

Anexo II - Regimento Interno da Câmara de Guaíra

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a edilidade, em sessões plenárias, aprovou e, eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa.

TÍTULO 1

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO 1

Das Funções da Câmara

Art. 1 – O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal que tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições, que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia inteira.

Art. 2 – As funções legislativas da Câmara Municipal consistem na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre quaisquer matérias de competência do Município, bem como a apreciação de medidas provisórias.

Art. 3 – As funções de fiscalização financeira consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentarias e ao julgamento das contas apresentadas pelo prefeito, integradas estas aquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do tribunal de Contas do estado do Paraná.

Art. 4 – As funções de controle externo da Câmara implica a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da ética político-administrativos, com a tomada das medidas sanatórias que se fizerem necessárias.

Art. 5 – As funções julgadores ocorrem nas hipóteses em que é necessário julgar os vereadores; quando tais agentes políticos cometem, infrações político-administrativas, previstas em lei.

Art. 6 – A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação e da administração de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II

Da sede da Câmara

Art. 7 - A Câmara Municipal tem sua sede na Praça João XXIII nº 200, em Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 8 – No recinto de reuniões do plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou do País, do Estado ou do Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado.

Art. 9 – Somente pôr liberação do Plenário quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões da Câmara ser utilizada para fins estranhos à sua finalidade.

CAPÍTULO III.

Da instalação da Câmara

Art. 10 - A Câmara Municipal instalar-se-á em sessão especial, no dia 1. De janeiro, quando será presidida pelo vereador mais idoso entre os eleitos.

Parágrafo Único – A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se á sessão que lhe corresponder não houver o comparecimento de pelo menos 3(três) vereadores, e, se essa situação persistir, até o dia do prazo a que se refere o Art. 13, a partir deste a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

Art. 11 – Os Vereadores munidos do respectivo diploma tomarão posse na sessão da instalação, perante o Presidente provisório que se refere o Art. 10, o que será objetivo de termo lavrado e, livro próprio pôr Vereadores Secretário ad hoc indicado, e após haverem todos manifestado compromisso, que será lido pelo Presidente, que consistirá da seguinte fórmula:” Prometo cumprir a Constituição Federal, A Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo Progresso do Município e pelo bem estar de seu povo”.

Art. 12 – Prestado o compromisso pelo Presidente, o Vereador Secretario ad hoc fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará; “Assim o prometo”.

Art. 13 – O vereador que não tomar posse na sessão prevista no Art. 11 deverá fazê-lo no prazo de 10(dez) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente utilizando a fórmula do Art. 11.

Art. 14 – Imediatamente após a posse, os vereadores apresentarão declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em até a divulgação para o conhecimento público.

Art. 15 – cumprido o disposto no Art. 14. O presidente provisório facultará a palavra pôr 5 (cinco) minutos, a cada um dos vereadores indicado pela respectiva bancada e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

Art. 16 – Seguir-se-á às votações a eleição da Mesa (ver Art.12) na qual somente poderão voltar ou ser votados os vereadores empossados.

Art. 17 – O Vereador que não se empossar no prazo previsto no Art. 13, não mais poderá fazê-lo, aplicando-se-lhe o disposto no Art.92.

Art. 18 – O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo que se refere o Art. 13.

TÍTULO II

DOS ORGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DA CÂMARA

SEÇÃO I

Da Formação da Mesa e de suas modificações

Art. 19 – A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretários, com mandato de 1(um) ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Paragrafo Único – Haverá um suplente de secretário, que somente se considerará integrante da Mesa quando em efetivo exercício.

Art. 20 – Findos os mandatos dos membros da Mesa, proceder-se-á à renovação desta para o mandato de 1(um) ano.

Art. 21 – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais idoso e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, ELEGERÃO OS COMPONENTES DA Mesa que ficarão automaticamente empossados.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de não houver número suficiente para eleição da Mesa, o vereador mais idoso permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

Parágrafo Segundo – A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empossando-se os efeitos em 1 de janeiro.

Parágrafo Terceiro – A eleição dos membros da Mesa far-se-á por maioria simples, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa e utilizando-se para votação cédulas únicas de papel, datilografadas ou impressas, as quais serão recolhidas em uma que circulará pelo Plenário por intermédio de servidor da Casa expressamente designado.

Parágrafo quarto - A Votação far-se-á pela chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos vereadores, pelo Presidente em exercício, o qual precederá à contagem dos votos e à proclamação dos eleitos.

Art. 22 – Para as eleições a que se refere o caput do Art.21, poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da Legislatura precedente; para as eleições a que se refere o Parágrafo segundo do Art.21, é vedada a reeleição para o mesmo cargo antes ocupado na Mesa.

Art. 23 – O Suplente de vereador convocado somente poderá ser eleito para cargo da Mesa quando não seja possível preenche-lo de outro modo.

Art. 24 – Na hipótese da instalação presumida da Câmara, a que se refere o parágrafo único do Art.10. o único Vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais.

Art. 25 – Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa, proceder-se-á a segundo escrutínio para desempate e, se o empate persistir, a terceiro escrutínio, o qual se ainda não tiver havido definição, o concorrente mais idoso será proclamado vencedor.

Art. 26 – Os Vereadores eleitos para a Mesa serão após empossados, mediante termo lavrado pelo Secretário em exercício, na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente em exercício.

Art. 27 – Somente se modificará a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga do cargo de Presidente ou de Vice-Presidente.

Paragrafo Único – Se a vaga for do cargo de secretario, assumi-lo-á o respectivo suplente (ver Art.19, Parágrafo único).

Art. 28 – Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

I – Extinguir-se mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;

II – Licenciar-se o membro da Mesa do mandato de vereador por prazo superior a 120(cento e vinte) dias;

III – Houver renúncia do cargo da Mesa pelo seu titular com aceitação do Plenário;

IV – For o Vereador destituído da Mesa pôr decisão do Plenário.

Art. 29 – A renúncia pelo Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será feita justificção escrita apresentada no Plenário.

Art. 30 – Qualquer componente da Mesa da Câmara Municipal de Vereadores, poderá ser destituído da mesa, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso ou omisso no desempenho de sua atribuições regimentais, elegendo outro vereador para a complementação do mandato.

Art. 31 – Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na primeira sessão ordinária seguinte aquela na qual se verificar a vaga, observado o disposto nos Artigos 21 e 24.

SEÇÃO II

Da competência da Mesa

Art. 32 – A Mesa é o órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art. 33 – Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado.

I – propor ao Plenário projetos de resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como fixem as correspondentes remunerações iniciais;

II – Propor as resoluções e os decretos legislativos que fixem ou atualizam a remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal;

III – propor as resoluções e os decretos legislativos concessivos de licença e afastamentos ao Prefeito e aos Vereadores;

IV – elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 de agosto, após a aprovação pelo Plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara para ser incluída na proposta geral do Município, prevalecendo, na hipótese da não aprovação pelo Plenário, a proposta elaborada pela Mesa;

V – enviar ao Prefeito Municipal, até o primeiro dia de março, as contas do exercício anterior;

VI – declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos em Lei Orgânica Municipal, assegurada ampla defesa;

VII – representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da União, do Estado e do Distrito federal;

VIII – organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao trespasse mensal das mesmas pelo executivo;

IX – proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

X – deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias na Câmara;

XI – receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;

XII – assinar por todos os seus membros, as resoluções e os decretos legislativos;

XIII – autografar os projetos de lei aprovados, para a sua remessa ao executivo;

XIV – deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da edilidade;

XV – determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior;

Art. 34 – A mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

Art. 35 – O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e será substituído, nas mesmas condições pelo Secretário, assim como este pelo suplente.

Art. 36 – Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o suplente de secretário e, se também não houver comparecido, fa-lo-á o Vereador mais idoso presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretários ad hoc.

Art. 37 – A Mesa reunir-se-á, independentemente do plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Edilidade que, por sua especial relevância, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

SEÇÃO III

Das atribuições específicas dos membros da Mesa

Art. 38 – O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art. 39 – Compete ao Presidente da Câmara:

I – representar a Câmara Municipal em juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou Plenário;

II – dirigir, executar ou disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberam sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;

V – fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções os decretos legislativos e as leis por ele promulgada;

VI – declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e dos vereadores, nos casos previstos em lei;

VII – apresentar ao plenário até o dia 20(vinte) de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;

VIII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

IX – exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;

X – designar comissões, especiais nos termos deste Regimento interno, observadas as indicações partidárias;

XI – mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas de direitos e esclarecimento de situações

XII – realizar audiências públicas em entidades da sociedade civil, com membros da comunidade;

XIII – administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

XIV – representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral;

XV – credenciar agente de imprensa rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XVI – fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honrarias;

XVII – conceder audiência ao público, a seu critério, em dias e horas prefixadas;

XVIII – requisitar força,, quando necessária à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara;

XIX – empossar os vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura dos mesmos nos respectivos cargos perante o Plenário;

XX – declarar extintos os mandatos do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Vereador e de suplente, nos casos previstos em lei ou em decorrência de decisão judicial, em face de deliberação do Plenário, e expedir decreto legislativo de perda de mandato;

XXI – convocar suplente de Vereador, quando for o caso (ver Art. 95);

XXII – declarar destituído membro da Mesa ou de Comissão Permanente, nos casos previstos neste regimento (ver Art. 30 e 63);

XXIII – Designar aos membros das Comissões Especiais e aos seus Substitutos e preencher vagas nas Comissões Permanentes. (Ver Art. 59);

XXIV – convocar verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas no art. 37 deste Regulamento;

XXV – dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste regimento, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente não caibam no Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões ou qualquer integrante de tais Órgãos individualmente considerados, e em especial exercendo as seguintes atribuições;

- a) Convocar sessões extraordinárias da Câmara e comunicar aos vereadores as convocações partidas do Prefeito ou a requerimento da maioria simples dos membros da casa, inclusive no recesso;
- b) Superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;
- c) Abrir presidir e encerrar as sessões da Câmara e suspende-las, quando necessário;
- d) Determinar a leitura pelo vereador secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escrita sobre as quais deve deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada sessão;
- e) Cronometrar a duração do expediente da ordem do dia do tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e o término respectivos;
- f) Manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores inscritos, cassando-a, disciplinando as partes e advertindo todos os que incidirem em excesso;
- g) Resolver as questões de ordem;
- h) Interpretar o Regimento Interno, para aplicação às questões emergentes, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer Vereador;
- i) Anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
- j) Proceder à verificação de quórum, de ofício ou a requerimento de vereador;
- l) Encaminhar os processos e os expedientes às Comissões Permanentes, para parecer, controlando lhes o prazo, e, esgotado este sem pronunciamento, nomear ad hoc nos casos previstos neste Regimento;

XXVI – praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente;

- a) Receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo-as protocolizar;
- b) Encaminhar ao Prefeito, por ofício, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhe os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
- c) Solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convidá-lo a comparecer ou fazer que compareçam à Câmara os seus auxiliares para explicações quando haja convocação da Edilidade em forma regular;
- d) Solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da Câmara, quando necessário;
- e) Proceder a devolução à tesouraria da Prefeitura de saldo de caixa existente na Câmara ao final de cada exercício;

XXVII – ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento juntamente com o secretário da Câmara Municipal de Guará;

XXVIII – determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara quando exigível;

XXIX – apresentar ao Plenário, mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior;

XXX – administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos servidores do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativas civil e criminal de servidores faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de servidores da Câmara, praticando quaisquer outros atos atinentes essa área de sua gestão;

XXXI – mandar expedir certidões requeridas para a defesa de direito e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXII – exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da mesma;

XXXIII – dar provimento ao recurso de que trata o Art.5 parágrafo primeiro, deste Regimento.

Art. 40 – O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito, nos casos previstos em lei ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art. 41 – O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art. 42 – O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que e exigível o quórum de votação de 2/3(dois terços), e Ainda nos casos de desempate, de eleição e de destituição de membros da Mesa e das Comissões Permanentes em outros previstos em lei.

Parágrafo Único – O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado:

Art. 43 – Compete ao Vice-Presidente da Câmara;

I – substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças.

II – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda de mandato de Membro da Mesa.

Art. 44 – Compete ao Secretário:

I – Organizar o expediente e a ordem do dia;

II – fazer a chamada dos vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;

III – ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento da casa;

IV – fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

V – redigir as atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as juntamente com o Presidente;

VI – gerir a correspondência da Casa, providenciando a expedição de ofícios em geral e de comunicados individuais aos vereadores;

VII – substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

CAPITULO II

Do plenário

Art. 45 – O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos vereadores em exercício em local, forma e quórum legais para deliberar.

Parágrafo primeiro – O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunira, por decisão própria em local diverso.

Parágrafo segundo – A forma legal para deliberar é a sessão.

Parágrafo terceiro – Quórum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.

Parágrafo quarto – Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

Parágrafo quinto – Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art. 46 – São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes;

I – elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;

II – discutir e votar o orçamento anual, o plano plurianual e as diretrizes orçamentarias;

III – apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;

IV – autorizar, sob a forma da Lei observadas as restrições constantes da Constituição e da Legislação incidente, os seguintes atos e negócios administrativos:

a) Abertura de créditos adicionais, inclusive para atender a subvenções e auxílios financeiros;

b) Operações de créditos;

c) Aquisição onerosa de bens imóveis;

d) Alienação e oneração real de bens imóveis municipais;

e) Concessão e permissão de serviço público;

f) Concessão de direito real de uso de bens municipais;

- g) Participação em consórcios intermunicipais;
- h) Alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- i) Expedir decretos legislativos quanto assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:
 - a) Perda de mandato do Vereador;
 - b) Aprovação ou rejeição das contas do Município;
 - c) Concessão de licença ao Prefeito nos casos de previstos em Lei;
 - d) Consentimento para o Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15(quinze) dias;
 - e) Atribuição de título de cidadão honorário a pessoas que, reconhecimento, tenham prestado relevantes serviços à comunidade;
 - f) Fixação ou atualização de remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
 - g) Regulamentação das eleições dos Conselheiros Distritais;
 - h) Delegação ao Prefeito para a elaboração legislativa;

VI – expedir resoluções sobre assuntos de sua economia interna, mormente quanto a seguinte;

- a) Alteração do regimento interno;
- b) Destituição de membros da Mesa;
- c) Concessão de licença a Vereador, nos casos permitidos em Lei;
- d) Julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal ou neste regimento;
- e) Constituição de comissões especiais;
- f) Fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores;

VII – processar e julgar o Vereador pela prática de infração político-administrativa;

VIII – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos de administração quanto delas careça;

IX – convocar os auxiliares diretos do Prefeito para explicações perante o Plenário sobre matérias sujeitas à fiscalização da Câmara, sempre que assim o exigir o interesse público;

X – eleger a Mesa e as Comissões permanentes e destituir os seus membros na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XI – autorizar a transmissão por rádio ou televisão, ou a filmagem e gravação de sessões da Câmara;

XII – dispor sobre a realização de sessões sigilosas nos casos concretos;

XIII – autorizar a utilização do recinto da Câmara para fins estranhos à sua finalidade quando for do interesse público;

XIV – propor a realização de consulta popular na forma da Lei Orgânica do Município;

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES

SEÇÃO I

Da finalidade das Comissões e de suas modalidades

Art. 47 – As comissões são órgãos técnicos compostos por 3(três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação Câmara e emitir parecer sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza e essencial ou, ainda, de investigar faltos determinados de interesse da Administração.

Art. 48 – As Comissões da Câmara são permanentes e especiais.

Art. 49 – As Comissões permanentes incumbe estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação ao Plenário.

Parágrafo único – As comissões permanentes são as seguintes:

I – de legislação, justiça e redação final;

II – de finanças e orçamentos;

III – de obras e serviços públicos;

IV – de educação, saúde e assistência.

Art. 50 – As Comissões especiais destinadas a proceder a estudo de assunto de especial interesse do Legislativo, terão sua finalidade especificada na resolução que as constituir, a qual indicará também o prazo para apresentarem o relatório de seus trabalhos.

Art. 51 – A Câmara poderá constituir comissões especiais de inquérito, com finalidade de apurar irregularidades administrativas do Executivo, da Administração Indireta e da própria Câmara.

Art. 52 – As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades Judiciais, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros para a apuração de fato

determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 53 – A Câmara constituirá Comissão Especial Processante afim de apurar a prática de infração politico-administrativo de Vereador, observado o disposto na lei Orgânica do Município.

Art. 54 – Em cada Comissão será assegurada tato quanto possível a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 55 – As Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar as propostas que lhes forem distribuídas sujeitas à deliberação do Plenário;

II – discutir e votar projetos de Lei, dispensada a competência do Plenário;

a) – de lei complementar;
b) - de código;
c) – de iniciativa popular;
d) – de comissão;
e) - relativos á matéria que não possa ser objeto de delegação, consoante o paragrafo primeiro do Art. 68 da Constituição Federal;

f) - que tenham recebido pareceres divergentes;
g) - em regime de urgência especial e simples;
III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
IV – convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes à suas atribuições;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades e ou entidades públicas.

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras e planos, sobre eles emitir parecer;

VIII – acompanhar junto á Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentaria, bem como a sua posterior execução.

Parágrafo primeiro – Na hipótese do inciso II deste artigo e dentro de 3 (três) sessões a contar da divulgação da proposição na ordem do dia, o recurso de que trata o Art.58, parágrafo segundo, I da constituição Federal, dirigido ao Presidente da Câmara e assinado por 1/10 (um décimo) pelo menos, dos, membros da Casa, deverá indicar expressamente, entre a matéria apreciada pela Comissão o que será objeto de deliberação do Plenário.

Parágrafo segundo – Durante a fluência do prazo recursal o avulso da ordem do dia de cada sessão deverá consignar a data final para interposição do recurso.

Parágrafo terceiro – Transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou improvido este, a matéria será enviada á redação final ou arquivada, conforme o caso.

Parágrafo quarto – Aprovada a redação final pela Comissão competente, o projeto de lei torna à Mesa para ser encaminhado ao Poder executivo, no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

Art. 56 – Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões junto às Comissões, sobre projetos que com elas se encontrem para estudo.

Parágrafo único – O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Art. 57 – as Comissões Especiais de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural dentro ou fora do território do Município.

SEÇÃO II

De formação das Comissões e de suas modificações

Art. 58 – Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na sessão seguinte à de eleição da Mesa, por um período de 1 (um) ano, mediante escrutínio secreto, considerando-se eleito, em caso de empate,, o Vereador mais idoso.

Parágrafo primeiro – Far-se-á votação, separada para cada Comissão através de cédulas impressas, datilografadas, indicando-se os nomes dos Vereadores, a legenda e as respectivas Comissões.

Parágrafo segundo – Na organização das Comissões Permanentes obedecer-se-á ao disposto no Art. 54, deste Regimento, mas não poderão ser eleitos para integra-las o Presidente da Câmara e o Vereador que não se achar em exercício, nem o suplente deste;

Parágrafo terceiro – O Vice-Presidente e o Secretário somente poderão participar de Comissão Permanente quando não seja possível compô-la de outra forma adequadamente.

Art. 59 – As Comissões Especiais serão constituídas por propostas da Mesa ou por pelo menos 3 (três) Vereadores, através de resolução que atendera ao disposto no Art.50

Art. 60 – A Comissão de Inquérito poderá examinar documentos municipais, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias ao Prefeito ou a dirigente de entidade de administração indireta.

Parágrafo primeiro – Mediante o relatório da Comissão, o Plenário decidirá sobre as providências cabíveis, no âmbito político-administrativo, através de decreto legislativo, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores presentes.

Parágrafo segundo – Deliberará ainda o Plenário sobre a conveniência do envio de cópias de peças do inquérito à justiça, visando a aplicação de sanções civis ou penais aos responsáveis pelos atos objeto da investigação.

Art. 61 – O membro de Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo único – Para o efeito do disposto neste artigo observar-se-á a condição prevista no Art. 29.

Art. 62 – Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam a 3(três) reuniões ordinárias, ou 5(cinco) intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior devidamente comprovado.

Parágrafo primeiro – A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que após comprovar a autenticidade da denúncia declarará vago o cargo.

Parágrafo segundo – Do ato do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de 3 (três) dias.

Art. 63 – O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro de Comissão Especial.

Art. 64 – As vagas nas Comissões por renúncia, destituição, ou por extinção ou perda de mandato de Vereador serão supridas por qualquer Vereador por livre designação do Presidente da Câmara, observando o disposto nos parágrafos, segundo e terceiro do Art.58.

SESSÃO III

Do funcionamento das Comissões Permanentes

Art.65 – As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes, Secretários e Relatores e prefixar os dias e horários em que se reúnem ordinariamente.

Art.66 – As Comissões Permanentes não poderão se reunir, salvo para emitirem parecer em matéria sujeita a regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, quando então a sessão plenária será suspensão, de ofício, pelo Presidente da Câmara.

Art.67 – As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos 2(dois) de seus membros, devendo, para tanto, ser convocados pelo respectivo presidente no curso de reunião ordinária da Comissão.

Art.68 – Das reuniões de Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, em livros próprios, pelo servidor incumbido de assessorá-las, as quais serão assinadas por todos os membros.

Art.69 – Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

- I – convocar reuniões extraordinárias da Comissão respectiva por aviso afixado no recinto da Câmara;
- II – Presidir às reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
- III – receber as matérias destinadas à comissão e designar-lhes relator ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;
- IV – fazer observar os prazos dentro do quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
- V – representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
- VI – conceder visto de matéria, por 3(três) dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo no caso de tramitação em regime de urgência;
- VII – avocar o expediente, para emissão do parecer em 48(quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo;

Parágrafo único – Dos atos dos Presidentes das Comissões, com os quais não concordem qualquer de seus membros, caberá recurso para o Plenário no prazo de 3(três) dias, salvo se tratar de parecer.

Art.70 – Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão permanente, este designar-lhe-á relator em 48(quarenta e oito) horas, se não se-reservar a emissão do parecer, o qual deverá ser apresentado em 7(sete) dias.

Art. 71 – É de 10(dez) dia para o prazo para qualquer Comissão Permanente se pronunciar, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

Parágrafo primeiro – O prazo a que se refere este artigo será duplicado em se tratando de proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias, plano plurianual, do processo de prestação de contas do Município e triplicado quando se tratar de projeto de codificação

Parágrafo segundo – O prazo a que se refere este artigo será reduzido pela metade, quando se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa aprovadas pelo Plenário.

Art.72 – Poderão as Comissões solicitar, ao Plenário, a requisição ao Prefeito das informações que julgarem necessárias, desde que se refiram a proposições sob a sua apreciação, caso em que o prazo para a emissão de parecer ficará automaticamente prorrogado por tantos dias quanto restarem para o seu esgotamento.

Parágrafo único – O disposto neste artigo aplica-se aos casos em que as Comissões, atendendo à natureza do assunto,, solicitem assessoramento externo de qualquer tipo, inclusive à instituição oficial ou não oficial.

Art.73 – As Comissões Permanentes deliberarão, por maioria de votos, sobre o pronunciamento do relator, o qual, se aprovado, prevalecera como parecer.

Parágrafo primeiro – Se forem rejeitadas as conclusões do relator, o parecer consistirá da manifestação em contrário, assinando-o o relator como vencido.

Parágrafo segundo – O membro da Comissão que concordar com o relator, aporá ao pé do pronunciamento daquele a expressão “pelas conclusões” seguida de sua assinatura.

Parágrafo terceiro - a aquiescência às conclusões do relator poderá ser parcial, ou por fundamento diverso, hipótese em que o membro da Comissão que a manifestar usará a expressão “de acordo com restrições”.

Parágrafo quarto – O parecer da Comissão poderá sugerir substituto á proposição, ou emendas à mesma.

Parágrafo quinto – O parecer da comissão deverá ser assinado por todos os seus membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido em separado, quando o requeira o seu ator ao Presidente da Comissão e este defira o requerimento.

Art.(74 – Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre o veto (ver art. 84), produzirá, com o parecer, projeto de decreto legislativo, propondo a rejeição ou a aceitação do mesmo).

Art.75 – Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente da Câmara, cada uma delas emitirá o respectivo parecer separadamente, a começar pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, devendo manifestar-se por último a Comissão de Finanças e orçamento.

Parágrafo único – No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.

Art.76 – Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão à qual a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar devidamente o requerimento.

Parágrafo único – Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada a Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos a que se referem os artigos 71e 72.

Art.77 – Sempre que determinada proposição tenha tramitado de uma para outra Comissão, ou somente por determinada Comissão sem que haja sido oferecido, no prazo, o parecer respectivo, inclusive na hipótese do art.69, VII, o Presidente da Câmara designará relator ad hoc para produzi-lo no prazo de 5(cinco) dias,

Parágrafo único – Escoado o prazo do relator ad hoc sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria, ainda assim, será incluída na mesma Ordem do dia da proposição a que se refira, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art.78 – Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou solicitação do Presidente da Câmara por despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência especial, na forma do art. 144, ou em regime de urgência simples, na forma do art. 145 e seu parágrafo único.

Parágrafo Primeiro – A dispensa do parecer será determinada pelo Presidente da Câmara, na hipótese do art. 76 e de seu parágrafo único, quando se tratar das matérias dos arts. 84 e 85, na hipótese do parágrafo 3 do art. 136.

Parágrafo segundo – Quando for recusada a dispensa de parecer o Presidente em seguida sorteará relator para proferi-lo oralmente perante o Plenário antes de iniciar-se a votação de matéria.

SEÇÃO IV

Da competência das Comissões Permanentes.

Art.79 – Compete á Comissão de Legislação, Justiça e Redação final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal, quando já aprovados pelo Plenário, analisa-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

Parágrafo primeiro – Salvo expressa disposição em contrario deste Regulamento, é obrigatório à audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em todos os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções que tramitarem pela Câmara.

Parágrafo segundo – Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, seu parecer seguirá ao Plenário para ser discutido e, somente quando for rejeitado, prosseguirá a aquele sua tramitação.

Parágrafo terceiro – a Comissão de legislação e Redação Final manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos;

- I – organização administrativa da Prefeitura e da Câmara;
- II – criação de entidade de Administração indireta ou de fundação;
- III – aquisição e alienação de bem imóvel;
- IV – participação em consórcios;
- V – concessão de licença ao Prefeito ou a Vereador;
- VI – alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

Art.80 – Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quando for o caso de:

- I – plano plurianual;
- II – diretrizes orçamentárias;
- III – propostas orçamentárias;
- IV – proposição referentes a matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio público Municipal;

V – proposição que fixem ou aumentem a remuneração do servidor e que fixem ou atualizem a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e a verba de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Presidente da Câmara.

Art.81 – Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos opinar nas matérias referentes a quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais e ainda sobre assuntos ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares.

Parágrafo único – A Comissão de Obras e Serviços opinará também, sobre a matéria do art.79, parágrafo terceiro, III e sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.

Art.82 – Compete à Comissão de Educação, Saúde e Assistência manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre assuntos educacionais, artísticos, inclusive patrimônio histórico, desportivos e relacionados com a saúde o saneamento e assistência previdência sociais em geral.

Parágrafo único – a Comissão de Educação, Saúde e Assistência apreciara obrigatoriamente as proposições que tenham por objetivo;

I – concessão de bolsas de estudo;

II – reorganização administrativa de Prefeitura nas áreas de Educação e Saúde;

III – implantação de centros comunitários, sob auspício oficial.

Art.83 – As Comissões Permanentes, às quais tenha sido distribuída determinada matéria, reunir-se-ão conjuntamente para proferir parecer único no caso de proposição colocada no regime de urgência especial de tramitação e sempre quando decidam os respectivos membros, por maioria, nas hipóteses do art. 76 e do art. 79, parágrafo terceiro, I.

Parágrafo único – Na hipótese deste artigo, o Presidente da Comissão de legislação, Justiça e redação Final presidirá as Comissões reunidas, substituído-o, quando necessário, o Presidente da outra Comissão por ele indicado.

Art.84 – Quando se tratar de veto, somente se pronunciara a Comissão de legislação, Justiça e Redação Final, salvo se esta solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observado o disposto único do art. 83.

Art.85 - À Comissão de Finanças e Orçamento serão distribuídos a proposta orçamentaria, as diretrizes orçamentarias, o plano plurianual e o processo referente às contas do Município, este acompanhado do parecer prévio correspondente sendo-lhes vedado solicitar a audiência de outra comissão.

Parágrafo único – No caso deste artigo, aplicar-se-á Comissão não se manifestar no prazo, do disposto no parágrafo primeiro, artigo 78.

Art.86 – Encerrada a apreciação conclusiva da matéria sujeira á deliberação do Plenário pela última Comissão a que tenha sido distribuída, a proposição e o respectivo pareceres serão remetidos à Mesa até a sessão subsequente, para serem incluídos na ordem do Dia.

TITULO III
DOS VEREADORES
CAPITULO I
Do exercício da Vereança

Art.87 – Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal para uma legislatura de 4 (quatro) anos, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art.88 – É assegurado ao Vereador:

I – participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver Interesse na matéria o que comunicará ao Presidente;

II – votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III – apresentar proposições e sugerir mediadas que visem interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo;

IV – concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

V – usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse publico, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Art.89 – São deveres do Vereador entre outros:

I – quando investido no mandato, não incorrer em incompatibilidade prevista na Constituição ou na Lei Orgânica do Município;

II – observar as determinações legais relativas ao exercício do mandato;

III – desempenhar fielmente o mandato político, atendendo ao interesse público e às diretrizes partidárias;

IV – exercer a contento o cargo que lhe seja conferido na Mesa ou em Comissão, não podendo escusar-se ao desempenho, salvo do disposto nos artigos 29 e 61:

V – comparecer às sessões pontualmente, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, e participar das votações, salvo quando se encontrar impedido:

VI – manter o decoro parlamentar;

VII – não residir fora do Município;

VIII – conhecer e observar o regimento interno;

Art.90 – Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providencias seguintes, conforme a gravidade:

I – advertência em Plenário;

II – cassação da palavra;

III – determinação para retirar-se do Plenário;

IV – suspensão da sessão, para entendimento na sala da Presidência;

V – proposta de perda de mandato de acordo com legislação vigente.

CAPITULO II DA INTERRUPTÃO E DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA E DAS VAGAS

Art.91 – O vereador poderá licenciar-se, mediante dirigido à Presidência à deliberação do Plenário, nos seguintes casos;

I – por moléstia devidamente comprovada;

II – para tratar de interesse particular, por prazo nunca superior a 120(cento e vinte) dias por sessão legislativa.

Parágrafo primeiro – A apreciação dos pedidos de licença se dará no expediente das sessões, sem discussão, e terá preferência sobre qualquer outra matéria, só podendo ser rejeitado pelo quórum de 2/3 (dois terços) dos vereadores presentes, na hipótese do inciso II.

Parágrafo segundo – Na hipótese do inciso I a decisão do Plenário será meramente homologatória.

Parágrafo terceiro – O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da Vereança.

Parágrafo quarto – O afastamento para desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado com licença fazendo o vereador jus à remuneração estabelecida.

Art.92 – As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato do vereador.

Parágrafo primeiro – a extinção se verifica por morte, renúncia, falta de posse no prazo legal ou regimental, perda ou suspensão dos direitos políticos, ou por qualquer outra causa legal hábil.

Parágrafo segundo – A perda dar-se-á por deliberação do plenário, na forma e nos casos previsto na legislação vigente.

Art.93 – A extinção do mandato se torna efetiva pela declaração do ato ou fato extinto pelo Presidente, que a fará constar na ata, a perda do mandato se torna efetiva a partir do decreto legislativo, promulgado pelo Presidente e devidamente publicado.

Art.94 – a renúncia do vereador far-se-á por ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga a partir da sua protocolização.

Art.95 – Em qualquer caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o respectivo suplente.

Parágrafo primeiro – O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo previsto para o Vereador, a partir do conhecimento da convocação,, salvo motivo justo aceito pela Câmara sob pena de ser considerado renunciante.

Parágrafo segundo – Em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

Parágrafo terceiro – Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos vereadores remanescentes.

CAPITULO III DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art. 96 – São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressarem em Plenário pontos de vista sobre os assuntos em debate.

Art.97 – No início de cada sessão legislativa os partidos comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo único – Na falta de indicação, considerar-se-ão líder e vice-líder respectivamente, o primeiro e o segundo Vereadores mais votados de cada bancada.

Art. 98 – As lideranças partidárias não impedem que qualquer Vereador se dirija ao Plenário pessoalmente, desde que observadas às restrições constantes deste regimento.

Art. 99 – As lideranças partidárias não poderão ser exercidas pelo Presidente da Câmara.

CAPITULO IV DAS INCOMPATIBILIDADES E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 100 – As incompatibilidades de Vereador são somente aquelas previstas na Constituição e na Lei Orgânica do Município.

Art.101 – São impedimentos do Vereador aqueles indicados neste Regimento Interno.

CAPITULO V DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 102 – As remunerações do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixadas pela Câmara Municipal no último ano da legislatura até 90(noventa) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo primeiro – A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

Parágrafo segundo – O Prefeito Municipal de Guaíra perceberá mensalmente, a título de subsídio, o valor correspondente a duas vezes o maior vencimento pago ao servidor municipal.

Parágrafo terceiro – Ao Vice-Prefeito será atribuído a percepção mensal, a título da verba de representação, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do montante de verba de representação percebida mensalmente pelo Prefeito Municipal.

Art. 103 – A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa em parte variável, vedados acréscimos a qualquer título.

Parágrafo primeiro – a verba de representação do Presidente da Câmara, que integra a remuneração, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal atribuído a cada Vereador.

Parágrafo segundo – É vedado a qualquer outro Vereador perceber verba de representação.

Parágrafo terceiro – No recesso, a remuneração dos Vereadores será integral.

Art.104 – A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo prefeito Municipal.

Art.105 – Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinárias, desde que observado o limite fixado no artigo anterior.

Art.106 – A não fixação das remunerações do Prefeito Municipal do Vice-Prefeito e dos Vereadores até a data prevista na Lei Orgânica Municipal implicará a suspensão do pagamento da remuneração dos Vereadores pelo restante do mandato.

Parágrafo único – No caso da não fixação prevalecera a remuneração do mês de dezembro do último ano da legislatura, sendo este valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art.107 – Ao vereador residente em distrito longínquo do Município, que tenha dificuldade de acesso à sede de Edilidade para o comparecimento as sessões, nesta sendo obrigado a pernoitar, será concedida ajuda de custo, que será fixada em resolução.

Art.108 – Ao Vereador em viagem a serviço da Câmara para fora do Município é assegurado o ressarcimento dos gastos com locomoção, alojamento e alimentação, exigida, sempre que possível, a sua comprovação, na forma da lei.

TÍTULO IV DAS PROPOSIÇÕES E DA SUA TRAMITAÇÃO CAPITULO I DAS MODALIDADES DE PROPOSIÇÃO E DE SUA FORMA

Art.109 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art.110 – São modalidades de proposição:

I – os projetos de lei;

- II – as medidas provisórias;
- III – os projetos de decreto legislativo;
- IV – os projetos de resolução;
- V – os projetos substitutivos;
- VI – as emendas e subemendas;
- VII – os pareceres das Comissões Permanentes;
- VIII – os relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- IX – as indicações;
- X – os requerimentos;
- XI – os recursos;
- XII – as representações;

Art.111 – As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial e assinadas pelo seu autor ou autores.

Art.112 – Exceção feita às emendas e às subemendas, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se refere.

Art.113 – As proposições consistentes em projeto de lei, decreto legislativo, resolução ou projeto substitutivo deverão ser oferecidos articuladamente, acompanhadas de justificação por escrito.

Art.114 – Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.

CAPITULO II DAS PROPOSIÇÕES EM ESPÉCIE

Art.115 – Os decretos legislativos destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, como as arroladas no art.46, V.

Art.116 – As resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara, como as arroladas no art.46, VI.

Art.117 – A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões Permanentes, ao Prefeito, e aos Cidadãos, ressalvados os casos de iniciativa exclusiva do Executivo, conforme determinação legal.

Art.118 – Substitutivo é o projeto de lei de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo único – Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art.119 – Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

Parágrafo primeiro – As emendas podem ser supressiva, substitutivas, aditivas e modificativas.

Parágrafo segundo – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra.

Parágrafo terceiro – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra.

Parágrafo quarto – Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada a outra.

Parágrafo quinto – Emenda modificada é a proposição que visa alterar a redação de outra.

Parágrafo sexto – A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Art.120 – Parecer é o pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída.

Parágrafo primeiro – O parecer será individual e verbal somente na hipótese do parágrafo segundo do art. 78.

Parágrafo segundo – o parecer poderá ser acompanhado do projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitaram a manifestação da Comissão, sendo obrigatório esse acompanhamento nos casos dos arts.74, 143 e 217.

Art.121 – Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito e por esta data elaborado, que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo único - quando as conclusões de Comissões Especiais indicarem a tomada de medidas, legislativas, o relatório poderá se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução.

Art.122 – Indicação é a proposição escrita pela qual o vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Art.123 – Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão, feito ao Presidente da Câmara, ou por seu intermédio sobre o assunto do expediente ou da ordem do dia, ou de interesse pessoal do Vereador.

Parágrafo primeiro – Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem;

I – a palavra ou a desistência dela;

II – a permissão para falar sentado;

III – a leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV – a observância de disposição regimental;

V – a retirada pelo autor de requerimento ou proposição ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI – a requisição de documento, processo, livro ou publicação existentes na Câmara sobre proposição em discussão;

VII – a justificativa de voto e sua transcrição em ata;

VIII – a retificação de ata;

IX – a verificação de quórum.

Parágrafo segundo – Serão igualmente verbais e sujeitos à deliberação do Plenário dos requerimentos que solicitem:

- I – prorrogação de sessão ou dilação da própria a prorrogação (ver. art. 149 e parágrafos);
- II – dispensa de leitura da matéria constante de ordem do dia;
- III – destaque de matéria para votação (ver art. 200);
- IV – votação a descoberto;
- V – encerramento de discussão;
- VI – manifestação do Plenário sobre os aspectos relacionados com matéria em debate;
- VII – voto de louvor, congratulação, pesar ou repúdio;
- VIII – pedido de vistas para estudo de proposição em discussão ou votação.

Parágrafo terceiro – Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

- I – renúncia de cargo na Mesa ou Comissão
- II – licença de Vereador
- III – audiência de Comissão Permanente;
- IV – juntada de documentos ao processo ou seu desentranhamento;
- V – inserção de documentos em ata;
- VI – preferencia para discussão de matéria ou redução de interstício regimental por discussão;
- VII – inclusão de proposição em regime de urgência;
- VIII – retirada de proposição já colocada sob deliberação do Plenário;
- IX – anexação de proposições com objeto idêntico;
- X – informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares;
- XI – constituição do Secretário Municipal ou ocupante de cargos da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário.

Art.124 – Recurso é toda petição de Vereador ao plenário contra ato do presidente, nos casos expressamente previstos neste regimento interno.

Art.125 – Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara ou ao Plenário, visando a destituição de membro de Permanente, ou a destituição de membro da Mesa, respectivamente, nos casos previstos neste Regimento interno.

Parágrafo único – Para efeito regimentais, equipara-se à representação a denuncia contra o Prefeito o Vereador, sob a acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO E DA RETIRADA DA PROPOSIÇÃO

Art.126 – Exceto nos casos os incisos, V, VI e VII do art. 110 e nos projetos substitutivos oriundos das comissões, todas as demais proposições serão

apresentadas na Secretária da Câmara que as carimbará com designação da data e as numerará, fichando-as, em seguida, e encaminhando-as ao Presidente.

Art.127 – Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais, serão apresentadas nos próprios processos com encaminhamento ao Presidente da Câmara.

Art.128 – As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão em cuja ordem do dia se ache incluída a proposição a que se referem para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência, ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

Parágrafo primeiro – As emendas à proposta orçamentaria, à lei de diretrizes, orçamentarias e ao plano plurianual serão oferecidos no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no expediente.

Parágrafo segundo – As emendas aos projetos de codificação serão apresentadas no prazo de 20 (vinte) dias à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art.129 – As representações se acompanharão sempre, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruem e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantas forem os acusados.

Art.130 – O presidente ou a Mesa, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I – que seja apresentada por Vereador licenciado ou afastado;
- II – que vise delegar a outro Poder atribuições privativas de legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
- III – que tenha sido rejeitada na mesma sessão legislativa, salvo se tiver sido subscrita pela maioria absoluta do Legislativo;
- IV – que seja formalmente inadequada, por não observados os requisitos dos arts. 111, 112, 113 e 114;
- V – quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo não observar restrição constitucional ao poder de emendar, ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;
- VI – quando a indicação versar sobre matérias que, em conformidade com este Regimento, deva ser objeto de requerimento;
- VII – quando a representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes.

Parágrafo único – Exceto na hipótese dos incisos II e V, caberá recurso do autor os autores ao Plenário, no prazo de (10) dez dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Art.131 – O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranha ao seu objeto poderá reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sobre a reclamação e de sua decisão caberá recurso ao Plenário pelo autor do projeto ou da emenda conforme o caso.

Parágrafo único – Na decisão do recurso poderá o Plenário determinar que as emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto sejam destacadas para constituírem projetos separados.

Art.132 – As proposições poderão ser retiradas mediante requerimento de seus autores ao Presidente da Câmara, se ainda não se encontrarem sob deliberação do Plenário ou com a anuência deste em caso contrário.

Parágrafo primeiro – Quando a proposição haja sido subscrita por mais de um autor, é condição de sua retirada que todos se requeriam.

Parágrafo segundo – Quando o autor for Executivo, a retirada deverá ser comunicada através de ofício, não podendo ser recusada.

Art.133 – No início de cada legislatura, a Mesa ordenará o arquivamento de todos às proposições apresentadas na legislatura anterior que se achem sem parecer, exceto as proposições sujeitas a deliberação em prazo certo.

Parágrafo único – O vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e retransmissão.

Art.134 – Os requerimentos a que se refere o parágrafo primeiro do art. 123, serão indeferidos quanto impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo irrecorrível a decisão.

CAPÍTULO IV

DA TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art.135 – Recebida qualquer proposição escrita, será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará a sua tramitação no prazo máximo de 3 (três) dias, observado o disposto neste Capítulo.

Art.136 – Quando a proposição consistir em projeto de lei, de medida provisória de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o expediente, será encaminhada pelo Presidente às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

Parágrafo primeiro – No caso do parágrafo primeiro do art. 128, o encaminhamento se fará após escoado o prazo para emendas ali previsto.

Parágrafo segundo –No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmos á sua própria autora.

Parágrafo terceiro – Os projetos originais elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência, dispensarão pareceres para a sua apreciação pela Plenário, sempre que o requerer o seu próprio autor e a audiência não for obrigatória, na forma deste regulamento.

Art.137 – As emendas a que se referem os parágrafos primeiro e segundo do art. 128 serão apreciados pelas Comissões na mesma fase que a proposição originaria; as demais somente serão objeto de manifestação das Comissões quando aprovados pelo Plenário, retornando-lhes, então, o processo.

Art.138 – Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada pela Câmara, comunicado o veto a esta, a

matéria será incontinentemente encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, que poderá proceder de forma do artigo 84.

Art.139 – Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na ordem do dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art.140 – As indicações, após lida no expediente, serão encaminhadas, independentemente de deliberação do Plenário, por meio de ofício, aquém de direito, através do Secretário da Câmara.

Parágrafo único – No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na ordem do dia independentemente de sua prévia figuração no expediente.

Art.141 – Os requerimentos que se referem os parágrafos segundo e terceiro do art. 123 serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação, independentemente de sua inclusão no expediente ou na ordem do dia.

Parágrafo primeiro – Qualquer Vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o parágrafo 3 do art.123, com, exceção daqueles dos incisos III, IV, V, VI, e, se o fizer ficará remetida ao expediente e á ordem do dia da sessão seguinte.

Parágrafo segundo – Se tiver havido solicitação de urgências simples para o requerimento que o Vereador pretende discutir, a própria solicitação entrará em tramitação na sessão em que for apresentada e, se for aprovada, o requerimento a que se refere será objeto de deliberação em seguida.

Art. 142 – Durante os debates do dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido. Esses requerimentos estarão sujeitos à deliberação do Plenário, sem prévia discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

Art.143 – os recursos contra atos do Presidente da Câmara serão impostos dentro do prazo de 5(cinco) dias, contados da data de ciência da decisão, por simples petição e distribuídos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitirá parecer acompanhado de projeto de resolução.

Art.144 – A concessão de urgência especial dependerá de assentimento do Plenário, mediante provocação por escrito da mesa ou de Comissão quando autora de proposição em assunto de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda por proposta da maioria absoluta dos membros da Edilidade.

Parágrafo primeiro – O plenário somente concederá a urgência especial quando a proposição, por seus objetivos, exigir a apreciação pronta, sem o que perderá a oportunidade ou a eficácia.

Parágrafo segundo – Concedido à urgência especial para o projeto ainda sem parecer, será feito o levantamento da sessão, para que se pronunciem as

Comissões Competentes em conjunto, imediatamente, após o que o projeto será colocado na ordem do dia da própria sessão.

Parágrafo terceiro – Caso não seja possível obter-se de imediato, o parecer conjunto das Comissões competentes, o projeto passará a tramitar no regime de urgência simples.

Art.145 – O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário por requerimento de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público ou de requerimento escrito que exigir, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo único – Serão incluídos no regime de urgência simples, independentemente de manifestação do Plenário, as seguintes matérias;

I – a proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias, plano plurianual, a partir do escoamento de metade do prazo de que disponha o Legislativo para apreciá-la;

II – os projetos de Lei do Executivo sujeito à apreciação em prazo certo, a partir das 3(três) últimas sessões que se realizem no intercurso daquele;

III – o veto, quando escoados 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação;

IV – a medida provisória, quando escoadas 2/3 (duas terças) partes do prazo para sua apreciação;

Art.146 – As proposições em regime de urgência especial ou simples e aqueles com pareceres, ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados, prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título V.

Art.147 - Quando for extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstituir o respectivo processo e determinará a sua retransmissão, ouvida a Mesa.

TÍTULO V DAS SESSÕES DA CÂMARA CAPÍTULO I DAS SESSÕES EM GERAL

Art.148 – As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinária ou solene, assegurando o acesso do público em geral.

Parágrafo primeiro – Para assegurar-se a publicidade às sessões da Câmara, publicar-se-ão a pauta e o resumo dos seus trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

Parágrafo segundo – Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que;

I – apresente-se conveniente trajado;

II - Não porte arma;

III – conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV – não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passe em Plenário;

V – atenda às determinações do Presidente.

Parágrafo terceiro - O presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art.149 – As sessões ordinárias serão semanais, realizando-se às 2.as(segundas) feiras, às 20:00(vinte) horas, com duração de 3(três) horas.

Parágrafo primeiro – A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal do Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15(quinze) minutos, á conclusão de votação de matéria já discutida.

Parágrafo segundo – O tempo de prorrogação será previamente estipulado no requerimento, e somente será apreciado se apresentado até 10(dez) minutos antes do encerramento da ordem do dia.

Parágrafo terceiro – Antes de escoar a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorroga-la á sua vez, obedecido, no que couber, o disposto no parágrafo anterior, devendo o novo requerimento ser oferecido até 5 (cinco) minutos antes do término daquela.

Parágrafo quarto – Havendo 2 (dois) ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo, prejudicados os demais.

Art.150 – As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados ou após as sessões ordinárias.

Parágrafo primeiro – Somente se realizarão sessões extraordinárias quando se tratar de matérias altamente relevante e urgente, e a sua convocação dar-se-á na forma estabelecida nos parágrafos primeiro do artigo 154 deste Regimento.

Parágrafo segundo – a duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 149 e parágrafo, no que couber.

Art.151 – As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

Parágrafo único – As sessões solenes poderão realizar-se-ão em qualquer lugar seguro e acessível, a critério da Mesa.

Art.152 – A Câmara poderá realizar sessões secretas, por deliberação tomada pela maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna, quando seja o sigilo necessário à preservação do decoro parlamentar.

Parágrafo único – Deliberada a realização de sessão secreta, ainda que para realiza-la se deva interromper a sessão publica, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências dos assistentes dos servidores da Câmara e dos representantes de imprensa, rádio e televisão.

Art.153 – As sessões da Câmara serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se inexistentes as que realizarem noutro local, salvo motivo de força maior devidamente reconhecido pelo Plenário.

Parágrafo único – Não se considerará como falta a ausência de Vereador á sessão que se realiza fora da sede da Edilidade.

Art.154 – A Câmara observará o recesso legislativo determinado na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo primeiro – Nos períodos de recesso legislativo, a Câmara poderá reunir-se em sessão legislativa extraordinária quando regularmente convocada pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, para apreciar matéria de interesse publico relevante e urgente,

Parágrafo segundo – Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art.155 – A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido, á sessão, pelo menos 1/3 (um terço) dos Vereadores que a compõem.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica ás sessões solenes, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art.156 – Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhe é destinada.

Parágrafo primeiro – a convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão se localizar nessa parte, para assistir á sessão, as autoridades públicas federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

Parágrafo segundo – Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer á saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

Art.157 – De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo sucintamente os assuntos tratados, a fim de ser submetida ao Plenário.

Parágrafo primeiro – As proposições e os documentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente, com a menção do objeto a que se referiam salvo requerimento de transcrição aprovado pelo Plenário.

Parágrafo segundo – A ata da sessão secreta será lavrada pelo Secretario, lida e aprovada na mesma sessão, lacrada e arquivada com rotulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta por deliberação do Plenário, a requerimento da mesa ou de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Parágrafo terceiro – A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida a aprovação na própria sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art.158 – As sessões ordinárias compõem-se de dias partes: o expediente e a ordem do dia.

Art.159 – A hora do início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário, o presidente, havendo número legal, declarará aberta a sessão.

Parágrafo único – Não havendo número legal, o Presidente efetivo ou eventual fará lavrar ata sintética pelo Secretário como o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização de sessão.

Art.160 – Havendo número legal, a sessão se iniciará com o expediente, o qual terá a duração máxima de 90 (noventa) minutos, destinando-se à discussão da ata da sessão anterior e à leitura dos documentos de quaisquer origens.

Parágrafo primeiro – Nas sessões que esteja incluído na ordem do dia o debate da proposta orçamentária, das diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, o expediente será de 30 (trinta) minutos.

Parágrafo segundo – No expediente serão objetos de deliberação pareceres sobre matérias não constantes da ordem do dia, requerimentos comuns e relatórios de Comissões Especiais, além da ata da sessão anterior.

Parágrafo terceiro – Quando não houver número legal para deliberação no expediente, as matérias a que se refere o parágrafo segundo, automaticamente, ficarão transferidas para o expediente da sessão seguinte.

Art.161 – A ata da sessão anterior ficará à disposição dos vereadores para retificação, 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão seguinte; ao iniciar-se esta, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

Parágrafo primeiro – Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da ata no todo e ou em parte, mediante aprovação do requerimento pela maioria dos Vereadores presentes, para efeito de mera retificação.

Parágrafo segundo – Se o pedido de retificação não for contestado pelo Secretário a ata será considerada aprovada, com a retificação, caso contrário, o Plenário deliberará a respeito.

Parágrafo terceiro – Levantada impugnação sobre os termos da ata, o Plenário deliberará a respeito, aceito a impugnação será lavrada nova ata.

Parágrafo quarto – Aprovada, a ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

Parágrafo quinto – Não poderá impugnar a ata Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

Art.162 – Após a aprovação da ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do expediente, obedecendo à seguinte ordem;

I - expedientes oriundos do Prefeito;

II – expedientes oriundos de diversos;

III – expedientes apresentados pelos Vereadores.

Art.163 – Na leitura das matérias pelo Secretário, obedecer-se-á seguinte ordem;

- I – projetos de lei;
- II – medida provisória;
- III – projetos de decreto legislativo;
- IV – projetos de resolução;
- V – requerimentos;
- VI – indicações;
- VII – pareceres de comissões;
- VIII – recursos;
- IX – outras matérias.

Parágrafo único – Dos documentos apresentados no expediente, serão oferecidas cópias aos Vereadores quando solicitadas pelos mesmos à Secretaria da Casa, exceção feita ao projeto de lei orçamentaria, às diretrizes orçamentarias, ao plano plurianual e ao projeto de codificação, cujas cópias serão entregues obrigatoriamente.

Art.164 – Terminada a leitura da matéria em pauta verificará o Presidente o tempo restante do expediente, o qual deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicadas, respectivamente ao pequeno ao grande expediente.

Parágrafo primeiro – O pequeno expediente destina-se a breves comunicações ou comentários, individualmente, jamais por tempo superior a 5 (cinco) minuto, sobre a matéria apresentada, para que os Vereadores deverá se inscrever previamente em lista especial controlada pelo Secretário.

Parágrafo segundo – Quando o tempo restante do pequeno expediente for inferior a 5 (cinco) minutos, será incorporado ao grande expediente.

Parágrafo terceiro – No grande expediente, os Vereadores, inscritos também com lista própria pelo Secretário, usarão a palavra pelo prazo máximo de 30(trinta) minutos, para tratar de qualquer assunto de interesse público.

Parágrafo quarto – O orador não poderá ser interrompido ou aparteado no pequeno expediente poderá sê-lo no grande expediente, mas, neste caso, ser-lhe-á assegurado o uso da palavra prioritariamente na sessão seguinte, para completar o tempo regimental, independentemente de nova inscrição, facultando-se lhe desistir.

Parágrafo quinto – Quando o orador, inscrito para falar no grande expediente deixar de fazê-lo por falta de tempo, sua inscrição automaticamente será transferida para a sessão seguinte.

Parágrafo sexto – O Vereador inscrito para falar, não se achar presente na hora que lhe for dada a palavra, perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar.

Art.165 – Finda a hora do expediente, por se ter esgotado o tempo, ou falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, passar-se-á à matéria constante da ordem do dia.

Parágrafo primeiro – Para a ordem do dia far-se-á verificação de presença e a sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos vereadores.

Parágrafo segundo – Não se verificando o quórum regimental, o Presidente aguardará por 10(dez) minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

Art.166 – nenhuma proposição poderá ser posta em discussão, sem que tenha sido incluída na ordem do dia regularmente publicada, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas início das sessões, salvo disposição em contrario da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único – Nas sessões em que devam ser apreciados a proposta orçamentaria, as diretrizes orçamentarias e o plano plurianual nenhuma outra matéria figurará na ordem do dia.

Art.167 – A organização da pauta da ordem do dia obedecerá aos seguintes critérios preferenciais:

- I – matéria em regime de urgência especial;
- II – matérias em regime de urgência simples;
- III – medidas provisórias;
- IV – vetos;
- V – matérias em redação final;
- VI – matérias em discussão única;
- VII – matérias em segunda discussão;
- VIII – matérias em primeira discussão;
- IX- recursos;
- X – demais proposições.

Parágrafo único – As matérias pela ordem de preferencia, figurarão na pauta observada a ordem cronológica de sua apresentação entre aqueles de mesma classificação.

Art.168 – O Secretário procederá à leitura do que se houver de discutir e votar, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer Vereador, com aprovação do Plenário.

Art.169 – Esgotada a ordem do dia, anunciara o Presidente, sempre que possível, a ordem do dia da sessão seguinte, fazendo um resumo da mesma aos vereadores e, se ainda houver tempo, em seguida, concederá a palavra, para explicação pessoal aos que atenham solicitados, ao Secretário, durante a sessão observados a procedência da inscrição e o prazo regimental.

Art.170 – Não havendo mais oradores para falar em explicação pessoal, ou se quando ainda os houver, achar-se porém, esgotado o tempo regimental, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO III DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art.171 – As sessões extraordinárias serão convocadas na forma prevista na Lei Orgânica do município, mediante comunicação escrita aos Vereadores, com a antecedência de 1 (um) dia e afixação de edital no átrio do edifício da Câmara.

Art.172 – A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de ordem do dia, que se exigirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto à aprovação da data da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 160 e seus parágrafos.

Parágrafo único – Aplicar-se-ão, às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

“Art.172-A,- Não se sujeitarão a tramitação em Sessões Extraordinárias as proposições legislativas que tratem das seguintes matérias:

I – fixação, reajuste, reposição e recomposição de subsídios dos Vereadores;

II – fixação, reajuste, reposição e recomposição dos subsídios do Prefeito, Secretários Municipais e Procurador Jurídico do Município;

III – criação, aumento, majoração de alíquotas, ajustes ou reajustes de tributos, impostos, taxas e contribuições;

IV – “nova implantação de sistema tributário”.

CAPÍTULO IV

DAS SESSÕES SOLENES

Art.173 – As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, por escrito, indicando a finalidade da reunião.

Parágrafo primeiro – Nas sessões solenes não haverá expediente nem ordem do dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

Parágrafo segundo – Não haverá tempo predeterminado para o encerramento de sessão solene.

Parágrafo terceiro – Nas sessões solenes, somente poderão usar da palavra, além do Presidente da Câmara, o líder partidário ou o Vereador pelo mesmo designado, o Vereador que propôs a sessão como orador oficial da cerimônia e as pessoas homenageadas.

TITULO VI

DAS DISCUSSÕES E DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISCUSSÕES

Art.174 – Discussão é o debate pelo Plenário de proposição figurante na ordem do dia, antes de se passar á deliberação sobre a mesma.

Parágrafo primeiro – Não estão sujeitos à discussão;

I – as indicações, salva o disposto no parágrafo único do artigo 140;

II – os requerimentos a que se refere o parágrafo segundo do art.123;

III – os requerimentos a que se referem os incisos I a V do parágrafo terceiro do art.123;

Parágrafo segundo – O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I – qualquer projeto com o objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, executando-se nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

II – da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;

III – de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;

IV – de requerimento repetitivo.

Art.175 – A discussão da matéria constante da ordem do dia só poderá ser efetuada com a presença da maioria dos membros da Câmara.

Art.176 – terão uma única discussão as seguintes matérias:

I – as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;

II – as que se encontrem em regime de urgência simples;

III – os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo;

IV – a medida provisória;

V – o veto;

VI – os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;

VII – os requerimentos sujeitos a debates.

Art.177 – Terão 2 (duas) discussões todas as matérias não incluídas no art. 176.

Parágrafo único – Os projetos de resolução que disponham sobre o quadro de pessoal da Câmara serão discutidos como o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a primeira e a segunda discussão.

Art.178 – Na primeira discussão debater-se-á, separadamente, artigo por artigo do projeto; na segunda discussão, debater-se-á o projeto em bloco.

Parágrafo primeiro – Por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, a primeira discussão poderá consistir de apreciação global do projeto.

Parágrafo segundo – Quando se tratar de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

Parágrafo terceiro – Quando se tratar de proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias e plano plurianual, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto, em primeira discussão.

Art.179 – Na discussão única e na primeira discussão serão recebidos emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates; em segunda discussão, somente se admitirão emendas e subemendas.

Art.180 – Na hipótese do artigo anterior, sustar-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objetos de exame das Comissões Permanentes a que esteja afeta a matéria, salvo se o Plenário rejeita-los ou aprova-los com dispensa de parecer.

Art.181 – Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma ocasião que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art.182 – Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originaria, a qual preferira esta.

Art.183 – O adiantamento de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se-á a mesma.

Parágrafo primeiro – O adiantamento aprovado será sempre por tempo determinado.

Parágrafo segundo – Apresentados 2 (dois) ou mais requerimentos de adiamento, será votado, de preferencia, o que marcar menor prazo.

Parágrafo terceiro – Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

Parágrafo quarto – O adiamento, poderá ser motivado por pedido de vista, caso em que, se houver mais de um, a vista será sucessiva para cada um dos requerentes e pelo prazo máximo de 3 (três) dias para cada um deles.

Art.184 – O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência de oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único – Somente poderá ser requerido o encerramento da discussão após terem falado pelo menos 2(dois) Vereadores favoráveis á proposição e 2 (dois) contrários, entre os quais o autor do requerimento, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

DA DISCIPLINA DOS DEBATES

Art.185 – Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender ás seguinte determinações regimentais:

I – falar de pé, exceto se tratar do presidente, e quando impossibilitado de fazê-lo requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II – dirigir-se ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

III – não usar da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

IV – referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Excelência.

Art.186 – O Vereador a que for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que titulo se pronuncia e não poderá;

I – usar da palavra finalidade diferente do motivo alegado para a solicitar;

II – desviar-se da matéria em debate;

III – falar sobre matéria vencida;

IV – usar de linguagem imprópria;

V – ultrapassar o prazo que lhe competir;

VI – deixar de atender á advertências do Presidente;

Art.187 – O Vereador somente usará a palavra:

I – no expediente, quando for para solicitar retificações ou impugnação de ata quando se achar regularmente inscrito;

II – para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III – para apartear, na forma regimental;

IV – para explicação pessoal;

V – para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI – para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII – quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre;

Art.188 – O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I – para leitura de requerimento de urgência;

II – para comunicação importante à Câmara;

III – para recepção de visitantes;

IV – para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V – para atender a pedido de palavra “pela ordem” sobre questão regimental.

Art.189 – Quando mais de 1 (um) Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente concedê-la-á na seguinte ordem:

I – ao autor da proposição em debate;

II – ao relator do parecer em apreciação;

III – ao autor da emenda;

IV – alternadamente, a quem seja pró ou contra a matéria em debate.

Art.190 – Para o aparte ou interrupção do orador por outro para indignação ou comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte;

I – o aparte deverá expressos em termos corteses e não poderá exceder a 3 (três) minutos;

II – não serão permitidos aparte paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador;

III – não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”. Em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;

IV – o aparteante permanecerá de pé, quando apartea e enquanto houver a resposta do aparteado.

Art.191 – Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra;

I – 3 (três) minutos para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, falar pela ordem, apartear e justificar requerimento de urgência especial;

II – 5 (cinco) minutos para falar no pequeno expediente, encaminhar votação, justificar voto ou emenda e proferir explicação pessoal;

III – 10 (dez) minutos para discutir requerimento, indicação, redação final, arto isolado de proposição e veto;

IV – 15 (quinze) minutos, para discutir projeto de decreto legislativo ou de resolução, processo de cassação de Vereador e parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade do projeto;

V – 30 (trinta) minutos, para falar do grande expediente e para discutir projeto de lei, proposta orçamentaria, diretrizes orçamentarias, plano plurianual, prestação de contas e destituição de membros da Mesa.

Parágrafo único – Será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

DAS DELIBERAÇÕES

Art.192 – As deliberações do Plenário serão formadas por maioria simples, sempre que não se exija a maioria absoluta ou a maioria de dois terços conforme as determinações constitucionais, legais ou regimentais aplicáveis em cada caso.

Parágrafo Único – Para efeito de quórum computar-se-á a presença de Vereador impedido de votar.

Art.193 – A deliberação se realiza através de votação.

Parágrafo primeiro – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar a discussão encerrada.

Art.194 – O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo único – Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante sessão secreta.

Art.195 – Os processos de votação são dois: Simbólico e Nominal.

Parágrafo primeiro – O processo simbólico consiste na simples contagem de votos, a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem respectivamente.

Parágrafo segundo – processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votações através de cédulas em que essa manifestação não será extensiva.

Art.196 – O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal; ou regimental; ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

Parágrafo primeiro – Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la.

Parágrafo segundo – Não se admitira segunda verificação de resultado da votação.

Parágrafo terceiro – O Presidente, em caso de duvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art.197 – a votação será nominal nos seguintes casos;

I – Eleição de Mesa ou destituição de membros da Mesa;

II – Eleição ou destituição de membro de Comissão permanente;

III – julgamento das contas do Município;

IV – perda de mandato de Vereador;

V – apreciação de veto e de medida provisória;

VI – requerimento de urgência especial;

VII – criação ou extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara.

Parágrafo único – na hipótese e dos incisos I, III e IV o processo de votação será o indicado no art. 21 parágrafo quarto.

Art.198 – Uma vez iniciada a votação, somente se interromperá se for verificada a falta de numero legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Parágrafo primeiro – Não será permitido ao Vereador abandonar o Plenário no curso da votação, salvo se acometido mal súbito, sendo considerado o voto que já tenha proferido.

Art.199 – Antes iniciar-se a votação, será assegurado a cada um das bancadas partidárias, por um de seus integrantes, falar apenas uma vez para propor aos seus co-partidarios a orientação quanto ao mérito da matéria.

Parágrafo único – Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da proposta orçamentaria, das diretrizes orçamentarias, do plano plurianual, de julgamento das contas do município, de processo cassa tório ou de requerimento.

Art.200 – Qualquer Vereador poderá requerer ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-as em destaque para rejeita-las ou aprova-las preliminarmente.

Parágrafo único – Não haverá destaque quando se tratar da proposta orçamentaria das diretrizes orçamentarias, do plano plurianual, de media provisória, de veto, de julgamento das contas do município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

Art.201 – Terão preferencia para votação as emendas supressivas e as emendas e substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo único – Apresentadas 2(duas) ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo , será admissível requerimento de preferencia para a votação da emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento apreciado pelo Plenário, independentemente de discussão.

Art.202 – Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar sobre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art.203 – O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria.

Parágrafo único – A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

Art.204 – Enquanto o Presidente não haja proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art.205 – Proclamado o resultado da votação, poderá o Vereador impugná-lo perante o Plenário, quando daquela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo único – na hipótese deste artigo, acolhida a impugnação, repetir-se-á votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art.206 – Concluída a votação do projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo será a matéria encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e redação Final, para adequar o texto à correção vernacular.

Parágrafo único – Caberá à Mesa a redação final dos projetos de decreto legislativo e de resolução.

Art.207 - a redação final será discutida e votada depois de sua publicação, salvo se o plenário a dispensar a requerimento de Vereador.

Parágrafo primeiro – Admitir-se-á emenda á redação final; somente quando seja para despoja-la de obscuridade, contradição ou impropriedade linguística.

Parágrafo segundo – Aprovada a emenda, voltará a matéria à Comissão para nova redação final.

Parágrafo terceiro – Se a nova redação final for rejeitada, será o projeto mais uma vez encaminhado à Comissão, que a reelaborará, considerando-se aprovada se contra ela não votar a maioria absoluta dos componentes da Edilidade.

Art.208 – Aprovado pela Câmara um projeto de lei, este será enviado ao Prefeito, para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedidos os respectivos autógrafos.

Parágrafo único – Os originais dos projetos de lei aprovados serão, antes da remessa ao Executivo, registrados em livro próprio e arquivados na Secretaria da Câmara.

TÍTULO VII
DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL
E DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE
CAPÍTULO I
SESSÃO I

DO ORÇAMENTO

Art.209 – Recebida do Prefeito a proposta orçamentaria, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente mandará publica-la e distribuir cópia da mesma aos Vereadores, enviando-a á Comissão de Finanças e Orçamento nos 10 (dez) dias seguintes para parecer.

Parágrafo único – No decênio, os Vereadores poderão apresentar emendas à proposta, nos casos em que sejam permitidas, as quais serão publicadas na forma do art. 128.

Art.210 – A Comissão de Finanças e Orçamento pronunciar-se-á em 20 (vinte) dias, findo os quais, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da ordem do dia da primeira sessão desimpedida.

Art.211 – Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se, no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando –se preferencia ao relator, do parecer, da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas no uso da palavra.

Art.212 – Se forem aprovadas as emendas, dentro de 3(três) dias, a matéria retornará à Comissão de finanças e Orçamento para incorporá-las ao texto, para o que disporá do prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único – Devolvido o processo pela Comissão, ou avocado a esta pelo Presidente, se esgotado aquele prazo, será reincluído em pauta imediatamente, para segunda discussão e aprovação do texto definitivo, dispensada a fase de redação final.

Art.213 – aplicam-se as normas desta Seção à proposta do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias.

SEÇÃO II DAS CODIFICAÇÕES

Art.214 – Código e a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art.215 – Os projetos de codificação depois de apresentados em Plenário serão distribuídos por cópia aos Vereadores e encaminhados à Comissão de legislação, Justiça e Redação Final, observando-se para tanto o prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo primeiro – Nos 15 (quinze) dias, subsequentes, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

Parágrafo segundo – a critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, poderá ser solicitada acessória de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista na matéria, desde que haja recursos para atender “à despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria”.

Parágrafo terceiro – A Comissão terá 20 (vinte) dias para parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzido outra, em conformidade com as sugestões recebidas.

Parágrafo quarto – Exarada o parecer ou, na falta de ter observado o disposto nos arts. 77 e 78 no que couber, o processo de incluirá na pauta da ordem do dia mais próxima possível.

Art.216 – Na primeira discussão observar-se-á o disposto nos parágrafos parágrafo segundo do art. 178.

Parágrafo primeiro – Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais 10 (dez) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

Parágrafo segundo – Ao atingir este estágio o projeto terá a tramitação normal dos demais projetos.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE

SEÇÃO I

DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art.217 – Recebido o parecer prévio do Tribunal de contas, independente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, a todos aos Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento que terá 20 (vinte) dias para apresentar ao Plenário seu pronunciamento acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

Parágrafo primeiro – Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

Parágrafo segundo – para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como mediante entendimento prévio com o Prefeito, examinar quaisquer documentos existentes da Prefeitura.

Art.218 – O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamentos sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos Vereadores debater a matéria.

Parágrafo único – não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

Art.219 – Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de decreto legislativo conterà os motivos da discordância.

Parágrafo único – A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente.

Art.220 – Nas sessões em que devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente á matéria.

SEÇÃO II DO PROCESSO DE PERDA DE MANDATO

Art.221 – A câmara processará o Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação incidente, observadas as normas adjetivas, inclusive quórum, estabelecidas nessa mesma legislação.

Parágrafo único – Em qualquer caso assegurar-se-á ao acusado plena defesa.

Art.222 - O julgamento far-se á em sessão ou sessões extraordinárias para esse efeito convocadas.

Art.223 – Quando a deliberação for no sentido de culpabilidade do acusado, expedir-se-á decreto legislativo de perda do mandato do qual se dará notícia à Justiça Eleitoral.

SEÇÃO III DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art.224 – a câmara poderá convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos de mesma natureza, para prestarem informações sobre a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do legislativo sobre o executivo.

Art.225 – A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único – O requerimento deverá indicar expediente, o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao convocado.

Art.226 – Aprovado o requerimento, a convocação se efetivará mediante ofício assinado pelo Presidente, em nome da Câmara, indicando dia e hora para comparecimento, e dando ao convocado ciência do motivo de sua convocação.

Art.227 – Aberta a sessão, o Presidente da Câmara exporá ao Secretario Municipal, que se assentará a sua direita, os motivos da convocação e, em seguida, concederá a palavra aos oradores inscritos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para as indagações que desejarem formular, assegurada a preferência ao Vereador proponente da convocação ou ao Presidente da comissão que a solicitou.

Parágrafo primeiro – O Secretário Municipal poderá incumbir assessores, que o acompanharão na ocasião de responder às indagações.

Parágrafo segundo – O Secretário ou o assessor, não poderá ser aparteado na sua exposição.

Art.228 – Quando nada mais houver a indagar ou a responder ou quando escoado o tempo regimental o Presidente encerrará a sessão , agradecendo ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, o comparecimento.

Art.229 – A Câmara poderá optar pelo pedido de informações ao Prefeito por escrito, caso em que o ofício do Presidente da Câmara será redigido contendo os quesitos necessários á elucidação dos fatos.

Parágrafo único - O Prefeito deverá responder as informações observado o prazo indicado na Lei Orgânica do Município, prorrogável por igual prazo, por solicitação daquele.

Art.230 – sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da proposição deverá produzir denúncia para efeito da cassação do mandato do infrator.

SEÇÃO IV DO PROCESSO DESTITUITÓRIO

Art.231 – Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecido por antecipação pelo representante, sobre o processamento de matéria.

Parágrafo primeiro – Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, autuada a mesma pelo Secretario , o Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenha instruído.

Parágrafo segundo – Se houver defesa, quando esta for anexada aos autos, com os documentos que a acompanharem, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação, ou retirar-la no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo terceiro – Se não houver defesa, ou, se havendo, o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para apreciação da matéria, na qual serão inqueridas as testemunhas de defesa e de acusação, até o máximo de 3(três) para cada lado.

Parágrafo quarto – Não poderá funcionar como relator qualquer membro da Mesa.

Parágrafo quinto – Na sessão, que se assessorará de servidor da Câmara, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular lhes perguntas do que se lavrará assentada.

Parágrafo sexto – Finda a inquirição, o presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos, para se manifestar individualmente o representante, o Acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

Parágrafo sétimo – Se o Plenário decidir por 2/3 (dois terços) de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

TÍTULO VII
DO REGIME INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL
CAPÍTULO I
DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art.232 – As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara, em assuntos controversos, deste que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art.233 – Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporado.

Art.234 – Questão de ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto á interpretação e á aplicação do Regimento.

Parágrafo único – As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com indicação precisa das disposições regimental que se pretende elucidar, sob pena de o Presidente as repelir sumariamente.

Art.235 – Cabe ao Presidente resolver as questões de ordem, não sendo licito a qualquer Vereador opor-se a decisão, sem prejuízo de recursos ao Plenário.

Parágrafo primeiro – O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para parecer.

Parágrafo segundo – O Plenário em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art.236 – Os precedentes a que se referem os arts. 232 234, e 235 do parágrafo segundo serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

CAPÍTULO II
DA DIVULGAÇÃO DO REGULAMENTO E DE SUA REFORMA

Art.237 – A secretária da Câmara fará reproduzir periodicamente este Regimento, enviando cópias à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, ao Governador do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art.238 – Ao fim de cada ano Legislativo a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, elaborará e publicará separada a este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com eliminação dos dispositivos revogados e os precedentes regimentais firmados.

Art.239 – Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substitutivo pelo voto da maioria simples dos membros da Edilidade mediante proposta:

- I – de um dos vereadores;
- II – da Mesa;
- III – de uma das Comissões da Câmara.

TÍTULO IX DA GESTÃO DOS SERVIDORES INTERNOS DA CÂMARA

Art.240 – Os serviços administrativos da Câmara incubem à sua Secretária ou reger-se-ão por ato regulamentar próprio baixado pelo Presidente.

Art.241 – As determinações do presidente à Secretária sobre expediente serão objeto de ordem de serviço e as instruções aos servidores sobre desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art.242 – A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, bem como preparara os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art.243 – A Secretária manterá os registros necessários aos serviços da Câmara.

Parágrafo primeiro – São obrigados os seguintes livros:

- I – livro de registro de leis;
- II – livro de registro de decreto legislativo;
- III – livro de registro de resoluções;
- IV – livro de termo de posse de Vereador;
- V – livro de termo de posse de servidor;
- VI – livro de precedentes regimentais;

Parágrafo segundo – Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art.244 – os papeis da câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo.

Art.245 – As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentarias consignadas no orçamento do Município e dos créditos adicionais serão ordenadas pelo Presidente da Câmara.

Art.246 – A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada em instituições financeiras oficiais, cabendo à tesouraria movimentar os recursos que lhe forem liberados.

Art.247 – No período de 15 de abril a 13 de junho de cada exercício, na Secretaria da Câmara e no horário de seu funcionamento, as contas do município ficarão à disposição dos cidadãos para exame e apreciação, na forma estabelecida na Lei Orgânica Municipal.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.248 – A publicação dos expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art.249 – Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município.

Art.250 – não haverá expediente do legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

Art.251 – Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irreveláveis, contando-se o dia de seu começo e o de seu termino e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art.252 – A data de vigência deste Regimento ficará prejudicada quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art.253 – fica mantido, na sessão legislativa em curso, o numero de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art.254 – Este Regimento interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, especialmente a Resolução n. 01/74, de 16 de março de 1.974.

Câmara Municipal de Guaíra (Pr), em, 16 de outubro de 1992.

Vera Maria Fernandes Cassol

Presidente

Pedro Venâncio da Silva

Primeiro Secretário

Vereadores;

João Lima de Moraes – Vice-presidente

Suemy Ap. E. Foletto - 2º secretário

Devaldir Ap. Capatti

Glaucio L. Coraiola

Maria Elci V. da Silva

Manoel A. da Silva

José Eduardo dos Santos.

Anexo III: Roteiro de entrevista

1. Informações pessoais:

- Nome:
- Idade:
- Estado civil:
- Cidade e estado natal:
- Motivo de mudar-se para Guaíra:
- Escolaridade e formação:
- Profissão:
- Religião:
- Partido:

2. Informações sobre a trajetória política:

- Como se deu seu envolvimento inicial (trajetória) com o mundo da política partidária propriamente dita?
- Como foi seu envolvimento com os partidos?
- Por que a senhora decidiu ser vereadora?
- A senhora ocupou cargos públicos e/ou políticos anteriormente?
- Como a senhora construiu sua carreira política?
- A senhora tem algum familiar que exerceu ou exerce cargos políticos? Se sim, recebeu apoio do mesmo? Que tipo de apoio?
- Qual apoio que a senhora recebeu do seu partido e grupo político?
- Além do apoio partidário, quais outros a senhora recebeu (não financeiros)?
- Como foram suas campanhas eleitorais? (Diferença entre elas)
- Quais os gastos com as campanhas eleitorais?
- Para qual público a senhora dirigiu-se nas campanhas?

3. Informações sobre a atuação como vereadora:

- O que é ser política para a senhora?
- Quais os segmentos sociais que a senhora julga representar na câmara?
- Qual seu relacionamento com seu eleitorado?

- Quais temas a senhora consideram mais importantes para serem debatidos na câmara?
- Quais temas caracterizam a sua atuação como vereadora?
- Como a senhora avalia seus trabalhos referentes às indicações, requerimentos, projetos de lei e projetos de resolução?
- Como a senhora considera sua atuação frente às comissões permanentes?
- A senhora participou em algum ano da mesa diretiva? Qual cargo? Como a senhora avalia sua atuação?
- O que a senhora acha que uma mulher precisa fazer para ser eleita?
- A senhora considera que a sua atuação como vereadora é diferente da atuação dos vereadores?
- Após ouvir todos os pronunciamentos e analisar seus atos oficiais, por qual motivo a senhora não abordou fenômenos ligados às mulheres?
- Levando em consideração que a sociedade ainda é muito machista, o fato de ser mulher dificulta a ação entre os pares? De que forma?
- Alguma vez a senhora já sofreu algum tipo de discriminação no período eleitoral ou na atuação da câmara? Como a senhora lida ou lidou com isso?
- Seus colegas vereadores tratam a senhora da mesma forma que os vereadores?
- Algumas pessoas acreditam que as mulheres quando entram na política acabam adotando algumas posturas estereotipadas para serem respeitadas, como posturas masculinizadas, maternais, etc. O que a senhora pensa sobre isso?
- A senhora acredita que se houvesse uma representação equitativa de homens e mulheres na câmara, isso alteraria a cada em algum aspecto?
- A senhora acha que existem atividades ou áreas de atuação que estão mais associadas aos perfis de homens e de mulheres?
- Em sua opinião, as mulheres têm qualidades e sensibilidades diferenciadas para inserção na política?
- Qual sua opinião sobre o atual cenário político brasileiro?
- Como você avalia o governo Dilma?

- Qual sua opinião sobre o atual presidente não nomear mulheres para os ministérios?
- Onde a senhora deseja chegar em sua trajetória política? Qual seu maior objetivo na vida política?